

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ANA LUISA CAMPANHA NAKAMOTO

Representações do feminino na imigração japonesa e okinawana para o Brasil

Versão Corrigida

São Paulo

2019

ANA LUISA CAMPANHA NAKAMOTO

Representações do feminino na imigração japonesa e okinawana para o Brasil

Versão Corrigida

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientadora: Prof. Dra. Eva Alterman Blay

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

N163r Nakamoto, Ana Luisa Campanha
Representações do feminino na imigração japonesa e
okinawana para o Brasil / Ana Luisa Campanha
Nakamoto ; orientadora Eva Alterman Blay. - São
Paulo, 2019.
225 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Sociologia. Área de concentração:
Sociologia.

1. Imigração Japonesa. 2. Associações Femininas. 3.
Gênero. 4. Nacionalismo. 5. História. I. Blay, Eva
Alterman, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)**Nome do (a) aluno (a): Ana Luiza Campaube Nakamoto

Data da defesa: ____/____/____

Nome do Prof. (a) orientador (a): Wa Ateruan Eley

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 31/07/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

NAKAMOTO, Ana Luisa Campanha. **Representações do feminino na imigração japonesa e okinawana para o Brasil**. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

À Kame (*in memoriam*), Tsuru (*in memoriam*),
Aki (*in memoriam*),
Rosa (*in memoriam*), Maria (*in memoriam*),
Senhorinha (*in memoriam*) e Eunice,
mulheres antes de mim.

À Julia,
mulher depois de mim.

À Professora Eva, minha mestra, com carinho.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas e instituições contribuíram direta ou indiretamente para a elaboração deste trabalho, com as quais tenho dívida de gratidão.

Agradeço a meus ancestrais e guias espirituais pela vida, pelos desafios e pela oportunidade de crescimento pessoal e intelectual.

À Prof.^a Eva Alterman Blay pela orientação generosa e paciente – uma pessoa que admiro profundamente pelo trabalho pioneiro nos estudos de gênero, pela trajetória acadêmica e política e também pela amizade valiosa. Agradeço pelos muitos anos em que se dedicou à minha formação como pesquisadora, pelos conselhos, puxões de orelha e, acima de tudo, pelo voto de confiança em minha capacidade. Obrigada por jamais ter desistido de mim.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional ao longo da vida. Por terem acreditado nos meus sonhos e me sustentado moral e financeiramente para que eu pudesse estudar e prosseguir com minha trajetória acadêmica. Por cuidarem da Julia para que eu tivesse condições de cumprir as atividades da Pós-Graduação – principalmente no caótico e demorado período de escrita da tese. À minha mãe Maria Eunice, por ser a primeira pessoa da família a fazer Ensino Superior e, com isso, expandir o horizonte de sonhos das gerações seguintes. Mesmo lutando pela vida, fez questão de me ajudar de todas as formas. Ao meu pai Kokiti Nelson, pelas intercessões junto aos nossos ancestrais, pelas conversas noite e madrugada adentro para me ajudar a encontrar os caminhos do texto. Obrigada por compartilhar comigo suas memórias familiares e seu profundo senso de ser *uchinanchu*.

À minha filha, Julia, que inunda o cotidiano com alegria, vida e sensibilidade. Vê-la crescer, se desenvolver e aprender a cada dia é uma dádiva inestimável. Obrigada por entender as ausências e pela torcida, ainda que não saiba exatamente que trabalho que a mamãe faz na “Ushpi”.

Ao meu marido, Indra, pelo apoio de perto e de longe. Por suportar as demandas da pesquisa sem reclamar, entendendo minhas ausências e recolhimentos.

À minha sogra Clara, meu sogro I Made (*in memoriam*), cunhados, cunhadas, sobrinhos e parentes na Indonésia, pelo apoio à distância.

À meus parentes Campanha e Nakamoto, pela torcida, os votos de boa sorte, as orações e os momentos de afeto e lazer que tornaram essa trajetória possível. Ao meu irmão Pedro e Lucas, meu sobrinho.

À Olívia e família, pela amizade e parceria. Por todos os passeios com a Julia para que eu pudesse trabalhar e escrever.

À Juwita e Kuetiane, que proveram e infraestrutura doméstica e cuidaram da Julia com todo o carinho.

Aos amigos da Universidade Brawijaya, pelo apoio e os projetos em conjunto.

À Tomoko Ueno pelas horas de estudo de textos em japonês, traduções e longas conversas sobre as mulheres japonesas, a língua e as referências do texto de Satsue Handa.

À meus colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia pelas trocas intelectuais e momentos de amenidade.

Ao Professor Sedi Hirano e Professora Sylvia Duarte Dantas, pelos valiosos conselhos durante o Exame de Qualificação.

Aos Professores Koichi Mori, Ana Paula Belém Hey e Renato Sérgio de Lima pela paciência e comentários na Banca Examinadora que contribuíram imensamente para a organização do texto da tese em sua presente forma. Ao Professor Oswaldo Truzzi que, mesmo sem poder comparecer, leu e corrigiu a tese com zelo.

À nova geração de intelectuais de estudos okinawanos-feministas-diaspóricos-brasileiros Samara Konno, Victor Kanashiro, Victor Hugo, Ricardo Pires e Laís Miwa Higa. À Celso Akihide Shiroma, pelos cafés e almoços em que compartilhou seu grande conhecimento sobre história de Okinawa, além das indicações de livros e apoio fraterno. À Karina Satomi Matsumoto, pelo material precioso sobre mulheres okinawanas.

À Akira Miyagi, Shinji Yonamine, Shigeyuki Miyashiro e membros da Associação Okinawa Kenjin do Brasil, pelo material compartilhado, conversas e anedotas sobre imigração. Ao Kyowa Fujinkai, em especial sua presidente, Shigeko Gushiken, pela acolhida.

Ao Esperança Fujinkai e todas as suas membras pela acolhida e pelo material.

A todas as instituições que me atenderam e permitiram que eu consultasse materiais e os publicasse nesta pesquisa: Museu Histórico da Imigração Japonesa para o Brasil, Arquivo do Estado de São Paulo, Fundação Japão e Centro de Estudos Nipo-Brasileiros.

À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, pela oportunidade de realização da pesquisa.

À CAPES, pela concessão da bolsa de doutorado e apoio financeiro.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

A mi puerta llegaban zapatos cubiertos de polvo
y en la mesa existía un enigma llamado familia.
Nadie movía el mantel de mi padre
y mis hermanos muy silenciosos
sepultaban sus sueños en un plato de sopa.
Mi padre era un templo
el sol iba a las cinco a morir en sus brazos.
A través de mi madre las estrellas me alumbraban
y la luna era un sueño plateado y hermoso en el cielo de enero

Doris Moromisato Misato, "El hogar"

Chambala era un camino (1999)

RESUMO

NAKAMOTO, Ana Luisa Campanha. **Representações do feminino na imigração japonesa e okinawana para o Brasil**. 2019. 225f. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Esta tese constitui um estudo sobre o papel da mobilização feminina em discursos sobre identidade, etnicidade e pertencimento nacional. O objeto de pesquisa são as associações femininas fujinkai constituídas no âmbito da imigração japonesa para o Brasil ao longo do século XX. A partir de uma análise informada por aportes teóricos e epistemológicos dos estudos de gênero, sociologia histórica das migrações e estudos pós-coloniais, a pesquisa sugere que o associativismo feminino nipo-brasileiro esteve articulado a questões e ansiedades em relação à mistura racial e perda cultural e contribuiu para a produção de representações positivas sobre o Japão e os japoneses no arena global. Com a derrota do país na Segunda Guerra Mundial, essas organizações ressurgem com novos propósitos, promovendo trabalhos voluntários de interesse cultural e filantrópico e contribuindo para a formulação de sentidos de identidade japonesa distanciados dos referenciais imperiais-nacionalistas e alinhados à narrativa de ascensão socioeconômica do grupo na sociedade brasileira. Longe de apresentar conclusões definitivas, este trabalho busca estabelecer um campo de possibilidades analíticas a partir da problematização dos sentidos políticos da mobilização feminina no âmbito da domesticidade e as articulações do gênero com outras relações de poder como classe, raça, etnicidade e nacionalidade.

Palavras-chave: imigração japonesa; gênero; associações femininas; nacionalismo; história

ABSTRACT

NAKAMOTO, Ana Luisa Campanha. **Feminine representations on Japanese and Okinawan Immigration to Brazil**. 2019. 225f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

This thesis is a study about the role of women's mobilization in matters of identity, ethnicity and national belonging. It focuses on women's associations called *fujinkai* established by Japanese immigrants in Brazil throughout the twentieth century. This analysis is based on theoretical and epistemological contributions from gender studies, historical sociology of migration and postcolonial studies. The research data suggests that Japanese-Brazilian female associations were articulated to address issues and anxieties regarding racial mixture, cultural loss and to aid the production of positive representations about Japan and the Japanese in the global landscape. After Japan was defeated in World War II, these organizations resurfaced with a new purpose, promoting voluntary works of social, cultural and philanthropic interest, contributing to the create new Japanese identities distanced from imperial-nationalist references and aligned with a project of socioeconomic ascension for Japanese-Brazilians in Brazil. Far from presenting definitive conclusions, this work seeks to establish analytical possibilities by problematizing the political meanings of women's domestic roles and mobilization and the interplay between gender and other relations of power such as class, race, ethnicity and nationality.

Keywords: Japanese immigration; gender; women's associations; nationalism; history

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura 1	Cozinha de residência típica de imigrantes japoneses	36
Figura 2	Monumento do Desembarque de Imigrantes Japoneses em Santos	38
Figura 3	Monumento Nacional ao Imigrante no Parque do Ibirapuera, em São Paulo	38
Figura 4	Monumento ao Colono Imigrante em Domingos Martins (Espírito Santo)	39
Figura 5	Stand de “comidas orientais” organizado pelo <i>fujinkai</i> da Associação Cultural e Assistencial da Liberdade (ACAL) (2012)	42
Figura 6	Apresentação do <i>fujinkai</i> da Associação Okinawa da Casa Verde no 25º Kyodo Matsuri/Miss Ryuso/Eisa Matsuri (29 de julho de 2012)	42
Figura 1.1	Navio negro e tripulação. Aquarela em papel. 1854	63
Figura 1.2.	Imperatriz Shōken (1872 e 1886)	67
Figura 1.3	Guia de penteados femininos em brochura de <i>nishiki-e</i> (Ginkō Adachi, 1885)	68
Figura 1.4	Trabalhadoras da fábrica de seda Tomioka, 1904	71
Figura 1.5	Cartões postais da Guerra Russo Japonesa	77
Figura 2.1	Moradia de trabalhadores japoneses no Havaí (sem data)	85
Figura 2.2	Trabalhadoras japonesas na lavoura de cana-de-açúcar (Havaí, sem data)	85
Figura 2.3	Navio <i>Kasato Maru</i>	92
Figura 2.4	Jornal <i>Burajiru Jihō</i> , 28 de setembro de 1917	104
Figura 2.5	“A mulher é a chave da harmonia” (Coluna Feminina, Jornal <i>Burajiru Jihō</i> , 07/09/1917)	112
Figura 2.6	“A boca é a origem do desastre” (Coluna Feminina, Jornal <i>Burajiru Jihō</i> , 05/10/1917)	112
Figura 2.7	“O Brasil é nosso Paraíso” (Coluna Feminina, Jornal <i>Burajiru Jihō</i> , 26/10/1917)	113
Figura 2.8	Imagem de Suye-Mura (1932-1933)	125
Figura 3.1	Satsue e Tomoo Handa (sem data)	128
Figura 3.2	Artigo publicado no jornal <i>Burajiru Jihō</i> de 27 de outubro de 1939: “Doações de compatriotas no exterior para a defesa nacional”	136
Figura 3.3	Panfleto que circulou em São Paulo sobre as aplicações militares da menta	137
Figura 3.4	Panfleto da “Poly-vitamina” e macro-fotografia usada na perícia	139
Figura 3.5	Recibo de doação para o Japão, enviada de São Paulo via São Francisco	149
Figura 3.6.	Programa de Recital de Música para angariar fundos para as vítimas da Guerra no Japão	149
Figura 4.1	“Belas jovens” recebem os “peixes voadores” no aeroporto de Congonhas	

	(Jornal Burajiru Jihō, 8 de março de 1950)	164
Figura 4.2	Os três “japoneses” medalhistas olímpicos dos 1.500 metros livres. 1952	165
Figura B.1	Banco Banespa	197
Figura B.2	Varig	197
Figura B.3	Banco do Brasil	198
Figura B.4	Banco América do Sul	198
Figura B.5	Banco Bradesco e Sanwa Bank	199
Figura B.6	Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP)	199
Figura B.7	SAAB-SCANIA do Brasil	200
Figura B.8	Ford do Brasil	200
Figura B.9	VASP	201
Figura B.10	Desenvolvimento Rodoviário S.A, Secretaria dos Transportes de São Paulo	201
Figura B.11	CASP Equipamentos	202
Figura B.12	Manufatureira de Embalagens de Polpa (MAPOL) e Iharabrás S.A. Indústrias Químicas	202
Figura B.13	A Lusitana	203
Figura B.14	Sérgio Dourado Empreendimentos Imobiliários	203
Figura B.15	Amsterdam & Sauer Jewelers	204
Figura B.16	Kodak	204
Figura B.17	NEC do Brasil Eletrônica e Comunicações	205
Figura B.18	Klabin, A Nakata, Terraço Itália	205
Figura B.19	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo	206
Figura B.20	Suntory	206
Figura B.21	Anglo	207
Figura B.22	Ishibrás	207

Mapas

Mapa 1	Províncias e Regiões do Japão	194
Mapa 2	Expansão Imperial Japonesa (1874-1945)	195
Mapa 3	Distribuição dos Imigrantes Japoneses em São Paulo (1908-1940)	196

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 2.1	Emigração de Japoneses por Destino e Período	86
Tabela 2.2	Entrada de Imigrantes Japoneses via Santos – por sexo (1908-1941)	97
Gráfico C.1	Pirâmide Populacional dos Japoneses no Brasil por Geração (1958)	208
Tabela C.1	Estado Civil	209
Tabela C.2	Educação	209
Tabela C.3	Vida Associativa	210

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CENB	Centro de Estudos Nipo-Brasileiros
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DERSA	Desenvolvimento Rodoviário S/A
ELSP	Escola Livre de Sociologia e Política
FELSPSP	Fundação Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo
JACL	Japanese American Citizens League
JWCTU	Japanese Women's Christian Temperance Union
K.K.K.K.	Kaigai Kogyō Kabushiki Kaisha
MAPOL	Manufatureira de Embalagens de Polpa
SUS	Sistema Único de Saúde
USP	Universidade de São Paulo
WWCTU	World Women's Christian Temperance Union

SUMÁRIO

Sobre a Versão Corrigida	18
Notas de Leitura	19
PRÓLOGO	20
INTRODUÇÃO	25
1. A construção do objeto de pesquisa	27
2. (Des)continuidades espaciais e temporais na mobilização doméstica	35
3. Domesticidades	37
4. Perspectivas teóricas e interpretações	42
5. Materiais e Métodos	47
6. Descrição de Capítulos	49
CAPÍTULO 1	
Associações Femininas Japonesas: Modernidade, Transnacionalismo e Império	51
1.1. Um Japão “Moderno”	55
1.2. <i>Ryōsai kenbo</i> (“boa esposa, mãe sábia)	61
1.3. Os “vícios do passado” e o movimento pela temperança	67
1.4. Associações Femininas e Militarismo	69
1.5. “Modernidade Colonial” a partir de Okinawa	71
CAPÍTULO 2	
Mulheres Imigrantes, Família e Domesticidade antes da Segunda Guerra Mundial	76
2.1. Brasil e Japão: o “encontro”	82
2.2. As famílias compostas	92
2.3. Núcleos coloniais	100
2.4. Cultura escrita e disciplina feminina	108
CAPÍTULO 3	
Nacionalismos em Movimento	110
3.1. Imagens cotidianas por Satsue Handa	110
3.2. Movimentos ultranacionalistas	117
3.3. Os movimentos vitoristas	125
3.4. O outro lado	131
3.5. Repercussões	134

CAPÍTULO 4	
As voluntárias: filantropia e diferença na “colônia japonesa”	137
4.1. Os anos 1950	143
4.1.1. “Peixes voadores”	145
4.1.2. Palestras e Cursos	
4.2. Imigração no pós-Guerra e Mobilidade Urbana	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159
GLOSSÁRIO	175
ANEXOS	177
Anexo A – Mapas	178
Anexo B – 70 Anos da Imigração Japonesa no Brasil – Material Publicitário	181
Anexo C – Recenseamento da Colônia Japonesa	192
Anexo D – Esperança Fujikai – “Resumo da Trajetória de 55 Anos”	193

SOBRE A VERSÃO CORRIGIDA

Esta tese constitui a versão atualizada e corrigida do texto “Representações do Feminino na Imigração Japonesa e Okinawana para o Brasil”, defendida em 04 de junho de 2019 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Por recomendação da Banca Examinadora, foram realizadas mudanças no texto que demandariam, em uma situação ideal, a mudança do título do trabalho. Tal alteração não foi possível em função do regimento interno da Comissão de Pós-Graduação. Solicita-se ao leitor que considere o presente título com reservas.

NOTA DE LEITURA

1. Palavras em língua japonesa estão escritas em forma romanizada segundo o Sistema Hepburn, tal como apresentado no *Dicionário Michaelis: Dicionário Prático Japonês – Português* (2012). Os alongamentos de vogais são representados com o uso do mácron: aa (ā), ee (ē), oo (ō), ou (ō), uu (ū). O sinal apóstrofo é indicado para separar o “n” silábico seguido de vogal como no caso de “*Jun’ichirō*” (o apóstrofo indica que a pronúncia correta da palavra é *jun-ichi-ro-u*, e não *ju-ni-chi-ro-u*). Em casos de palavras em língua japonesa incorporadas à língua portuguesa como “*issei*”, “*nissei*” e “*yakissoba*”, a escrita seguiu os formatos estabelecidos por dicionários de língua portuguesa.
2. Nomes de pessoas estão ordenados seguindo a convenção textual e normas do Direito Civil Brasileiro, compreendendo o prenome seguido pelo sobrenome. Nomes japoneses são citados segundo a convenção brasileira para fins de padronização.
3. Nomes de municipalidades, províncias e regiões japonesas e chinesas, estão escritos em português brasileiro. Por exemplo: 東京(*Tōkyō*) é escrito como: “Tóquio”. Localidades cuja grafia dos nomes não possuem versões brasileiras foram traduzidas segundo o Sistema Hepburn.
4. Traduções não creditadas foram feitas pela própria autora.
5. As palavras em língua japonesa mencionadas neste trabalho estão listadas no *Glossário*.

PRÓLOGO

Em uma pesquisa de Doutorado, os resultados finais apresentados na tese raramente representam o produto final das intenções explicitadas no projeto inicial; ou mesmo uma trajetória linear desde a coleta de dados até a sistematização da análise em uma composição escrita coesa. Esta pesquisa, de muitas formas, é fruto de múltiplas problemáticas e caminhos que surgiram ao longo do processo iniciado desde 2015, quando ingressei no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Se por um lado essas mudanças expressam influências externas como contingências da vida e introdução de novas literaturas (ou novas leituras de literaturas já conhecidas), elas também partem da interioridade da pesquisa, por caminhos e possibilidades apontadas pelos próprios dados que surgem com facetas inesperadas e permitem fazer novas conexões factuais e analíticas. Desta forma, gostaria de aproveitar o espaço deste Prólogo para fazer uso de minha voz pessoal e explicar as trilhas que me conduziram do início da pesquisa até a redação deste trabalho.

Meu interesse pela imigração japonesa se desenvolveu desde a Graduação em Ciências Sociais (2003-2008) quando, sob a orientação da Professora Doutora Eva Alterman Blay, desenvolvi uma pesquisa no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade de São Paulo¹ intitulada “Trajetórias femininas, memória e imigração: judias e japonesas em São Paulo no início do século XX” (NAKAMOTO, 2009); em que analisei experiências de mulheres imigrantes dos grupos em questão a partir de seus próprios depoimentos e registros². Naquela ocasião, eu considerei as experiências das mulheres imigrantes a partir do conceito de *etnicidade*, compreendido como uma dinâmica de alteridade que demarca fronteiras entre diferentes grupos em torno de referenciais como cultura, língua e origem comum (BARTH, 1998).

¹ Financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Durante um período de aproximadamente dois anos entre dezembro de 2005 e março de 2009, realizei atividades de pesquisa no âmbito do projeto “O Brasil como Destino”, de autoria da Professora Doutora Eva Alterman Blay, voltado para o estudo de histórias de vida de imigrantes judeus radicados em São Paulo na primeira metade do século XX. Os depoimentos analisados durante a Iniciação Científica fazem parte do amplo acervo de entrevistas coletadas pela orientadora e sua equipe desde os anos 1980. Entre os desdobramentos da pesquisa realizada pela Professora Eva Blay está o livro *O Brasil como Destino: raízes da imigração judaica contemporânea para São Paulo* (2013).

O modelo analítico pelo qual me orientei estava alinhado a um conjunto de estudos que, grosso modo, valorizam as maneiras como grupos imigrantes mantiveram um senso de coesão e identidade étnica apesar de pressões assimilacionistas no âmbito da sociedade majoritária. Nessa concepção, as rupturas provocadas pelo processo migratório e experiências de preconceito e diferença na sociedade de destino desloca as práticas de cultivo da cultura de origem para escalas *interiores* do grupo como a família, o parentesco e a comunidade étnica (SAKURAI, 1993; FAUSTO, 1998; ASSIS, 2007; KOSMINSKY, 2007; BLAY, 2009). A partir dessa literatura e das falas das/sobre mulheres imigrantes, sugeri que o espaço doméstico, associado à opressão e desagenciamento das mulheres, poderia ser também um polo de protagonismo e resistência. Anos mais tarde, revisitei o tema com outras questões em mente.

Na ocasião do ingresso no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo para a obtenção de título de Doutorado (2015), meu projeto original tinha como objetivo a análise de dinâmicas familiares em contextos transnacionais contemporâneos a partir de estratégias de divisão do trabalho. De modo específico, eu pretendia pesquisar a maneira como a dinâmica fortemente sexuada do trabalho reprodutivo e afetivo realizado no âmbito doméstico poderia ser reorganizada quando um ou mais membros se ausenta para trabalho no exterior. O tema tem se desenvolvido de forma prolífica no campo da Sociologia das Migrações e Gênero, definido por Mirjana Morokvasic (1984; 2010; 2014) como “*um campo de fertilização mútua*” em que as epistemes *mulher* e *migrante* tem contribuído reciprocamente para pensar o aspecto constitucional do gênero e outras matrizes de dominação nos deslocamentos populacionais. No que se refere às famílias transnacionais, esse campo tem problematizado, principalmente, como valores sociais em torno da maternidade, paternidade, filiação e/ou conjugalidade afetam estratégias e experiências de mulheres migrantes e suas relações com familiares que permanecem nos países de origem (DEBIAGGI, 2003; EHRENREICH; HOSCHILD, 2004; PARREÑAS, 2004; 2005; MOZÈRE 2010; HOANG; YEOH, 2011). Meu intuito, por sua vez, era entender como a organização do cotidiano familiar, saturado de tensões acerca das expectativas mediadas por papéis sexuais, se articula com fatores externos à família como a oferta (ou não) de políticas públicas de educação, renda e assistência social. Como socióloga das migrações, eu pretendia pensar o Estado para além de seu papel como órgão regulador dos fluxos e permanências de pessoas; mas também como um provedor de serviços essenciais que podem compor o repertório de recursos mobilizados por indivíduos e famílias para elaborar estratégias transnacionais de sobrevivência.

O ponto de partida da pesquisa seria a cidade de Ibaraki, no Japão, onde seriam conduzidas entrevistas com brasileiros e indonésios que migraram para o país na condição de trabalhadores na indústria local de médio-porte. Em seguida, seus familiares seriam contatados nos países de origem, especialmente nas cidades de São Paulo (São Paulo, Brasil) e Manado (Sulawesi do Norte, Indonésia). Essa arquitetura tinha em vista não apenas a concentração de redes de circulação de pessoas entre essas cidades, mas também o aproveitamento de dados coletados para minha Dissertação de Mestrado sobre migração brasileira para o Japão³ (NAKAMOTO, 2012) e oportunidades providas pela minha própria situação de transnacionalidade como brasileira residente na Indonésia com contatos pessoais e institucionais no Brasil e no Japão. As diferentes situações de oferta de políticas sociais nos três países representariam, ainda, uma oportunidade singular para pensar as maneiras como as dinâmicas migratórias se relacionam com o avanço do neoliberalismo para além da flexibilização da mão-de-obra e da circulação de pessoas e capitais.

A primeira dificuldade teórica que enfrentei com o projeto foi a decisão de abordar os brasileiros no Japão fora das questões de etnicidade. Tanto a literatura sobre o tema (cf. KAWAMURA, 2003) como as expectativas de colegas e professores mediante a apresentação de meu problema de pesquisa insistiam na importância da condição de nipo-descendentes desses indivíduos – em particular, o peso de “valores tradicionais” da “cultura japonesa” como solidariedade filial, hierarquias geracionais e patriarcais – para pensar suas dinâmicas familiares. Foi-me sugerido, ainda, que a situação ambígua dos trabalhadores nipo-brasileiros de estarem em sua “terra ancestral”, mas serem considerados estrangeiros poderia afetar as maneiras como os laços e obrigações familiares eram apreendidos e mobilizados no âmbito dos projetos migratórios.

Em um primeiro momento, a resposta que elaborei a esses questionamentos foi a impossibilidade de realizar a pesquisa comparativa caso eu começasse a percorrer um labirinto tortuoso de causalidades culturais, tendo que explicar “a cultura”⁴ japonesa, “a cultura” indonésia específica da região do norte de Sulawesi, e as maneiras como as relações inter-

³ Segundo dados coletados em entrevistas, operações financeiras como remessas e poupanças levavam em conta, entre diversos fatores, a oferta de serviços de saúde de qualidade, a gratuidade do ensino, disponibilidade de renda por aposentadoria e acesso a programas sociais de renda como o Bolsa Família. Uma das entrevistadas, por exemplo, dedicou todas as economias que fez no Japão para custear o tratamento de saúde de sua mãe no Brasil pois não confiava na qualidade dos serviços gratuitos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

⁴ A expressão “a cultura” foi escrita entre aspas uma vez que uma análise comparativa do ponto de vista dos valores culturais relacionados às relações familiares não pode ser reduzida em bases nacionais homogêneas (Brasil, Indonésia e Japão).

geracionais e de gênero são mediadas pelas tradições locais com impactos possíveis nas situações migratórias. Por outro lado, considere que esse enquadramento obrigatório nas questões de *cultura e etnicidade* para falar de famílias asiáticas (ou descendentes de asiáticos) reflete um orientalismo implícito que atribui *excesso de tradição* aos indivíduos socialmente identificados como orientais. Nessa construção, amplamente criticada por movimentos de militância asiática-feminista contemporâneos (LEE; SHIMABUKURO; HIGA in HOLLANDA, 2018), *tradição* é entendida como um sistema atemporal e exótico que enrijece corpos e subjetividades, confinando trajetórias individuais em enquadramentos familiares e culturais onipotentes.

Desconstruir a centralidade da tradição para pensar dinâmicas familiares de indivíduos racializados, por sua vez, implica em uma operação mais complexa do que desmentir estereótipos. Assim como é possível entender a problemática da *tradição* como uma sanção externa, ela é também uma categoria produzida no interior de coletividades tanto para organizar identidades insurgentes e formas de resistência como também para barganhar privilégios e atingir objetivos em contextos sociais específicos⁵. Conforme afirmou a feminista, escritora e cineasta vietnamita Trinh T. Minh-Ha (1989) sobre sua experiência como mulher asiática racializada, as tradições constituem um ponto de inflexão tanto das fantasias orientalistas masculinas branco-ocidentais sobre o exotismo do “Oriente” como de sua necessidade íntima, enquanto sujeito, de encontrar sentido em suas memórias, experiências e afetos a partir de suas raízes e ancestralidades.

Embora pensar que famílias agem ou não “segundo as tradições” constitua uma explicação anacrônica, entender a atribuição de *tradição* como um ato de poder – seja para legitimar uma prática ou um senso de identidade de grupo a partir da autoridade do passado ou dispensá-la enquanto antiquada – permite apreender a complexidade das dinâmicas políticas que organizam discursos sobre historicidade, identidade e pertencimento étnico e/ou nacional⁶.

Quando circunstâncias pessoais impediram a realização da pesquisa de campo, optei por retomar o tema da imigração japonesa a partir das discussões sobre tradição supracitadas. Se

⁵ Uma discussão mais aprofundada sobre o assunto se encontra no âmbito do desenvolvimento do conceito de “essencialismo estratégico” por Gayatri Chakravorty Spivak (2010).

⁶ Em conversa com o sociólogo Iwan Nurhandi, da Universidade Brawijaya (Java, Indonésia) em 2014, ele compartilhou a reflexão de que o Estado Indonésio, em diversos momentos das últimas décadas, justificou a baixa oferta de serviços de saúde sexual e reprodutiva a partir da ideia de que a população local é “tradicional” (termo aplicado tanto para falar de valores locais pré-coloniais como da hegemonia da religião islâmica). Considerar que o Estado pode se apoiar nas categorias *cultura e tradição* para (des)mobilizar políticas públicas é uma proposição que poderia integrar a proposta do projeto original.

durante a Iniciação Científica eu considerei as conexões entre mulheres, esfera doméstica e tradição como fruto de um processo orgânico em que a identidade étnica se torna um aspecto cultivado na vida privada e comunitária dos grupos imigrantes; nesta tese busquei de que maneiras o discurso nativo constrói essas categorias historicamente.

Em função do escopo e volume de dados, o tema de análise escolhido para esta tese foram as associações femininas *fujinkai*. O conjunto de materiais levantados ao longo da pesquisa, por sua vez, compõe um acervo imenso de livros, artigos de jornais e revistas, fotos, diários, documentos, entrevistas e depoimentos que se referem não apenas às atividades dos *fujinkai*, mas às experiências pessoais de mulheres e homens imigrantes e descendentes e suas perspectivas únicas sobre a imigração, a vida no Brasil, suas famílias e sua individualidade. Embora este trabalho busque o melhor uso possível desse material, foi necessário estabelecer critérios que deixaram parte significativa do repertório de pesquisa para desenvolvimentos futuros.

Partindo da riqueza dos dados e das interfaces teóricas entre sociologia histórica das migrações, estudos de gênero e estudos pós-coloniais; desenvolvi uma arquitetura analítica que, longe de dar respostas conclusivas, é antes de tudo uma proposta e uma problemática em aberto. Conforme sempre insistiu Eva Alterman Blay, minha orientadora, o compromisso da pesquisa deve ser, antes de tudo, com os dados. E foi assim, buscando dar voz aos dados e às histórias que eles contam, que prossegui ao longo desta trajetória.

INTRODUÇÃO

*On the one hand, each society has its own politics of truth;
on the other hand, being truthful is being in the in-between of all regimes of truth.
Outside specific time, outside specialized space.*

Trinh T. Minh-ha, “Grandma’s Story”⁷

Esta tese constitui um estudo sobre a mobilização feminina em discursos sobre nacionalidade, identidade e pertencimento. O objeto de pesquisa é o processo de constituição das associações *fujinkai* no contexto da imigração japonesa para o Brasil. A palavra “*fujinkai*” pode ser traduzida para o português brasileiro como “associação de mulheres” e se refere às agremiações femininas formadas no âmbito de associações de imigrantes japoneses e descendentes.

Entre as diversas palavras em língua japonesa que podem ser traduzidas como “mulher”, “*fujin*” (婦人) remete de forma específica à “mulher adulta” ou “mulher casada”, sugerindo um imaginário linguístico em que o casamento é central para definir sentidos de identidade e ciclo de vida feminino⁸. No Brasil, a palavra “*fujinkai*” consta no *Dicionário Michaelis: Dicionário Prático Japonês – Português* (2012) e em publicações nativas⁹ como “associação de senhoras” ou “associação de damas”; uma tradução ambígua que pode se referir a mulheres adultas, mulheres “respeitáveis” ou mulheres idosas. De fato, as participantes dos *fujinkai* nipo-brasileiros costumam ter entre 60 e 90 anos de idade.

Na literatura sobre a imigração japonesa para o Brasil, os *fujinkai* ainda não foram objeto de estudos sistemáticos em língua portuguesa no âmbito acadêmico das ciências sociais. Com exceção de uma monografia intitulada “*Fujinkai no Brasil: Estudo de Caso*” (1992), de Hiroko Nakamura¹⁰, os *fujinkai* são mencionados na literatura de forma descritiva e anedótica

⁷ Minh-Ha (1989, p.121).

⁸ Traços desse uso podem ser encontrados em usos do ideograma “*fu*” (婦) em palavras como “marido e mulher” (*fūfu*, 夫婦) e “noiva” (*shinpu*, 新婦) (MICHAELIS, 2012).

⁹ São considerados nativos registros escritos (livros, jornais, revistas, etc.), falas e material audiovisual produzido no âmbito de entidades nipo-brasileiras, incluindo veículos da imprensa.

¹⁰ O trabalho de Hiroko Nakamura foi localizado no Centro de Estudos Nipo-Brasileiros (CENB). Não consta filiação institucional da autora, embora ela mencione nos “Agradecimentos” a orientação da Profa. Cleópatra Poli

para demonstrar a variedade das organizações de imigrantes japoneses no país sem se aprofundar em uma análise de suas atividades e atribuições. A maior parte das informações disponíveis tem sido publicadas em livros comemorativos produzidos pelos próprios *fujinkai*, por outras associações ou pela imprensa nipo-brasileira.

No âmbito nativo, os *fujinkai* são caracterizados como associações de voluntárias voltadas para ações de utilidade pública e comunitária como a filantropia, o apoio a atividades socioculturais da “comunidade nipo-brasileira”¹¹ e a formação de núcleos de sociabilidade e cuidado recíproco entre mulheres. Em geral, tratam-se de subgrupos constituídos no âmbito de entidades mais abrangentes como associações por província de origem (*kenjinkai*), associações locais (*kaikan*), associações comerciais, cooperativas, igrejas, templos budistas, ligas esportivas, entre outros. Ao lado de outras agremiações ou departamentos internos como as associações de jovens (*seinenkai*), os *fujinkai* expressam uma arquitetura organizacional que propõe atividades, arranjos de convivência e distribuição de tarefas a partir de segmentos etários e por gênero.

Embora as mulheres tenham possibilidades de participação e protagonismo em outros espaços associativos, incluindo em cargos de direção, os *fujinkai* constituem entidades designadas para mulheres e marcadas por representações que remetem a papéis sociais femininos como mães, esposas, avós e mantenedoras do lar. O discurso nativo, conforme será demonstrado ao longo deste trabalho, elabora as atividades dessas associações como extensões de afetos, práticas e responsabilidades que se constituem no âmbito da família – ou, mais especificamente, da “família japonesa” ou “família *nikkei*”. De modo exemplar, está escrito em uma publicação comemorativa do Instituto Cultural Nipo-Brasileiro de Campinas:

Em todas as associações nipo-brasileiras, o papel do Fujin-kai é da maior importância. Por trás do sucesso de qualquer evento estão sempre as laboriosas senhoras que, além de cuidar da cozinha, desempenham muitas outras funções. Trabalham incansavelmente, são alegres, criativas, solidárias. E sabem também se divertir: programam festas de aniversário, viagens, atividades culturais, assistenciais e

da Universidade Metodista e Fundação Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (FELSPSP) e do Prof. Hiroshi Saito do Centro de Estudos Nipo-Brasileiros (CENB). Nenhuma instituição de ensino pôde confirmar o vínculo com Nakamura.

¹¹ “Comunidade nipo-brasileira” constitui uma categoria nativa e, por isso, foi utilizada entre aspas. Expressões semelhantes para se referir ao mesmo conjunto de pessoas são “colônia japonesa”, “comunidade japonesa”, “comunidade *nikkei*”, entre outras. Estabeleço o uso de “nipo-brasileiro” para descrever entidades fundadas e mantidas por imigrantes japoneses e descendentes no Brasil. Embora no contexto brasileiro essas organizações, as pessoas e a “cultura” ao qual se referem sejam designadas predominantemente como “japonesas”, utilizo o termo para diferenciá-las de entidades no/do Japão e de filiais de organizações japonesas constituídas no Brasil.

recreativas. Como numa família, o Fujin-kai é a mãe a quem todos recorrem em qualquer situação (KOBAYASHI, 2006, p.141).

Esta tese tem, como objetivo, problematizar o processo pelo qual os *fujinkai* articularam historicamente representações de gênero, nacionalismo e etnicidade no âmbito de suas práticas e identidades institucionais. A partir do aproveitamento de aportes teóricos e epistemológicos produzidos no âmbito da Sociologia Histórica das Migrações, Estudos Pós-Coloniais e Estudos de Gênero, procuro reposicionar discussões sobre associativismo, gênero e identidades étnico-culturais acerca do grupo em questão.

1. A construção do problema de pesquisa

Esta pesquisa emergiu de indagações de natureza pessoal e intelectual acerca das possibilidades de produção de narrativas históricas sobre a imigração japonesa para o Brasil a partir das experiências das mulheres. Como uma mulher racializada, paulistana, descendente de migrantes de Okinawa (Japão) e da Bahia (Brasil), minha relação com a história da imigração japonesa para o Brasil – tal como reproduzida nos museus, monumentos, eventos, livros comemorativos e outros espaços da memória pública – tem sido de estranhamento e desidentificação. Eu não conseguia localizar minha trajetória e a dos meus avós e familiares naquilo que a poetisa okinawana-peruana Doris Moromisato Miasato chama de “[...] *uniformly epic and grandiloquent tone* [...]” (2002, p.187) das narrativas migratórias: a ênfase no sucesso, superação das dificuldades, progresso e integração. Os sofrimentos “superados” pareciam ainda pungentes. As memórias, cheias de silêncios e ausências. A “integração”, incompatível com a experiência contínua de ser uma *outra* fora do lugar.

Do ponto de vista dos estudos sobre japoneses no Brasil, a percepção das limitações daquilo que pode ser chamado de *narrativa hegemônica* foi colocada em trabalhos de historiadores, sociólogos e antropólogos – descendentes de japoneses ou não – que buscaram questionar imaginários cristalizados e produzir contra-narrativas a partir de outros sujeitos, dados e problemáticas. Estudos sobre o antiniponismo (DEZEM, 2000; 2011; TAKEUCHI, 2002; 2016; NUCCI, 2010), militantes de esquerda (LESSER, 2008), okinawanos¹² (SATOMI,

¹² Okinawanos, às vezes mencionados na literatura como ryukyuanos ou *uchinanchu*, são indivíduos oriundos da atual província de Okinawa, no arquipélago de Ryūkyū, localizado entre a ilha de Formosa e Kyūshū, a porção sul de *Hondō* (ou *Honshū*, a ilha “principal” do Japão) (Ver *Anexo A - Mapas, Mapa 1 – Províncias e Regiões do*

1998; 2004; SOUZA, 2009; MORI, 2013; HIGA, 2015; KANASHIRO, 2015; KONNO, 2016; PIRES, 2016) e trabalhadores nipo-brasileiros no Japão (SASAKI, 2001; KAWAMURA, 2003; OCADA, 2006, KONIGAME, 2011; NAKAMOTO, 2012), apenas para citar alguns exemplos, tem complicado postulados consolidados no discurso historiográfico sobre a homogeneidade étnica e cultural do grupo japonês, seu caráter ordeiro e o êxito econômico, educacional e profissional das gerações nascidas no Brasil. As tensões e disputas em torno da narrativa histórica, e também no campo mais sutil da memória, refletem um encaixe desconfortável da noção dos japoneses como uma “minoridade de sucesso” nas biografias individuais e coletivas.

A noção de “minoridade modelo” para se referir aos imigrantes japoneses e seus descendentes emergiu de modo relativamente simultâneo em diferentes lugares a partir da segunda metade do século XX. Nos Estados Unidos, Ellen Wu (2014) rastreia as bases desses discursos nos campos de concentração¹³ para nipo-americanos durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em que foram desenvolvidas tecnologias sociais e mecanismos pedagógicos para promover o uso do inglês e a adesão dos prisioneiros a “valores americanos” (HAYASHI, 2004). A partir dos anos 1950, esse discurso é mobilizado para deslegitimar as reivindicações de grupos afro-americanos no âmbito dos movimentos pelos direitos civis, exaltando o suposto sucesso econômico dos “asiáticos” como uma forma de negar o racismo sistêmico e seus efeitos na vulnerabilização da população negra. Um dos exemplos mais citados dessa narrativa é o artigo “Success Story, Japanese-American Style” (*New York Times Magazine*, 1966), do demógrafo e sociólogo William Petersen, da Universidade da Califórnia. Mencionando o acúmulo histórico de situações desfavoráveis como preconceito, exclusão racial, restrições político-jurídicas e os campos de concentração na Segunda Guerra Mundial, Petersen afirmou que os nipo-americanos desafiavam postulados estabelecidos nos estudos sobre minorias étnico-raciais ao apresentar taxas de escolarização acima da média nacional, baixos índices de criminalidade, maior expectativa de vida e notável inclinação para o

Japão). Embora indivíduos nascidos em Okinawa sejam nacionais japoneses, existe uma dinâmica de diferenciação que marca fronteiras, cisões e assimetrias entre “japoneses” e “okinawanos” no Japão, no Brasil e em outros contextos diaspóricos. Uma discussão mais aprofundada sobre o assunto se encontra mais adiante nesta *Introdução* e também no *Capítulo 1 – Associações Femininas Japonesas: Modernidade, Nacionalismo e Império* e *Capítulo 2 – Mulheres Imigrantes, Família e Domesticidade antes da Segunda Guerra Mundial*.

¹³ O encarceramento em massa de nipo-americanos foi ordenado pelo presidente Franklin Roosevelt (1882-1945) após o ataque japonês à base americana de Pearl Harbor em 1942. Na época, cerca de 126 mil japoneses e descendentes viviam nos Estados Unidos continental. Aproximadamente 120 mil pessoas foram transferidas para o centro-oeste do país e mantidas em campos de concentração. Nesse universo, mais de 60% eram gerações nascidas nos Estados Unidos e portadoras de cidadania americana. O governo designou as medidas como “evacuação”, “realocação” e “internação” de pessoas com ascendência japonesa para fins de segurança nacional. Críticos tem apontado para como a terminologia ameniza a violência e a orientação racista da política (HAYASHI, 2004; WU, 2014).

empreendedorismo. A chave do “sucesso” desse grupo estaria, para o autor, na ética e valores culturais “japoneses” como colocar o bem-comum acima do individual, respeito à autoridade, apego à ancestralidade e a força dos vínculos familiares – características que o autor, significativamente, considerou estarem ausentes entre “negros e mexicanos”.

[...] By any criterion of good citizenship that we choose, the Japanese Americans are better than any other group in our society, including native-born white. They have established this remarkable record, moreover, by their own almost totally unaided effort. Every attempt to hamper their progress resulted only in enhancing their determination to succeed. Even in a country whose patron saint is the Horatio Alger hero, there is no parallel to this success story (PETERSEN, 1966, p.21)

Embora esse discurso tenha sido recebido com críticas¹⁴, intelectuais, políticos e organizações nipo-americanas como a *Japanese American Citizens League* (JACL) abraçaram essas representações e passaram a reproduzi-las através de eventos, publicações e memoriais. O clássico *Nisei: the Quiet Americans* (1969)¹⁵, do jornalista Bill Hosokawa, tem sido considerado parte da produção historiográfica que sustenta e legitima esse imaginário.

No plano geopolítico, narrativas sobre o “caráter” do povo japonês foram sobrepostas a imagens de reconstrução, desenvolvimento econômico-industrial, democratização e fartura no pós-Guerra a partir do alinhamento político com os Estados Unidos. A manutenção de um senso de “especificidade” japonesa a partir de uma mescla harmônica entre tradição e modernidade, ética samurai e capitalismo¹⁶, serviu de lastro para o projeto de hegemonia americana durante a Guerra Fria, produzindo representações da *pax democrática* americana como um projeto benevolente de conciliação cultural e prosperidade (IGARASHI, 2011; WU, 2014).

No Brasil, essas representações foram personificadas nas empresas japonesas que entraram em massa no país a partir dos anos 1960 e, com mais intensidade, nos anos 1970. Em plena Ditadura Militar (1964-1985), o governo estimulou o crescimento econômico a partir de um conjunto de medidas econômicas como a substituição das importações e o desenvolvimento da indústria de base que marcaram o chamado “milagre econômico brasileiro”. Em meio a

¹⁴ Entre os críticos, destaca-se Ina Sugihara (1919-2004), ativista nos movimentos pelos direitos civis. Ela considerava coalisões políticas multiétnicas e multirraciais essenciais na luta contra o racismo. Sobre sua trajetória, ver: Robinson (2014).

¹⁵ *Nisei*, ou segunda geração, se refere aos filhos de imigrantes japoneses nascidos no exterior.

¹⁶ Os estudos japoneses (*nihonjinron*), em particular a partir da Segunda Guerra Mundial, buscaram estabelecer as causas e características do processo de modernização, democratização e progresso econômico acelerado que se deu no Japão. Essa escola tinha como premissa o caráter “único” da trajetória japonesa e buscou na história, cultura e tradições explicações possíveis. Curiosamente, a maioria dessas teorias considera o expansionismo militar e autoritarismo a partir dos anos 1930 como um período anacrônico (ORTIZ, 2000; BEFU, 2001).

incentivos para investimentos estrangeiros, altos funcionários da burocracia estatal de ascendência japonesa tiveram um papel central na introdução de capital japonês e negociações de parcerias binacionais (TANIGUTI, 2015; MOTOYAMA; OKUBARO, 2016). Nesse contexto, a noção de que haveriam continuidades entre a imigração japonesa que teve início em 1908 e o desenvolvimento econômico do Brasil nos anos 1970 foi tecida através de diversas imagens, discursos e ocasiões públicas de encontros entre japoneses, nipo-descendentes e brasileiros no âmbito político e empresarial. Essa narrativa, celebrada no âmbito das comemorações dos 70 Anos da Imigração Japonesa para o Brasil em 1978, se materializou em diversos espaços memorialísticos, produções publicitárias¹⁷ e marcos urbanísticos da cidade de São Paulo¹⁸.

Um dos meios cruciais pelo qual foi realizada a sobreposição de imagens do desenvolvimento econômico e melhoria da qualidade de vida do Japão entre os anos 1950 e 1980 (IGARASHI, 2010) à “colônia japonesa” foi a formulação da narrativa histórica da imigração como uma saga de tribulações e triunfo. Embora essa construção heroica e virtuosa já circulasse na imprensa nativa e em produções escritas¹⁹ antes da Segunda Guerra Mundial; é a partir do final dos anos 1950, em meio a um processo concreto de ascensão social, econômica e educacional dos descendentes de japoneses (cf. SAITO, 1961; SUZUKI, 1964; CARDOSO, 1972; SAITO; MAEYAMA, 1973), que lideranças do grupo vão articular essas imagens no âmbito das narrativas nacionais brasileiras. Não obstante, representações positivas sobre o grupo associadas ao trabalho, eficiência, honestidade e respeito a ordem ainda demorariam anos para se assentar no imaginário popular. A experiência predominante de descendentes de japoneses com estereótipos seria ainda, por anos, balizada por imagens associadas ao “perigo amarelo”²⁰ e à “quinta coluna”²¹.

¹⁷ Vide Anexo B: 70 Anos da Imigração Japonesa para o Brasil – Material Publicitário.

¹⁸ Refiro-me, aqui, à caracterização da Liberdade como um bairro “oriental” turístico através da construção do Arco Tori, do jardim japonês, das lâmpadas suzuran e azulejos com símbolos *tomoe*. As obras foram concluídas em 1974 e, embora não tenham sido realizadas especificamente para as comemorações dos 70 Anos da Imigração Japonesa, devem ser compreendidas como parte da valorização da “presença japonesa” em um momento de crescimento econômico e urbano (NEGAWA, 2006).

¹⁹ Um exemplo constitui o livro *Burajiru ni Okeru Nihonjin Hatten Shi* (História da Expansão dos Japoneses no Brasil), coordenado por Ikutaro Aoyagi. O primeiro volume foi publicado em 1940-1941 e o segundo em 1953.

²⁰ Sobre as noções de “perigo amarelo” e “quinta coluna”, ver *Capítulo 3 – Nacionalismos em Movimento*.

²¹ Em entrevista para a *Revista Plural*, o sociólogo Sedi Hirano relata experiências de preconceito e encontro com imagens caricatas sobre japoneses durante sua infância e adolescência nos anos 1940 e 1950 (VASCONCELOS; TANIGUTI, 2011). Em depoimentos pessoais, diversos indivíduos nascidos na década de 1950 também relataram ter experiências mais positivas acerca da ascendência japonesa apenas depois de chegar à idade adulta. A

Esta pesquisa teve como objetivo inicial problematizar como a narrativa histórica hegemônica sobre a imigração japonesa para o Brasil marcou identidades e pertencimentos étnico-nacionais. A reflexão sobre pertencimentos parte das elaborações de Stuart Hall sobre as identidades nacionais enquanto “sistemas de representação cultural”; sendo representações (um termo já empregado largamente neste texto) compreendidas como um repertório de sentidos que circulam através da linguagem, imagens e símbolos (HALL, 2006). Segundo Hall, a nação se refere, sobretudo, a uma comunidade simbólica em que sentimentos de lealdade e pertencimento se produzem através do reconhecimento de um conjunto de significados compartilhados. Embora os imigrantes japoneses não constituam uma “nação”, considero ser possível estender o modelo analítico desenvolvido por Hall para falar da produção de identidades coletivas, ou do próprio sentido de que os imigrantes podem ser compreendidos como um grupo ou uma coletividade coesa. O fato do pertencimento e lealdades nacionais terem sido um foco permanente de tensão e problematização no âmbito desse grupo se trata de um aspecto relevante que será desenvolvido mais adiante no texto. Por ora, o argumento central é que as formas pelas quais o grupo forma sentidos de coletividade, coesão e continuidade passam pela produção de discursos sobre si.

Hall reconhece, entre os mecanismos de formulação das identidades nacionais, o que chama de “narrativa da nação” – histórias que são contadas e recontadas através de “[...] *imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências compartilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação*” (2006, p.52). A História, mais do que uma sequência ou acúmulo de processos e seu desenvolvimento ao longo do tempo, constitui, neste sentido, um discurso sobre o tempo ou uma representação do passado que possui efeitos narrativos.

Meu interesse específico na narrativa histórica da imigração era o tratamento reservado às mulheres, ou melhor, sua relativa invisibilidade. Para a historiadora Michelle Perrot (1989), a narrativa histórica tradicional é aquela da cena pública (política, economia) de onde as mulheres, por força das relações de poder e sistemas de valor, estão afastadas em termos de suas práticas concretas. Em outras palavras, a invisibilidade das mulheres como sujeitos históricos seria resultado da ação acumulada da opressão feminina no plano empírico e do viés androcêntrico dos processos de constituição do arquivo, da escrita da história e da análise histórica. A ausência de mulheres nas macro-narrativas pode significar também uma maneira

memória de filmes e animações americanas produzidas durante a Segunda Guerra Mundial em que os japoneses eram retratados de maneira depreciativa é particularmente marcante nessas falas.

de lhes negar historicidade, inscrevendo-as na “lápide fixa da tradição” (BHABHA, 1998, p.21) como repositórios do passado ou símbolos da terra ancestral para a qual o retorno permanece como um sonho idealizado, mas impossível de se concretizar (SAYAD, 1998).

Revisões feministas na área da Sociologia Histórica das Migrações têm apresentado diagnósticos ressonantes ao demonstrar o pressuposto estabelecido no campo de que as mulheres imigrantes do passado²² se deslocaram predominantemente dentro de um quadro de migração familiar como acompanhantes de pais, maridos e filhos (MOROKVASIC, 1984; 2007; MOZÈRE in FALQUET et.al., 2010). A historiadora Nancy Foner (2000), por exemplo, demonstrou como em determinados períodos históricos a imigração feminina para New York não apenas superou a masculina²³, como também envolveu grandes proporções de mulheres solteiras e trabalhadoras assalariadas. Do ponto de vista da crítica feminista, a *invisibilidade* das mulheres, em particular aquelas cuja atuação não se encaixa em papéis femininos domésticos tradicionais, é fruto do androcentrismo epistemológico que associa o trabalho e a mobilidade a sujeitos masculinos.

A agência de imigrantes na escrita de sua própria história foi problematizada por Eiichiro Azuma (2003) acerca dos *issei*²⁴ nos Estados Unidos. O historiador identifica uma tendência crescente a partir dos anos 1920 – concomitante à aprovação da Lei da Imigração de 1924²⁵ e ao “aniversário”²⁶ de 70 anos da imigração japonesa para os Estados Unidos – de

²² Nos estudos migratórios, não existe uma fronteira cronológica clara que divide as “migrações históricas” e as “migrações contemporâneas”. Os deslocamentos contemporâneos são considerados, de modo geral, no âmbito dos efeitos da globalização neoliberal a partir dos anos 1980. Subentende-se como migrações históricas ou passadas os deslocamentos que se deram ao longo do século XIX até meados do século XX.

²³ De 1857 a 1922, a maioria dos imigrantes era do sexo masculino. Mudanças nas leis imigratórias que restringiam a entrada de imigrantes do sexo feminino, por sua vez, possibilitaram a inversão do quadro. Entre 1930 e 1979, as mulheres totalizaram 55% dos imigrantes que entraram nos Estados Unidos, ultrapassando os homens em mais de um milhão de pessoas (FONER, 2000).

²⁴ “*Issei*” significa “primeira geração” e se refere a imigrantes japoneses.

²⁵ A Lei de Imigração de 1924 limitou o número de imigrantes que poderiam ser admitidos nos Estados Unidos para um máximo de 2% do total da população de pessoas de uma mesma origem tal como computada no Censo Populacional de 1890. Essa lei veio de um crescente de legislações restritivas como a Lei de Restrição da Imigração e a Lei Emergencial de Cotas, ambas de 1921. O objetivo era proibir a entrada de asiáticos, indianos e não-europeus.

²⁶ Diferentemente dos nipo-brasileiros que estabeleceram um marco para o “aniversário” da imigração (a data de chegada do primeiro navio com imigrantes oficiais, 18 de junho de 1908), os nipo-americanos não contam com uma celebração correspondente. No caso, a referência aos 70 anos vem de uma das historiografias nativas analisadas por Azuma, o livro *Nichibei Kankei Zaiibeikoku Nihonjin Hatten Shiyo* (Cronologia das Relações Japão-Estados Unidos e dos Japoneses na América) escrita por Yoichi Toga em 1927. Azuma traduz um excerto: “*A great nation/race [minzoku] has a [proper] historical background; a nation/race disrespectful of history is doomed to self-destruction. It has been already 70 years since we, the Japanese, marked the first step on American soil [...]*” (TOGA, 1927 *apud* AZUMA, 2003, p.1401).

forjar um discurso historiográfico glorioso, de tribulações e triunfos, como uma forma de resgatar um senso de dignidade e unidade em meio a um contexto de recrudescimento do preconceito e exclusão racial²⁷. Uma análise da epistemologia desses textos revelou como nas historiografias nativas os japoneses foram reinventados racialmente como colonizadores e homens de fronteira a partir da mobilização de categorias como “pioneiros do desenvolvimento”. Emulando o discurso da “conquista do Oeste” e do “Novo Mundo” das narrativas nacionais míticas americanas, os japoneses se inscreveram como aliados dos colonos brancos que avançavam sob as terras indígenas nas fronteiras; ao mesmo tempo em que se inseriram na retórica do Império Japonês que concebia seus nacionais como agentes do progresso e do desenvolvimento em diferentes partes do mundo. As articulações entre expansão imperial e os discursos sobre imigração foram um dos achados mais importantes de Azuma, e serão retomadas mais adiante.

O autor identifica não apenas ênfases temáticas e narrativas, mas também a fabricação de fatos históricos como a chamada “primeira mulher japonesa na América”, Okei. Supostamente parte de um pequeno grupo de japoneses liderados pelo alemão John Schnell, Okei teria imigrado em 1869 para o Condado de El Dorado, na Califórnia, aos 17 anos, como babá dos dois filhos do casal Schnell. Com a ruína financeira da comunidade, Okei foi acolhida por um vizinho branco benevolente, mas teria morrido de malária com apenas 19 anos. A história surgiu pela primeira vez no final dos anos 1920, publicada em jornais nipo-americanos sob a égide do “resgate histórico” da trajetória das “mulheres pioneiras da fronteira do Oeste”. A celebração de Okei como a “primeira mulher *issei*” e a romantização de sua vida breve e casta permitiu um contraste com o imaginário social americano que associava as mulheres japonesas à economia da prostituição²⁸, “elevando” o padrão moral das mulheres *issei* ao

²⁷ Sobre políticas de exclusão racial anteriores à 1924, afirma Azuma: “*In addition to de facto segregation in their daily lives, the enactment in 1913 and 1920 of California’s alien land laws (and of similar laws in other western states) deprived them of tenacity and landownership. The denial of naturalization rights provided Issei with no access to the formal political process, rendering them powerless against racist politics at the state and federal level. The Japanese did fight back in the court system with a lingering faith in American justice, but decisive triumphs for racism came in cases testing the alien land laws in 1922-1923 and in a historic 1922 United States Supreme Court decision that upheld the legal definition of the Japanese as ‘aliens ineligible for citizenship’ under the ground of their ‘Mongolian’ origin*” (AZUMA, 2003, p.1402).

²⁸ Esse imaginário era pautado pela baixa proporção de mulheres em relação aos homens entre imigrantes japoneses. No Havá de 1871, em uma população de 12.360 pessoas, 10.079 (81,5%) eram homens. A disparidade era ainda mais pronunciada nos Estados Unidos e Canadá no início dos anos 1900 (LONE, 2001).

sugerir uma linha direta de sucessão entre Okei e as noivas e esposas de japoneses que passaram a imigrar em proporções consideráveis a partir do *Gentlemen's Agreement* de 1907²⁹.

Conforme afirmou Michel de Certeau (1983), a História não existe fora da escrita da história, ou de sua representação. Fatos históricos, mesmo não sendo deliberadamente fabricados, ainda possuem efeitos narrativos. No que se refere a imigração japonesa para o Brasil, o discurso nativo, à semelhança das observações de Eiichiro Azuma sobre o contexto nipo-americano, também fabrica a “mulher imigrante japonesa” como sujeito histórico coletivo homogeneizada nos papéis domésticos femininos de mães, esposas e donas-de-casa. Essa construção, além de lançar sombra sobre as mulheres que não se encaixam nessas representações (prostitutas³⁰, viúvas, mulheres sozinhas, lésbicas, transexuais), enquadra as diversas práticas femininas dentro das fronteiras conceituais da *casa*, produzindo a percepção de que a atuação das mulheres gerou efeitos nas famílias e relações imediatas mas não teve implicações políticas, econômicas e sociais mais amplas.

O Museu Histórico da Imigração Japonesa, como um marco memorialístico que materializa e preserva essa narrativa pode ser considerado um caso exemplar. Ao se percorrer os corredores do museu, há fotos e verbetes sobre “homens notáveis” e “pioneiros” como Ryō Mizuno³¹, Shūhei Uetsuka³² e Unpei Hirano³³; e entre eles, nenhuma mulher. A experiência física e sensorial do Museu conduz o visitante em torno de seus objetos biográficos como óculos, escrivatinhas, livros, chapéus, malas de trabalho e quadros de acervos pessoais. Os nomes e singularidades marcam fronteiras entre protagonistas e imigrantes anônimos cuja experiência é representada através de imagens que reproduzem o cotidiano na agricultura paulista: animais da flora brasileira empalhados, sementes, enlatados, panelas, lampiões, ferramentas de trabalho, roupas, calçados, folhinhas. Adentrar a réplica de uma casa “típica” de colonos permite ao visitante imaginar a experiência do comer, cozinhar, dormir e coabitar das primeiras famílias. Nessa construção, a ausência de individualidade do registro sobre as

²⁹ O *Gentlemen's Agreement* compreendeu um acordo entre Estados Unidos e Japão de cessar a migração de japoneses para o território americano sem restrições formais.

³⁰ Uma discussão interessante sobre a exclusão das prostitutas e rufiões das narrativas históricas da “comunidade judaica” de São Paulo está em: Blay (2010).

³¹ Ryō Mizuno (1859-1951): presidente da Companhia Imperial de Imigração (*Kōkoku Shokumin Gaisha*) e considerado o responsável por trazer primeiros imigrantes japoneses para o Brasil.

³² Shūhei Uetsuka (1875-1935): veio ao Brasil como representante da companhia de emigração no *Kasato Maru* em 1908. Fundou o núcleo colonial Itocolmy, também chamado Uetsuka, em 1918.

³³ Unpei Hirano (1885-1919): tradutor dos imigrantes do *Kasato Maru* e fundador do primeiro núcleo colonial japonês em Cafelândia no ano 1915. O núcleo teve um fim trágico após ataques de gafanhoto, perda das lavouras e uma epidemia de malária que matou, inclusive, o próprio Hirano.

mulheres dissolve suas experiências em um cotidiano anônimo. Aquelas que posam nas fotos ao lado de lideranças em solenidades são frequentemente descritas como “a esposa”, “a família” ou “a Sra.” sem atenção aos seus nomes próprios ou suas biografias.



Figura 1. Cozinha de residência típica de imigrantes japoneses

Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil (Acervo Pessoal)

A primeira versão do Museu foi inaugurada em 1978 como parte das comemorações dos 70 Anos da Imigração Japonesa para o Brasil e foi financiado por empresas japonesas. Localizado no Edifício Bunkyo, mantido pela Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa (Bunkyo)³⁴ na Rua São Joaquim, na Liberdade, o bairro “oriental” de São Paulo, teve entre os primeiros visitantes o então Presidente da República Ernesto Geisel e o Príncipe-Herdeiro Akihito do Japão. Segundo Shozo Motoyama (2008), a construção do Museu esteve inserida em um contexto de preservação e registro de modos de vida que as lideranças da “colônia japonesa” perceberam estar em extinção com o êxodo dos imigrantes para as cidades e o “abrasileiramento” dos descendentes. A cristalização desse “retrato”, por sua vez, esteve em sintonia com a ideia dos japoneses como agentes do “progresso” do Brasil, exaltando suas contribuições e pioneirismo na agricultura com reproduções de mudas, detalhamento científico de suas propriedades e exibição minuciosa das técnicas de cultivo e seu impacto na economia paulista. Embora as mulheres tenham participado desse processo como trabalhadoras rurais, a narrativa masculinizante de progresso econômico e modernização do campo brasileiro desloca a agência, ou capacidade de fazer, para a figura do chefe de família. Assim, se os homens

³⁴ A entidade atualmente se chama Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e Assistência Social.

“trabalharam” pelo desenvolvimento dos núcleos e da agricultura, as mulheres “ajudaram” como mães, filhas e esposas. Em outras palavras, enquanto as mulheres cultivaram a família, os homens edificaram a “colônia japonesa” e contribuíram para a “sociedade brasileira”.

Outros registros parecem seguir essa topografia sexuada da memória: em livros comemorativos publicados por organizações nipo-brasileiras, as mulheres “surgem” com maior frequência e riqueza de detalhes conforme a escala de observação diminui. Se elas são anônimas na macro-narrativa sobre a imigração, nas memórias de uma cidade, de um bairro ou de uma organização específica, elas podem ser nomeadas como membras de famílias importantes ou detentoras de méritos específicos. Há ainda livros de memórias familiares, biografias, romances e coletâneas de histórias de vida em que a presença feminina inunda as páginas através de imagens cotidianas, afetividades e sensibilidades domésticas.

Trata-se de um dado importante que, no âmbito nativo, a noção de “contribuição feminina” – como uma forma de atuação especializada e mediada por qualidades e atributos determinados pelo gênero – foi mobilizada em tentativas de produção de uma “história das mulheres imigrantes”. As primeiras publicações surgiram de modo esparso a partir de 1980 (OKINAWA-KEN FUJIN RENGŌKAI, 1979; NOMURA, 1991) e tomaram fôlego com as comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil em 2008 (KUSAKANO, 2008; SUZUKI, 2010; NAKADA; TAKAYAMA, 2010). Além dos livros especializados, verbetes e resumos biográficos publicados na imprensa nipo-brasileira trouxeram histórias, curiosidades e depoimentos que tratavam do “papel da mulher” e sua “contribuição oculta” para o “desenvolvimento dos japoneses no Brasil”. Em *Okinawa Josei Imin Shi* (História das Mulheres Imigrantes de Okinawa) (1980), Junji Nishime, então Governador da Província de Okinawa, escreveu nas palavras de saudação do livro que as “[...] mães okinawanas lutaram pela educação dos filhos e filhas ao mesmo tempo em que ajudavam seus maridos [...]”, tendo um papel fundamental no cultivo de um senso de “[...] bondade enraizada nos costumes de Okinawa”. Continua: “[...] embora as conquistas das mulheres não tenham sido extraordinárias como as dos homens, elas contribuíram para o desenvolvimento dos migrantes ultramarinos por trás dos bastidores³⁵”. Em notável sincronicidade, a jornalista Tânia Nomura afirma sobre as mulheres imigrantes em *Universo em Segredo: a mulher Nikkei no Brasil* (1991): “[...] Foi graças ao seu apoio firme e persistente por trás dos bastidores que a comunidade nikkei pôde se desenvolver [...] afirmando a importância da força interior

³⁵ Do japonês: “*En no shita no chikara mochi*”. Agradeço ao amigo Celso Akihide Shiroma pela tradução.

profunda da mulher, que embora anonimamente, contribuiu para tecer e consolidar o espírito e fibra das novas gerações” (1991, p.18).

Essa formulação de família imigrante japonesa foi materializada na paisagem paulista em uma linguagem muito semelhante à narrativa nacional sobre os imigrantes e seu papel na construção nacional pelo trabalho e pela família.



Figura 2. Monumento do Desembarque de Imigrantes Japoneses em Santos

Inaugurado na ocasião das comemorações dos 90 anos da Imigração Japonesa para o Brasil, em 1998. Comissionado pela Federação das Associações de Províncias do Japão no Brasil. À frente, lê-se: “Aos Imigrantes Japoneses” com caligrafia do então Primeiro Ministro Japonês Ryutaro Hashimoto. No verso, texto de Sussumu Miyao: “A saga dos imigrantes japoneses iniciada no Porto de Santos em 11 de julho de 1908 completa 90 anos. Dos 250.000 imigrantes sobrevivem 80.000 e, incluídos os descendentes, somam 1.400.000 que hoje vivem e labutam nesta Terra” (KENREN, s/a)



Figura 3. Monumento Nacional ao Imigrante no Parque do Ibirapuera, em São Paulo

De autoria do escultor gaúcho Antonio Caringi, foi construído inicialmente para homenagear os imigrantes italianos, foi inaugurado em 1954. Pela Lei 1.801 de 2 de janeiro de 1953, sua destinação foi modificada para homenagear imigrantes de “todas as origens”. (WIKIMEDIA COMMONS, s/a)

Figura 4. Monumento ao Colono Imigrante em Domingos Martins (Espírito Santo)

De autoria do escultor Carlo Crepaz, foi construído inicialmente para homenagear os imigrantes alemães. Inaugurado em 1954.

Lê-se: “Ao Colono Imigrante, que aqui veio ajudar a construir uma grande Pátria, a gratidão da terra capixaba” (TERRA CAPIXABA, s/a)



Ao longo da pesquisa, enquanto buscava mapear e encontrar a gênese dos discursos sobre “contribuição feminina”, me deparei com a figura dos *fujinkai*. A partir de minha experiência pessoal, eu tinha familiaridade com essas entidades e sua forma de atuação: um clube de mulheres idosas que fazia atividades culturais como danças e também cuidava da comida, limpeza e outras funções “domésticas” em eventos e no cotidiano das associações nipo-brasileiras. A necessidade de reduzir o escopo do material analisado tornou essas entidades um objeto de pesquisa conveniente, uma vez que seu perfil institucional parecia sintetizar a ideia de “contribuição feminina” a partir de um repertório de atribuições que seriam extensões de papéis domésticos femininos na família. Ao mesmo tempo, o caráter público e coletivo dessas organizações colocava problemas analíticos interessantes como a própria conceituação da domesticidade como externa e oposta à esfera pública e ao interesse coletivo.

As narrativas históricas sobre os *fujinkai* se situam principalmente em livros comemorativos publicados nos aniversários de fundação das entidades ou em capítulos e verbetes de publicações sobre as associações nipo-brasileiras matrizes ao qual estão filiados. Esse material, embora valioso, colocava problemas em relação a proposta de pesquisa voltada para a gênese de um discurso mais amplo sobre mulheres, principalmente pela relativa juventude dessas associações. O mais antigo *fujinkai* em funcionamento, o Esperança Fujinkai, marca o início de suas atividades no ano de 1949. Como uma organização feminina filantrópica independente, foi considerado, a princípio, como um exemplo atípico de *fujinkai* uma vez que não respondiam a diretorias masculinas nem realizavam funções subalternas.

Registros memorialísticos sugerem que as primeiras associações femininas japonesas teriam surgido no Brasil por volta dos anos 1920 ou 1930³⁶, consideravelmente mais tarde do que os diversos tipos de associações masculinas³⁷ que se proliferaram a partir dos primeiros anos da década de 1910. Essas associações femininas, sobre as quais ainda não foram encontrados registros mais detalhados, teriam desaparecido durante a Segunda Guerra Mundial; quando os imigrantes japoneses e descendentes, na condição de inimigos do Estado, foram forçados a fechar suas entidades ou transferi-las para dirigentes brasileiros. O Esperança Fujinkai teria surgido a partir de reuniões de mulheres japonesas de classe média na cidade de São Paulo que se mobilizaram para arrecadar doações para o Japão arrasado pela Guerra logo após o fim do conflito.

O momento histórico do surgimento dessa entidade, em meio a um conflito interno entre a população nipo-brasileira marcada pela ascensão de organizações ultranacionalistas como a *Shindō Renmei* (Liga do Caminho dos Súditos) que negavam a derrota do Japão na Guerra, lhe confere um sentido político ocultado pela própria maneira como a entidade define sua atuação: um fazer despretensioso pautado pelo sentimento puro de “ajudar os outros”. Embora esse discurso seja compatível com as motivações sinceras das participantes e com o sacrifício pessoal, a dedicação e o investimento físico e emocional demandado pela atividade filantrópica, é necessário também considerar seus efeitos na produção de representações sobre um grupo que, a partir da segunda metade do século XX, passa a reivindicar imagens positivas para si relacionadas ao trabalho, empreendedorismo, educação, respeito a ordem e honestidade (TANIGUTI, 2015). Esta pesquisa buscou o equivalente feminino desses discursos através de representações femininas voltadas para a valorização da família, do voluntariado e da cultura.

2. (Des)continuidades espaciais e temporais na mobilização doméstica

O primeiro contato que tive com os *fujinkai* (ou, precisamente, a forma como tomei conhecimento de sua existência) se deu através de festivais e eventos relacionados à

³⁶ O livro *Uma Epopeia Moderna: 80 Anos da Imigração Japonesa no Brasil* (COMISSÃO, 1992) menciona a existência de uma associação de mães (*Haha no Kai*) em Registro desde 1921. Não foram encontradas outras referências que corroborem ou contestem essa informação. Caso seja verdadeira, trata-se da primeira associação feminina japonesa no Brasil da qual se tem conhecimento.

³⁷ Cabe apontar que tais associações não eram designadas como “masculinas”, mas sim como “associações de japoneses”.

“comunidade nipo-brasileira” na cidade de São Paulo como o Festival do Japão, Nikkey Matsuri, Okinawa Matsuri, entre outros. Como uma entre milhares de pessoas que circulavam nesses eventos, eu notei de modo corriqueiro a existência de grupos de mulheres idosas que participavam de apresentações de danças e mantinham barracas de comidas típicas como yakissoba e *Okinawa sobá*. A partir de 2008, como filiada da Associação Okinawa Kenjin do Brasil³⁸ e participante do Círculo de Ex-Bolsistas de Okinawa – *Urizun*³⁹, pude observar a atuação dos *fujinkai* do ponto de vista da dinâmica organizacional e dos discursos que circulam no interior dessa entidade.

Quando comecei a me interessar pelo estudo das associações *fujinkai*, dois aspectos de sua atuação pareceram imediatamente relevantes: a) o foco na comida e cuidado, remetendo a identidade da organização aos papéis domésticos femininos como mães, esposas e mantenedoras do lar; b) o esvaziamento da entidade pelo envelhecimento de suas participantes e dificuldade de atrair novas frequentadoras. Na minha experiência na Associação Okinawa Kenjin do Brasil, as questões parecem inter-relacionadas e reverberam em discussões mais amplas sobre as aspirações das mulheres em organizações dominadas por homens e o papel das relações de gênero na elaboração de discursos sobre identidade, cultura e tradição.

Como participante de uma organização de “jovens”, fui abordada algumas vezes por pessoas mais velhas, em geral homens, que questionavam por que mulheres da minha idade (então na casa dos vinte anos) não frequentavam as associações femininas. As perguntas vinham com uma repreensão subentendida: a membras do *fujinkai* estavam idosas e precisavam da vitalidade de mulheres jovens para as tarefas mais exigentes como carregar panelas e sacolas ou ficar em pé por muitas horas servindo convidados em eventos. A expectativa de que mulheres jovens eventualmente sejam sucessoras dos *fujinkai* tem um sentido amplo de passar para uma nova geração as responsabilidades das mais velhas e garantir a continuidade da

³⁸ A Associação Okinawa Kenjin do Brasil (AOKB) constitui a entidade central que agrega associações de imigrantes e descendentes da província de Okinawa no Brasil. 2006, a organização se fundiu ao Centro Cultural Okinawa do Brasil (CCOB) e se tornou uma entidade única: a AOKB-CCOB.

³⁹ O Círculo de Ex-Bolsistas de Okinawa *Urizun* é, segundo o blog oficial da entidade, “[...]uma entidade sem fins lucrativos, com o objetivo de promover o convênio de bolsas de estudo e estágios na província de Okinawa. Estas bolsas de estudo tem como finalidade perpetuar a cultura de Okinawa em países em que há imigrantes e descendentes, além de capacitação técnica em países em desenvolvimento. Para a manutenção das bolsas, o *Urizun* tem como papel unir estas pessoas que se beneficiaram destes programas, e otimizar o pós-bolsa, em que se deve difundir e reforçar a cultura de Okinawa” (URIZUN, 1995). Tornei-me participante do *Urizun* após usufruir, em 2007, de uma bolsa de estudos de seis meses em Urasoe, uma cidade de cerca de 113 mil habitantes ao sul de Okinawa. As atividades da bolsa incluíam o estudo da língua japonesa e de atividades culturais como *Ryūkyū Buyō* (dança clássica de *Ryūkyū*), *sanshin* (instrumento musical okinawano de três cordas), caligrafia (*shodō*) e cerimônia do chá (*shadō*). A bolsa de estudos tem periodicidade anual e o processo seletivo, no Brasil, é coordenado pelo Urasoe *Kyōyūkai* do Brasil (Associação de Amigos da Cidade de Urasoe).

associação. A principal resistência tem sido a pouca atratividade das tarefas feminizadas e subalternas feitas pelo *fujinkai* para uma geração de mulheres com oportunidades e aspirações educacionais e profissionais mas amplas.

Figura 5: Stand de “comidas orientais” organizado pelo *fujinkai* da Associação Cultural e Assistencial da Liberdade (ACAL) (2012)



Fonte: Prujansky (2012)

Figura 6: Apresentação do *fujinkai* da Associação Okinawa da Casa Verde no 25º Kyodo Matsuri/Miss Ryuso/Eisa Matsuri (29 de julho de 2012)



Fonte: AOKB-CCOB (2013)

As participantes do s *fujinkai*, por sua vez, significam suas atividades através de um outro conjunto de questões. Em uma reunião do Kyowa Fujinkai⁴⁰ em que pude participar, por exemplo, as mulheres discutiam a logística para servir os pratos típicos *Okinawa sobá* e *Sata andagui* em uma apresentação teatral que reuniria uma delegação de artistas na sede da Associação Okinawa Kenjin do Brasil. As falas dessas mulheres expressava a importância da comida para que a experiência de imersão na cultura okinawana por parte dos convidados fosse completa: o *sobá* deveria ser caseiro sem poupar na qualidade e quantidade dos ingredientes. Nessa concepção, o alimento preparado por mãos que o fizeram para “ganhar dinheiro”, ainda que saboroso, não teria o mesmo efeito subjetivo daquele feito por esposas, mães e avós okinawanas. O caráter altruísta da colaboração era reforçado pelo esforço físico que seus corpos envelhecidos fariam em carregar panelas pesadas, ficar de pé junto ao calor do fogo ao mesmo tempo em que deixariam de assistir ao espetáculo que prometia ser único e inesquecível.

Embora as atividades contemporâneas dos *fujinkai* tenham propósitos culturais e beneficentes, especialmente durante os anos 1950 e 1980, segundo livros-ata e registros de reuniões, suas atividades tinham uma orientação mais voltada para a organização do cotidiano doméstico e da família como cursos e palestras de culinária, corte e costura, nutrição e saúde da família. Embora as associações de pequeno porte não tivessem condições de sediar eventos dessa magnitude, uma entidade maior e com maior estrutura, o Esperança Fujinkai, funcionava como uma espécie de central de organizações femininas, trazendo caravanas do interior para palestras com especialistas em educação, economia, política, saúde e psicologia. Entre os temas discutidos em reuniões e palestras, repetem-se questões como relacionamentos entre pais e filhos, casamentos entre homens imigrantes do pós-Guerra e mulheres *nissei*, casamentos entre *nissei* e brasileiros(as) sem ascendência japonesa, e “problemas atuais” como “desagregação familiar”, “perda da identidade cultural” e “imoralidade”. Muitas das discussões remetem à desestabilidade causada pela vinda em massa para os centros urbanos, desvinculação das atividades agrícolas, “abrasileiramento” da população de descendentes e perda de “valores japoneses” como a centralidade da família, respeito aos mais velhos, humildade e integridade moral.

A busca das funções e atividades dos *fujinkai* nos primeiros períodos da imigração, por sua vez, me levaram a outros caminhos de pesquisa. Garimpando dados e buscando informações, foi possível constatar uma evidente descontinuidade entre as associações

⁴⁰ Filiado à Associação Okinawa Kenjin do Brasil.

femininas antes da Segunda Guerra Mundial e aquelas que surgiram em períodos posteriores. Ao buscar analogias possíveis entre os *fujinkai* do pós-Guerra e seus equivalentes nos primeiros anos da imigração, por sua vez, me deparei com um campo de problematização sobre a mulher japonesa e seu papel no progresso e desenvolvimento nacional que tornou necessário revisar o escopo de pesquisa centrado nos japoneses no Brasil.

Antes do início da imigração, associações *fujinkai* se proliferaram em diversas localidades do mundo para onde nacionais japoneses haviam se deslocado e se estabelecido, seja em países onde foram introduzidos como imigrantes, seja em locais conquistados e anexados às fronteiras políticas do Império Japonês e em pleno processo de colonização. Embora a expansão imperial e a emigração devam ser compreendidas como processos distintos (porém articulados, conforme será demonstrado ao longo da tese), certos aspectos comuns saltaram aos olhos e passaram a sugerir que, embora não tenham sido associações vinculadas dentro de uma mesma estrutura hierárquica ou organograma institucional, elas teriam derivado de uma mesma metodologia de mobilização feminina desenvolvida no âmbito do Império e da consolidação do Japão como um Estado-Nação moderno. Além do nome “*fujinkai*”, outros aspectos comuns seriam os aventais brancos; os vínculos de casamento e parentesco entre as líderes de *fujinkai* e os dirigentes de associações masculinas; ênfase nos papéis familiares como mães e esposas; alianças e colaborações com técnicos e especialistas nas áreas de educação saúde e nutrição; e, principalmente, o cultivo de sentidos de pertencimento nacional ao Japão. Este último aspecto se coloca de maneira mais evidente nos contextos de dominação colonial como na China, Coréia e Indonésia, onde agremiações nativas de mulheres foram desfeitas e rearticuladas como “*fujinkai*”, assessoradas por esposas dos altos oficiais da administração colonial local.

Nas diferentes literaturas, o nome “*fujinkai*” traz sentidos distintos. Em trabalhos produzidos a partir dos olhares dos sujeitos colonizados, essas associações são consideradas instituições imperiais impostas para contribuir com as engrenagens do projeto militarista japonês da primeira metade do século XX. Nos Estados Unidos e Havaí, são associações principalmente de caráter religioso que organizaram as mulheres japoneses dos templos budistas em diversas atividades comunitárias ao mesmo tempo em que ensaiavam apoio ao Japão através de doações às famílias de soldados mortos em serviço. No Japão, a palavra “*fujinkai*” não carrega o peso de uma tipologia como no exterior (possuindo um sentido mais descritivo), porém sua emergência como um modelo de associativismo feminino voltado para os interesses do Estado-Nação japonês ao final do século XIX sugere que, mesmo no contexto

doméstico, essas associações tiveram a função de cultivar um senso de pertencimento nacional nas mulheres japoneses e mobiliza-las para a causa nacional.

Vislumbrar essas conexões tornou necessário refazer a arquitetura analítica da pesquisa e construir o objeto “*fujinkai*” como uma categoria hermenêutica, e a partir daí, buscar sua genealogia. Essa análise, embora não signifique uma busca das *origens*⁴¹ das entidades ou ramificações causais entre as mesmas, tem como objetivo compreender sua emergência enquanto realidade específica na história. A redefinição para além do âmbito da “comunidade nipo-brasileira” tornou necessário posicionar a análise a partir da ideia de diáspora, ou seja, da dispersão de nacionais japoneses para diferentes partes do mundo. A simultaneidade da emergência dessas entidades no Japão e nos locais de dispersão de japoneses coloca uma possibilidade analítica interessante que acerca da identidade nacional japonesa como uma construção transnacional, e não simplesmente uma cultura ou senso de coesão original, tal como sugerida nas teorias migratórias. Conforme afirma Stuart Hall,

The diaspora experience [...] is defined not by essence or purity, but by the recognition of a necessary heterogeneity and diversity; by a concept of identity which lives with and through, not despite, difference; by hybridity. Diaspora identities are those which are constantly producing and reproducing themselves anew, through transformation and difference. (HALL, 1990, p.235)

Em contextos transnacionais, a representação, ou produção de sentidos/significação, se dá no âmbito de processos de identidade e diferença imersas em relações de poder. Ao compreender as representações como repertórios simbólicos e linguísticos constituídos a partir de diferentes lugares de enunciação, Hall apreende o caráter interrelativo das identidades e dos processos de subjetivação. Segundo Homi Bhabha (1998), também uma importante figura no âmbito dos estudos pós-coloniais,

Finalmente, a questão da identificação nunca é a afirmação de uma identidade pré-dada, nunca uma profecia autocumpridora - é sempre a produção de uma imagem de identidade e a transformação do sujeito ao assumir aquela imagem. A demanda da identificação - isto é, ser para um Outro - implica a representação do sujeito na ordem

⁴¹ Esta abordagem se inspira na proposta de análise genealógica desenvolvida por Michel Foucault a partir da crítica do filósofo Friedrich Nietzsche à concepção metafísica de História. De modo geral, Foucault repudia a ideia de investigação histórica como a busca pela origem “real” das coisas, sua essência ou estado “puro”. Valendo-se dos conceitos nietzschianos de “proveniência” (*Herkunft*) e “emergência” (*Entstehung*), Foucault propõe uma metodologia que busca como certos discursos se tornam possíveis em meio a acontecimentos contingentes e os processos de disputa que moldam sua perpetuação a partir de contínuas lutas por significação. Este trabalho, embora não consista em uma análise genealógica foucaultiana, procura se aproveitar da proposta do filósofo em recompor o objeto de análise histórica fora de narrativas fundacionais estabelecidas, valorizando sua dimensão enquanto acontecimento que emerge a partir de relações de poder.

diferenciadora da alteridade. A identificação, como inferimos dos exemplos precedentes, é sempre o retorno de uma imagem de identidade que traz a marca da fissura no lugar do Outro de onde ela vem. Para Fanon, como para Lacan, os momentos primários dessa repetição do eu residem no desejo do olhar e nos limites da linguagem. A "atmosfera de certa incerteza" que envolve o corpo atesta sua existência e o ameaça de desmembramento (BHABHA, 1998, p.21)

3. Domesticidades

A inexistência de clubes e departamentos nipo-brasileiros nomeados como “masculinos”, sugerindo uma aparente neutralidade, contribui para a naturalização da exclusão das mulheres dos espaços associativos que concentram maior poder, prestígio e capacidade decisória. Isso não significa, por sua vez, que os *fujinkai* estejam esvaziados de capacidade política ou que detenham capital simbólico inferior em relação a outras agremiações no âmbito da “comunidade nipo-brasileira”. Pelo contrário: esta tese procura demonstrar o caráter multifacetado da agência feminina mediada pelos *fujinkai* e o sentido político dos valores domésticos femininos que inspiram suas práticas.

Parte da literatura sobre imigrantes japoneses em diferentes contextos nacionais é tributária de uma visão essencialista da cultura, das relações de gênero e dos arranjos familiares que atribui à “tradição japonesa” as origens e mecanismos de perpetuação dos papéis e valores associados ao feminino. A ideia de que a submissão ao patriarcado é a matriz pelo qual se conformam as experiências das mulheres imigrantes japonesas parte do pressuposto de que essas estruturas teriam um caráter excepcionalmente determinante e duradouro no caso japonês, sustentado pela endogamia e pela segregação em nichos étnicos territoriais, associativos e ocupacionais.

Em estudos sobre *fujinkai* constituídos no Havaí e Estados Unidos, buscou-se estabelecer um contraponto a esse imaginário demonstrando o caráter dinâmico e central das associações femininas japonesas no âmbito das coletividades no qual estavam inseridas. Em *Rural Isolation and Dual Cultural Existence: the Japanese-American Kona Coffee Community* (2017), David Abe, através de entrevistas e análise das atas de *fujinkai* constituídos no âmbito de templos budistas, buscou demonstrar a importância das associações femininas no cotidiano da comunidade religiosa. As membras, descritas como “[...] *strong, intelligent, and hardworking women who supported their temples*” (Idem, p.147), tinham papel crucial em caso de falecimento de um membro da congregação, preparando o corpo para ritos fúnebres e assistindo às necessidades da família em luto durante e depois do funeral. Suas atividades ainda

compreendiam “[...] *significant charitable works, which included the implementation of numerous projects for religious and language education purposes, as well as raising money for particular causes*” (Ibidem).

Kelli Nakamura, autora do verbete “Fujinkai” (2016) publicado pela Enciclopédia Virtual *Densho*⁴² e do artigo “The Power Behind the Scenes [enno shitano chikaramochi]: The Activism of Buddhist Women in Hawai’i” (2018), também apresentou argumentos em favor da utilidade social das associações femininas no âmbito dos templos, igrejas e entidades no qual atuavam. A historiadora ainda mencionou as atividades recreativas, sistemas de crédito rotativo (*tanomoshi*) e constituição de redes de suporte interpessoal através dos *fujinkai* como benefícios que contribuiriam para melhorias concretas nas vidas das mulheres. As associações femininas, segundo Nakamura, ainda poderiam desafiar as assimetrias entre homens e mulheres ao garantir acesso e expressão feminina na “arena pública”; ainda que limitada a “identidades culturais” estereotípicas e em contexto de exclusão das organizações com maior capital simbólico e político, dominadas por homens. A historiadora Edith Kaneshiro fez observações semelhantes no verbete “Fujinkai” da *Encyclopedia of Japanese American History: An A-to-Z Reference*: “[...] *Although the issei woman’s sphere was severely limited to traditional woman’s activities such as cooking, serving and entertaining, it was within the realm of the fujinkai that an issei woman could demonstrate her skill as a leader and an organizer*” (in NIIYA. 1993, p.140)⁴³.

A principal contribuição de Nakamura é elaborar as formas de identidade social feminina mobilizadas no âmbito dos *fujinkai* como manifestações de relações de poder e não apenas expressões de conteúdos culturais. A elaboração de “esfera pública” por parte da autora, por sua vez, é problemática na medida em que parte de um ideal democrático de participação política que apreende o fenômeno associativo como fonte de legitimidade política e cidadania. Ao tratar os *fujinkai* como organizações voluntárias, Nakamura desconsidera como muitas dessas associações foram fundadas “de cima para baixo”, por iniciativa de reverendos, diretorias e lideranças masculinas. A conotação otimista da sociabilidade e solidariedade feminina, ainda, pressupõe que inexistem hierarquias e opressões entre as mulheres imigrantes

⁴² A *Densho Encyclopedia*, voltada principalmente para a divulgação da história da população nipo-americana nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, é editada por Brian Niiya, também responsável pela *Encyclopedia of Japanese American History: An A-to-Z Reference* (2000). É financiada pela Japanese American Confinement Sites Grant Program e pelo California Civil Liberties Public Education Fund (DENSHO, s/a.)

⁴³ O verbete de autoria de Kaneshiro, embora escrito mais de vinte anos antes dos textos de Nakamura, não apresenta dados empíricos ou documentais. Desta forma, cito o excerto como uma autora que endossa a perspectiva elaborada por Nakamura, e não o contrário.

japonesas que possam configurar os *fujinkai* também como espaços de controle e constrangimento.

Como uma construção considerada no marco da emergência das identidades nacionais, por sua vez, os *fujinkai* representam uma instituição moderna e significativamente próxima de outras formas de associativismo feminino que emergiram nas sociedades ocidentais no mesmo período organizadas em torno da ideia do “culto a domesticidade”.

A associação entre mulheres e esfera doméstica é considerada por muitos como auto evidente. A noção de separação entre *esfera doméstica* ou *privada* e *esfera pública* constitui uma ficção conceitual que permitiu ao movimento feministas elaborar estratégias políticas como “o privado é político” para combater a violência doméstica, ou defender bandeiras como a formação de organizações coletivas, políticas públicas e participação na burocracia estatal e sistemas de representação democrática.

Intelectuais identificadas com o feminismo interseccional, por exemplo, tem argumentado que a denúncia dos papéis domésticos femininos como dispositivo de poder não corresponde à suas vivências e demandas concretas caso de mulheres negras e/ou pobres. Em outras palavras, se para o feminismo ocidental e liberal “descolar” a maternidade (por exemplo) das identidades políticas femininas constitui um processo fundamental na busca por autonomia e igualdade, para mulheres negras e pobres direitos associados à maternidade digna, como a possibilidade de criar filhos em condições adequadas, podem ser a motivação e base de organização para lutas de mulheres contra a precariedade e violência (CARNEIRO, 2011; COLLINS, 2009; HOOKS, 1984).

Segundo historiadores, a ideia de que o espaço doméstico seria o local próprio e apropriado das mulheres teria surgido a partir de um sistema de valores que emergiu entre as classes médias e altas nos Estados Unidos e Reino Unido durante o século XIX chamado “culto da domesticidade”. Nessa construção, mulheres e homens eram concebidos como fundamentalmente diferentes em sua constituição física-biológica, emocional, moral e mesmo espiritual, de forma que as mulheres estariam vocacionadas para o cuidado das crianças e da família enquanto aos homens caberiam atividades como o trabalho profissional, comércio, política e serviço público. Além de situar a emergência da esfera doméstica como concomitante a formas de consciência e identidade nacional, é importante compreende-las também como parte das engrenagens do imperialismo.

No pensamento pós-colonial, autoras como Chandra Talpatti Mohanty tem criticado a maneira como o pensamento feminista ocidental e liberal tem tratado o binômio público/doméstico como um modelo universal que fundamenta a relação social dos sexos. Outras autoras tem abordado a questão da própria “colonialidade do gênero”. Maria Lugones parte de uma crítica ao conceito de “colonialidade do poder de Aníbal Quijano que significa o desmantelamento de modos de vida e conhecimentos do “outro”. Lugones vai além e propõe que a própria ideia de um sistema sexo/gênero definido por demandas patriarcais e heterossexuais são eurocêtricas. Nessa perspectiva, a colonização alterou sentidos de identidade e de si dos indígenas, implementando um entendimento europeu de sexo e gênero e apagando conceptualizações anteriores. Raewyn Connell argumenta que os sistemas de gênero anteriores à colonização e à consolidação dos Estados-Nação são múltiplos e complexos, de forma que sua (des)continuidade merece ser analisada com cuidado. A violência de gênero, por sua vez, teve um papel formativo em moldar as sociedades coloniais, e floresceu em contextos pós-coloniais com a colonialidade do gênero. Não se trata, aqui, em defender os *fujinkai* como uma tecnologia colonial, mas sim do aproveitamento de aportes teóricos trazidos por uma discussão sobre *domesticidade* produzida no âmbito dessa literatura.

Em “Manifest Domesticity” (1998), a crítica literária Amy Kaplan apresenta uma crítica ao paradigma das “esferas separadas”, ou da dicotomia entre público e privado. Segundo ela,

[...] the permeability of the border that separates the spheres, demonstrating that the privatized feminized space of the home both infused and bolstered the public arena of the Market, and that the sentimental values attached to the maternal influence were used to sanction women’s entry into the wider civic realm from which those same values theoretically excluded them” (1993, p.581)

Sua proposta é que a categoria *doméstico*, utilizada apenas para se referir à casa, seja compreendido também como o doméstico em oposição ao *estrangeiro*. Nessa concepção, homens e mulheres não habitariam em diferentes dimensões da experiência social, mas seriam aliados contra o *outro*, personificado no *estrangeiro*, no *imigrante* e nas minorias. Assim, o trabalho cultural da domesticidade, além de produzir representações que associam a casa às mulheres, produz uma aliança entre homens e mulheres no domínio nacional e produz a ideia de nação, imaginada como a casa, em oposição ao estrangeiro. Essa fronteira doméstico/estrangeiro também desconstrói o mundo doméstico como estático, demonstrando como o processo de domesticação é, também, a conquista do selvagem, do natural, e do estrangeiro. Domesticar, assim, é intrínseco ao projeto imperial de civilização.

As articulações entre domesticidades, nacionalismo e Império serão tratadas no *Capítulo 1 – Associações Femininas Japonesas: Modernidade, Nacionalismo e Império* tendo em vista o contexto específico do Japão. O objetivo é investigar a emergência das associações *fujinkai* no Japão a partir do processo de formação do país enquanto Estado-Nação moderno. As mulheres foram colocadas nos centros dos discursos sobre a modernização a partir de uma matriz ocidentalizadora e, conforme o país expandiu as fronteiras domésticas, passou a exportar modelos de feminilidade e sensibilidade domésticas.

O *Capítulo 2 – Mulheres Imigrantes, Família e Domesticidade antes da Segunda Guerra Mundial* problematiza as maneiras como as mulheres imigrantes estiveram no centro de um conjunto de indagações sobre filiação nacional, assimilação, raça e perigo entre os anos de 1908 e 1941. Com diferenças, tanto o Brasil como o Japão articularam projetos de modernização nacional com ênfase no desenvolvimento econômico, técnico-científico, racial e cultural que tinha como referência as potências ocidentais. O discurso de construção nacional mobilizado por ambos os países tinha um aspecto fortemente generizado que convocava as mulheres, especialmente das classes médias e altas, para promover a modernização dos países a partir de seus papéis como mães e esposas. A preparação das mulheres para sua missão enquanto reprodutoras da Nação, tanto no sentido biológico como sociocultural, tornou-as alvo de uma série de preocupações, sanções e intervenções pedagógicas (ANTHIAS; YUVAL-DAVIS, 1989; YUVAL-DAVIS, 1997). Registros sobre as atividades coletivas femininas durante esse período são relativamente escassos, tendo como principais fontes menções esparsas em relatos biográficos, imprensa, diários de viagem e obras de cunho comemorativo ou memorialista.

O *Capítulo 3 – Nacionalismos em Movimento* trata da maior ênfase ao caráter nacionalista das associações japonesas com a intensificação das campanhas militares promovidas pelo Japão e as atuações clandestinas durante a Segunda Guerra Mundial. O *Capítulo 4 – As voluntárias: filantropia e diferença na “colônia japonesa”*, trata do quadro que surgiu após a Segunda Guerra Mundial e as maneiras como os discursos sobre as mulheres se realinharam a um propósito de produção de representações positivas e alinhamento aos valores da classe média brasileira.

4. Revisão Bibliográfica

Estudos sobre imigrantes japoneses e seus descendentes emergiam a partir de diversas perspectivas teóricas e locais de indagação. Neste subitem, pretendo discorrer de forma sintética acerca da literatura sobre imigração japonesa para o Brasil desenvolvida, principalmente, em língua portuguesa – com exceção de trabalhos publicados em língua inglesa com impacto significativo entre pesquisadores no Brasil. Por limitações linguísticas e de tempo não foi possível, no âmbito desta tese, realizar uma revisão dos trabalhos produzidos em língua japonesa e suas principais perspectivas teóricas e analíticas.

Ainda em meados dos anos 1930 e 1940, precursores da Antropologia no Brasil como Francisco José de Oliveira Viana (1932) e Edgar Roquette-Pinto (1933) se manifestaram em polêmicas raciais em torno da presença japonesa no país, apresentando argumentos contra ou a favor à imigração tendo em vista a desejabilidade da “raça amarela” como mão-de-obra agrícola e seus possíveis impactos na cultura e sociedade brasileira. Tal debate se intensificou com o início do Estado Novo (1937-1945) e o fortalecimento de políticas de nacionalização. A eclosão da Segunda Guerra Mundial e a entrada do Japão na aliança dos países do Eixo repercutiu em uma escalada do antiniponismo no âmbito da opinião pública e da atuação de agentes do Estado, acarretando em situações de preconceito, perseguição e fortalecimento de organizações clandestinas de orientação ultranacionalista japonesa entre os imigrantes. Essa atmosfera de instabilidade política da década de 1940 não apenas prejudicou iniciativas de trabalhos de campo no âmbito dessa população, mas afetou consideravelmente a agenda de pesquisa nos anos posteriores.

Hiroshi Saito (SAITO; MAEYAMA, 1973), um dos maiores expoentes nos estudos sobre imigrantes japoneses no Brasil, argumenta que a fase “científica”⁴⁴ do campo teve início ainda na década de 1940, com tentativas pioneiras de Herbert Baldus e Emílio Willems, ambos da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSPSP), de realizar pesquisas empíricas no Vale do Ribeira sobre mudanças culturais experimentadas por imigrantes japoneses na região. Em função do clima de desconfiança com que imigrantes e autoridades brasileiras locais encararam a presença dos pesquisadores, observações parciais foram

⁴⁴ Sobre os estudos de Oliveira Vianna e Roquette-Pinto, Saito afirma que suas posições se valeram de seus “respectivos repertórios de conhecimento antropológico” (1973, p.7), embora não os considere de valor científico em particular. Tal posicionamento pode se referir à falta de dados e pesquisas de campo para apoiar suas posições. A ênfase no trabalho empírico constitui uma marca importante da formação de Saito na Escola Livre de Sociologia e Política dos anos 1940.

publicadas em um artigo em 1942 e novas incursões em campo interrompidas até o encerramento do conflito em 1945. Ao final da década de 1940, a repercussão pública dos atos de violência cometidos pela organização ultranacionalista Shindō Renmei estimularam a publicação de artigos de autoria de Willems (1946) e do ainda estudante Hiroshi Saito (1947) voltado para o desenvolvimento de um contraponto ao viés antinipônico persistente nos setores da elite política e intelectual do país (TANIGUTI; JESUS, 2012; TANIGUTI, 2015).

Embora a literatura migratória produzida no âmbito da Sociologia Paulista e a obra de Hiroshi Saito em particular mereçam estudos a parte⁴⁵, cabe ressaltar o caráter particularmente engajado dessa produção, buscando demonstrar como os imigrantes em questão estariam experimentando processos de “assimilação”, “aculturação” e “integração” ao invés de se manterem segregados e “insolúveis”, conforme afirmavam os setores antinipônicos da intelectualidade nacional. Segundo Priscilla Nucci (2012), esse tratamento da presença japonesa no Brasil “[...] por meio de uma escala de discussão supostamente mais circunscrita à ciência do que à política [...]” (p.41) partiria da proposição de que os instrumentais científicos e a ênfase em metodologias empíricas poderia produzir conhecimentos mais confiáveis, livres de preconceitos e úteis para informar racionalmente a elaboração de políticas migratórias. Embora a noção de *assimilação* circulasse de modo corrente nas discussões raciais envolvendo (ou não) a presença de imigrantes, os pesquisadores da Escola Livre de Sociologia e Política buscaram despir o conceito de suas conotações biológicas (a “raça amarela”), privilegiando a ideia de *cultura* para falar das diferenças e contatos com a sociedade brasileira. Conforme afirmou Donald Pierson na Apresentação de um artigo de Saito,

O estudo da assimilação é tanto de valor prático, para o país em questão, como de proveito para o desenvolvimento da teoria sociológica. Quanto a esta, o estudo da assimilação (e da migração e acomodação que lhe são associadas) nos oferece meios de compreender melhor a integração e desintegração grupal, ocasionadas pela migração de indivíduos que, desligando-se dos seus grupos originais, vem a incorporar-se a grupos novos no país adotivo. Ao mesmo tempo, os migrantes levam consigo aquilo que podemos chamar de “bagagem cultural”, de modo que se processa, mui naturalmente, e transplantação de traços e complexos que, de acordo com as circunstâncias, ou desaparecem mais cedo ou mais tarde, ou passam a substituir fenômenos equivalentes no novo país, ou ainda, podem ser incorporados à cultura deste, sofrendo no processo modificações mais ou menos profundas (PIERSON in SAITO, 1954, p.248)

O foco de pesquisa em questões de conflito e adaptação cultural encontrou um ambiente profícuo de desenvolvimento a partir da década de 1950, quando pesquisadores japoneses, em

⁴⁵ Sobre a obra de Saito, ver: TANIGUTI, 2015; COTRIM, 2016; FANTIN, 2017.

especial a figura de Seiichi Izumi (Universidade de Tóquio), passaram a realizar trabalhos de campo e atividades de intercâmbio intelectual com cientistas sociais no Brasil com o financiamento da UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). Essa conjuntura se deveu à constituição de uma agenda internacional voltada para os estudos de conflitos étnico-raciais tendo em vista tanto a prevenção de perseguições e extermínios semelhantes àqueles que se deram durante a Segunda Guerra Mundial como a produção de conhecimento para a consolidação de interesses estadunidenses e prevenção da expansão do comunismo. A partir dos anos 1960, o Governo americano e universidades passaram a financiar pesquisadores brasilianistas como John B. Cornell (University of Texas) e Robert J. Smith (Cornell University) em uma tentativa de aproximação com os países latino-americanos após a Revolução Cubana (1959-1962), entre os quais figuraram cientistas sociais interessados na imigração japonesa para o Brasil como o antropólogo Takashi Maeyama.

Entre os anos 1950 e 1970, a população de origem japonesa no Brasil se transformou consideravelmente com o deslocamento progressivo do campo para as cidades, acarretando na mudança no perfil ocupacional do grupo e um processo relativamente visível de ascensão socioeconômica de parte dessa população através do ingresso no ensino superior. Essas transformações estimularam produções a partir de questões que articulam economia e sociedade, como a mobilidade social, atividades econômicas e experiência o mercado de trabalho emergiram nas décadas de 1960 e 1970. Ainda no final da década de 1950, as comemorações do Cinquentenário da Imigração Japonesa para o Brasil (1958) tiveram como desdobramento a criação da Comissão para o Recenseamento da Colônia Japonesa, coordenada por Teiiti Suzuki, cujos trabalhos resultaram na produção de um amplo volume de dados quantitativos sobre o perfil socioeconômico e mobilidade regional dos imigrantes. O interesse pela imigração japonesa continua nos anos 1970, com a produção das teses de doutorado de Arlinda Rocha Nogueira (1971), Ruth Cardoso (1972) e Francisca Isabel Shurig Vieira (1973).

Do ponto de vista do estudo das associações fundadas por imigrantes japoneses e descendentes, um dos desenvolvimentos mais significativos foi a publicação da tese de mestrado em Antropologia Social de Ruth Cardoso em 1959 intitulada *O Papel das Associações Juvenis na Aculturação dos Japoneses*, orientada por Egon Schaden. A influência de seu orientador se coloca no uso do termo “aculturação”, que é abandonado em sua tese. A influência de Florestan Fernandes se coloca pelo afastamento da perspectiva culturalista (que identificava cultura com totalidade) para um foco na mudança social. Se para Schaden (1956) a mudança social derivava de situações disfuncionais e ruptura na desorganização familiar, Cardoso

desvela, por trás da suposta unidade cultural, diversas “soluções de compromisso”. A valorização da vida rural, por exemplo, não impedia que os *issei* se preocupassem com o futuro dos filhos (*nissei*), apostando na valorização das suas trajetórias escolares e profissionais. A autora vai ler os grupos de idade nas associações japonesas no Brasil como reflexos de estruturas sociais em que a família já não aparece como única ou principal instância de socialização dos jovens. Assim, ao invés de encontrar conflitos e rupturas, Cardoso encontra uma “dupla lealdade” dos *nissei* que não deixam de se considerar “japoneses” mas também apostam em estratégias de mobilidade social. Os jovens, assim, passam a se reunir em associações juvenis independentes (recreativas, desportivas e culturais), sem a tutela dos *issei*, embora com o seu aval. Daí a relevância destas associações, ao permitirem o envolvimento dos jovens em festas, sessões de dança, concursos de beleza. O abasileiramento dos *nisseis* acaba mesmo por desembocar em casamentos mistos, fora de um rígido controlo parental. O tema é retomado em seu artigo “O agricultor e o profissional liberal entre os japoneses no Brasil” (CARDOSO,1963) onde, mais uma vez, os jovens aparecem como agentes de mudança, mas sem entrarem em conflito cultural com os pais, convencidos estes do valor simbólico e material das profissões liberais em meio urbano. Assim se explica que as velhas gerações tenham tacitamente aderido às mudanças em curso, pois os sonhos de mobilidade social dos mais jovens correspondiam a projetos de vida simultaneamente individuais e familiares

Em 1990, questões de identidade e etnicidade no plano político e acadêmico inspiram uma agenda voltada para os conflitos, estereótipos e memórias. No âmbito dos estudos sobre imigrantes japoneses no Brasil, o crescimento da migração de brasileiros descendentes de japoneses para o Japão como trabalhadores da indústria de médio-porte (os chamados *decasséguis*) reascendeu o interesse nas questões identitárias uma vez que o contato com a terra ancestral despertou questões sobre pertencimento e identidade étnica. Ainda, a abertura dos arquivos do Departamento de Ordem Pública e Social reativou o interesse no tema do antiniponismo em uma geração nova de pesquisadores como Marcia Takeuchi e Rogério Dezem. Em 2008, a comemoração do Centenário da Imigração Japonesa para o Brasil estimulou o interesse no tema.

O interesse pela imigração feminina, por sua vez, permaneceu relativamente escasso. Antes de tratar de como os estudos sobre a imigração japonesa para o Brasil se referem a esses estudos, cabe considerar brevemente o campo sobre gênero e migrações. A constituição de um campo de estudos sobre migrações internacionais e relações sociais de gênero se deu a partir de meados da década de 1970, quando estudos pioneiros produzidos nos contextos europeu e

norte-americano problematizaram a ausência de mulheres nos dados, análises e representações sobre deslocamentos populacionais. A partir da crítica à presunção androcêntrica de que migrantes internacionais eram homens jovens economicamente motivados (MOROCVASIK, 2014), esses trabalhos questionaram a representação das mulheres apenas como acompanhantes de pais, maridos e filhos, e buscaram situar as mulheres fora de um modelo de complementaridade em relação ao trabalho masculino, enfatizando a heterogeneidade da agência feminina e o valor econômico e social de suas atividades para a sobrevivência das famílias e grupos étnicos nas situações de migração.

A partir dos anos 2010, a imigração volta a ser tema de um conjunto crescente de trabalhos de pós-graduação que tem, como ponto de partida, uma série de indagações a partir dos estudos pós-coloniais. Nesse conjunto, as questões de gênero tem surgido de maneira interessante. Higa (2015), por exemplo, aborda as construções da ideia de tradição nos corpos femininos. Konno (2016), ao discutir o culto aos ancestrais e o xamanismo okinawano no Brasil, sugere que o protagonismo feminino nas praticas espirituais é uma marca de distinção importante na maneira como o grupo se significa como diferente dos japoneses. Em suas diferentes ênfases e acepções, esses trabalhos tem em comum a influencia de uma literatura dos estudos pós-coloniais e o reconhecimento de uma dinâmica de diferenciação em que a questão de gênero é utilizada para marcar as diferenças entre passado e presente, entre ser japonês e ser okinawano.

5. Materiais e Métodos

Esta pesquisa envolveu um processo extenso de coleta de dados a partir de diversas fontes: material escrito (literatura acadêmica sobre imigração japonesa e associações femininas; livros comemorativos produzidos por entidades nipo-brasileiras, romances; poesias; livros de memórias familiares; jornais; revistas; encartes; registros pessoais; cartas; diários); material audiovisual (filmes; documentários; fotografias; depoimentos gravados; músicas; coreografias); entrevistas; visitas a museus, arquivos e centros de pesquisa; cursos e etnografia.

Ao longo deste trabalho, o material é frequentemente referido em termos de seu contexto de produção: como produção *nativa*; ou produção acadêmica, jornalística, artística ou ensaística fora do âmbito da “comunidade nipo-brasileira”. A noção de material *nativo* é mobilizada no sentido de situar o local de enunciação de determinados discursos e não implica

em julgamentos em termos de confiabilidade, precisão ou qualidade. Pelo contrário, esta tese rejeita a noção de que a pesquisa historiográfica acadêmica tem maior autoridade para estabelecer fatos ou “verdades” do que as historiografias nativas elaboradas por imigrantes japoneses e/ou descendentes sem treinamento acadêmico e profissional. Tal premissa seria inviabilizada pelo próprio fato de que muitas publicações nativas foram escritas ou coordenadas por historiadores, antropólogos e sociólogos de prestígio, mas publicadas em nome de entidades como a Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e Assistência Social (Bunkyo). A existência de intelectuais que transitam pelo espaço das associações nipo-brasileiras e da academia sugere uma estratégia pela qual o grupo étnico busca legitimar seus discursos a partir de outros locais de autoridade simbólica como as universidades. Ao mesmo tempo, a produção original no âmbito da academia pode interferir nas narrativas comunitárias e permitir que novos/outros temas sejam abordados e incluídos em suas práticas memorialísticas.

O âmbito nativo, ainda, é heterogêneo e não necessariamente constrói suas representações e discursos de forma coerente ou sistemática. Compreendo, por sua vez, que existem narrativas que prevalecem.

O trabalho etnográfico envolveu a participação em eventos e festividades da “comunidade nipo-brasileira” e reuniões de duas associações *fujinkai*: a Associação Beneficente Feminina Esperança (conhecido como Esperança Fujinkai), uma associação feminina independente, e o Kyowa Fujinkai, da Associação Okinawa Kenji do Brasil. A participação nesses espaços, embora limitada em termos de duração, se compreende no âmbito de uma auto-etnografia tendo em vista minha identidade e corporalidade como mulher descendente de okinawanos e que, antes do período da pesquisa, participou da vida associativa da Associação Okinawa Kenjin do Brasil e de duas organizações filiadas: o Urasoe Kyoyukai do Brasil e o *Urizun Kai* – Círculo de Ex-Bolsistas de Okinawa. Situar minha subjetividade na construção do trabalho de pesquisa e coleta de dados implica em reconhecer as afinidades, reconhecimentos e (des)identificações que perpassam o atravessar pelos espaços físicos, as conversas, interações e leituras.

Para a discussão referente à mobilização feminina antes da Segunda Guerra Mundial, a falta de dados demandou o mapeamento da questão a partir de outras fontes, entre as quais registros em livros comemorativos e o Jornal *Burajiru Jihō*, particularmente a Coluna Feminina.

O título desta tese é sugestivo no que se refere ao papel das diferenças entre japoneses e okinawanos. É importante ressaltar, por sua vez, que tal como reconhecido por outros

pesquisadores sobre a população okinawana e seus descendentes no Brasil (MORI, 2003; HIGA, 2015; KANASHIRO, 2015; PIRES, 2016), a ideia de “imigração okinawana” tem sentido no âmbito de uma estratégia política do grupo em buscar reconhecimento e reparação por preconceitos.

Uma vez que se trata de um estudo das representações construídas historicamente, a decisão de caracterizar o elo “okinawano” da imigração fora no “japonês” e em sua especificidade deriva do respeito à maneira como o grupo tem construído seu próprio senso de memória e trajetória da imigração. Tratá-los dentro de uma rubrica genérica de “japoneses” dentro de um tema que tem sido tão caro a esse grupo, como a construção de espaços específicos de memória, seria utilizar da autoridade simbólica de um trabalho acadêmico para ir na contramão de suas próprias estratégias identitárias que, embora problematizadas neste trabalho, não visio desconstruir ou deslegitimar. Por limitações de tempo, o escopo deste trabalho pôde incluir o período referente até o final dos anos 1950, de forma que o Kyowa Fujinkai, fundado em 1966, será tratado em trabalhos subsequentes.

CAPÍTULO 1

Associações Femininas Japonesas: Modernidade, Transnacionalismo e Império

Pushing and shoving, the people around me scramble for space. The street is congested from Hanzōmon to the embankment in front of the Imperial Palace and as far as the Hibiyahara parade ground. The noise from the crowd sounds like the surging sea. I hold on to my grandmother – she is carrying me piggyback – and take a timid look over her shoulder at the parade ground. Through the profusion of bobbing heads, I make out a procession of floats to the side. There is a life-sized figure of a doll standing on one the floats. Perhaps is Jinmu, the first emperor of Japan. All this I can see dimly in my mind's eye. The float must have been decorated with something bright and shiny because even now, in this earliest of my memories, it shimmers like a distant star.

Raichō Hiratsuka⁴⁶

Raichō Hiratsuka (1886-1971) foi uma das mais proeminentes feministas do Japão do século XX. Uma das fundadoras⁴⁷ da *Seitōsha* (“Sociedade das Meias Azuis”⁴⁸), um coletivo de mulheres recém-formadas pela Universidade Feminina do Japão (*Nihon Joshi Daigaku*), foi uma das responsáveis pela publicação da revista homônima *Seitō* entre 1911 e 1916. Impactante apesar da curta duração, o periódico lançou seu primeiro editorial como um elogio à atividade literária, exortando suas leitoras a escrever como uma forma de autoconsciência e liberdade. Aos poucos, a linha editorial transitou de uma tentativa de promover uma literatura feita por mulheres para a crítica social radical. As mulheres da *Seitō* começaram a chamar a atenção do governo quando seus textos tocaram em temas mais polêmicos como aborto, prostituição, pobreza, sufrágio feminino, adultério, divórcio e liberdade amorosa e sexual. Após anos de

⁴⁶ Hiratsuka (2006, p.1).

⁴⁷ Outras fundadoras incluem Yoshiko Yasumochi, Kazuko Mozume, Teiko Kiuchi e Hatsuko Nakano.

⁴⁸ O nome do grupo foi inspirado na *Bluestocking Society* da Inglaterra. O termo, muitas vezes utilizado em sentido derogatório para se referir a mulheres literárias e intelectuais, se refere originalmente a grupos de mulheres que se reuniam com homens para discutir assuntos sociais e educacionais em meados dos anos 1700. Segundo Nicole Pohl e Betty A. Schellenberg (2002), as reuniões “[...] differed from the traditional card-playing gatherings by nurturing intellectual pursuits, polite conversation, philanthropic projects, and publishing ventures [...]” (p.4).

censura oficial e pressão sobre os patrocinadores, a *Seitō* encerrou suas tiragens e suas participantes tomam rumos diversos (MACKIE, 1997; HIRATSUKA, 2006; LOWY, 2007).

A epígrafe supracitada é um dos trechos iniciais de sua autobiografia: a cena de uma parada pública que assistiu aos três anos de idade e, supostamente, sua primeira memória. A data e ocasião, 11 de fevereiro de 1889, era o Dia do Império: um feriado que comemorava as origens míticas do Japão pela ascensão ao trono do Imperador Jinmu, descendente direto de Amaterasu Ōmikami, a deusa do Sol e do Universo. Naquele ano, o Dia do Império fora escolhido de forma simbólica para a Promulgação da Constituição do Império do Japão, que estabeleceu como modo de governo uma monarquia constitucional de inspiração prusso-germânica. O documento representou uma combinação ambígua de elementos liberais e autoritários. Embora a Constituição tenha estabelecido direitos e liberdades civis, um sistema parlamentar pluripartidário, um judiciário independente e atribuído as funções executivas do poder ao Primeiro Ministro, a soberania ou sentido político da Nação estava no poder do Imperador como descendente direto da divindade máxima do panteão xintoísta.

Havia um motivo especial para a família de Hiratsuka se juntar às comemorações do Dia do Império daquele ano. Seu pai, Sadajirō Hiratsuka, fluente em alemão, havia participado da redação de partes da Constituição. Como contratado pela Câmara dos Conselheiros (*Sangiin*), a câmara alta do Parlamento Japonês em 1882, ele serviu como tradutor e intérprete de Carl Friedrich Hermann Roesler (1834-1894), um proeminente jurista alemão que atuou como consultor para a elaboração do Código Comercial Japonês. Segundo ela, o amplo conhecimento que seu pai desenvolvera acerca das leis alemãs levaram o então Primeiro Ministro, Hirobumi Itō (1841-1909), a convidá-lo para fazer parte da comissão que preparou o documento. Quando Raichō ainda tinha um ano, ele partiu com uma delegação para um *tour* pela Europa e Estados Unidos com o objetivo de estudar as leis ocidentais, retornando apenas no ano em que ela completou três anos de idade.

A trajetória de Raichō Hiratsuka, tal como descrita em sua autobiografia, é reveladora do “espírito” dos tempos; ou pelo menos o que eram os tempos para uma família privilegiada de Tóquio, a maior cidade do Japão e o centro econômico e político do país. Como a esposa de um alto oficial do governo, era esperado de sua mãe uma atitude cosmopolita compatível com a proposta do Estado Japonês de promover a modernização nacional a partir de princípios de “civilização e iluminismo”. Além de usar roupas ocidentais, Tsuya Hiratsuka fazia aulas de costura, bordado e conversação em inglês – essa últimas com professoras estrangeiras de uma escola feminina local administrada pela então ex-presidente da filial japonesa da União das

Mulheres Cristãs pela Temperança (*Nihon Kirisutokyō Fujin Kyōfūkai*, ou JWCTU), uma organização protestante americana de caráter transnacional. O escritório de seu pai, com prateleiras cheias de antologias poéticas alemãs e outros autores ocidentais conhecidos, era ainda decorado com um tapete floral, mobiliário europeu e uma lâmpada de teto. Na ocasião do retorno das viagens pela Europa, ele presenteou a esposa com luvas, vestidos e uma máquina de costura.

Diferentemente da maior parte de suas contemporâneas, Hiratsuka pôde cursar o ensino secundário, e ingressou na recém-aberta Universidade Feminina em 1903, onde se graduou em Economia Doméstica. Seu pai inicialmente foi contra o prosseguimento dos estudos pois considerava que a educação “em excesso” poderia fazer as mulheres “infelizes” – sua mãe intercedeu a seu favor. Embora o curso tivesse um perfil conservador, o ambiente acadêmico nutriu as ambições intelectuais de Hiratsuka, que continuou seus estudos em inglês, traduziu livros e poemas e participou de uma sociedade literária. Assim como outras “novas mulheres” (*atarashii onna*) que surgiram no Japão entre 1910 e 1920, Hiratsuka foi considerada pelas autoridades como uma mulher transgressora, cujas ideias sobre liberdade sexual, emancipação feminina e auto realização intelectual ameaçavam a harmonia e a segurança nacional.

Embora as “novas mulheres” (*atarashii onna*) não constituam o tema deste capítulo, sua emergência na paisagem política e cultural do Japão no início do século XX tem sido associada ao surgimento simultâneo, em outras partes do mundo, de mulheres que questionaram prescrições sociais sobre seu papel na família e sociedade e buscaram a expansão de oportunidades educacionais, políticas, culturais e profissionais. O fenômeno está associado a processos substantivos a partir do final do século XIX como desenvolvimento capitalista-industrial, urbanização, expansão das oportunidades de ensino para as mulheres, desenvolvimento da imprensa, massificação da cultura escrita, emergência da sociedade de consumo e difusão de valores associados ao liberalismo ocidental (LOWY, 2007). A “modernidade”, como uma rubrica para falar dos novos tempos e da esperança no progresso, passou a ser reivindicada por grupos subalternos, entre os quais mulheres e minorias étnico-raciais, como formas de identidades políticas a partir da negação ou ruptura simbólica com o passado.

O conceito de *modernização* possui uma trajetória complexa no âmbito das ciências humanas; podendo se referir tanto a um período histórico específico que teria início a partir da

dupla revolução⁴⁹ na Europa em fins do século XVIII (NISBET, 1967) como à emergência da urbanização, industrialização, desenvolvimento técnico-científico, burocratização e formação de Estados-Nação. O *moderno* e suas características foram discutidos por um vasto repertório de estudos clássicos e contemporâneos que tanto defendem seu potencial como categoria analítica como criticam a narrativa implícita de um progresso histórico linear em direção ao triunfo da racionalidade científica (LATOURET, 1994; BHAMBRA, 2007). Do ponto de vista das historiografias sobre o Japão, a questão se torna ainda mais complexa ao considerarmos a miríade de polêmicas que se instauraram no campo de estudos japoneses (*nihonjinron*), especialmente a partir dos anos 1950, centradas no fenômeno “aberrante” de um país oriental figurar no rol das sociedades industrializadas (ORTIZ, 1997).

Este trabalho não pretende defender uma teoria da modernização, adotar um paradigma específico ou argumentar contra ou a favor em relação ao caráter “moderno” do Japão. Neste texto, *moderno*, *modernidade* e *modernização* são consideradas categorias referenciais que suscitaram discursos, imagens e narrativas a partir do *fin de siècle* que tiveram efeitos duradouros na paisagem política do século XX. Em outras palavras, independente da realidade empírica da modernidade, a formulação e hierarquização dos tempos históricos em termos de “tradição” e “modernidade” foi um mecanismo pelo qual indivíduos, grupos ou segmentos sociais e países na arena geopolítica justificaram relações de dominação e subalternidade a partir de um projeto civilizatório de promover o progresso dos “atrasados” ou “incivilizados”.

Neste capítulo, pretendo explorar a dimensão generizada (marcada por relações de gênero) dos discursos sobre modernização no Japão a partir do final do século XIX e início do século XX. Essa problematização tem como objetivo discorrer sobre as alianças entre Estado e sociedade civil, particularmente as organizações femininas, tendo em vista sua instrumentalização em projetos nacionalistas e nacionalizantes. Do ponto de vista do contexto maior desta tese, a exposição pretende desconstruir a noção de “mulher japonesa” como categoria auto evidente, demonstrando as maneiras como foram incorporadas e reformuladas no âmbito do Estado-Nação e oferecendo subsídios para uma definição de associações *fujinkai* como entidades que tem, como característica, a mobilização de mulheres em torno de uma identidade nacional “japonesa”.

A partir da Restauração Meiji (1868), as mulheres foram mobilizadas através das associações femininas para o cumprimento de diversas políticas de nacionalização como a

⁴⁹ Revolução Industrial (século XVIII) e Revolução Francesa (1789).

homogeneização cultural, educação moral e cívica e o “melhoramento” de súditos-cidadãos através de intervenções nos corpos e nos costumes. Esses mecanismos não apenas se inspiraram em saberes eugênicos e experiências euro-americanas de mobilização feminina, mas também se difundiram e foram aperfeiçoados nos territórios de dispersão populacional japonesa no contexto das migrações e da expansão imperial.

Cabe ressaltar que o panorama histórico apresentado não representa uma exposição completa do Japão do final do século XIX e início do século XX, e nem uma análise minuciosa das maneiras como as políticas estatais trataram as questões de gênero e afetaram as vidas das mulheres. Antes, a proposta modesta deste texto é evidenciar como as associações *fujinkai* no Japão estiveram imersas em articulações e interpelações complexas envolvendo papéis domésticos femininos, devir nacional e pertencimentos.

1. 1. Um Japão “Moderno”

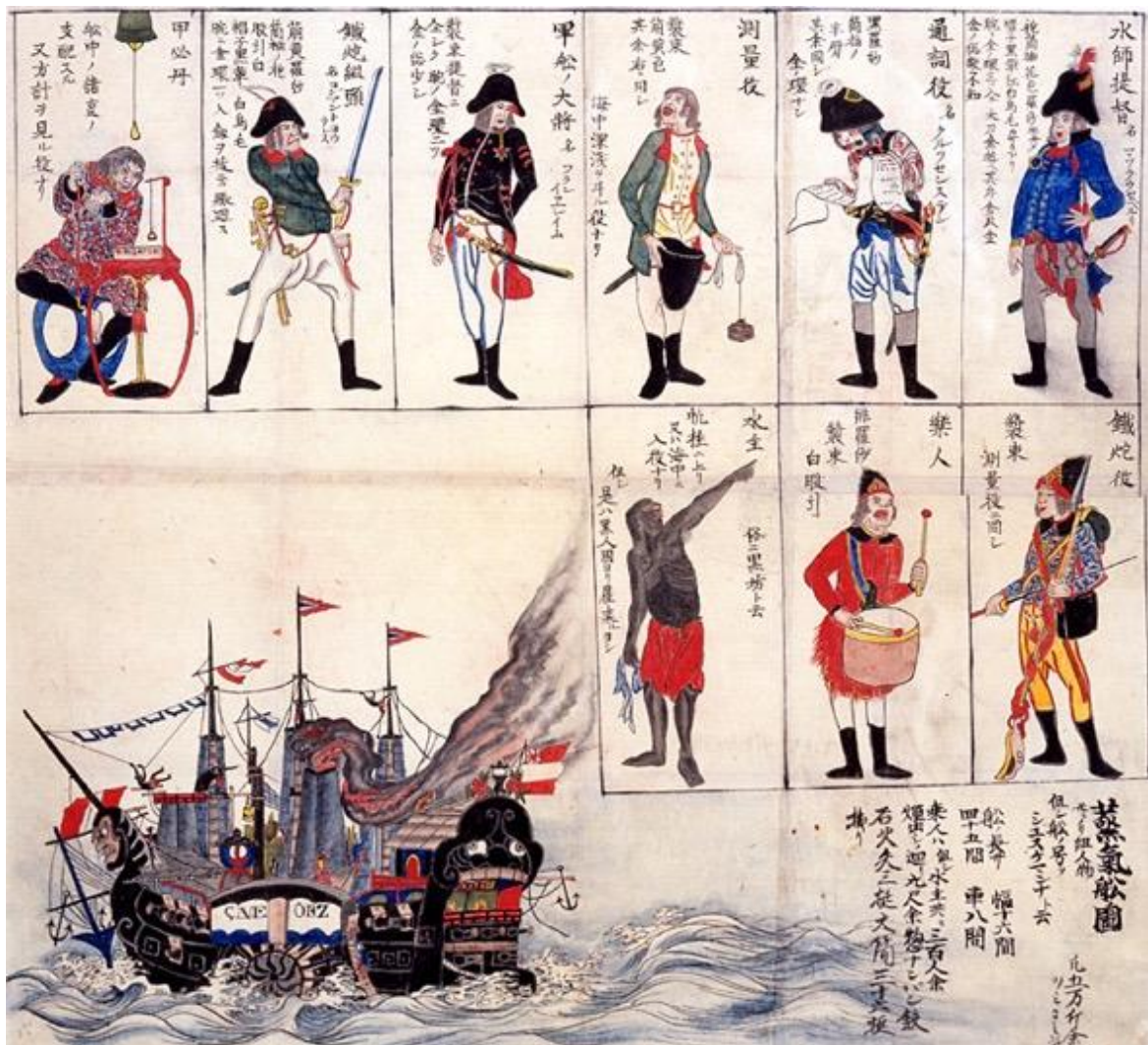
Os anos entre fins do século XIX e início do século XX são considerados pela historiografia sobre o Japão como um período de profundas mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais. Após décadas de crises econômicas e convulsões sociais, o xogunato Tokugawa (1603-1867) ⁵⁰ é derrubado por um movimento monarquista denominado Restauração Meiji, que colocou fim ao sistema feudal e a uma política isolacionista que vigorou por quase três séculos (DUUS, 2008).

Pressões e ameaças por parte dos Estados Unidos e países europeus para que o Japão abrisse seus portos para o comércio estiveram entre os principais catalisadores da queda do xogunato. Em julho de 1853, uma frota de quatro “navios negros” (*Figura 1.1*) sob o comando do Comodoro Matthew Calbraith Perry (1794-1858) da Marinha dos Estados Unidos circundou a baía de Edo (atual Tóquio) em meio a uma densa nuvem negra que emanava da queima de carvão nos sistemas de propulsão a vapor das embarcações. Após dias de ameaças e demonstração de poder naval, Perry entregou aos oficiais do xogunato uma carta da parte do então Presidente Millard Fillmore (1800-1874) demandando a abertura dos portos japoneses

⁵⁰ O período Tokugawa, alternativamente chamado de período Edo, se refere ao controle do xogunato pela família Tokugawa entre os anos 1603 a 1867. O xogunato (*bakufu*) constituiu um regime político de características feudais em vigência desde o século XII em que o poder se concentrava nas mãos do xogum, líder militar. Embora formalmente submisso à figura do Imperador, o xogum era considerado o governante *de facto* do país (GORDON, 2009).

para navios americanos e a negociação de um tratado de comércio. Perry retornou seis meses depois e, sem resistências, garantiu a assinatura do Tratado de Kanagawa em 31 de março de 1854. O acordo incluía a abertura de dois portos japoneses selecionados pelos Estados Unidos, a garantia de segurança e bom tratamento de náufragos americanos e o estabelecimento de um Consulado. Tratados similares foram estabelecidos com o Reino Unido (1854), Rússia (1855) e França (1858) nos anos subsequentes (DOWER, 2018).

Figura 1.1: Navio negro e tripulação. Aquarela em papel. 1854



Fonte: Ryosenji Treasure Museum. (DOWER, 2018)

A chamada “diplomacia das canhoneiras”⁵¹ não era desconhecida pelo Japão. Anos antes, a China fora derrotada pela Grã-Bretanha na primeira Guerra do Ópio (1839-1842) e

⁵¹ Diplomacia das canhoneiras (em inglês, *gunboat diplomacy*) se refere à estratégia diplomática agressiva envolvendo o uso implícito ou explícito de poder militar, geralmente naval. O termo está relacionado à fabricação

admitiu, pelo Tratado de Nanquim (1842), ao pagamento de indenização, abertura de cinco portos para o comércio exterior, admissão de extraterritorialidade⁵² para cidadãos britânicos e a concessão de Hong Kong para a Rainha Vitória. Poucos anos depois da missão do Comodoro Perry ao Japão, a derrota na segunda Guerra do Ópio (1856-1858), dessa vez por uma poderosa coalisão anglo-francesa, aprofundou as concessões chinesas. O Japão, diante da vantagem militar das potências estrangeiras, teria aceito os chamados “tratados desiguais” como uma forma de manter sua integridade territorial e econômica (GORDON, 2009; DOWER, 2018).

A busca por autonomia e paridade com as potências ocidentais na arena internacional foi a força motriz para que o Governo Meiji (1868-1912) se lançasse em um rápido e ambicioso projeto de modernização. Entre as medidas implementadas estavam o desenvolvimento industrial em setores estratégicos, investimento em infraestrutura de comunicação e transportes, formação de um Exército nacional, criação de uma monarquia constitucional, elaboração de um Código Civil e expansão ultramarina. Essas mudanças aceleradas, que incluíram a adoção de modelos ocidentais para diversas instituições e setores da vida nacional, foram justificadas através de um recurso discursivo, amplamente empregado pelas elites do novo governo, em legitimar o “moderno” por meio da “tradição” (THOMAS, 1996, DUUS, 2008; GORDON, 2009).

Antes do início do século XX, o Japão não se “imaginava” (ANDERSON, 2006) como nação no sentido de uma comunidade política, territorial e cultural que partilhasse uma origem, história, língua ou características comuns. A partir da Restauração Meiji (1868), o governo adotou medidas concretas como reforma administrativa, tributária, obrigatoriedade do serviço militar e universalização do ensino básico; que contribuíram para desarticular as bases do poder feudal e assegurar a coesão territorial e política do país através da eliminação das divisões de classe vigentes (samurai ou nobreza, comerciantes, artesãos e camponeses) e transformação da população em súditos-cidadãos nacionais. Entre os símbolos mais importantes dessa nova ordem estava o Imperador, figura sem poderes efetivos durante a Era Tokugawa (1603-1867), que passou a sintetizar a ideia de unidade e *ethos* nacional japonês (ODA, 2011). Através dos currículos escolares e da propaganda oficial, consolidou-se a ideia de que a instituição imperial

de embarcações militares de pequeno e médio porte com propulsão à vapor a partir da segunda metade do século XIX. As canhoneiras, embora pequenas, eram revestidas com aço e possuíam um arsenal bélico considerável, além de serem ideais para uso em águas rasas e áreas restritas. Até o início do século XX, essas embarcações foram utilizadas por potências imperialistas para demonstrações de força, intervenções militares e patrulhamento de territórios coloniais (SOUZA, 2018).

⁵² Extraterritorialidade significa, em Direito Internacional, isenção da jurisdição da lei local, que pode ser aplicada a pessoas ou espaços físicos específicos.

existia desde tempos imemoriais e representava a “*expressão máxima do espírito japonês*” (Idem, p.104; ver também GLUCK, 1985). A nova autoridade simbólica do Imperador, elaborada em termos de seu caráter divino e milenar, foi utilizada para transferir lealdades antes devidas aos senhores feudais para um centro de poder nacional inexistente até a restauração monárquica de 1868. Paradoxalmente, a valorização da “tradição” imperial, assim como outras “tradições inventadas” (HOBSBAWN; RANGER, 1984), serviu para justificar mudanças institucionais, econômicas e políticas em nome da “modernização”.

Estudos voltados para a história cultural do Japão a partir da segunda metade do século XIX demonstram que diferentes sentidos de “moderno” e “modernização” foram mobilizados e disputados por grupos e indivíduos até as primeiras décadas do século XX. Setores autodenominados “iluministas” consideravam que a chave para a consolidação do país enquanto potência estava em promover um marco civilizatório com a adoção ou tradução de preceitos morais, conhecimentos científicos e modelos institucionais do Ocidente. Alas conservadoras, por outro lado, defendiam que o Japão buscasse um centro de autenticidade moral-espiritual que fortalecesse a autonomia do país. Reformas e medidas que foram implementadas ao longo dos anos refletiram tensões em torno dessas tendências que, longe de chegarem a uma síntese, se mantiveram como um núcleo permanente de conflito. É consenso entre especialistas, por sua vez, que o “Ocidente” constituiu um referencial central para que as elites intelectuais e políticas elaborassem seus projetos de Nação – seja por aproximação ou distanciamento (GLUCK, 1985).

As noções de masculino e feminino foram fundamentais nas maneiras como os contatos entre o Japão e o “Ocidente” foram mobilizados discursivamente. Desde a chegada das canhoneiras do Comodoro Matthew Perry e a assinatura dos “tratados desiguais”, o Japão relutava contra sua imagem como um país “feminizado” no plano geopolítico, ou seja, submetido a um poderio ocidental imaginado como “masculino”. As representações do Japão e do Ocidente em uma linguagem sexuada foram repetidas na cultura popular euro-americana em romances como *Madame Chrysanthème* (1887), de Pierre Loti, e o conto *Madame Butterfly* (1898), de John Luther Long, imortalizado na ópera homônima de Giacomo Puccini em 1904⁵³.

⁵³ *Madame Chrysanthème* (1887) conta a história de um oficial da Marinha francesa estacionado em Nagasaki que se casa temporariamente com uma mulher japonesa. Fontes afirmam que o romance foi baseado em um caso real do autor com uma mulher japonesa chamada Kiku (ou “Crisântemo”) em 1885. A obra de Pierre Loti influenciou, dez anos mais tarde, o conto *Madame Butterfly*, publicado na *Century Magazine* nos Estados Unidos em 1898, que segue a mesma premissa narrativa: uma gueixa, Cho-Cho-San, se casa com o tenente da Marinha americana Benjamin Franklin Pinkerton. Pinkerton retorna para os Estados Unidos e se casa com uma mulher americana enquanto Cho-Cho-San tem seu filho e espera fielmente seu regresso por três anos, rejeitando prospectos de outro casamento. No final, diante da rejeição por parte do homem amado, Cho-Cho-San entrega seu filho à Kate, a nova

A preocupação em projetar uma imagem positiva (lê-se “civilizada”) no plano internacional reverberou em intervenções concretas sob corpos e subjetividades que tiveram uma dimensão fortemente generizada (GLUCK, 1985; GARON, 1994, GERMER; MACKIE; WÖHR, 2014).

A historiadora Barbara Molony (2007) analisa esses percursos semânticos a partir de reformas e leis referentes ao vestuário a partir dos anos 1870, que teriam visado superar o embaraço das autoridades japonesas diante de como certas práticas relacionadas ao corpo eram percebidas por viajantes ou residentes ocidentais. Da quase nudez dos puxadores de riquixá⁵⁴ até as sobancelhas depiladas e dentes escurecidos das mulheres⁵⁵, costumes e marcas corporais consideradas “bárbaras” ou “incivilizadas” pelos observadores ocidentais foram abolidas. A partir de 1872, homens de herança aristocrática foram obrigados a abandonar os penteados em coque alto característicos dos samurais em favor de estilos curtos à moda ocidental. Embora as roupas (e também maquiagens e penteados) demarcassem diferenças de classe e status social muito antes da Era Meiji (1868-1912), a etiqueta indumentária passa a ser definida dentro de categorias como *yōfuku* e *wafuku*, respectivamente “roupas ocidentais” e “roupas orientais”. Quimonos masculinos não foram proibidos para a população em geral, mas funcionários do governo e homens conduzindo negócios com estrangeiros deveriam obrigatoriamente vestir *yōfuku*; uma regra que foi estendida às esposas de oficiais do governo a partir de 1886.

O estilo *yōfuku* marcou ainda uma maneira de indivíduos singulares reivindicarem uma imagem de “progresso” e “civilização” para si, incluindo mulheres da elite que encontraram na estética ocidental uma plataforma para reivindicar um status de igualdade com os homens. Ao final do século XIX, quando a invasão de Taiwan (1895) marca uma reversão da imagem do Japão de *conquistado* para *conquistador*, o estilo *yōfuku* passa a ser identificado como uma moda “Japonesa moderna” na colônia, marcando diferenças em relação aos nativos taiwaneses “incivilizados” e os membros da ocupação. No plano doméstico, diferentes versões do *yōfuku*

esposa de Pinkerton, e comete suicídio pelo ritual *seppuku*. O *seppuku* ou *harakiri* constitui uma forma de suicídio ritual por evisceração (e posterior decapitação) organizada no âmbito do código ético dos guerreiros samurai. Tal prática foi formalmente abolida durante a Era Meiji mas foi posteriormente “reinventada” como uma tradição nacional.

⁵⁴ Riquixás são meios de transporte por tração humana em que uma pessoa puxa uma carroça de duas rodas com assento onde podem se acomodar uma ou duas pessoas.

⁵⁵ Os costumes de depilar as sobancelhas (*hikimayu*) e escurecer os dentes (*ohaguro*) podem ser associados a estética de mulheres casadas das classes privilegiadas antes da Era Meiji (1868-1912). Tratam-se, por sua vez, de práticas corporais que não eram exclusivamente femininas nem específicas da aristocracia. Embora um histórico completo do desenvolvimento dessas técnicas e sua aplicação mereça um trabalho à parte, cabe ressaltar que a literatura especializada tem considerado a proibição das práticas como intervenções em corpos femininos. Isso pode ser indicativo de que a adoção progressiva de homens à uma estética corporal e indumentária associada ao “Ocidente” teve um efeito de “feminização” das práticas tidas como “japonesas”.

já haviam sido desenvolvidas para uniformes escolares, serviços governamentais, trabalhadores fabris, entre outras categorias, desprendendo-se do sentido de moda “estrangeira” e se caracterizando, aos poucos, como moda convencional.

Figura 1.2: Imperatriz Shōken (1872 e 1886)



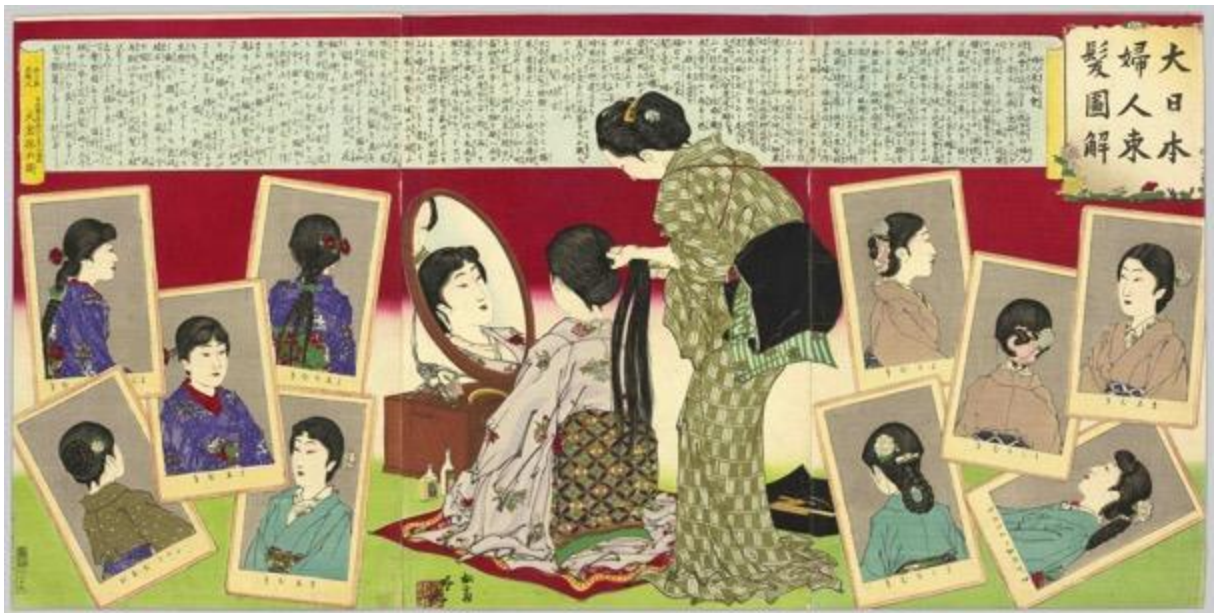
À esquerda, a Imperatriz exibe trajes e penteado “japoneses”, porém com sobrancelhas naturais (os dentes não estão visíveis). À direita, quase quinze anos depois, vê-se a adoção de vestuário ocidental para aparições públicas, bem como a preocupação em emular a linguagem visual das fotografias das monarquias europeias (FUJITANI, 1996). Fonte: Domínio público (WIKIMEDIA COMMONS; 2017; 2019; cf. MOLONY, 2007).

No que se refere às mulheres, a normalização do *yōfuku* foi gradual e marcada por medidas reacionárias como a proibição de cortes de cabelo curto em 1873. A Imperatriz Shōken estabelecia o tom em suas aparições públicas e fotografias desde 1872, usando roupas japonesas “tradicionais”, mas já exibindo dentes não escurecidos e sobrancelhas naturais (*Figura 1.2*). As controvérsias sobre a indumentária feminina ainda expressavam preocupações em relação à mobilidade, praticidade, higiene e economia (*Figura 1.3*); que refletiam não apenas o caráter masculinizante do “moderno”, mas seu alinhamento com noções de *racionalidade e civilização*.

Ao final do século XIX, “modernizar” as mulheres japonesas passou a ser considerada uma questão nevrálgica para o progresso nacional. Se o país buscava a racionalização (lê-se também “ocidentalização”) no plano econômico, político e do espaço público com o

estabelecimento de indústrias, sistema parlamentar e de uma infraestrutura moderna com ferrovias, telégrafos e equipamentos de higiene pública; a esfera doméstica também foi incluída na agenda da modernização a partir de discussões sobre maternidade, conjugalidade e gestão do lar. A partir da década de 1890, esse debate converge no estabelecimento de bases curriculares para a educação feminina secundária sob a rubrica “*ryōsai kenbo*”, que pode ser traduzida como “boa esposa, mãe sábia”.

Figura 1.3: Guia de penteados femininos em brochura de *nishiki-e*⁵⁶ (Ginkō Adachi, 1885)



Na composição de Ginkō Adachi (1870-1908), uma explicação pictórica comissionada por um grupo denominado “Associação Feminina de Penteados” que pretende estimular o uso de estilos ocidentais por sua “higiene”, “economia” e “conveniência” (WATTLES,s/d.)

1.2. *Ryōsai kenbo* (“boa esposa, mãe sábia”)

Segundo Mara Patessio (2011), o autor da expressão “*ryōsai kenbo*” (“boa esposa, mãe sábia”) foi Masanao Nakamura (1832-1891), formado no Reino Unido ainda nos tempos do

⁵⁶ *Nishiki-e* constitui uma técnica japonesa de xilogravura multicolorida em blocos de madeira utilizada, principalmente, no *ukiyo-e*. *Ukiyo-e*, ou “imagens do mundo flutuante”, é um dos gêneros artísticos mais importantes do período Tokugawa (1603-1867). As imagens reproduziam salas de entretenimento de Edo (atual Tóquio) e outros centros urbanos, tendo como principais temas cortesãs e prostitutas famosas, atores e cenas de teatro *kabuki*, erótica, além de paisagens urbanas e naturais. Na Era Meiji (1868-1912), temas populares eram ferrovias, eventos, novidades de moda e produtos importados. Ilustrações de cenas da Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) que glorificavam o Exército Imperial Japonês propulsionaram a popularidade do gênero, que entrou em decadência com a popularização da fotografia na primeira metade do século XX (ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA, 2013).

xogunato e um dos maiores defensores de oportunidades educacionais para as mulheres. Foi diretor da Escola Normal Feminina de Tóquio (*Tokyo Joshi Shihan Gakkō*), hoje Universidade Ochanomizu, fundada em 1874 e considerada a primeira escola normal feminina do Japão. Como um dos membros originais do *Meirokeisha*⁵⁷, um coletivo autodenominado “iluminista” de intelectuais e políticos japoneses educados no exterior, Nakamura considerava que as instituições ocidentais poderiam informar melhorias concretas na sociedade japonesa; em particular no que se referia à situação das mulheres. O pressuposto dessa discussão era que o grau de “civilização” de uma sociedade poderia ser apreendido pelo tratamento reservando às mulheres, relegando-as à ignorância ou elevando-as como mães e filhas esclarecidas da Nação.

Através de palestras e artigos na revista própria do grupo, a *Meiroku Zasshi*, foram divulgados relatos das experiências britânicas e americanas com a escolarização de mulheres, bem como apresentadas sugestões de práticas pedagógicas e críticas à educação moral feminina japonesa tal como descrita em manuais da Era Tokugawa (1603-1867). Uma das peças mais conhecidas se refere aos comentários de Yukichi Fukuzawa⁵⁸ (1834-1901) ao manual *Onna Daigaku Takarabako* (Grande Tesouro do Aprendizado para Mulheres), de 1716, que afirmava a “pouca inteligência” e “volubilidade” das mulheres como características inatas que as tornavam impróprias para o cuidado das crianças (KOYAMA, 2014). Contrariamente, Fukuzawa defendia que o amor materno poderia ser a fundação de uma boa educação na medida em que as mães recebessem instrução técnica-científica adequada. Aliados do pró-natalismo, da pedagogia, da higiene social e medicina eugênica, os argumentos pela educação feminina se apoiavam em um conjunto de saberes focados no melhoramento físico e moral da população

⁵⁷ *Meirokeisha*, ou “Meiji 6”, foi uma sociedade intelectual fundada em 1874 (seis anos após a Restauração Meiji) pelo primeiro embaixador japonês nos Estados Unidos, o Visconde Arinori Mori (1847-1889). Ele teve grande interesse pelas instituições sociais e métodos educacionais americanos. A sociedade tinha como objetivo promover a “civilização” e “esclarecimento” no Japão e teve um papel importante em introduzir e popularizar ideias ocidentais. Entre seus membros figuraram importantes filósofos, educadores e burocratas japoneses do final do século XIX. A sociedade começou a entrar em declínio a partir de 1875, quando uma legislação de controle da imprensa entrou em vigor. Manteve-se em funcionamento, por sua vez, até o início da década de 1900 (GLUCK, 1985).

⁵⁸ Embora tenha ficado mais conhecido por suas contribuições para a educação feminina, Yukichi Fukuzawa também foi responsável pela introdução das seções de Geografia e História Mundial nos livros didáticos japoneses. O *Sekai Kunizukushi* (Países do Mundo) contém partes de livros que Fukuzawa coletou em suas viagens para a Inglaterra e Estados Unidos durante o período Edo, embora deixe de creditá-los. Ele ainda publicou cinco volumes sobre os continentes do mundo que continham informações sobre “raça”, “geografia”, “história” e “contemporaneidades”. O livro contém diversas categorias de “povos inferiores”: *konton* (caóticos, correspondentes aos nativos australianos e África meridional), bárbaros (*ban'ya*, ou tártaros do norte da China, árabes e norte da África), quase-civilizados (*mikai* e *honkai*) e civilizados (*bunmeikaika*, correspondente aos Estados Unidos, Inglaterra, França, Holanda e Alemanha). Esses “estados da civilização” (“*bunmei no tōkyū*”), que entende as hierarquias mundiais como fruto das qualidades intelectuais de cada “raça”, serviram de modelo para que meninos e meninas compreendessem a formação do mundo e buscassem imitar os temperamentos e modos de vida dos povos “civilizados” (AYUSAWA, 1964).

através das mulheres: seja por suas capacidades como reprodutoras⁵⁹, seja por seus papéis sociais nas famílias e na comunidade.

Cabe ressaltar que os próprios manuais da Era Tokugawa (1603-1867) não tratavam a instrução das mulheres em termos de um público alvo feminino genérico; pelo contrário: a educação moral buscava reforçar as distâncias entre mulheres da aristocracia e as “outras” como prostitutas, artesãs e camponesas (SIEVERS, 1983). O *ryōsai kenbo* (“boa esposa, mãe sábia”) fabricou um horizonte de experiências comuns dentro de uma categoria de mulher “nacional” homogeneizada, desconsiderando hierarquias sociais e diferenças regionais que foram rubricadas na categoria “passado”. Na prática, isso significou que a agenda estatal do progresso partia de uma concepção burguesa das relações familiares e de gênero, desconsiderando as experiências de mulheres e meninas em termos de diferenças regionais e de classe, em particular trabalhadoras pobres e camponesas para quem o trabalho fora de casa era fundamental para a sobrevivência material da família.

A questão se coloca particularmente problemática considerando os efeitos das medidas econômicas implementadas pelo Governo Meiji (1868-1912). A reforma do imposto territorial de 1873, implementada pelo então Ministro do Interior Masayoshi Matsukata⁶⁰ (1835-1924), transformou o regime de pagamento de impostos em sacas de arroz em um sistema monetário com taxas calculadas pelo valor da terra e não pela produtividade das safras. O objetivo dessas medidas era o aumento da arrecadação de forma a fazer frente aos pesados encargos da industrialização. Uma forte crise inflacionária no início dos anos 1880 e a queda nos preços dos produtos agrícolas fez com que entre 1883 e 1890, um montante em torno de 367 mil lavradores perdessem suas terras, “[...]transformando-se em *rendeiros* ou transferindo-se para as cidades em condições miseráveis” (MOTOYAMA, 2011, p.72). Parte dessa população foi realocada através da emigração para outros países (entre os quais o Brasil) enquanto um contingente significativo se transferiu para as cidades para o trabalho precarizado na indústria incipiente. Neste conjunto, as mulheres e meninas tiveram uma presença significativa, principalmente no setor têxtil.

⁵⁹ Em uma proposta, Yukuchi Fukuzawa chegou a defender a importância da “educação pré-natal” para o desenvolvimento das capacidades físicas e mentais da criança desde o ventre. O conteúdo se referia a um regime nutricional e de exercícios físicos para as gestantes (KOYAMA, 2014; PATESSIO, 2011).

⁶⁰ Matsukata foi Primeiro Ministro do Japão de 6 de maio de 1891 a 8 de agosto de 1892, e novamente de 18 de setembro de 1896 a 12 de janeiro de 1898. a 11 de junho de 1924.

Considerando que os modos de vida dos camponeses estavam sendo descontinuados pela espoliação da terra e êxodo em direção às cidades, a articulação da ideia de família no âmbito do Estado transferiu sentidos de ancestralidade, pertencimento e deveres atrelados à posse da terra para a paisagem ideológica da Nação. Na medida em que o novo modelo de família passa a ser imaginado como a base da nação, a nação também é imaginada como uma família, tendo o Imperador como patriarca e os súditos, seus filhos. Pelo conceito de Estado-familiar (*kazoku kokka*), o poder do Imperador era legitimado tanto pela sua autoridade “paterna” como pela linhagem divina da qual descendia. A questão moral levantada pelo trabalho feminino foi justificada tanto pelo caráter pedagógico e moralizador do trabalho como por uma ideologia estatal que transferia as lealdades familiares para o âmbito da Nação. As mulheres que deixavam suas famílias nas aldeias para viver nos alojamentos das fábricas, assim, estariam sendo “boas mães e filhas da Nação” uma vez que seu esforço contribuía para o progresso nacional (GLUCK, 1985) ⁶¹.

Figura 1.4: Trabalhadoras da fábrica de seda Tomioka, 1904



A fábrica de seda Tomioka (*Tomioka Seishijō*) foi estabelecida em 1872 na cidade de Tomioka, província de Gunma. Foi a primeira fábrica modelo moderna de confecção de seda. A tecnologia francesa tinha como objetivo melhorar a qualidade da seda crua (BOSTON PUBLIC LIBRARY, s/d)

⁶¹ Patrícia Tsurumi (1990), em uma bela análise sobre músicas, poemas e diários escritos por mulheres operárias, demonstra que as mesmas tinham uma visão nada complacente acerca do Estado e de seus supervisores nas fábricas. As memórias familiares eram muitas vezes articuladas como uma forma de resgatar um humanismo possível em situações de exploração extrema.

A importância simbólica da família imperial permitiu que a Imperatriz, antes uma figura relativamente desconhecida, passasse a aparecer publicamente como apoiadora do Imperador, personificando qualidades e virtudes femininas valorizadas pela ideologia do *ryōsai kenbo* (“boa esposa, mãe sábia”) como inteligência e educação – inclusive tornando-se patrona de diversas instituições educacionais femininas. Se a supramencionada Imperatriz Shōken (1849-1914) foi a primeira consorte imperial a receber o título de *kōgō* (“imperatriz” no sentido de “esposa imperial”) em setecentos anos, sua sucessora e nora, a Imperatriz Teimei (1884-1951), reproduziu com o Imperador Taishō (1912-1926) um modelo de família nuclear burguesa. O Imperador não apenas deixou de tomar concubinas, quebrando centenas de anos de tradição imperial, como também teve filhos exclusivamente com a Imperatriz, entre os quais aquele que se tornaria seu sucessor, o Príncipe Hiroito (Imperador Showa). Como patrona da Cruz Vermelha no Japão, a Imperatriz Teimei marcou um período em que a contribuição das mulheres à causa nacional passa a significar apoio às instituições militares e ao esforço de guerra, conforme será tratado mais adiante.

Apesar do caráter conservador da ideologia *ryōsai kenbo* (“boa esposa, mãe sábia”), sua formulação e discussões a partir de uma plataforma pública de aulas abertas, palestras e publicações levou à formação do que Mara Patessio (2004; 2011) chama de “espaço público feminino”⁶²; ou melhor, um campo comunicacional que tratava sobre a vida das mulheres possibilitado pela universalização do ensino em 1872, desenvolvimento da imprensa e a emergência de um mercado de produção e consumo de material escrito. Embora a alfabetização feminina tenha avançado de modo mais lento e desigual que a dos homens, principalmente considerando diferenças de classe e de residência urbano/rural, a expansão das possibilidades educacionais liberou desejos latentes por conhecimento e auto expressão. Multiplica-se nesse período uma cultura de escrita de diários, cartas e publicações em todos os estratos sociais – ao final da década de 1870, organizações civis das mais variadas vertentes e tamanhos produziam jornais, revistas próprias e circulavam manifestos, possibilitando a multiplicação campos de interlocução e trocas de saberes que o Estado não pôde regular completamente.

A leitura e a “vontade de saber” levaram à criação de clubes literários, grupos de estudo e aulas livres não apenas entre mulheres da classe média, mas também gueixas (PATESSIO, 2004) e operárias (TSURUMI, 1990). Enquanto parte desses clubes femininos não tinham

⁶² Patessio mobiliza o conceito habermasiano de “espaço público” em sua formulação. Pelas características que descreve, por sua vez, talvez um modelo conceitual mais adequado seja a noção de “*subaltern conter publics*” de Nancy Fraser (1990).

pretensões em termos de direitos políticos e sociais para as mulheres, outros se valeram da retórica de ruptura com o passado e atualização dos papéis femininos para reivindicar igualdade em relação aos homens ou apoiar outras causas políticas como a implantação de um sistema democrático no país e a defesa de liberdades civis. Foi o caso, por exemplo, de Hideko Fukuda (1865-1927) (neé Kageyama), ativista do Movimento pela Liberdade e Direitos do Povo (*Jiyū Minken Undō*) que ganhou força a partir dos anos 1880.

A adesão de mulheres a grupos políticos críticos ao governo, bem como a mobilização operária e campesina, levou setores reacionários do governo insatisfeitos com a “ocidentalização” a montar uma plataforma de defesa da família a partir de uma ideia de autenticidade espiritual japonesa encontrada no confucionismo. Mulheres estudantes, trabalhadoras ou politicamente vocais eram consideradas “masculinizadas” e negligentes de seus deveres femininos. Uma das maiores vitórias desse grupo político foi a institucionalização da “família nacional japonesa” no Código Civil de 1898.

O Código Civil reposicionou o sistema *ie* – um ordenamento das relações familiares, de parentesco e herança baseado em princípios confucionistas exclusivo dos membros da aristocracia durante a Era Tokugawa (1603-1867) – como o formato “milenar” e “tradicional” de família no Japão. A legislação formalizou um modelo de família monogâmica baseada em princípios de patrilinearidade, primogenitura e centralidade do poder nas mãos do chefe de família que consolidou a subordinação das mulheres em relação aos maridos, negando-lhes identidade e independência jurídica fora do casamento. A medida foi considerada particularmente restritiva na zona rural onde as mulheres, embora não estivessem em patamar de igualdade entre os homens, dispunham de maior agência econômica e política que as mulheres das classes médias urbanas (SIEVERS, 1987; LOWY, 2007; ODA, 2011).

O Código Civil vinha acompanhando um crescente de medidas legislativas que visavam limitar a participação política das mulheres. Em 1871, o governo central havia apoiado a criação de assembleias locais de caráter consultivo a nível das províncias, cidades, vilas e aldeias; e a ausência de restrições fez com que muitas mulheres participassem dos pleitos locais. Essa atuação foi abolida com a proibição do sufrágio feminino em 1884 e a Lei do Sistema de Cidades e Vilas de 1888 que restringiu a categoria “cidadão” (*kōmin*) apenas para japoneses adultos do sexo masculino. Finalmente, a Lei de Associações e Reuniões de 1890 proibiu as mulheres de organizarem associações políticas ou participarem de qualquer reunião ou grupo de caráter político sob pena de multa ou prisão (GARON, 1993). Os argumentos tratavam da preservação da família e da importância dos papéis domésticos femininos para a Nação. Tal

como afirmou o então membro do Ministério da Justiça Conde Keigo Kiyoura⁶³ (1850-1942) em um discurso no Parlamento em 1890:

Women [in Japan] have always ruled inside the home. They are the ones who must attend to family education and other matters. What would happen if women joined political associations or engaged in political discussions? Family education would be hindered terribly. [...] If they are allowed to join political associations, they will neglect their duties as women [...]. Such a situation would greatly disturb household management, as well as harm family education. [...] Such a provision would produce grievous results for the future of the State. (GARON, 1993, p.11).

1.3. Os “vícios do passado” e o movimento pela temperança

A lei de 1890 levou os movimentos femininos a modificarem suas estratégias e composição uma vez que os agentes da lei, em sua maioria, definiam como “política” a atuação em partidos ou ideologias consideradas radicais. Isso permitiu a continuidade de clubes fundados a partir da década de 1880 alinhados ao quadro ideológico do *ryōsai kenbo* (“boa esposa, mãe sábia”) como associações *fujinkai* de mulheres urbanas, em geral da classe média, que buscavam aprimorar seus conhecimentos em temas como economia doméstica, cuidado dos filhos, saúde e nutrição. Uma das organizações que floresceu nesse contexto foi a Japanese Women’s Christian Temperance Union (JWCTU), filial japonesa da World Women’s Christian Temperance Union (WWCTU) aberta em 1893 (GARON, 1994).

A World Women’s Christian Temperance Union (WWCTU) foi criada em 1883 no âmbito da Women’s Christian Temperance Union (WCTU), uma organização evangélica fundada entre 1873 e 1874 nos Estados Unidos como parte do movimento pela *temperança*, que buscava a aplicação de princípios cristãos como base para o reformismo social. A estratégia da Women’s Christian Temperance Union (WCTU) estava na engenharia social com base na aliança de elementos religiosos e seculares. Defendiam, principalmente, a abstinência do álcool e tabaco, castidade, fidelidade conjugal e a naturalização dos papéis femininos domésticos como uma maneira de prevenir a degeneração dos laços interpessoais e sociais. Sem transgredir as hierarquias de gênero no âmbito religioso e institucional do protestantismo, as mulheres da Women’s Christian Temperance Union (WCTU) desenvolveram projetos de assistência social e educação para mulheres imigrantes e pobres, atravessando fronteiras de classe, raça e

⁶³ Kiyoura foi Primeiro Ministro do Japão de 5 de janeiro a 11 de junho de 1924.

nacionalidade para difundir a palavra do Evangelho e as virtudes dos papéis domésticos femininos (YASUTAKE, 2004).

A premissa dos movimentos pela temperança para o ativismo feminino consistia na visão de que as mulheres eram o sexo moralmente “superior”, de forma que poderiam agir na família e na Nação, como cidadãs, para curar a sociedade de seus males. Esse comprometimento com o reformismo social abriu espaço para atuação em campanhas públicas nas áreas de saúde, higiene social, prostituição, relações trabalhistas e, eventualmente, pelo sufrágio feminino. Embora o apoio ao voto feminino não tenha sido unânime no âmbito da organização, a vocação secular do movimento permitiu alianças temporárias com causas apoiadas pelo feminismo, movimentos democráticos ou mesmo fora do âmbito do cristianismo incluindo mulheres budistas, hindus, e de outras religiões. Essa característica facilitou a formatação de uma coalisão transnacional dessas organizações, a circulação de literaturas e lideranças por diversos contextos nacionais e a participação em estratégias de controle social nos espaços de influência geopolítica das potências ocidentais, incluindo projetos coloniais⁶⁴.

No Japão, a linguagem da World Women’s Christian Temperance Union (WWCTU) envolvia a construção da ideia de que as mulheres americanas e japonesas, ainda que de culturas e raças diferentes, sofriam dos mesmos males como a inclinação masculina para o abuso de álcool e prostituição. Foi através da ideia secular de *temperança* que essas organizações trabalharam com os *fujinkai* e, mais tarde, com o governo japonês, para a projeção de uma imagem internacional positiva do Japão através da moralização das mulheres. Esse processo envolveu a articulação de movimentos e representações femininas tanto no contexto doméstico japonês como nos espaços de dispersão populacional pela emigração, particularmente para a América do Norte, e pela expansão imperial na Ásia.

Nas décadas anteriores à Segunda Guerra Mundial, a burocracia estatal japonesa dependeu extensivamente da expertise de reformadores japoneses cristãos que serviram de condutores de informação dos mais recentes programas ocidentais nas áreas de trabalho social, educação e moralização. O governo passou a subsidiar trabalho social cristão desde a primeira década do século XX. Mais ainda, entre 1900 e 1920, o Ministro Empregou como oficiais

⁶⁴ O movimento feminino pela temperança na Índia, por exemplo, colaborou em diversos momentos com as políticas de controle social do Império Britânico ao mesmo tempo em que promoveu espaços de aliança transnacional e inter-religiosa entre mulheres. A formação de um quadro feminino de missionárias, educadoras e mulheres colonizadas proficientes na língua inglesa facilitaram o estabelecimento da WCTU americana, estendendo as redes de colaboração e circulação no âmbito da *domesticidade* feminina para além das relações Metrópole-Colônia.

comissionados temporários proeminentes reformadores morais protestantes como Kosuke Tomeoka e o líder do Exército da Salvação Gunpei Yamamuro (YASUTAKE, 2004).

As associações femininas se espalharam por vilas e cidades em grandes quantidades, buscando ensinar a mulheres e meninas técnicas de administração doméstica no estilo ocidental, métodos “higiênicos” para os cuidados das crianças e “trabalhar para o avanço do conhecimento” (GARON, 1994). Embora as associações femininas não possam ser compreendidas apenas como um braço ou marionetes do governo, elas estabeleceram contínuas alianças com o Estado entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, tendo o melhoramento do cotidiano para a modernização como denominador comum. Muitos desses grupos estiveram na vanguarda para ocidentalizar a dieta japonesa, introduzindo o consumo de pão sob o argumento da insuficiência nutricional do arroz e possíveis benefícios para a saúde e fortalecimento físico (GERMER; MACKIE; WHORH, 2014). As roupas íntimas em estilo europeu eram indicadas em detrimento das japonesas por volta de 1920 por razões de higiene e boas maneiras. As campanhas incluíam diversas petições do governo para instituir a monogamia na legislação oficial e a promoviam a castidade em detrimento da prostituição e sexo extramarital, considerados os maiores problemas de higiene no Japão rural.

1.4. Associações Femininas e Militarismo

Antes da Revolução Meiji (1868), as mulheres estavam organizadas em diversas formas de cooperação e sociabilidade principalmente na zona rural. Grupos de mulheres existiam para a realização de formas específicas de trabalho agrícola, organização de respostas a desastres naturais, bem como a mobilização para festividades, eventos e outras ações coletivas no âmbito das aldeias, vilas e templos, como peregrinações. Historiadores e antropólogos rurais (EMBREE, 1939; SMETHURST, 1974) consideraram essas organizações como intrínsecas à estrutura social das vilas. As agremiações compreendiam, grosso modo, às mulheres de um mesmo *buraku*: uma unidade social correspondente a um grupo de famílias que viviam próximas umas às outras, muitas vezes interligadas por laços de parentesco, que dividiam o uso da terra e outros recursos das proximidades. O Governo Meiji (1868-1912), embora não tenha desmantelado ativamente tais organizações, promoveu reformas econômicas que levaram ao empobrecimento em massa e deterioração dos modos de vida camponeses.

A partir do início do século XX, em especial após a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), começou a surgir nas aldeias e vilas uma nova forma de organização feminina – as filiais de associações femininas patrióticas que tinham como objetivo apoiar as Forças Armadas e uma formar uma frente de Defesa Nacional para situações de guerra. A primeira associação patriótica feminina a nível nacional foi o Aikoku Fujinkai (Associação Feminina Patriótica), fundado por Ioko Okumura, filha de um reverendo budista de prestígio, com a assistência do Ministério do Exército e do Ministério do Interior. Entre os propósitos dessa entidade estavam o conforto às famílias de soldados mortos e aos feridos na Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), a realização de obras de caridade em nome do Estado, e a “educação” de mulheres japonesas sobre o “funcionamento da sociedade” e a causa nacional. Embora o número de membras tenha atingido seu auge no início da década de 1910 com 807 mil mulheres registradas, o perfil aristocrático do núcleo decisório do grupo engessou sua capacidade de mobilização no âmbito local. O potencial agregador dessas formas de organização, por sua vez, foi demonstrado pela ampla participação de mulheres instruídas da classe média logo nos primeiros anos da organização.

Figura 5. Cartões postais da Guerra Russo Japonesa



À esquerda, enfermeira da Cruz Vermelha Japonesa. À direita, uma mãe e um filho em luto (DOWER, 2018)

A Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) foi um marco na narrativa de “modernização” no país. Embora a superioridade bélica demonstrada pelo país na Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) já tenha legitimado o projeto de modernização social, econômica e militar, a vitória sobre uma nação “branca” consolidou seu espaço entre as potências mundiais. A narrativa da guerra, em termos do material publicitários e das notícias divulgadas para as comunidades japonesas

ultramarinas demonstravam a dimensão “civilizada” da atuação japonesa no conflito através de cenas de encontros diplomáticos, tratamento humanitário de feridos, e a exaltação da Cruz Vermelha Japonesa, utilizando a imagem das enfermeiras como um símbolo da contribuição feminina para a causa nacional.

A partir dos anos 1920, o Ministério do Interior, inspirado na atuação das mulheres americanas e europeias no *homefront* ocidental durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), abraçou um projeto de fomento de organizações femininas de base com o objetivo de transformar mulheres adultas em colaboradoras às causas nacionais a nível local. No período entre guerras, correspondente aos anos do Imperador Taisho (1912-1926) e o início da gestão do Imperador Showa (1926-1989), o Estado promoveu a mobilização feminina em campanhas de “melhoramento local” voltadas para a higiene pública, redução do desperdício, austeridade econômica no âmbito dos domicílios e campanhas de “persuasão moral” (*kyoka*). Essas últimas compreendiam o combate a ideologias radicais como o comunismo e o anarquismo e a eliminação de “vícios do passado”; uma categoria ambígua para se referir a comportamentos e práticas religiosas, inter-relacionais, corporais e outros costumes que não estariam identificados com um país “moderno”. Essas medidas se somaram a uma série de reformas promovidas desde o início do Governo Meiji (1868-1912) para fomentar a lealdade e o sentimento de pertencimento nacional em todos os estratos da população. Na prática, o trabalho cultural das políticas de melhoramento foi a repressão e por vezes criminalização de heterogeneidades culturais, religiosas e linguísticas internas a partir de um referencial de “cultura nacional” institucionalizado em instrumentos jurídico-políticos ao final do século XIX.

1.5. “Modernidade colonial” a partir de Okinawa

A vitória do Japão na Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) marca o período em que o país inicia um projeto de expansão imperial em que passa a aplicar fórmulas de hegemonia político-cultural emuladas dos Estados Unidos e Inglaterra em seus territórios colonizados. Antes da invasão e conquista de Taiwan (1895), Coreia (1910), Micronésia (1933), Manchúria (1933) e norte da China (1937)⁶⁵, ainda no período Meiji (1868-1912), o Japão anexou os territórios de

⁶⁵ Vide Apêndice B – Mapa da Expansão Imperial Japonesa.

Hokkaido, ao norte, e Ryūkyū (atualmente Okinawa), ao sul, no âmbito de uma política de consolidação das fronteiras nacionais.

Existe um embate no âmbito da historiografia e ciências sociais se a situação de Hokkaido e Okinawa pode ser considerada dentro da questão colonial japonesa. A narrativa oficial é que o status administrativo das regiões como províncias e não governo-geral, como foi o caso de Taiwan e dos demais territórios invadidos na Ásia, demonstra um tratamento diferenciado em relação às colônias. Os mecanismos heterodoxos pelos quais as regiões foram inseridas no corpo político e territorial do Japão sugerem, por sua vez, que as regiões funcionaram como “laboratórios” de políticas de “japonização” que, mais tarde, foram aplicadas a outros países asiáticos sustenta o argumento da historiografia oficial de orientação conservadora de que não houve um tratamento diferenciado em relação às demais regiões do Japão. O instrumento retórico foi a significação da anexação dos territórios dentro das fronteiras formais do Japão como um retorno a um estado “original” de pertencimento à esfera cultural japonesa.

Ryūkyū foi um reino estabelecido durante o século XV pela unificação da ilha de Okinawa e, eventualmente, as ilhas Amami e Sakishima. Importante entreposto do comércio marítimo entre o leste e sudeste asiático, Ryūkyū mantinha relações de vassalagem com a China e, a partir da invasão pelo feudo de Satsuma (atual Kagoshima) em 1609, com o xogunato Tokugawa⁶⁶. Em 1872, o Imperador Meiji destituiu os títulos reais do então monarca Shō Tai e declarou Ryūkyū um domínio sob a “proteção” do Império Japonês. A ficção de autotomia foi mantida por razões diplomáticas até 1879, quando o território é formalmente anexado ao Japão como a província de Okinawa.

Até o ano de 1895, as políticas de “standardização” ou “japonização” em Okinawa tiveram uma dimensão proeminentemente coercitiva, com a imposição de quadros administrativos, policiais e educacionais de fora do arquipélago. As relações próximas que o Reino de Ryūkyū historicamente manteve com a China alimentaram ansiedades por parte de oficiais militares de que uma invasão chinesa poderia se concretizar pelas fronteiras ao sul e com a colaboração dos okinawanos. De fato, uma tendência pró-chinesa conservadora, segundo Rumiko Shinzato (2003), existia entre as elites intelectuais e políticas okinawanas – bem como um grupo pró-japonês – o que levou à implantação tardia de medidas de modernização em

⁶⁶ Os motivos pelos quais o feudo de Satsuma não promoveu uma anexação formal do Reino de Ryūkyū no século XVII foi a continuidade do comércio indireto com a China, que havia interrompido relações comerciais com o Japão.

relação a outras províncias⁶⁷. A manutenção do sistema feudal de tributação, significativamente maior do que em outros lugares do Japão, acarretou no agravamento das dificuldades econômicas e endividamento de Okinawa.

A pauperização foi um dos principais motivos para mudanças nas atitudes das elites okinawanas que, após a Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), abraçaram o programa de assimilação (*dōka*). A demonstração de poder econômico e militar do Império Japonês alimentou a promessa de que a incorporação em uma esfera econômico-cultural japonesa poderia contribuir para o progresso (ou modernização) da ilha. Foi nesse período que surgiu no âmbito da antropologia e filologia estudos que buscavam reconstituir linhagens e origens comuns entre práticas culturais japonesas e okinawanas. Fuyu Iha (1876-1947), considerado o pai dos *estudos okinawanos*, identificou nas línguas locais, práticas religiosas e técnicas de cerâmica exemplos de uma cultura japonesa “pura” sobrevivente em Okinawa e que teria sido “perdida” no Japão moderno. Esses argumentos, embora buscassem atestar a “japonicidade” de antigo Reino de Ryūkyū, também elaborava a assimetria entre Japão e Okinawa em termos de temporalidades hierárquicas. O “atraso cultural” de Okinawa foi significado como a raiz do “atraso econômico”, de forma que um amplo e acelerado processo de assimilação poderia resultar no desenvolvimento material e social da ilha.

Na virada do século, líderes como Chōfu Ōta promoviam o *yamatoka* ou japonização em termos de língua, vestuário, maneiras e costumes como uma maneira de atingir a civilização e modernidade. Nessa premissa, as mulheres, especialmente de elite, foram consideradas que cumpririam um papel como “mães e esposas esclarecidas”. Ruri Ito (2010) ressalta que o “moderno” em Okinawa era significativamente diferente do “moderno” de Tóquio, associado ao Ocidente. Em Okinawa, o referencial era as outras províncias e, principalmente, Tóquio. Essa dinâmica da modernidade colonial significou que em resposta às pressões assimilacionistas a identidade okinawana passou a ser forjada dentro de um movimento intelectual que seria chamado posteriormente de *Okinawagaku*, ou estudos okinawanos.

A padronização linguística, antes criticada como coercitiva, passa a ter maior colaboração dos quadros educacionais locais e de associações femininas ligadas às escolas. Sob o argumento de melhoramento dos costumes, em especial a partir do início do século XX,

⁶⁷ Embora o Parlamento Japonês tenha sido estabelecido em 1890, Okinawa só pôde enviar seus próprios representantes em 1912. A ausência de representação local somada ao costumeiro ressentimento com os quais os administradores da província (em geral alocados a partir de Kagoshima) encaravam serem designados para uma região “remota” e “incivilizada” fez com que os okinawanos não tivessem acesso aos veículos formais de reivindicação no âmbito da institucionalidade política.

práticas culturais locais foram suprimidas sob a égide de uma campanha de “eliminação de maus hábitos” (*akushu haishi*) que incluiu: proibição da prática de tatuagens femininas *hajichi*, redução da influência das sacerdotisas locais *nuru*, perseguição às xamãs *yutá* e censura de músicas, danças e festividades locais consideradas “perigosas” e “imorais”.

Nas classes populares, a “japonização” foi relativamente mais eficiente do que entre membros da antiga aristocracia⁶⁸, com a popularização de cortes de cabelo e nomes japonizados, como o uso do sufixo “*ko*” entre mulheres. A carreira militar passou a ser almejada por parte dos jovens okinawanos como uma maneira de adquirir prestígio social, o que ocorreu vinte anos depois da instituição da obrigatoriedade do serviço militar em outras províncias (1873) por causa de dúvidas sobre a lealdade dos okinawanos como súditos imperiais. O jornal *Ryūkyū Shimpō*, fundado em 1893, seguia uma linha editorial claramente pró-assimilacionista e publicava artigos direcionados também ao público de empresários e burocratas de fora da província para “esclarecer” aspectos da cultura e história de Okinawa como uma forma de combater estereótipos e preconceitos.

A educação feminina em Okinawa teve início em 1885, cinco anos depois da instituição do ensino público para meninos. Isso foi revolucionário já que o analfabetismo feminino era comum mesmo entre mulheres de elite. Ruri Ito (2010) cita o estudo de Yoneko Hokhama e Shimpōsha (*Jidai wo Irodotta Onnatachi*) em que mulheres nascidas como sacerdotisas *nuru*, um status privilegiado, com a japonização se tornaram participantes ativas do projeto *ryōsai kenbo* (“boas esposas, mães sábias”) difundido nos currículos escolares modernos.

No âmbito do Império, as escolas cumpriram o papel de integração cultural que foi feito pelas escolas missionárias no imperialismo ocidental. Eram o ponto de entrada para o culto ao Imperador pela disseminação do Edito Imperial de Educação e do retrato do casal imperial. A escola foi considerada um espaço de melhoria das maneiras e costumes (*fūzoku kairyō*), um aspecto importante da educação feminina. Começando pela campanha para falar o japonês padrão, as garotas mudavam de *ryūsō* (roupas ao estilo okinawano) para *wasō* (roupas japonesa) e foram convidadas a promover campanhas contra os costumes locais como as tatuagens de mãos femininas, socialização mista de meninos e meninas (*mōashibi*), consulta a xamas tradicionais, etc.

⁶⁸ Celso Akihide Shiroma apontou para como a adesão à “japonização” entre as pessoas de origem comum (não aristocrática) também tinha um aspecto de ressentimento de classe. A universalização do ensino, do registro civil e a retirada de privilégios permitiu acesso à bens culturais que antes eram negados à maior parte da população.

Ruri Ito (1910) identifica na sociabilidade das estudantes meninas um tipo de capital cultural ligado diretamente a ideia de “Tóquio” surgiu nos dormitórios e no cotidiano escolar. As meninas filhas de comerciantes do *naichi* eram consideradas mais bem vestidas e arrumadas, e podiam usar maquiagem – algo que era considerado indecente na cultura local. O uso correto do acento de Tóquio era considerado na moda. Um senso de rivalidade entre crianças de Naha e de Yamato surgiu. Na fala de sua informante, Yoshiko Kinjo: “We did not ‘sneeze as the people of other prefectures do’ but when those yamatunchu sneezed with a Kagoshima accent, we would sneeze back with a Tokyo accent”.

O intelectual Fuyū Iha teve um papel importante em estabelecer um grupo de “novas mulheres” a partir de garotas da educação secundária. Em 1919, Iha publicou o livro *Okinawa Joseishi*, em que analisa o status das mulheres no antigo Ryūkyū e conclui que a educação feminina era urgente para o desenvolvimento de Okinawa. Para que jovens realizassem suas ambições de mobilidade social, inclusive migrar, deveriam ser esposas educadas. Conforme afirmou Ito, “[...] *Iha’s circle offered an alternative site of modernity where, in contrast to the girl’s higher schools, women could cultivate their knowledge of Western thought and be introduced to Okinawan culture and history, denied them under the Japanese policy of assimilation*”.⁶⁹

Em 1916, uma convenção educacional em Okinawa aprovou medidas para reforçar o uso da língua japonesa não apenas pelo compromisso dos próprios professores em falar o japonês correto, mas também punir estudantes que utilizassem línguas okinawas na escola. A prática já tinha sido adotada voluntariamente por estudantes em escolas secundárias desde 1910. Em algumas escolas, foi adotada a prática do *hōgen fuda* (placa do dialeto), uma forma de punição em que os estudantes deveriam utilizar uma placa de madeira pendurada no pescoço caso fossem descobertos utilizando a língua local ao invés do japonês padrão. O uso do *hōgen fuda* era considerado humilhante, tinha impacto nas notas e, segundo algumas fontes, poderia implicar também em punições corporais mais severas.

⁶⁹ Uma dessas mulheres veio para o Brasil. Oto Tamaki (1897-1993), a través do grupo de Iha, passou a participar de um grupo de estudos socialistas organizado por Yūkan Yamada, um teórico do bolchevismo. Ele e Tamaki tiveram um caso que virou um escândalo, e Tamaki teve que se demitir da escola primária em que ensinava. Ela depois casou com Yamada e teve um filho chamado Lenin. Lenin morreu, ela se divorciou e imigrou para o Brasil em 1927

CAPÍTULO 2

Mulheres Imigrantes, Família e Domesticidade antes da Segunda Guerra Mundial

Este capítulo tem como objetivo problematizar as maneiras como as mulheres imigrantes japonesas estiveram no centro de um conjunto de indagações sobre filiação nacional, assimilação, raça e perigo durante os primeiros anos da imigração até 1941. A presente divisão não implica em uma descontinuidade em relação aos acontecimentos. A divisão segue um critério organizacional aplicado para o texto desta tese de forma permitir que processos mais expressivos a partir da década de 1930 – o recrudescimento do nacionalismo no Brasil e no Japão – seja tratado com maior especificidade. O evento que marca esse divisor de águas é a invasão da Manchúria pelo Exército Imperial Japonês em 1931, e as presidências de Getúlio Vargas (1882-1954): de 1930 a 1934 como líder do Governo Provisório; de 1934 a 1937 como parte do Governo Constitucional, e de 1937 a 1945 como ditador durante o Estado Novo.

A historiografia nativa, especialmente as publicações comemorativas de “aniversário” da imigração, tendem a tratar o período anterior à Segunda Guerra Mundial como tempos de isolamento em que os japoneses se fecharam em comunidades segregadas onde a regra geral era a manutenção da língua, da cultura e da endogamia. Essa proposição se baseia, em parte, na construção narrativa que teve início, a partir dos anos 1960, da identidade étnica japonesa como uma questão de *cultura*, afastando-se das representações nacionalistas associadas ao Império Japonês. A narrativa de isolamento e segregação desconsidera as maneiras como os japoneses no Brasil participaram de diversos aspectos da sociedade brasileira (LONE, 2001) ao mesmo tempo em que estavam inseridos em um circuito de trocas e circulações de pessoas, notícias, mercadorias e saberes que conectava as concentrações de nacionais japoneses em diferentes partes do mundo.

Em *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade* (1998), Edward Sayad argumenta que a ideia de imigração (com “i”) oculta o processo avesso, porém implícito, da emigração (com “e”). Considerar o imigrante como alguém que “nasce” para a sociedade receptora produz o apagamento do passado e dos laços que o unem a uma teia complexa de relações concretas, sentidos e aspirações na terra de origem. O binarismo emigração/imigração, de forma análoga, impossibilita conceber as triangulações, redes e inter-relações que os migrantes podem estabelecer com outras territorialidades.

Estudiosos tem, cada vez mais, chamado a atenção para as sensibilidades globais na formulação e implementação dos sentidos de nação e identidade japonesa no início do século XX. Para além do contraponto com as potências ocidentais como referencial de “modernização”, a Era Meiji (1868-1912) correspondeu ao desenvolvimento de uma cultura de massa que envolveu livros, filmes, artigos de jornais, músicas, eventos e outras formas de propaganda visual centradas na ideia de “desenvolvimento ultramarino” (*kaigai hatten*) que tornou porosas as fronteiras entre os processos concomitantes de “emigração” (*imin*) e “colonização” (*shokumin*) (IRIE, 1971, AZUMA, 2008).

Os japoneses viveram e se radicaram no exterior desde antes do estabelecimento da política de isolacionismo no início do século XVII. A partir do Governo Meiji (1868-1912), a emigração adquire moldes “modernos” como política de Estado inserida em um mercado internacional de mão-de-obra. Em 1885, no auge da crise populacional e econômica no campo geradas pelas reformas tributárias do Conde Matsukata nos anos 1870, a primeira leva⁷⁰ de trabalhadores japoneses é enviada para o Havai destinada para a lavoura de cana-de-açúcar. A partir dos anos 1890, com a eclosão da Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), o Estado terceiriza os assuntos de emigração para a iniciativa privada, de modo que empresas passam a se responsabilizar por contratos e recrutamentos. Emerge um mercado altamente competitivo de contratação para o trabalho no exterior, muitas vezes envolvendo propaganda desonesta e outras práticas de espoliação dos trabalhadores.

No Havai, um episódio significativo foi a organização dos imigrantes em 1905 contra as cinco companhias que dominavam o mercado de mão-de-obra para o arquipélago: a Companhia de Transportes Ultramarinos (*Kaigai Tokō Kabushiki Gaisha*), a Parceria de Emigração Tóquio Ltda. (*Tokyo Imin Goshi Kaisha*), a Companhia Morioka (*Morioka Shokai*), a Companhia de Emigração do Japão (*Nippon Imin Kaisha*) e a Companhia de Emigração Kumamoto (*Kuamamoto Imin Kaisha*). As empresas extorquiram os imigrantes em colaboração com o Banco Keihin, forçando-os a fazer empréstimos e depósitos para demonstrar que teriam dinheiro para pagar as despesas do traslado. O protesto levou à intercessão do Ministério das Relações exteriores, que interrompeu as atividades das companhias e do banco naquela região.

⁷⁰ Um grupo de cerca de aproximadamente 150 japoneses sem passaportes oficiais foram enviados para o Havai e 40 para Guam em 1868 para o trabalho na lavoura de cana-de-açúcar. Em 1869, 40 japoneses teriam, também, emigrado para a Califórnia, nos Estados Unidos.

Figura 2.1: Moradia de trabalhadores japoneses no Haváí (sem data)



Acima, moradia dos primeiros imigrantes havaianos contratados para o trabalho agrícola. Abaixo, trabalhadoras na lavoura da cana-de-açúcar. Ambas sem data. Fonte: National Diet Library (2009)

Figura 2.2: Trabalhadoras japonesas na lavoura de cana-de-açúcar (Haváí, sem data)



A entrada relativamente tardia do Japão no mercado internacional de mão-de-obra em comparação com os países europeus tem sido atribuída tanto à política de isolamento imposta pelo xogunato Tokugawa (1603-1867) como pela falta de capital político do Japão na arena internacional. A possibilidade de o país revisar os “tratados desiguais” passava não apenas pelo fortalecimento econômico e militar, mas pela capacidade de proteger cidadãos japoneses no exterior.

Em *The Japanese Immigrant in Brazil* (1969), Teiiti Suzuki estabelece um panorama da emigração de japoneses para o exterior reunindo dados de emigração (*imin*) e colonização (*shokumin*) numa mesma tabela, o que permite vislumbrar tendências e correlações.

Tabela 2.1: Emigração de Japoneses por Destino e Período

País	1885-1923	1924-1934	1935-1945	1952-1963	Total
Estados Unidos	101.644	5.609	-	387	107.640
Havaí	227.012	4.194	-	-	231.206
Canadá	29.280	6.170	57	-	35.507
Peru	21.420	9.542	2.108	-	33.070
Brasil	31.414	135.077	22.495	45.650	234.636
Paraguai	-	1	520	6.058	6.579
Outros (América Latina)	13.252	6.347	2.360	3.911	25.870
Sudeste Asiático & Oceania	36.123	33.342	18.711	-	88.176
Manchúria	-	4.218	265.789	-	270.007
Outros	27.137	9.931	373	-	37.441
Total	487.282	214.431	312.413	56.006	1.070.132
Porcentagem Anual	12.494	28.401	4.667		14.659

Fonte: Suzuki (1969)

Até a Segunda Guerra Mundial, dois eventos parecem ser centrais para a definição das tendências de deslocamento para o exterior: o *Gentlemen's Agreement* de 1907 e a invasão (1931) e posterior estabelecimento de um plano de emigração para a Manchúria em 1937.

O período de 1885 a 1923 corresponde proporcionalmente aos anos em que o maior número de japoneses se deslocou para o exterior, compreendendo 45,5% do total até 1963⁷¹. Suzuki (Idem) declara este o “período havaiano”, uma vez que as ilhas absorveram 46,6% do total de emigrantes, seguidas pelos Estados Unidos continental, que recebeu 20,9%. O Havaí

⁷¹ Cabe ressaltar que Suzuki (Idem) optou por um intervalo significativamente mais amplo, de quase quarenta anos, para falar do início da emigração de japoneses para o exterior; enquanto os outros períodos correspondem um intervalo de dez anos. O alargamento do primeiro período se deve, em parte, ao processo de constituição de um mercado de envio de mão-de-obra para o exterior.

tem sido considerado separadamente dos Estados Unidos nas estatísticas de emigração em função da anexação do arquipélago ao sistema federativo americano em 1899. Parte significativa dessa população se transferiu para a costa oeste dos Estados Unidos até a prática ser proibida em 1907⁷². O *Gentlemen's Agreement*, mencionado na *Introdução*, correspondeu a um acordo informal entre Estados Unidos e Japão de encerrar a entrada de japoneses em solo americano, seguido por medidas semelhantes no Canadá.

O “período brasileiro” corresponde aos anos entre 1924 e 1934 em que o país recebeu 63% dos japoneses que se deslocaram para o exterior. A imigração japonesa no Brasil teve início em 1908. Apesar da aparente causalidade em relação ao *Gentlemen's Agreement* (1907), as negociações para o estabelecimento de contratos para trabalhadores japoneses no Brasil já vinham se desenrolando desde o final do século XIX e o processo de recrutamento da primeira leva já se encontrava em andamento. As restrições aos Estados Unidos e Havaí tiveram efeito no contexto sul-americano especialmente a partir de 1924⁷³, quando o Governo Japonês passa a subsidiar o transporte e a formação de núcleos coloniais agrícolas⁷⁴. O impacto positivo no número de entradas pode ser percebido pela média anual de imigrantes japoneses para o país, que de 3 mil ao ano em 1924 chega, em seu auge, a 23 mil em 1933.

A partir da Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945), o fluxo de japoneses para o exterior passou a ser absorvido, principalmente, pela Manchúria, que recebeu 85% do total de emigrantes. No Brasil, restrições impostas a partir de 1934 reduziram drasticamente o número de novas entradas. Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, os japoneses na Manchúria e em outros territórios ocupados da Ásia⁷⁵ foram compulsoriamente repatriados, e o país retomou o processo emigratório apenas em 1952 com forte intervenção e monitoramento por parte das autoridades americanas⁷⁶.

Antes das teorias de Malthus sobre a correlação entre excesso populacional e falta de alimentos serem introduzidas e popularizadas nos meios intelectuais e políticos do Japão, já

⁷² Entre 1903 e 1907, 38.306 japoneses teriam transmigrado das ilhas havaianas para os Estados Unidos (continental). Após 1907, apenas imigrantes retornados (que já haviam se estabelecido nos Estados Unidos) e familiares com cartas de chamada poderiam entrar.

⁷³ Cabe ressaltar que a imigração japonesa para o Peru teve início em 1899. Em 1923, o governo peruano impôs restrições à entrada de japoneses que também tiveram o efeito de direcionar o fluxo de trabalhadores para o Brasil.

⁷⁴ Essa medida se deu após o fim de subsídio de passagens pelo Governo do Estado de São Paulo no início dos anos 1920.

⁷⁵ Vide *Apêndice B – Mapa da Expansão Imperial Japonesa (1874-1945)*.

⁷⁶ O tema será desenvolvido no *Capítulo 4*.

existia nos anos 1870 a narrativa⁷⁷ de que o país sofria de problemas sérios de desequilíbrio demográfico (superpopulação e alta densidade nas regiões de Honshū, Kyūshū e Shikoku⁷⁸), baixa proporção de terras cultiváveis e incapacidade de absorver a produção industrial a partir do mercado interno (XU LU, 2016; IACOBELLI, 2017). Concomitantemente, o Governo Meiji (1868-1912) aderiu ao pró-natalismo e outras políticas com impacto positivo no crescimento populacional como a proibição da prática do infanticídio, melhorias na saúde e higiene pública e, conforme mencionado no capítulo anterior, estímulo à mobilização feminina doméstica em torno da saúde da família. Nesse contexto, o “desenvolvimento ultramarino” (*kaigai hatten*) surgiu como uma saída que permitiria o alívio de pressões demográficas ao mesmo tempo em que comportava as demandas do desenvolvimento industrial para o fornecimento de matérias-primas e escoamento da produção que não pudesse ser absorvida pelo mercado interno.

Embora a emigração para o exterior não fizesse parte de projetos de conquista militar nem aspirasse a formação de territórios de soberania japonesa, existem correlações significativas entre os discursos sobre pertencimento nacional elaborados nas duas instâncias que parecem emanar da mesma matriz narrativa que constrói o “povo japonês” no âmbito de uma vocação civilizatória de “desenvolver” e “modernizar” os lugares para onde vão. As historiografias sobre imigrantes japoneses, tanto nos Estados Unidos (cf. AZUMA, 2003; 2008) como no Brasil, especialmente os discursos nativos, descontinuaram esses vínculos após a Segunda Guerra Mundial ao tratar essas populações sob a rubrica dos estudos migratórios e de relações étnicas. Este capítulo procura demonstrar a dimensão generizada que esses discursos tomaram no contexto brasileiro até aproximadamente o final da década de 1920.

Grosso modo, é possível sintetizar as discussões sobre identidade japonesa no contexto da imigração para o Brasil em dois eixos: a) a projeção de uma imagem positiva do Japão a partir dos comportamentos e do sucesso econômico dos imigrantes; b) preocupações com a perda da “niponicidade” do grupo. A literatura sobre imigrantes japoneses no Brasil desenvolveu reflexões, principalmente, sobre as maneiras como os japoneses articularam questões de pertencimento nacional a partir de experiências de alteridade, preconceito e

⁷⁷ Este trabalho não tem pretensões de revisar ou questionar os diagnósticos feitos por estudiosos e especialistas acerca da performance econômica do Japão e sua dinâmica populacional no final do século XIX. Esses saberes, por sua vez, não são unânimes, e algumas visões prevalecem na legitimação de práticas políticas. Assim, ao falar em “narrativa” do desequilíbrio populacional, meu objetivo não é desconstruir sua validade enquanto teoria, mas sim compreendê-la como um discurso que gerou efeitos políticos. Historiadores como Sidney Xu Lu (2016) e Pedro Iacobelli (2017), por sua vez, são categóricos ao afirmar que os discursos sobre desequilíbrio populacional precedem a existência de qualquer produção técnica-científica ou estatística que sustentassem os argumentos.

⁷⁸ Vide *Apêndice A – Províncias e Regiões do Japão*.

exclusão étnico-racial no âmbito da sociedade brasileira (LESSER, 1999; 2008; TAKEUCHI, 2002a; 2002b;). Problematizar a dimensão transnacional em que essas identidades e identificações foram articuladas permite formar um quadro mais complexo sobre suas práticas.

A proposta deste capítulo é apontar a existência de discursos produzidos a partir dos espaços de liderança dos imigrantes japoneses no Brasil que articularam ansiedades sobre pertencimento nacional, misturas étnico-raciais e a projeção de uma imagem dos japoneses como um grupo “moderno” e “civilizado” em torno da mobilização feminina. O enquadramento da discussão em torno de “lideranças” se deve às principais fontes de informação consultadas: livros comemorativos, entrevistas, excertos de jornais e outras publicações de época. Considerar que as associações de japoneses e a imprensa tinham, em parte, uma função pedagógica e disciplinadora, implica em reconhecer que seus discursos não necessariamente refletiam posições populares entre os imigrantes de modo geral. Muito pelo contrário, a multiplicidade de entidades e veículos de imprensa apontam para a heterogeneidade do mercado, dos interesses e das opiniões que circulavam entre japoneses. Em razão de falta de dados e ausência de arquivos e registros sobre as associações femininas no período anterior à Segunda Guerra Mundial, a extensão do impacto desses discursos na vida das mulheres, bem como respostas e possíveis contra narrativas elaboradas no cotidiano, permanece como questões a serem consideradas em estudos futuros.

2.1. Brasil e Japão: o “encontro”

O primeiro contato entre Brasil e Japão fora do âmbito da diplomacia e da produção literária de viajantes brasileiros para o Oriente foi a chegada do navio *Kasato Maru* ao porto de Santos em 18 de junho de 1908 trazendo a primeira leva de imigrantes japoneses para o Brasil. O inspetor da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo⁷⁹ J. Amândio Sobral escreveu, no jornal *Correio Paulistano* de 26 de junho de 1908, um editorial com descrições sobre a aparência, comportamentos e características do grupo de imigrantes que impressiona pela riqueza de detalhes.

[...] Vieram para S.Paulo no dia 19, desembarcando nesse mesmo dia do vapor que os trouxe. As suas câmaras e mais acomodações apresentavam uma limpeza inexcédível. É preciso notar que se trata de gente de humilde camada social do Japão.

⁷⁹ Órgão que dirigia a política imigratória do governo do Estado de São Paulo na época.

Pois houve em Santos quem afirmasse que o navio japonês apresentava na sua 3a. classe mais asseio e limpeza que qualquer transatlântico europeu na 1a. classe.

Isto não é hyperbolico, como adeante se verá.

Ao desembarcarem na Hospedaria de imigrantes saíram todos dos vagões na maior ordem e, depois de deixarem estes, não se viu no pavimento um só cuspo, uma casca de fruta, em suma, uma coisa qualquer que denotasse falta de asseio por parte de quem neles veiu.

Sahiram na maior ordem e, depois de quatro horas de viagem em trem especial de Santos a S.Paulo (não sei qual a razão por que se não ha de fazer o trajeto dos trens de imigrantes em menos tempo), e foram recolhidos no amplo salão do refeitório da hospedaria, ocupando todas as mesas, e ainda sobrou gente, que ficou nos corredores. Estavam todos, homens e mulheres vestidos á europea; eles de chapéu ou bonet, e ellas de saia e camizeta pegada á saia, apertada na cintura por um cinto, e de chapéu de senhora, um chapéu simples, o mais simples que se pode conceber, preso na cabeça por um elástico e ornado com um grampo. Os penteados fazem lembrar-nos os que temos visto em pinturas japonezas, mas sem os grampos colossaes que as mesmas pinturas nos apresentam.

Homens e mulheres trazem calçado (botinas, borseguins e sapatos) barato, com protetores de ferro na sola, e todos usam meias. Alguns dos homens foram soldados na ultima guerra (russo-japoneza), e traziam no peito as suas condecorações.

Um delles trazia três medalhas, uma das quais de ouro, por actos de heroísmo. Muitos traziam bandeiras pequenas de seda, numa pequena haste de bambu pintado e lança de metal amarelo. Essas bandeiras foram trazidas aos pares: uma branca com um circulo vermelho no meio, e a outra auri-verde: a do Japão e a do Brasil. Esta primeira leva de imigrantes japonezes entrou em nossa terra com bandeiras brasileiras de seda, feitas no Japão, e trazidas de propósito para nos serem amáveis. Delicadeza fina, reveladora de uma educação apreciável.

As suas roupas europeus foram todas adquiridas no Japão e ali confeccionadas nas grandes fábricas japonezas. A vestimenta européa conquista terreno no império do Sol nascente. Foram os próprios imigrantes que compraram as suas roupas, adquiridas com seu dinheiro, e só trouxeram roupa limpa, nova, causando uma impressão agradável. As mulheres calçavam luvas brancas de algodão.

Depois de estarem uma hora no salão do refeitório, tiveram de abandonal-o, para saberem quais eram as suas camas e os quartos, e surpreendeu a todos o estado de limpeza absoluta em que ficou o salão: nem uma ponta de cigarro, nem um cuspo, perfeito contraste com as cuspinheiras repugnantes e pontas de cigarro esmagadas com os pés dos outros imigrantes.

Têm feito as suas refeições sempre na melhor ordem e, apesar de os últimos as fazerem duas horas depois dos primeiros, sem um grito de gaiatice, um sinal de impaciência ou uma voz de protesto. No dia seguinte ao da sua chegada, foram todos vacinados em duas horas, apresentando todos, homens e mulheres, os braços á vacinação, sem reluctancia alguma nem pudores piegas. Nunca se vaccinou alli tanta gente, com tanta ordem, tanto silêncio e tanta espontaneidade, no mesmo tempo. Muitíssimos tinham sido já vacinados e muitos revaccinados.

Têm recebido bem a nossa alimentação, feita á nossa moda e com os nossos temperos, e nem um só caso de doença intestinal se manifestou até agora. Só dois leves casos de gripe e algumas dores de cabeça (de ligeiras constipações) em menos de duas dezenas de pessoas.

Todos os japonezes vindos são geralmente baixos: cabeça grande, troncos grandes e reforçados, mas pernas curtas. Um japonéz de 14 annos não é mais alto que uma criança de 8 annos de idade. A estatura media japoneza é inferior á nossa estatura baixa. Mas vieram alguns homens mais altos, regulando sua estatura pela nossa média. O que, sobretudo, atráe a nossa attenção é a robustez, o reforçado dos corpos masculinos, de músculos pouco volumosos (admira, mas é verdade!) mas fortes e de esqueleto largo, peito amplo.

Os seus cabellos negros, que parecem negrejar mais nos volumosos penteados das mulheres, são cortados, nos homens, de maneira a permitir uma marrafa, que quasi todos usam, uns do lado e outros ao alto da cabeça, penteada com cuidado, perfeitamente em harmonia com a gravata que todos usam e sem incompatibilidade com os calos que todos trazem nas mãos.

São muito dóceis e sociáveis, tendo manifestado uma grande vontade de aprender a nossa lingua, e no refeitório não deixam cahir um grão de arroz ou uma colher de caldo. Depois de cada refeição (que dura de uma e meia a duas horas), o pavimento do salão está como antes delia. Os dormitórios quasi não precisam ser varridos, mal se encontrando de longe em longe um pedacinho de papel ou um phosphoro queimado, que algumas vezes são dos serventes da hospedaria.

Têm nas suas mulheres a maior confiança, a ponto de, para não interromperem uma lição adventicia de portuguez, lhes confiarem a troca de seu dinheiro japonez em moeda portugueza, pois todos trazem dinheiro: 10 yens, 20, 30, 40, 50, ou mais yens, mas todos trazem um pouco.

São do maior asseio com seu corpo, tomando repetidos banhos e trazendo sempre roupas limpas. Todos têm uma caixa de pós dentifricios, escova para dentes, vraspadeira para a língua, pente para o cabello e navalha de barba. Barbeiam-se sem sabão, só com água.

As suas bagagens são pequenas: para menos de oitocentas pessoas, mil e cem malas, na sua maior parte de vime branco e algumas de lona pintada. Não parece bagagem de gente pobre, contrastando flagrantemente com os bahus de folha e trouxas dos nossos operários. Nestas suas bagagens trazem as roupas indispensáveis e objectos de uso diário, como pasta para dentes, um frasco de conservas, um de molho para temperar comida, uma ou outra raiz medicinal, as indispensáveis e exquisitas travesseiras, pequeninas e altas, de madeira forrada de veludo ou de bambu fino, flexível; cobertores acolchoados, casacões contra o frio, ferramentas pequenas (por signal que as de carpinteiro são muito differentes das nossas), um ou dois livros (cheios de garatujas, direi eu), uma caixa de papel para cartas, nankim para escrever, pausinhos (que podem ser de alumínio), para comer arroz, colheres pequenas, mas largas e chatas, para as refeições e muitas outras miudezas que lhes são necessárias.

De roupas japonezas, só vi um kimoninho pintalgado numa criança de collo.

Nas mil e cem malas que trouxeram, a alfândega não encontrou um único objecto nas condições de pagar imposto, embora a conferência tenha sido feita com todo o rigor e durado quase dois dias inteiros.

Os empregados da alfândega declaram que nunca viram gente que tenha, com tanta ordem e com tanta calma, assistido á conferência de suas bagagens, e nem uma só vez foram apanhados em mentira.

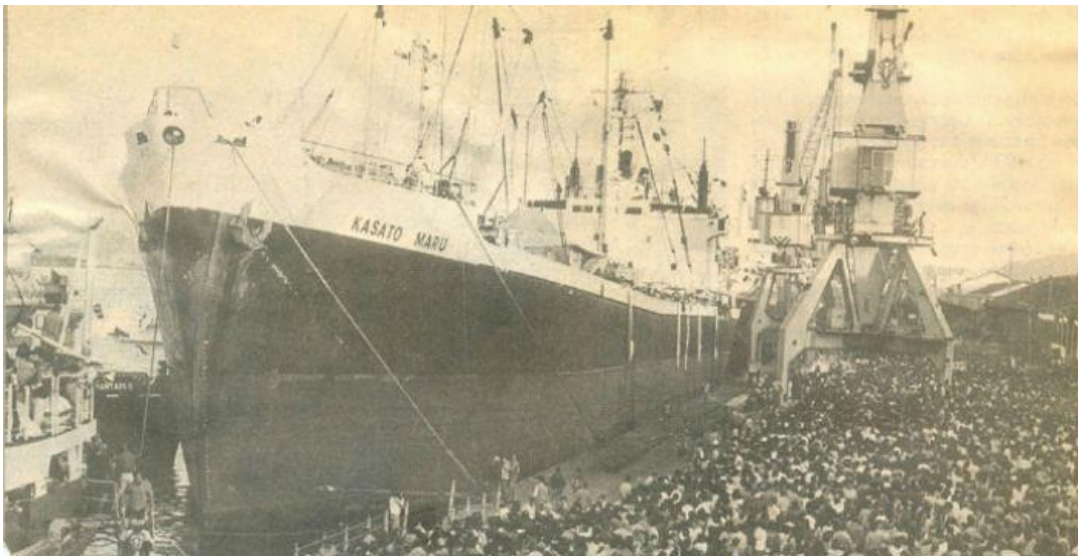
Si esta gente, que é toda de trabalho, for neste o que é no asseio, (nunca veio pela imigração gente tão asseada), na ordem e na docilidade, a riqueza paulista terá no japonez um elemento de produção que nada deixará a desejar.

A raça é muito differente, mas não inferior. Não façamos, antes do tempo, juizos temerários a respeito da acção do japonez no trabalho nacional (COMISSÃO, 1992, p.66-68).

Treze anos após a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão (1985), as negociações para a introdução de trabalhadores japoneses na lavoura cafeeira paulista não se deu sem dificuldades (MOTOYAMA, 2008). Tendo em vista que parte das elites políticas e intelectuais brasileiras considerava os japoneses impróprios para o projeto de modernização nacional mediado pelo *branqueamento* da população (LESSER, 2001), o

relato de J. Amândio Sobral tem sido considerado por fontes nativas (HANDA, 1987; COMISSÃO, 1992) como genericamente positivo. O inspetor apresentou um conjunto vasto de elogios e aparente sobriedade ao não dar veredictos sobre a imigração “*antes do tempo*” – ou seja, antes que houvesse uma experiência concreta com os imigrantes japoneses nos trabalhos para os quais foram destinados. Salta aos olhos, por sua vez, a linguagem do inspetor centrada nos corpos, na limpeza e asseio.

Figura 2.3: Navio *Kasato Maru*



Fonte: IPC Digital (2016).

No imaginário social e político brasileiro do início do século XX, a ideia de nação, mediada por discursos médico-higienistas e antropológicos, era sintetizada na imagem do *corpo* (SCHWARCZ, 1993). Assim como o ideal de nação era projetado em um corpo físico branco e saudável, elementos marginais e perturbadores da ordem (negros, pobres, prostitutas, comunistas, estrangeiros, entre outros) eram significados por metáforas de doença e poluição. Se parte da *intelligentsia* brasileira se preocupava com a “insolubilidade” do “elemento japonês” no “corpo nacional”, a fala de Sobral tinha uma conotação apaziguadora, garantindo repetidamente que os imigrantes haviam sido devidamente vacinados (disciplinados), orientados (moralizados) e que se comportavam de modo ordeiro e limpo (civilizados). Como que atestando o alto grau de civilização da primeira leva, o inspetor faz questão de mencionar

que os imigrantes se vestiam “à europeia”, descrevendo com minúcias as roupas, calçados, chapéus e até mesmo as luvas brancas das mulheres⁸⁰.

A linguagem da civilização e barbárie, mobilizada nos exemplos supracitados a partir de categorias produzidas no âmbito de discursos médicos, também tinha uma dimensão fortemente sexuada. Na fala de Sobral, os corpos masculinos foram infantilizados a partir das descrições sobre a estatura, embora a lembrança da força dos “*músculos pouco volumosos*” e de que alguns deles traziam medalhas pelas vitórias militares na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) demonstrava que não deveriam ser subestimados. Ansiedades acerca do perigo que essas imagens poderiam inspirar, por sua vez, foram amenizadas pela reafirmação contínua de seu comportamento dócil e subserviente. Sobre as mulheres, a comparação com as pinturas *ukiyo-e* demonstra a estetização do exotismo oriental sobreposta nos corpos femininos. Shirley Lica Ichisato Hashimoto (2015), sobre o mesmo excerto, busca nas falas de Sobral o referencial iconográfico hegemônico sobre a arte japonesa no início do século XX, considerando que o inspetor revelaria uma “[...] *imagem pré-concebida sobre a arte japonesa, possivelmente um olhar comprometido pelo japonismo [...]*” (p.60). Embora essa leitura seja possível, considero que ao buscar em mulheres reais as imagens massificadas das pinturas *ukiyo-e*, os conhecimentos artísticos de Sobral são ofuscados pela fantasia orientalista de encontrar no *outro* uma versão idealizada e fetichizada de um mundo exótico e distante.

Em *Matizes do Amarelo* (2005), o historiador Rogério Dezem reconstrói a gênese dos discursos sobre japoneses no Brasil a partir dos olhares orientalistas de relatos de viajantes, da literatura euro-americana sobre o Japão, influências do japonismo nas artes e repercussões negativas da imigração de *coolies* chineses⁸¹, produzindo um imaginário contraditório marcado simultaneamente por fascínio e aversão. O autor sintetiza essas representações nas metáforas da *gueixa exótica* e do *guerreiro samurai*, identificando uma dinâmica fortemente sexuada nos discursos e práticas orientalistas produzidas no âmbito do colonialismo europeu e “exportadas” para o Brasil.

⁸⁰ Sobre luvas brancas, Anne McClintock afirma que representavam “[...] *the Victorian icon of domestic purity and the erasure of signs of labor*” (1995, p.238).

⁸¹ A introdução de trabalhadores chineses no Brasil teve início em 1810 quando o Rei Dom João VI autorizou a entrada de centenas de trabalhadores para o cultivo do chá em lavouras experimentais no Jardim Botânico do Rio de Janeiro e Fazenda Imperial de Santa Cruz, em Niterói. O empreendimento não vingou e disputas internacionais acerca do controle do mercado internacional de mão-de-obra chinesa impediu o contrato de novas levas (LESSER, 1999).

Historiografias detalhadas tem se debruçado sobre os estereótipos acerca dos japoneses compartilhados por jornalistas, intelectuais, policiais e políticos brasileiros na primeira metade do século XX (TAKEUCHI, 2002a; 2002b). Enquanto essas imagens tem sido interpretadas em termos de uma incorporação difícil dos imigrantes amarelos à ideia de *brasilidade* (LESSER, 2001), pouca atenção tem sido dispensada para como esse imaginário racial, considerado em suas especificidades no contexto nacional brasileiro, poderia estar *em conversação* com desenvolvimentos ocorrendo em outros lugares do mundo.

O Brasil do início do século XX tinha no contexto americano e europeu modelos para o desenvolvimento do país em uma nação forte, estável e moderna. Segundo Geralda Seyferth (2002), o atraso econômico e “civilizatório” do país foi atribuído à composição racial do povo brasileiro como uma população miscigenada, de forma que o progresso nacional era significado em termos de amenização das matrizes africanas e indígenas pela incrementação contínua do elemento branco europeu. A imigração que teve início desde meados do século XIX foi representada tanto em termos de ocupação e exploração do potencial territorial do país como por um processo civilizatório através do *branqueamento*.

Conforme discutido no capítulo anterior, o Japão, a partir da segunda metade do século XIX, também se lançou em um projeto de modernização que teve nas potências ocidentais um parâmetro significativo. A constituição do país enquanto um Estado-nação moderno, industrializado e militarizado implicou em um processo complexo e contraditório de introdução e tradução de conhecimentos, estruturas organizacionais e modelos institucionais dos Estados Unidos e Europa. Embora o rápido desenvolvimento econômico e de infraestrutura não possa ser significado simplesmente em termos de “ocidentalização”, o Ocidente permaneceu como um referencial de aspiração e contraponto; de forma que a busca por hegemonia no continente asiático foi significada simultaneamente por uma leitura supremacista de seu status simbólico como os “brancos da Ásia” como pela elaboração de uma unidade racial e cultural pan-asiática fictícia em contraposição ao bloco ocidental. Leituras sobre o Ocidente a partir do Japão também elaboravam o poderio das nações europeias em termos de qualidades e atributos raciais – embora, diferentemente do Brasil, a melhoria do estoque nacional se daria por intervenções higiênicas e pedagógicas e não pelo cruzamento e produção de pessoas racialmente mais próximas do “tipo europeu”.

Admitir que em ambos os países as formulações sobre identidades nacionais compreendiam aspirações e posicionamentos contextualizados globalmente permite pensar o *encontro* entre japoneses e brasileiros pela migração como uma dinâmica multi-referencial que,

para além da dicotomia entre grupo migratório e sociedade receptora, envolve triangulações, redes e inter-relações com outras territorialidades.

Os Estados Unidos podem ser considerados um elo significativo nas maneiras como Brasil e Japão se posicionaram e elaboraram imagens recíprocas. O Brasil, conforme afirmado anteriormente, se tornou um destino popular para a emigração japonesa após as limitações impostas ao deslocamento para os Estados Unidos pelo *Gentlemen's Agreement* em 1907, seguido por medidas semelhantes no Canadá em 1908. A experiência americana informou significativamente o modo como a introdução da mão-de-obra japonesa foi discutida do âmbito legislativo, na maior parte das vezes sustentando argumentos antinipônicos de que as progressivas restrições à entrada de japoneses em território americano seriam um sinal de que o Brasil deveria fazer o mesmo (TAKEUCHI, 2002a; 2002b). Do ponto de vista dos japoneses, o historiador Toake Endoh (2009) afirma que a percepção das economias latino-americanas como “atrasadas” eram significativas para as preferências dos trabalhadores japoneses em relação ao contexto americano; embora Stewart Lone (2001), analisando os relatórios do Consulado do Japão sobre o Brasil e a produção cafeeira, sugere não haver indícios para afirmar que, à época, o Brasil não constituiria um destino de lucros atrativos para os japoneses. De qualquer forma, a percepção do “grau de civilização” do Brasil em relação aos Estados Unidos e de ambos em relação ao Japão constituía um tema recorrente na literatura de viagem, imprensa e, em alguns casos, de intervenções concretas por parte das associações de japoneses.

O prestígio internacional dos Estados Unidos fez com que as representações sobre imigrantes japoneses nesse país reverberassem de maneira mais evidente nas narrativas do Império Japonês. As preocupações do Japão com sua imagem como um país “feminizado” na arena internacional (ver capítulo anterior) somaram-se à forte representação das mulheres imigrantes japonesas no contexto americano e havaiano como prostitutas em função da baixa proporção de imigrantes do sexo feminino em relação aos do sexo masculino⁸². Nesses locais, bem como no Canadá, a legislação imigratória favoreceu o deslocamento em massa de homens japoneses solteiros tanto para o trabalho agrícola como para profissões urbanas; de forma que a entrada da maioria das mulheres se deu anos mais tarde dos picos de fluxo masculino, como membras de grupos familiares e, principalmente, noivas por fotografia (*picture brides*). No início dos anos 1900, as mulheres imigrantes japonesas estiveram de tal forma associadas, na opinião pública e política americana, à economia da prostituição; que elevar o “padrão moral”

⁸² No Havai de 1871, em uma população de 12.360 pessoas, 10.079 (81,5%) eram homens. A disparidade que era ainda mais pronunciada nos Estados Unidos e Canadá no início dos anos 1900 (LONE, 2001).

das mulheres enviadas para o exterior se tornou uma preocupação política de proporções nacionais no Japão. As “*fallen women*” (mulheres degeneradas) foram mobilizadas como símbolos pelos movimentos femininos e cristãos que lutavam pela abolição da prostituição no Japão, articulando as aspirações internacionais “modernas” do país com uma agenda de moralização e reforma dos costumes⁸³.

O combate à prostituição no contexto nipo-americano envolveu ações colaborativas entre associações locais de japoneses e entidades femininas cristãs como a Women’s Christian Temperance Union, que além de marcar uma presença significativa no Japão, conforme descrito no capítulo anterior, mantinha trabalhos de assistência social com mulheres imigrantes de diversas origens através de aulas de inglês, aulas de corte e costura, educação moral e religiosa, além da oferta de alojamentos. O principal objetivo dessas entidades era oferecer uma saída econômica para as mulheres deixarem a prostituição.

Migrações, mobilização feminina e educação moral encontraram inflexões significativas na trajetória de Waka Yamada, feminista proeminente da primeira metade do século XX e uma das fundadoras da *Seitō*. Em um ensaio autobiográfico, Yamada narra como foi recrutada para trabalhar nos Estados Unidos quando vivia em Yokohama, uma cidade portuária, após deixar seu marido e sua vila natal de Yokosuka, na província de Kanagawa, no final do século XIX. Levada para Seattle, Yamada foi forçada a trabalhar como prostituta sob o pseudônimo “Oyae das arábias”. Segundo Kazuhiro Oharazeki (2016), Yamada chegou a ser celebrada por jornais em língua japonesa locais por sua beleza e comparada a prostitutas legendárias do período Tokugawa (1603-1867). Seis anos depois, ela fugiu com um jornalista de São Francisco que eventualmente a vendeu para outro bordel. Escapando sozinha, ela se refugiou na *Chinese Mission Home*, uma missão presbiteriana que “reformava” prostitutas chinesas e japonesas. Yamada se converteu ao cristianismo e aprendeu inglês e corte e costura. Casou-se novamente e retornou para Tóquio onde se juntou ao Grupo *Seitō* e, após sua dissolução, militou em movimentos pela proteção da maternidade e contra a exploração sexual feminina.

A organização de ativismos transnacionais contra a prostituição, articulando grupos femininos seculares ou cristãos como o movimento pela temperança, teve o apoio do Estado

⁸³ Essas ansiedades também estiveram presentes nos contextos coloniais do Império Japonês, particularmente nos programas estatais de envio de moças da zona rural para se casarem com colonos japoneses na Manchúria a partir de 1937. Essa política compreendia um conjunto de medidas que visava estabilizar a presença japonesa na região através do estímulo de uniões matrimoniais, combate à prostituição e introdução de valores femininos japoneses às mulheres locais (XU LU, 2016).

Japonês na medida em que interessava à narrativa internacional masculinizadora e civilizatória do “desenvolvimento ultramarino” (*kaigai hatten*). No caso dos Estados Unidos, o combate à prostituição e ao tráfico de mulheres ia de encontro não apenas com o poder das organizações econômicas informais (máfias) que controlavam o mercado do sexo, mas com os próprios desejos de membros das associações japonesas em estabelecer vínculos sexuais e afetivos com essas mulheres, seja de natureza comercial ou afetiva. O fortalecimento da narrativa das frentes pioneiras no Oeste e o crescimento da população de mulheres, implicando no aumento de casamentos e famílias, moralizou a imagem dos japoneses nos Estados Unidos e permitiu através de recursos retóricos mobilizados no âmbito da historiografia, reelaborar as representações dos nipo-americanos fora do prisma feminizado e inferiorizado da prostituição (ICHIOKA, 1977; AZUMA, 2008).

No caso da imigração japonesa para o Brasil, o padrão imposto pelas leis imigratórias brasileiras, que estabeleciam a admissão de famílias com três ou mais membros em idade produtiva (12 a 45 anos), produziu um efeito de desequilíbrio na proporção entre homens e mulheres (BASSANEZZI *et.al.*, 2010), mas significativamente menos pronunciado do que nos Estados Unidos e Havaí. As mulheres estiveram presentes em quantidades menores que os homens desde a primeira leva de imigrantes, correspondendo a 180 (22,5%) dos 797 passageiros do *Kasato Maru*⁸⁴. Até 1941, a proporção de mulheres oscilou entre 20 e 50% das entradas de novos imigrantes japoneses (ultrapassando o número de homens apenas em 1924, com 55,8%, e em 1929, com 50,3%), de modo que durante todo o período anterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a entrada de mulheres representou 44,8% do total de imigrantes japoneses (KŌYAMA *apud* NAKADA; TAKAYAMA, 2010) (ver *Tabela 2*).

Tabela 2.2. Entrada de Imigrantes Japoneses via Santos – por sexo (1908-1941)

Ano	Masculino	Feminino	Ano	Masculino	Feminino
1908	797	180 (22,5%)	1926	7.639	3.387
1909	-	-	1927	10.050	4.547
1910	906	391 (43,1%)	1928	10.812	5.155
1911	-	-	1929	11.515	5.797
1912	2.844	833 (29,2%)	1930	12.600	5.293 (42%)
1913	6.948	3.028 (43,5%)	1931	5.332	2.299
1914	3.497	1.397 (39,9%)	1932	15.032	4.887
1915	-	-	1933	-	-

⁸⁴ Nakada e Takayama (2010), de onde foram retirados os dados, utilizam as cifras oferecidas por Rokurō Kōyama em *Imin 40 Nen Shi* (História dos 40 Anos de Imigração Japonesa) (1949), que incluem os 16 imigrantes avulsos ou sem contrato.

1916	13	6 (46,1%)	1934	21.000	9.480
1917	4.048	1.499 (37%)	1935	21.702	7.062
1918	5.903	2.458 (41,6%)	1936	6.400	2.520
1919	2.679	911 (34%)	1937	5.373	2.523
1920	982	289 (29,4%)	1938	2.552	885 (34,6%)
1921	923	359 (38,8%)	1939	1.294	618 (47,7%)
1922	528	247 (46,7%)	1940	1.556	712 (45,7%)
1923	516	232 (23,8%)	1941	1.350	616 (45,6%)
1924	4.985	2.786 (55,8%)	(Iguape) ⁸⁵	1.744	689 (39,5%)
1925	4.912	2.009 (40,8%)	TOTAL	181.065	81.220

(Fonte: KŌYAMA, 1949 apud NAKADA; TAKAYAMA, 2010, p.378)

Outras fontes como os Censos realizados pela Diretoria Geral de Estatística (DGE) e, mais tarde, pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE)⁸⁶, reconhecem o padrão de desequilíbrio entre os sexos, ainda que o nascimento de mulheres no Brasil tenha contribuído para reduzir a diferença: em 1920, a razão dos sexos era de 141,5 homens para 100 mulheres; em 1950, 117 homens para 100 mulheres; e em 1960, 107,9 homens para 100 mulheres. Essa tendência que se pronuncia após a Segunda Guerra Mundial também aparece no levantamento realizado pela Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa entre 1958 e 1962, que apontou que as mulheres representavam pouco mais de 44% do total de imigrantes e 49% do total de descendentes; correspondendo a cerca de 48% da população de origem japonesa no Brasil (SUZUKI, 1969). Entre a população feminina, a distribuição de imigrantes e descendentes era de 30,4% e 69,6% respectivamente; enquanto na população masculina a proporção era de 33,9% e 66,1%.

A pesquisa dirigida por Teiichi Suzuki ainda demonstrou como a proporção de homens e mulheres variou ao longo de diferentes períodos. Entre 1908 e 1922, o número de homens para cada 100 mulheres era extremamente alto (entre 139 e 152,4), diminuindo até a interrupção do ciclo migratório em 1941 (entre 108,5 e 122,2) e aumentando novamente no período do pós-

⁸⁵ A Colônia Iguape, ou Katsura, se refere ao primeiro núcleo colonial formado com capital japonês no Brasil (1913). Segundo registros historiográficos nativos (COMISSÃO, 1992), os colonos foram recrutados entre imigrantes já estabelecidos no Brasil, então não está claro porque Kōyama optou por uma tabulação separada. Seus dados, tendo como referência apenas os imigrantes registrados em Santos, não incluem japoneses que entraram no país por outros portos, como no Rio de Janeiro. Embora os dados não sejam precisos, eles oferecem um quadro geral do volume de novos imigrantes e a participação do sexo feminino nessa população.

⁸⁶ A Diretoria Geral de Estatística (DGE) foi instituída em 1871, subordinada ao Ministério de Negócios do Império Brasileiro. Com a proclamação da República em 1889, o órgão se manteve, estendendo sua atuação em função da implantação do registro civil e nascimentos, casamentos e óbitos. Em 1934, o Departamento Nacional de Estatística é extinto e, no mesmo ano, é criado o Instituto Nacional de Estatística. Com a incorporação do Conselho Brasileiro de Geografia em 1936, o órgão passa a se chamar Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Guerra entre 1952 e 1962 (entre 141,8 e 153,3), ano da realização do censo. Nesse conjunto, a maior proporção de pessoas no início da idade produtiva (entre 15 e 24 anos) se manifesta de forma particularmente proeminente no grupo de imigrantes do sexo masculino⁸⁷, refletindo a tendência de formação unidades migratórias com o maior número possível de homens em idade produtiva para o aumento da produtividade e o acúmulo mais rápido de dinheiro. Na prática, isso foi possível através da formação de famílias compostas, ou artificiais, que se tornaram o centro de uma série de questionamentos morais sobre a presença de japoneses no país.

2.2. As famílias compostas

Os primeiros imigrantes japoneses foram introduzidos no Brasil, em sua maioria, através de contratos firmados entre cafeicultores paulistas e empresas de emigração japonesas. O primeiro acordo foi formalizado em 1907 entre Ryō Mizuno, presidente da Companhia Imperial de Imigração (*Kōkoku Shokumin Kaisha*), e o Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo Carlos Botelho; estabelecendo um prazo de três anos para o envio de três mil imigrantes organizados em famílias com, no mínimo, três membros em idade produtiva (acima de 12 anos). Em 1908, em meio a dificuldades de recrutamento⁸⁸, 781 pessoas organizadas em 165 famílias (das quais 181 eram do sexo feminino) e doze imigrantes avulsos (sem contrato) partiram de Kobe para uma viagem de 52 dias de navio. Os imigrantes aportaram em Santos e partiram de trem para a cidade de São Paulo, onde permaneceram na Hospedaria dos Imigrantes até serem distribuídos em seis grandes fazendas: a Fazenda Dumont (linha Mogiana), Fazenda Guatapará (Linha Paulista), Fazenda São Martinho (Linha Paulista), Fazenda Floresta (Estação Itu), Fazenda Canaã (Linha Mogiana) e Fazenda Sobrado (Linha Sorocabana)⁸⁹ (Vide *Anexo A Mapas*).

⁸⁷ Vide *Anexo C – Recenseamento da Colônia Japonesa, 1964. Tabelas Seleccionadas*.

⁸⁸ As dificuldades de recrutamento se referem, segundo Motoyama (2011), à exigência de imigração de famílias e de trabalhadores com experiência agrícola por parte da Secretaria de Agricultura que adotara o regime de colonato para o trabalho nas fazendas. O tema será discutido mais adiante no texto.

⁸⁹ A economia cafeeira é considerada a propulsora da “modernização” brasileira, particularmente por impulsionar a construção de ferrovias. Sua importância para o escoamento da produção de café levou ao capital estrangeiro, especialmente britânico, a financiar parte significativa dessa infraestrutura. A primeira ferrovia do Estado de São Paulo foi a Santos-Jundiaí, conhecida como São Paulo Railway, inaugurada em 1867. A partir de 1870 surgiram outras ferrovias: a Paulista, a Mogiana e Sorocabana.

A historiografia sobre o tema é unanime de que a experiência da primeira leva foi decepcionante tanto para os imigrantes como para os cafeicultores. Condições precárias de moradia, dificuldades de adaptação linguística e de alimentação, o rígido controle do trabalho pelos capatazes e discrepâncias entre promessas de condições de trabalho e a realidade encontrada no Brasil levaram à organização de protestos e deserção em massa de contratos através de fugas das fazendas. Nos primeiros seis meses, 430 pessoas, mais da metade dos imigrantes, havia deixado as fazendas às quais tinham sido designados na ocasião da chegada no Brasil. As queixas da Secretaria da Agricultura acerca da falta de “disciplina” no cumprimento dos contratos por parte dos imigrantes levaram ao rompimento do acordo firmado com Mizuno, de forma que o segundo navio trazendo imigrantes japoneses – o *Ryojun Maru*⁹⁰ – chegaria apenas dois anos mais tarde, em 1910, através da Companhia Takemura de Colonização (*Takemura Shokumin Kaisha*).

Nos relatórios da Secretaria da Agricultura, as fugas foram interpretadas, principalmente, como um problema moral. A principal queixa se refere à formação de famílias compostas (ou artificiais), ou seja, a reunião de pessoas em um mesmo grupo familiar para fins de migração que muitas vezes eram parentes, vizinhos ou desconhecidos. A ausência de vínculos “genuínos”, alegou a Secretaria, seria responsável pela instabilidade da mão-de-obra ou ainda um sinal de falência moral de certos grupos imigrantes pela disposição em dar informações falsas. Embora a prática de famílias compostas fosse comum entre trabalhadores de todas as origens étnico-nacionais⁹¹ que imigraram para o Brasil, as interpretações mobilizadas no âmbito da historiografia nativa responsabilizaram imigrantes de províncias específicas pelas insubordinações, conforme será tratado mais adiante.

O colonato, modo de produção hegemônico na cafeicultura paulista no final do século XIX, foi resultado de uma série de tentativas de adaptar o processo de produção do café aos

⁹⁰ A segunda leva correspondeu a 909 imigrantes agrupados em 247 famílias.

⁹¹ Excerto de um parecer sobre a imigração italiana “Condizioni dei coloni italiani nello Stato de S.Paolo (Relazione e diari sulla missione compiuta dal cav. Adolfo Rossi)” em *Bolletino Dell’Emigrazione*, n.7, Roma. Tipografia Nazionale di G.Berteto e C., 1902, p.49 (apud BASSANEZI et.al., 2008, p.47): “*Algumas mulheres admitiram ter emigrado fazendo-se passar como parentes dos camponeses, quando não o eram. É notável a quantidade destas falsas parentelas inscritas pelos funcionários da administração nos passaportes, como é relevante o número de emigrantes registrados nos passaportes como agricultores, quando na verdade jamais trabalharam como tais. A pressa em enviar gente para o Brasil faz com que os agentes das companhias e os funcionários entrem em acordo para fazer passar por agricultores, famílias e parentes, muitos grupos de miseráveis. O governo do Brasil, quem mais de outro qualquer deveria cuidar para que os emigrantes fossem agricultores, fecha os olhos. Constatando a facilidade com que todos os desqualificados da cidade e dos campos italianos obtém a viagem gratuita para estes locais, pode-se afirmar que nos últimos anos a emigração italiana para o Brasil não é um fenômeno natural, mas, isso sim, uma corrente artificial promovida em benefício das Companhias de navegação [Tradução dos autores]”.*

trabalhadores livres estrangeiros em unidades familiares (BASSANEZI, 1986; STOLCKE, 1986). A introdução de trabalhadores livres se deu antes da abolição da escravidão, ainda em meados do século XIX, através do sistema de parceria principalmente no Vale do Paraíba. Outros sistemas de trabalho foram experimentados até o triunfo do modelo de colonato; que viria a empregar 80% da força de trabalho agrícola no Estado de São Paulo na virada do século XIX para o XX, persistindo até os finais da década de 1950. Nesse sistema, os fazendeiros contratavam famílias que deveriam, mediante pagamento predefinido, arcar com os cuidados do cafezal e com as tarefas da colheita (que ocorria entre maio e agosto), sendo remunerados pela quantia de sacas colhidas (STOLCKE, 1986).

O colono recebia um pagamento fixo em dinheiro pelo trato de cada mil pés de café (o trato consistia em fazer a limpeza das ervas daninhas de 3 a 5 vezes por ano). Ganhava uma quantia - também em dinheiro - proporcional ao volume do café colhido. Devia, segundo contrato, prestar serviços avulsos remunerados ou não ao fazendeiro. Ao colono era permitido o usufruto de benfeitorias e concedida moradia gratuita. Podia plantar milho, feijão e arroz, em terreno designado pelo fazendeiro, manter uma pequena horta ao redor da casa, criar animais de pequeno porte (aves, suínos) e usar pastagem para poucas vacas e cavalos. Esta produção independente respondia não só pela subsistência da família, mas também produzia um excedente que era comercializado, vendido ao fazendeiro ou nas vilas e cidades vizinhas (BASSANEZI, 1986, p.08).

A vantagem do sistema de colonato para os cafeicultores paulistas se refere, principalmente, à flexibilização da mão-de-obra para o aumento da produtividade com redução de custos.

Para o fazendeiro, a exploração do trabalho familiar sob o colonato era importante, porque, ao estimular a integração produtiva de todos os elementos da família em condições de manejar os instrumentos básicos de trabalho, conciliava mão-de-obra maciça com a insuficiência de recursos para o pagamento de salários [...]. A família ao constituir uma unidade de produção e consumo, produzindo a sua subsistência sem comprometer a produção voltada para o mercado de trabalho, reduzia o custo desta. Garantia para a fazenda uma força de trabalho excedente, utilizada principalmente no pico da colheita, quando aumentavam as necessidades de trabalho” (BASSANEZI, p.08).

A partir de 1885, o grupo de cafeicultores do Oeste Paulista conquistou espaço junto aos núcleos de poder, criando efetivamente uma política de imigração. A legislação que estabeleceu a obrigatoriedade da imigração familiar pode ser considerada uma vitória política das oligarquias rurais paulistas que tinham no colonato um modelo ideal de controle social da mão-de-obra. O contrato familiar transferia para os chefes de família a responsabilidade pela produtividade e disciplina do trabalho, combatendo a baixa fixação na lavoura e, em tese,

prevenindo a organização dos trabalhadores para reivindicar melhores pagamentos e condições de trabalho. Embora inúmeros exemplos de protestos de colonos, fugas, conflitos e alta rotatividade de trabalhadores permitam questionar a eficácia da unidade familiar em conter a expressão coletiva do descontentamento, as associações entre família, estabilidade e ordem estavam colocadas naquele contexto e articuladas em discursos e práticas políticas.

Considerando que a imigração era vista por parte da classe política como uma forma de “modernizar” o povo brasileiro a partir do *branqueamento*, cabe considerar de que forma a introdução de famílias estaria em consonância com esse projeto. A busca por uma subjetividade moderna distanciada da escravidão mobilizou imaginários sobre atributos desejáveis em torno da ideia de “branquitude” para além da cor da pele, como é o caso da moral católica. A preferência por imigrantes italianos, expressa nas diferentes medidas do Governo do Estado de São Paulo em atrair famílias dessa nacionalidade, pode ser compreendida nesse sentido. Zuleika Alvim (1986) argumenta que a linguagem da Sociedade Promotora de Imigração (SPI) desenvolveu um discurso particularmente voltado para a atração dos imigrantes italianos, não apenas instaurando um sistema de subsídio de passagens, mas também demonstrando um profundo conhecimento do campo italiano e da “penúria dos camponeses” (ALVIM, 1986, p.48). Ao anunciar em todos os jornais que oferecia passagem gratuita a familiares de imigrantes que desejassem se transferir para o Brasil, a Sociedade Promotora de Imigração (SPI) reconhecia o “[...] *interesse do imigrante italiano em trabalhar dentro dessa estrutura [familiar], reproduzindo um valor cultural que lhe era muito caro em seu país de origem – o trabalho de todos*” (Idem, p.12).

O discurso que culpava a “falsidade” das famílias pela instabilidade da mão-de-obra no campo está em consonância, neste sentido, com a maneira como o colonato deslocou as responsabilidades do trabalho para o núcleo familiar; responsabilizando a falta de autoridade do chefe de família ou a fragilidade dos vínculos ao invés da precariedade do trabalho e abusos contratuais. A responsabilização dos imigrantes pelas famílias compostas tem, especialmente no caso dos japoneses, desconsiderado o papel das próprias companhias de emigração que além de não aplicar com rigor a os critérios estabelecidos pela Secretaria da Agricultura, eram muitas vezes os agenciadores das famílias artificiais.

Nas historiografias nativas (HANDA, 1987, COMISSÃO, 1992), afirma-se que imigrantes de duas províncias específicas foram responsáveis, ou culpabilizadas, pelas fugas: Okinawa e Kagoshima. Tratam-se das províncias que mais enviaram imigrantes na primeira

leva⁹². Não existe evidência estatística de que os imigrantes dessas origens, mais do que quaisquer outros, tenham evadido das fazendas de forma clandestina. Outra informação que circula nessas publicações é a de que as fugas teriam levado a restrições não oficiais de recrutamento de trabalhadores oriundos dessas localidades. Conforme afirmaram Laís Miwa Higa (2015) e Ricardo Sorgon (2016), inexistiu um documento oficial que comprove a medida, de forma que o “fato histórico” foi estabelecido, no discurso nativo, a partir da reprodução de trechos da *Imin 40 Nen Shi* (História dos 40 Anos de Imigração Japonesa), de Rokurō Kōyama (1949), e irradiada a partir das memórias de Tomoo Handa (1987). Segue a transcrição:

Merecem atenção as seguintes proposições, nascidas da experiência da vida dos imigrantes, apresentadas e impostas pelo Ministério das Relações Exteriores do Japão para que a empresa de emigração possa recrutar candidatos à emigração; na realidade, porém, como os imigrantes bem o sabem por experiência própria, elas não foram totalmente postas em prática (*História dos 40 anos*, p. 83). Eis as medidas:

1. Só pode emigrar quem esteja acostumado à agricultura
2. Tomar cuidado com a composição da família, evitando-se sua dissolução após a chegada ao Brasil.
3. Aguardar que sejam cumpridas com rigor as formalidades, isto é, não receber mais dinheiro que o fixado nem exagerar a propaganda.
4. Logo após a chegada dos imigrantes, fazer todos os preparativos necessários à “distribuição às fazendas”, tudo fazendo para que os lucros deles aumentem. Para tanto, o representante no Brasil deverá previamente celebrar um acordo satisfatório com os fazendeiros que irão receber os imigrantes, comunicando à autoridade japonesa no Brasil os termos negociados e dela obter anuência. Por sua vez, a autoridade referida indica que deverão ser os seguintes os termos dos acordos:
 - a) Exigir a construção de privadas nas colônias das fazendas onde elas inexistirem.
 - b) Exigir o fornecimento de madeirame suficiente, necessário para a feitura de camas, mesas e cadeiras dos imigrantes.
 - c) Exigir a instalação de rede de água potável nas colônias.
 - d) Exigir que se facilite aos doentes a consulta médica.
 - e) Evitar na medida do possível o recrutamento de imigrantes de Okinawa e de Kagoshima.
 - f) Como o atraso na chegada ao Brasil traz consequências desfavoráveis para a colheita de café, exigir que os imigrantes cheguem ao porto de Santos o mais tardar até maio, quando se iniciam as derridas.

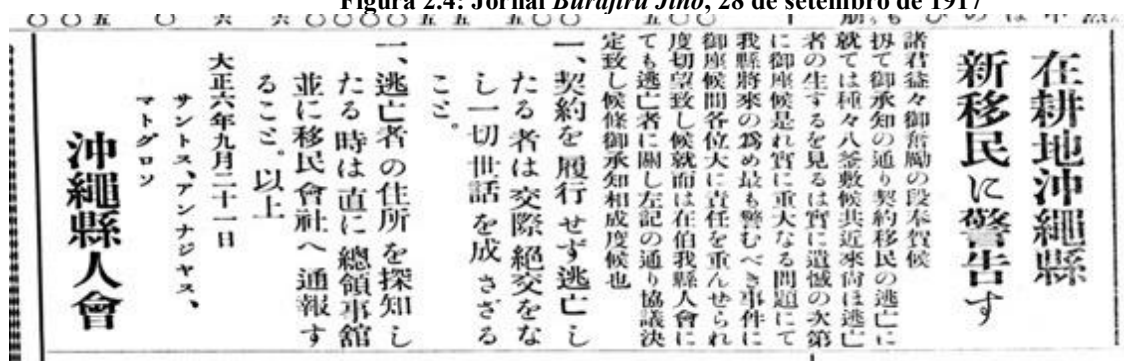
As condições acima foram impostas pelo governo japonês à companhia de emigração como medidas que visavam à fixação dos imigrantes nas fazendas contratantes; mas, deixando de lado a questão de saber até que ponto elas foram cumpridas, o fato é que não havia ainda nenhuma garantia de que os imigrantes, que saíam com o sonho da fortuna e da remessa de dinheiro, bem como de regresso à pátria, pudessem permanecer num regime de baixo salário, suportando um modo de vida a que não estavam acostumados, o regime da fazenda e as condições naturais. Além disso, as

⁹² Vide Tabela I Apêndice D – Recenseamento da Colônia Japonesa, 1964. Tabelas Seleccionadas.

limitações impostas aos imigrantes de Okinawa criaram problemas posteriormente; teria bastado, na verdade, mais cuidado quanto à composição das famílias. De qualquer maneira, mesmo do ponto de vista de quem saíra “para fazer fortuna”, a vida na fazenda passou a ser aceita por numerosos imigrantes como “o primeiro ano na escola da vida brasileira”, a partir do momento em que se abandonou a idéia de “remessa de numerário” para abraçar a do “planejamento a longo prazo” (HANDA, 1987, p.60).

Independente do que de fato tenha ocorrido, a noção de que as quebras de contrato estavam condicionadas pela província de origem estimulou a formação de associações de imigrantes que buscaram disciplinar os conterrâneos e reverter as restrições de novas levas. Entre 1912 e 1913 surgiu, na cidade de São Paulo, a primeira associação de residentes de Kagoshima⁹³; e em 1917⁹⁴, uma associação de imigrantes da província de Okinawa. Seu primeiro presidente, Sukenari Onaga, teria sido particularmente vocal no âmbito da então nascente imprensa em língua japonesa no Brasil para “encorajar e ameaçar” (LONE, p.40, tradução nossa) os imigrantes okinawanos em relação ao cumprimento dos contratos.

Figura 2.4: Jornal *Burajiru Jihō*, 28 de setembro de 1917



Fonte: International Research Center for Japanese Studies (s/d)

⁹³ “Em agosto de 1913, tendo aqueles primeiros imigrantes de Kagoshima se reunido com o objetivo de discutir o recrutamento de novos imigrantes daquela província, chegou-se à conclusão de que era melhor que todos se unissem sob um único propósito, dividindo igualmente entre si as responsabilidades daí decorrentes; para isso foi criada a Associação Cultural Kagoshima do Brasil (Brasil Kagoshima Kenjin-kai), cujos cargos diretivos encontravam-se distribuídos da seguinte maneira: Koretaka Kumamoto (presidente), Naoya Samejima (vice-presidente), Masayoshi Maruno (tesoureiro). [...] De 1917 a 1919, os co-provincianos de Kagoshima já estabelecidos aqui uniram forças e conseguiram fazer com que fosse reestabelecido o recrutamento de grandes números de imigrantes naquela província; isso representava, para todos os efeitos, que os objetivos iniciais da associação estavam sendo cumpridos. Porém, no início dos anos 20 já começava a arrefecer o furor que animava os japoneses a emigrarem para o Brasil, de maneira que as atividades da associação começaram a diminuir sensivelmente” (ASSOCIAÇÃO CULTURAL KAGOSHIMA DO BRASIL, s/d.).

⁹⁴ Em livros comemorativos, Onaga parece se referir à criação da primeira associação okinawana, a *Kyūyō Kyōkai*, em 1926. O fato de o anúncio ter sido encontrado em um jornal de 1917 pode apontar para diversas possibilidades, entre as quais: a associação de 1917 nunca existiu mas foi anunciada no jornal para criar a percepção da existência de uma organização central de imigrantes de Okinawa; a associação de 1917 foi criada mas encerrada pouco depois; a associação foi refundada ou formalizada em 1926; Onaga rompeu com o grupo com o qual fundou a primeira associação em 1917 e criou uma nova entidade. Não foi encontrada resposta até o momento.

A ideia de que imigrantes das províncias ao Sul do Japão, particularmente Okinawa, seriam indisciplinados e que poderiam prejudicar a imagem dos “imigrantes em geral” parece reverberar representações produzidas no país de origem acerca do “atraso” e “falta de civilização” dessas províncias. Essas questões foram mobilizadas de forma mais evidente em um documento intitulado “Acordo mútuo de 14 itens”, traduzido para o inglês pelo antropólogo Koichi Mori (2003), que corresponde a uma espécie de manifesto fundador da associação de imigrantes da província de Okinawa, *Kyūyō Kyōkai*, em 1926:

1. We should not go out wearing Okinawan-style Japanese clothes.
2. We should not carry children on our backs.
3. We should not expose our bodies to others, specially to foreigners.
4. We should do our best not to go about barefoot.
5. We should eliminate the habit of drinking, singing, and raising a ruckus when a baby is born.
6. As far as possible, we should adopt Brazilian-style lodgings and give up the practice of sitting on matting with our legs crossed.
7. As much as possible, we should speak either in normal dialect (Japanese) or in Portuguese. We should refrain from using Okinawan dialect especially in front of Japanese from other prefectures.
8. We should dedicate ourselves to interacting with Brazilian and other foreigners.
9. When burying the dead, Brazilian memorial customs should be followed and all the appropriate paperwork taken care of.
10. We should give up the habit of blindly trusting the words of others. We must take great care with regards to this because it is this habit that has led us to foment strikes and run away from the agricultural lands where we were contracted to work.
11. We must work for the public good.
12. We must dedicate ourselves with patience and remain in one place.
13. We must not be led astray by the small temptation that confront us.
14. When meeting new migrants, people living in cities should refrain from boastful words. The vast majority of city dwellers do not really know what plantation life is like. Their boastful language thrusts deeply into the minds of the newly arrived migrants’ visions of endless work and paltry remuneration on the plantations and result in the continuous stream of runaways. All of those who go to meet new arrivals at Santos Harbor should be very careful in this regard.

(MORI, 2003, p.53-54)

Koichi Mori interpreta o documento como uma evidencia da tendência dos okinawanos em suprimir seus comportamentos e cultura de modo a se inserir dentro de uma ideia de

niponicidade ao mesmo tempo em que alcançariam melhor status entre os brasileiros⁹⁵. É importante ressaltar, por sua vez, que a visão do *Kyūyō Kyōkai*, e de Sukenari Onaga em particular, não era necessariamente compartilhada pela maior parte de seus conterrâneos. O fato dele encontrar um canal de comunicações favorável no jornal *Burajiru Jihō*, conhecido na época por transmitir a visão das companhias de emigração e das autoridades consulares, pode indicar que a disciplina imposta aos okinawanos poderia ser menos uma forma de auto-regulação produzida em suas organizações de base e mais um discurso imposto “de cima para baixo”. Trata-se de uma hipótese ainda a ser verificada.

Cabe ressaltar que a reputação dos okinawanos foi uma preocupação ativa de Sukenari Onaga para além da questão das famílias compostas e das fugas. Segundo Stewart Lone (2001), que seguiu rigorosamente as publicações do líder no *Burajiru Jihō*, foi manifestada uma preocupação específica com o decoro das mulheres okinawanas no comércio ambulante. Menções sobre a prevalência das mulheres de Okinawa nessa atividade também aparecem nos registros de Rokurō Kōyama (1949) e nos depoimentos do ex-presidente da Associação Okinawa Kenjin do Brasil, Shinji Yonamine (gestão 2012-2013), através de diversas interlocuções informais. Yonamine conta que os imigrantes okinawanos que saíram (ou fugiram) das fazendas se instalaram na periferia de Santos ou São Paulo e se dedicaram ao cultivo de vegetais e hortaliças. “Enquanto os homens trabalhavam na roça, as mulheres vendiam na rua, como era costume em Okinawa”. Equilibrando nos ombros bacias cheias de produtos e demonstrando um comportamento extrovertido característico daqueles que trabalham com o comércio itinerante, elas teriam escandalizado tanto brasileiros como japoneses.

A fala de Yonamine situa essas ocupações femininas em termos de marcação de diferenças com os “imigrantes japoneses”⁹⁶, mobilizando simultaneamente a ideia de que os “japoneses” tinham desprezo por certos costumes okinawanos e, ao mesmo tempo, elogiando a pro-atividade econômica das mulheres de Okinawa que, ao contrário das japonesas, não ficavam em casa em atitude de submissão. Assim como afirmou Laís Miwa Higa (2015), que também manteve frequente interlocução com Yonamine em sua pesquisa sobre identidade e diferença na “comunidade okinawana” de São Paulo, é importante ressaltar que a história da

⁹⁵ Uma análise sobre como essa questão é mobilizada pela “comunidade okinawana brasileira” contemporânea encontra-se em Higa (2015).

⁹⁶ Embora nativos de Okinawa sejam nacionais japoneses, muitas vezes no âmbito nativo os imigrantes e descendentes da província são referidos como “okinawanos” ou “*uchinanchu*” em contraposição aos “japoneses” ou “*naichi*”.

imigração para o Brasil, bem como o passado remoto e mítico das “tradições okinawanas”, são maneiras de invocar a autoridade do passado para mobilizar diferenças e assimetrias presentes. As diferenças entre japoneses e brasileiros, e okinawanos e japoneses, tal como argumentado na *Introdução*, são frequentemente elaboradas na linguagem do gênero, atribuindo mais “liberdade feminina” ou maior “submissão” a um grupo ou outro.

Nas primeiras décadas do século XX, falar no comércio itinerante feminino mobilizava outros imaginários. O comércio ambulante nesse período, conforme lembra Lone (2001), passava por uma série de intervenções higienistas por parte das autoridades brasileiras tendo em vista a “limpeza” e “modernização” das cidades. A noção desse tipo de atividade como “incivilizada” circulou também no contexto do Império Japonês, em particular após a conquista de Taiwan (1895), quando as elites okinawanas buscavam na identificação com o Japão uma forma de diferenciação em relação aos súditos coloniais de outras partes da Ásia. Segundo Alan Christy (1993),

“[...] Okinawan women were accused by [Okinawan] elites in Taiwan of contributing to the decline of the image of Okinawan through two “major problems”. First, much of the early efforts to develop Taiwan as a market for Okinawan goods (especially textiles and lacquer) were carried out by Okinawan women who crisscrossed the island as itinerant peddlers. Although these women were largely responsible for extending trade into the “wild” interior of the island, they were deemed a “problem” for allegedly taking excessive profits and misrepresenting cheap goods as high-quality items. But what was perhaps even more worrisome for elite Okinawans in Taiwan was the peddlers’ reputation for pushiness (“like annoying mayflies”), and the way Chinese in Taiwan derogatory called the “Japanese savages” (*nihon no seiban*) because of their hand tattoos (*hajichi*) In order to salvage the reputation of Okinawans, members of the elite strata pushed for the abolition of tattoos and the regulation of the peddlers. Second, by the 1910s, as the peddlers’ markets closed them out, the opportunities for Okinawan women in Taiwan became generally restricted to employment in restaurants, bars and brothels” (CHRISTY, 1993, p.150-151)

Não é possível, no momento, afirmar se a preocupação com o comportamento público das mulheres okinawanas era algo que se colocava de modo pronunciado entre imigrantes japoneses, brasileiros e autoridades consulares, ou se tratava-se apenas de um possível preconceito de Onaga. O que se coloca é a proliferação de discursos a partir de figuras de liderança que demonstravam preocupação em projetar imagens de ordem e “civilização”.

2.3. Núcleos coloniais

A partir de 1910 surgiram os primeiros focos de agricultura independente entre imigrantes japoneses. Entre as famílias que permaneceram nos cafezais, o tempo médio para a obtenção de um grau moderado de estabilidade financeira era de três ou quatro anos⁹⁷, quando a soma acumulada permitia a resolução de dívidas e a compra de pequenos lotes de terra. Em alguns casos, através do sistema de parceria, alugavam ou adquiriam terras à prestações. Em 1911, relatórios consulares apontam para a existência de um número pequeno de famílias praticando agricultura independente em matas arrendadas nos arredores de Itu e na Colônia Monção, criada pelo governo federal na estrada de Ferro Sorocabana, entre as estações Agudos e Cerqueira César. Ao final de 1915, o Cônsul-Geral Sadao Matsumura reportou que somente no Estado de São Paulo mais de 400 famílias praticavam a agricultura independente.

As primeiras associações de japoneses, segundo o pintor e memorialista Tomoo Handa (1987), teriam surgido com o objetivo organizar o “*desenvolvimento e progresso do núcleo*” (p. 282) com a construção de estradas, escolas, aquisição de terras, obtenção de equipamentos agrícolas coletivos, entre outros projetos. Esses espaços também se conformaram em locais de sociabilidade e “confraternização” de homens adultos. No âmbito desses núcleos surgiam, concomitantemente, associações de jovens (*seinenkai*) e, anos mais tarde, associações de meninas (*shōjokai*) e mulheres adultas (*fujinkai*).

As associações juvenis (*seinenkai*) teriam sido, durante décadas, exclusivamente masculinas e realizavam atividades como a organização de eventos esportivos e de lazer, turmas noturnas de língua portuguesa ou mesmo a formação de um espaço de convivência fora do contexto do trabalho. Ainda segundo Handa, muitas vezes essas associações não eram formadas por iniciativa dos jovens, mas impostas pelos chefes de família para controlar a mão-de-obra de adolescentes e jovens adultos que não possuíam vínculos estáveis com o restante da família⁹⁸. Os *seinenkai*, nesse contexto, funcionavam como grupos de trabalho para os dias de folga (domingos e feriados), economizando com a contratação de trabalhadores diaristas (ou camaradas) e mantendo vigilância sob o uso do tempo e relações de sociabilidade.

Uma das poucas associações femininas do período anterior à Segunda Guerra Mundial mencionadas na literatura nativa (COMISSÃO, 1992) é uma associação de mães (*Haha no Kai*) criada em Registro no ano de 1921. Não foram encontradas outras referências que corroborem

⁹⁷ Na Fazenda Sobral, por exemplo, a renda média diária era de 910 réis entre os imigrantes do *Kasato Maru* – valor que foi aprimorado conforme os imigrantes se acostumavam ao trabalho. Em 1911, na mesma fazenda, era possível juntar aproximadamente 1200 mil réis.

⁹⁸ Tomoo Handa se refere, aqui, à prática de formação de famílias compostas.

ou contestem essa informação, mas caso seja verdadeira, trata-se da primeira associação feminina japonesa no Brasil da qual se tem conhecimento.

A presença japonesa em Registro esteve vinculada à formação de núcleos coloniais no Vale do Ribeira desde 1913. Registro, Sete Barras e Katsura eram as três colônias do núcleo Iguape, constituído por Ikutaro Aoyagi, então da companhia Sindicado de Tóquio, que adquiriu 50 mil hectares de terras não cultivadas do Estado de São Paulo. A empresa foi sucedida pela Companhia de Colonização do Brasil que, em 1919, foi incorporada à gigantesca Companhia Ultramarina de Desenvolvimento (*Kaigai Kogyō Kabushiki Kaisha*), referida pela sigla K.K.K.K., que administrou o núcleo até 1937.

Em março de 1916, três empresas de emigração – a Companhia Oriental de Emigração (*Toyo Imin Gaisha*), a Companhia de Colonização da América do Sul (*Nanbei Shokumin Kaisha*) e a Companhia de Emigração Morioka (*Morioka Imin Kaisha*) formaram a Cooperativa de Imigração para o Brasil (*Burajiru Imin Kumiai*) e enviaram para São Paulo o representante Tadao Kamiya, da Companhia Oriental de Emigração, com o objetivo de negociar a retomada da emigração, que havia sido proibida após a experiência com os trabalhadores do *Kasato Maru*. Kamiya fez um acordo com a Antunes dos Santos & Cia., que tinha convênios com o Governo do Estado, e o projeto emigratório pôde ser retomado em 1917. No mesmo ano, o gabinete do Primeiro Ministro Masatake Terauchi (1852-1919) tomou medidas para promover a emigração como uma política governamental de larga escala e favoreceu a fusão de diversas companhias em grandes monopólios, entre as quais a união das companhias da Cooperativa de Imigração para o Brasil (*Burajiru Imin Kumiai*), com exceção da Morioka, com a Companhia de Colonização do Japão (*Nippon Shokumin Gaisha*) e a Companhia de Colonização Nitto (*Nitto Shokumin Gaisha*), formando a gigantesca Companhia Ultramarina de Desenvolvimento (*Kaigai Kogyō Kabushiki Kaisha*), referida pela sigla K.K.K.K. Criada pelo Ministro da Fazenda Kazue Shota, a K.K.K.K. teve Junji Kamiyama (alto-funcionário do Ministério das Relações Exteriores) como seu primeiro presidente, Tadao Kamiya (mencionado anteriormente como representante da Companhia Oriental de Emigração, ou *Toyo*) como diretor-presidente, e também Ryo Mizuno, o idealizador da emigração japonesa para o Brasil, em um dos altos cargos da empresa. A K.K.K.K. absorveu a Companhia de Colonização do Brasil (*Burajiru Takushoku Kaisha*), que administrava a colônia Iguape, em 1919; e em 1920 adquiriu a Morioka, se tornando a única companhia de emigração do Japão a atuar na região.

Segundo dados apresentados pelo jornalista Masayuki Fukasawa (2008), o capital inicial da empresa era equivalente a nove milhões de ienes, sendo que 70% do montante era

administrado por três companhias: o Correio Marítimo Japonês (*Nippon Yusen*), a Companhia Mercantil de Osaka (*Osaka Shosen*) e a Companhia de Colonização do Oriente (*Toyo Takushoku Kabushiki Kaisha*). A presença forte da Companhia de Colonização do Oriente, criada em 1908 sob a tutela do Primeiro Ministro Tarō Katsura, situa o envio de japoneses para o Brasil no contexto de uma estratégia capitalista nacional que desenvolvia a emigração em consonância com projetos coloniais na Coréia e Manchúria.

Trabalhar com a hipótese de que as associações femininas japonesas no Brasil tiveram origem a partir dos núcleos coloniais mantidos sob tutela da K.K.K.K. coloca uma série de possibilidades analíticas, entre as quais a ideia de que organizar as mulheres a nível dos núcleos seguia uma metodologia comum das empresas de colonização de promover projetos agrícolas associados a formação de súditos japoneses modernos. Embora a supramencionada escassez de dados dificulte a verificação do que ocorreu no interior dessas associações (quais suas atividades, se foram formadas espontaneamente ou implicavam na filiação compulsória), existem outras fontes onde é possível vislumbrar a postura da companhia em relação à mobilização de mulheres, como o jornal *Burajiru Jihō* (Notícias do Brasil).

Na ausência de registros pelas próprias mulheres, procurei mapear discursos sobre a *domesticidade* em outras fontes como na imprensa nipo-brasileira e literatura da época. Em função da grande quantidade de material a ser analisado, a pesquisa focou na coluna feminina do jornal *Burajiru Jihō* (Notícias do Brasil), um dos maiores veículos da imprensa nipo-brasileira daquele período e conhecido por representar uma visão conservadora e alinhada aos interesses do Consulado Geral do Japão e das companhias de emigração. O fato de o jornal manter uma coluna feminina semanalmente sugere interesse da equipe editorial em se dirigir ao público feminino de maneira mais direta e efetiva. Até o momento, não foi possível verificar como outros jornais, em particular o concorrente *Nippak Shimbun* (Jornal Nipo-Brasileiro), produziam textos direcionados às mulheres em possível contraponto com o *Burajiru Jihō*. O panorama obtido, longe de ser completo, aponta para um conjunto de questões para as quais as mulheres foram mobilizadas – embora as maneiras como as mulheres se posicionaram coletivamente em relação a elas permanece um tema a ser pesquisado futuramente.

O *Burajiru Jihō* (Notícias do Brasil) foi um dos principais jornais em língua japonesa no Brasil, publicado semanalmente desde 1917 até 1941, quando a proibição de publicações em língua estrangeira no Brasil obrigou o jornal a interromper suas tiragens. O jornal surgiu em um contexto de reorganização corporativa da emigração para o Brasil que, após a suspensão dos subsídios pelo Estado de São Paulo em 1914, encontrava-se em crise. Em junho de 1917,

Seisaku Kuroishi aportou em Santos pelo navio *Wakasa Maru*, trazendo consigo tipógrafos avançados e operadores treinados com o objetivo de constituir uma “imprensa oficial” que seria a voz da nascente K.K.K.K.. Kuroishi, ora descrito como jornalista (FUKASAWA, 2008; HANDA, 1987) ora como burocrata (HOSOKAWA, 2015), havia trabalhado nos Estados Unidos como “responsável pelo setor de educação” de uma companhia de emigração e foi pessoalmente convidado por Tarō Kamiya para a empreitada. Seu objetivo, além de se contrapor à imprensa crítica em relação à política nacional de emigração encabeçada pelo *Nippak Shimbun* (Jornal Nipo-Brasileiro)⁹⁹, era promover a educação (disciplina) entre os imigrantes.

O *Burajiru Jihō* foi lançado em 31 de agosto, dia do aniversário do Imperador, e imprimia em uma tiragem volumosa em relação aos outros jornais da época. Segundo Handa,

Ao compararmos o Nippak e o Jihō, o primeiro era tipografado, porém numa impressora “Guttenberg”, o que tornava necessário que se imprimissem folha por folha, manualmente, entintando-se os tipos com um rolo de borracha. Quanto ao Jihō, era impresso em máquina automática movida a eletricidade. Apesar disso, eram impressos apenas 1.500 jornais, desde o início do lançamento. E o Jihō era distribuído indiscriminadamente, houvesse ou não pedidos, sob o lema de educar os imigrantes; por isso, quando o Jihō chegou a distribuir 4.000 exemplares, o Nippak apenas distribuía cerca de 1.000 exemplares (1987, p.605).

O tamanho e conteúdo do jornal variou ao longo do tempo, embora tenha mantido com constância a coluna feminina, coluna literária e artística, espaço para publicação de leitores, curso de língua “brasileira”, coluna sobre saúde (o colaborador fixo era o médico Sentaro Takaoka¹⁰⁰), coluna sobre notícias contemporâneas sobre o Japão e notícias internacionais redigidas a partir de telegramas recebidos de agências de notícias de Tóquio. Com o tempo, também surgiu uma coluna agrícola e uma coluna de viagem ao interior (OKAMOTO; NAGAMURA, 2015).

A coluna feminina trazia artigos sobre bem-estar, relacionamentos, família, cuidados da casa, saúde feminina e educação dos filhos, em geral em um tom otimista (OKAMOTO; NAGAMURA, 2015). A linguagem, em um japonês simples e com anotações em *furigana* (descrição silábica de ideogramas), facilitava a leitura por pessoas com menor grau de instrução.

⁹⁹ Criado em 1916 e administrado por Saku Miura.

¹⁰⁰ Sentaro Takaoka, nascido na província de Akita, foi um renomado médico japonês. Epidemiologista, imigrou para o Brasil em 1917 como médico contratado pela K.K.K.K., que também atuava em seu departamento educacional. Colaborou para a fundação do primeiro hospital japonês no Brasil por meio da Sociedade Japonesa de Beneficência Santa Cruz e a Casa Imperial Japonesa .

A maior parte dos textos foi assinado por "Kyoko", um pseudônimo feminino, embora seja razoável supor que o autor da coluna era um jornalista do sexo masculino.

Figura 2.5: "A mulher é a chave da harmonia" (Coluna Feminina, Jornal Burajiru Jihō, 07/09/1917)

婦人欄

婦人は調和の鍵

女と云ふ者は兎角世の中の問題にさ

は三州... 調和の鍵... 婦人は調和の鍵... 女と云ふ者は兎角世の中の問題にさ

Figura 2.6: "A boca é a origem do desastre" (Coluna Feminina, Jornal Burajiru Jihō, 05/10/1917)

婦人欄

口は禍の元(下)

注意すべきは女の口

やど加賀之助木箱針を抜取りベロロ

有つたことに更にベロロを附け口

●衛生顧問

一 調和の鍵... 衛生顧問... 口は禍の元...

Figura 2.7: “O Brasil é nosso Paraíso” (Coluna Feminina, Jornal *Burajiru Jihō*, 26/10/1917)



Fonte: International Research Center for Japanese Studies (s/d)

A existência deste espaço dedicado às mulheres reflete as intenções do núcleo editorial em estabelecer uma forma de comunicação com mensagens direcionadas a esse público. A concentração de artigos voltados para a harmonização da família, considerando o contexto de insatisfação com o trabalho e a formação de famílias compostas, pode ser considerada também como uma forma de privatizar os conflitos enfrentados pelos imigrantes como questões de família e da casa. As questões inter-relacionais elaboradas na coluna parecem se centrar nas obrigações femininas para com os vínculos familiares, principalmente conjugais, partindo de anedotas com algum tipo de lição moral. A coluna, cabe mencionar, foi publicada até o início da década de 1930, quando quadros mais variados voltados para o público feminino surgem no jornal.

Essa questão se coloca premente quando se considera que, ao contrário da imagem idealizada de família nas paisagens memorialísticas, as famílias eram espaços de tensões e crises diversas. Tomoo Handa (1987) faz uma escassa porém importante menção a vulnerabilidade das mulheres nos arranjos familiares, particularmente fazendo referência às famílias compostas. O excerto encontra-se abaixo:

SOLIDÃO. VIDA SEM ESPERANÇAS. INSATISFAÇÃO SEXUAL.

Parece que anos mais tarde ficaram famosos os atos de violência — uma forma de externar insatisfação — praticados pelos moços aqui chegados no pós- guerra. Mas eles puderam fazê-lo porque, em última análise, **encontraram um terreno já preparado para isso pelos velhos imigrantes**. Por mais que se afirme que eles agiram desse modo porque se decepcionaram com a vida no Brasil, se sua situação for comparada com a dos moços solteiros da época que estamos considerando, o que se pode dizer é que eles até tiveram sorte em poder praticar tais atos de violência.

No caso das mulheres a coisa era diferente, porque com o reduzido número de mulheres no núcleo começavam a surgir propostas de matrimônio já aos 15, 16 anos de idade.

Só que, para uma mulher solteira que aspirava tornar-se livre da atmosfera "suspeita" da família, a vida lá fora não era nada fácil, e a insegurança era bem maior no caso de moças que abandonavam a casa.

Quando a moça da "família composta" era irmã do chefe de família ela ainda se salvava, mas quando se tratava de cunhada dele, ou simples parente, não havia nenhuma garantia de que ela não se tornaria vítima da concupiscência desse chefe de família.

Na época em que todos trabalhavam sem se poupar a fim de fazerem a vida e depressa retornar ao Japão, não eram nada fáceis os deveres de uma esposa, muito exigidas na lavoura, nos afazeres domésticos e até no parto. Era delas que se exigia o maior esforço físico. Ainda quando o marido estava bebendo pinga e contando vantagens, a esposa não tinha um minuto de descanso cuidando da cozinha e das crianças. Obviamente, a moça da "família composta" trabalhava tanto quanto a dona-de-casa, só que, sendo jovem, tinha muita vitalidade e não se deixava derrotar pelo trabalho e pela alimentação frugal. **No dia-a-dia insofrito de um núcleo, onde não havia sequer um bar onde alguém pudesse se distrair, talvez fosse natural o chefe de família, apenas preocupado com o sucesso, às vezes sentir-se atraído pela flor que desabrochava perto dele.**

“Neste Brasil de patrícios trabalhadores e carente de mulheres, mesmo que eu seduza esta moça que trouxe como membro da família certamente não estarei acabando com o seu futuro. Seria até divertido se minha velha se revoltasse e saísse de casa. De qualquer modo, não há perspectiva de eu ganhar dinheiro em curto prazo e ter a felicidade de dar uma virada na minha vida. Lucro mais, nesta altura dos acontecimentos, fazendo algo que me agrade.”

Uma vez adotado semelhante raciocínio egocêntrico, ele se torna capaz de realizar à força o que quer que seja. Se a mulher adoece ou fica de cama em virtude da gravidez, são esses os momentos em que a moça é visada. Obviamente, essas coisas não acontecem de repente, razão pela qual ao pressenti-las a moça da "família composta" se precavém ao máximo, sem poder, contudo, alardear o fato só porque o pressentiu. Se agir mal, a mulher até pode execrá-la como uma pessoa ambiciosa que lhe quer roubar o marido. Nada é mais temível que a desconfiança, e ninguém garante que a moça não venha a ser vítima da maldade, num lento mas crescente sofrimento.

O que fará o marido diante da briga de gato e cachorro entre ambas? Só pensará em aproveitar a ocasião e arquitetar um plano para possuir a moça.

Assim, **houve moça solteira de "família composta" que foi vítima de homem. Também houve quem gostou de um moço, mas que, quando estava a ponto de fugir com ele porque nele confiava, se deu conta de que havia sido engravidada pelo demônio do chefe de família e acabou se suicidando.**

“A moça também tem culpa” — dizem as pessoas que condenam as duas partes numa briga — mas que força pode ter para reagir uma mocinha assaltada inesperadamente no interior de uma floresta sem ninguém que venha socorrê-la,

por mais que grite ou chore? Assim, ninguém pode dizer em sã consciência que "a moça também tem culpa". As moças de então, educadas para serem dóceis, estavam muito menos preparadas para enfrentar o inimigo do que as jovens de hoje. Além disso, tratava-se de uma época em que não se tinha vergonha de pronunciar uma expressão da mais extrema crueldade como "mulher deflorada". Uma vez sabido por todos que ela foi vítima de violência sexual, o fato podia provocar pena, mas a moça não era mais levada a sério. Não havia salvação.

Entretanto, nos primeiros tempos da imigração, com a carência de elementos femininos, também podia haver a oportunidade de se agarrar a sorte usando como isca uma moça da "família composta". As propostas de casamento choviam. Por isso, o chefe de família com a cabeça no lugar fazia suas contas e, sem dar atenção a considerações mesquinhas como a de "moça a três contos", pensava em interesses duradouros e procurava encontrar o moço a quem poderia se arrimar no futuro. Porém, a tragédia das moças de "famílias compostas" não era, necessariamente, generalizada. Na realidade, **é bem possível que os tormentos dos homens tivessem sido mais angustiantes**, mas não existem elementos quantitativos para comprová-lo, de modo que esta conjectura é empírica. No caso dos homens, porém, muitos atribuíam seu sofrimento a causas de natureza social (p.307, grifos meus).

Handa mobiliza uma série de elementos nesse texto. Desde o sofrimento psíquico dos trabalhadores até o vazio emocional pela falta de perspectivas de casamento e formação de família com uma pessoa da mesma origem nacional (mais considerações sobre isso a seguir), o escritor parece entrar em contradição ao descrever o tédio e a frustração sexual como catalizadores da violência quando os principais perpetradores, em sua construção, parecem ser os chefes de família, que já tinham esposas e pareciam, justamente, exercer uma forma excessiva de poder sobre as mulheres a partir do controle do trabalho e da residência.

Esse registro confronta com a representação dominante das famílias japonesas como sendo solidárias e fonte de força moral para enfrentar os desafios trazidos pela vida no Brasil. Os "famosos atos de violência", que não pude identificar quais seriam, sugerem que pelo menos na percepção do autor a violência sexual era uma realidade muito comum, embora não se diga exatamente quem foram as vítimas e os agressores. A construção ainda parece problemática com a simpatia de Handa com os imigrantes a tal ponto que, de certa forma, ameniza a violência ao ressaltar a tentação que uma moça jovem e solteira representava comparada às cansadas e sobrecarregadas esposas; finalmente dizendo que "é bem possível que os tormentos dos homens tivessem sido mais angustiantes" – implicando que às mulheres seriam convenientes válvulas de escape das frustrações masculinas. A extensão dessa forma de violência e seus efeitos nas mulheres coletivamente ainda constituem uma questão a ser analisada¹⁰¹.

¹⁰¹ A violência sexual também tem registro no âmbito da imigração italiana. Segue excertos extraídos de Alvim (1986): "Ontem, em torno de 13 horas, apresentou-se nesse escritório o Sr. Vincenzo Pietrocola, colono da fazenda 'X' e me comunicou que no dia precedente, entre 15 e 16 horas, foi agredido, junto com alguns companheiros de trabalho, por indivíduos ligados ao setor administrativo da fazenda, comandados pelo capataz (...). Ficaram feridos ele, reclamante, e mais três colonos, entre os quais uma mulher (...). Proedi ao interrogatório dos próprios

Preocupações com questões de higiene e saúde são particularmente presentes na coluna feminina e também na coluna médica mantida por Sentarō Takaoka. Como consultor médico do jornal, Takaoka respondia a perguntas de moradores dos núcleos coloniais sobre prevenção e tratamento de doenças, além de redigir textos sobre higiene, cuidados com a saúde e o manual “Doenças e Higiene no Brasil” distribuído entre imigrantes em Kobe antes do embarque.

A higiene dos imigrantes se tornou um referencial significativo para pensar seu grau de “civilização” e “niponicidade”. Ansiedades em relação às doenças tropicais foram expressas pelo jornalista e escritor Tatsuzo Ishikawa em suas memórias da viagem para o Brasil em 1930. Relatos sobre os casos de cólera do *Manila Maru*, navio que transportou japoneses entre 1925 e 1935, estavam vivos nas mentes dos passageiros, que circulavam boatos assustadores sobre as doenças mortais dos trópicos. Dizia-se que na colônia Aliança tinham plantado eucaliptos pois teriam o poder de espantar os mosquitos transmissores da malária.

A formação de núcleos coloniais administrados pela K.K.K.K. permitiu a circulação de médicos e pesquisadores japoneses entre os territórios ocupados da China e Coréia para o Brasil, desenvolvendo o campo da medicina tropical a partir de diferentes territorialidades da expansão japonesa para o exterior. Nas décadas de 1920 e 1930, esses cientistas estabeleceram contatos com cientistas brasileiros e trocaram materiais biológicos e publicações relacionados principalmente às doenças parasitárias e dermatológicas.

Shozo Toda, do Instituto de Higiene e Saúde Pública da Universidade Imperial de Kyoto, realizou em 1927 uma avaliação das instalações dos imigrantes nas regiões servidas pela Estrada de Ferro Noroeste. Escreveu sobre suas condições de vida e, ao saber do projeto de se estabelecerem novas colônias no Pará e Amazonas, suas conclusões não foram nada favoráveis. Em “As condições de nossos compatriotas nas colônias são a mesma dos japoneses do campo de mil anos atrás”, publicado no jornal *Nippak Shinbun*, declarou:

feridos (...) do qual resulta que o capataz vendo recusada uma sua proposta desonesta feita a Teresa Manso (a mulher ferida) a `as mulheres dos outros atingidos (...) jurou vingar-se aplicando multas sobre seus maridos (...). Tendo o fato chegado ao conhecimento dos maridos, esses reclamaram ao patrao", o que provicou a ira do capataz. No dia (...) a filha de L.C., de 4 anos, brincava perto da casa paterna enquanto seus pais estavam trabalhando. Aproximou-se o neto do patrão, João de Souza, de 17 anos, e com agrados e promessas de doces conduziu a pequena até os fundos de sua casa (...) jogando-a no chão e obedecendo aos seus monstruosos instintos, deflorou-a (...). O oai (ao voltar do trabalho e compreendendo tudo o que se passara), correu ao patrao pedindo justiça, mas foi posto fora de casa aos tapas (...). Com a pobre criatura arrebrandada nos braços, o pai percorre 14 quilometros que o separava da cidade para dar queixa ao delegado de policia (...) ate perceber que nao tinha a menor chance de ver seu protesto levado avante, porque o delegado era parente e amigo do estuprador (...). Retornando à casa (...)fugiu uma noite com a mulher e a filha, recolhendo-se ao consulado em Sao Paulo”.

Visitei colônias de compatriotas da Linha Noroeste. A primeira coisa que me impressionou sobre o estado sanitário na região foi a cor feia do rosto de todos os patrícios (...). Em poucas palavras, a causa reside no estilo não-civilizado de vida (...) Se a noção de higiene das colônias nipônicas se mantiver no baixo nível atual, uma colonização na região amazônica será impraticável: podem enviar dezenas de milhares de colonos que perecerão todos em poucos anos (...) O maior defeito está no estilo de construção da casa (...) Neste aspecto, vivem ao nível dos camponeses do Japão de há mil anos (...) Os nisseis que crescerem nesse ambiente acabarão se degenerando.

Contratado pela companhia de imigração K.K.K.K., chegou ao Brasil, em outubro de 1918, no vapor *Sanuki Maru* o professor Mikinosuke Miyajima, chefe da seção de doenças infecciosas do Instituto Kitasato, e seu assistente, o então estudante de medicina Norimasa Hirano. O objetivo da viagem era investigar as condições médico-sanitárias das colônias japonesas e estudar as principais endemias existentes no país, em especial a ancilostomíase.

Esse conjunto de médicos mostram o olhar do pensamento eugênico a partir do Japão. Uma publicação da Associação Japonesa de Emigração, afirmava que a saída dos japoneses era uma necessidade para a “evolução do povo” e devia ser cercada de uma série de precauções higiênicas, contemplando desde as aptidões físicas e psíquicas dos candidatos até o clima das regiões para onde viajavam. Aconselhava a escolha de zonas tropicais, pelas facilidades de cultivo, ainda que fossem maiores os riscos oferecidos pelas doenças. Para Miyajima, o serviço militar era um bom crivo para os que pretendessem emigrar, embora a idade pudesse se estender até os 45 anos. A compleição física também era importante: não deviam viajar para os trópicos pessoas muito gordas ou que tivessem histórico de doenças como pleurisia, tuberculose ou doenças mentais, que poderiam ressurgir facilmente quando o emigrante estivesse fora de seu país, em condições adversas. A rigidez na conduta da vida – como na carreira militar – precisava ser observada no comportamento sexual, na relação com bebidas alcoólicas e alimentos e nas atitudes psicológicas

Miyajima considerava que nas regiões tropicais o desenvolvimento sexual era precoce, o que exigia dos adultos atenção redobrada aos filhos, bem como mais cuidados na prevenção das doenças venéreas. O consumo de álcool devia ser evitado, e a dieta tinha de ser mais frugal, com menor ingestão de carnes. As mulheres de temperamento nervoso teriam propensão à histeria nos novos ambientes, exigindo atenção da família. Outra conduta importante dizia respeito à limpeza dos ambientes e do corpo – fatores que parecem ter repercutido na imagem dos japoneses propagada no Brasil, como povo organizado e limpeza.

2.4. Cultura escrita e disciplina feminina

A ideia de Japão era constantemente atualizada na coletividade japonesa no Brasil pela chegada de novos imigrantes, notícias que chegavam através da imprensa e um grande volume de importações de material escrito como livros, revistas e jornais. Esses meios também comunicavam notícias sobre o que aconteciam nas colônias ultramarinas de Taiwan, Península Coreana, ou mesmo em comunidades imigrantes nos Estados Unidos. O senso de pertencimento a uma comunidade internacional-dispórica japonesa era alimentado, ainda, pelo intercâmbio de profissionais e técnicos de formação superior entre os núcleos agrícolas para atividades diversas de pesquisa e desenvolvimento científico. Assim, é possível inferir que os japoneses radicados no Brasil, naquele período, poderiam ter um senso de conexão ao Japão que não se compreende apenas nos termos de uma situação original, mas constantemente atualizada no âmbito do “desenvolvimento ultramarino”.

A presença de imigrantes japoneses no Brasil gerou um crescente mercado de bens importados como gêneros alimentícios (molho de soja), agrícolas (sementes, ferramentas), remédios, cosméticos e, principalmente, material escrito (jornais, livros e revistas). Em “Diasporic Markets: Japanese Print and Migration in Sao Paulo, 1908-1935”, Edward Mack (2005) discute as mudanças nos sentidos desse material escrito para os japoneses radicados no Brasil: em um primeiro momento, o consumo de material escrito estaria relacionado à nostalgia da terra natal, que produziu o desejo de imersão em um universo linguístico e referencial familiar. Conforme os filhos trazidos pequenos iam crescendo e novas crianças nasciam no Brasil, as necessidades mudaram para incutir nas crianças a língua e os sentidos de pertencimento nacional dos pais.

De acordo com a publicação “Compatriotas da Jurisdição de Bauru, de Shingoro Wako (1939), o número de assinantes de jornais e revistas em língua japonesa eram: 18.376, dentre os quais 1.078 eram de revistas infantis, 1.168 eram revistas femininas, 5.967 eram revistas masculinas e 10.154 eram jornais. A porcentagem de assinantes segundo natureza da publicação: 87,72% jornais, 51,15% revistas masculinas, 10,09% revistas femininas, 9,3% revistas infantis. Das 15 mil famílias pesquisadas com uma média de 11 anos no Brasil, não havia uma única revista brasileira mencionada.

Se os primeiros jornais em língua japonesa no Brasil surgiram na década de 1910, principalmente a partir dos anos 1930, editoras sediadas em Tóquio e importadoras no Brasil

passaram a explorar de modo mais voraz o “desejo insaciável por produtos culturais da terra natal” (MACK, 2005, p.123). Anúncios de livrarias como Segi, Endō e Nakaya são encontradas desde 1919, incluindo *Fujin no Tomo* e *Fujin Sekai*, revistas femininas engajadas com a aplicação de métodos “científicos” na gestão do lar como controle de orçamento e noções básicas de nutrição. Esse material, que informavam os *fujinkai* no Japão sobre papéis femininos domésticos “modernos”, eram exportados para o Brasil e consumidos por mulheres imigrantes japonesas.

2.5. Os anos 1930 até a Segunda Guerra Mundial

No Brasil, a partir da década de 1930, o aumento numérico e a alta concentração de japoneses em uma mesma localidade, bem como a aquisição de terras pela *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha* (K.K.K.K., Companhia Ultramarina de Desenvolvimento), alimentaram o imaginário de políticos, autoridades e jornalistas sobre a existência de um plano secreto de dominação militar japonesa para as Américas. A invasão da Manchúria pelo Exército Imperial Japonês (1931) impulsionou a polêmica racial no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte (1933) encabeçada pelos médicos antinipônicos Artur Neiva e Miguel Couto. A ideia dos japoneses como uma população belicosa e traiçoeira, sintetizada no imaginário do “perigo amarelo”, foi mobilizada no âmbito de discursos eugênicos¹⁰² que consideravam “a raça amarela” “insolúvel”, “inassimilável” e “indesejável” para a modernização e progresso do país.

Defensores da imigração japonesa mobilizaram o mesmo repertório de categorias. Em 1934, duas publicações – *Japonezes no Japão-no Brasil*, de Bruno Lobo, e *Factos e opiniões sobre a imigração japonesa*, de Alexandre Konder – buscaram elencar as virtudes japonesas e as maneiras como poderiam informar a melhoria do povo brasileiro. Estudando famílias formadas por casamentos entre brasileiros e japoneses, eles buscaram rebater a tese de que o grupo vivia em quistos raciais, exibindo fichas antropométricas e fotografias de jovens e belas filhas de japoneses¹⁰³ e brasileiros brancos para demonstrar que os cruzamentos resultariam em

¹⁰² Nancy Leys Stepan (2005), em uma análise profunda sobre a eugenia brasileira, assinalou particularidades do movimento eugênico brasileiro em relação a outros países. Mais do que uma reprodução dos saberes produzidos nos Estados Unidos e Europa, os eugenistas definiram em bases lamarckistas¹⁰² o branqueamento da população pela miscigenação com europeus e o aprimoramento social por meio de melhoria nas condições de higiene e saúde.

¹⁰³ Um trabalho mais recente que trás discussões antropométricas e fotos de nissei “belas” e de “traços finos” está em: Valente (1978).

indivíduos homogeneizados e mais “brancos” do que “amarelos”¹⁰⁴. Konder reuniu ainda artigos de jornais e depoimentos de personalidades brasileiras e nipo-brasileiras reconhecidas, fazendeiros e políticos, incluindo fotografias de melhorias realizadas por colonos japoneses em suas propriedades e o retrato de uma “mulher japonesa moderna” (TAKEUCHI, 2002a; 2002b). Defensores e críticos da imigração japonesa, neste sentido, compartilhavam o mesmo pressuposto de que o caminho da modernização do Brasil era seu “branqueamento” – a discordância se referia ao quanto os japoneses poderiam ser considerados “brancos” ou não.

O Golpe de Estado que levou Getúlio Vargas ao poder em 1937 e o início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) reforçaram a aplicação de decretos e medidas constitucionais de nacionalização¹⁰⁵ que afetaram profundamente a vida dos japoneses no Brasil. A partir do final da década de 1930, a obrigatoriedade do ensino em língua portuguesa levou à nacionalização e fechamento de escolas nos núcleos coloniais¹⁰⁶, desencadeando um amplo debate no interior âmbito da imprensa e das lideranças sobre a viabilidade de se continuar no país e a possível realocação em massa para a Manchúria. Um artigo publicado no *Nippak Shimbun* em 9 de fevereiro de 1939 foi traduzido em *Uma epopeia moderna* da seguinte forma:

Patrícios assustados com o furacão nacionalista querem ir para a China. Conseguiram a terra onde podiam viver tranquilos. Mas e a educação dos filhos?

Ainda está fresca na memória de muita gente a notícia de que quinze famílias moradoras da Fazenda Portinho, da Estação Ibitinga, na Linha Douradense, assustadas com o furacão nacionalista, demonstraram o desejo de viajar para a China em grupo. Agora são as nove famílias lideradas pelo Sr. Shichiro Minami, da Colônia Keisei, estação Duartina, linha Paulista, que 'como pais estávamos satisfeitos por havermos encontrado uma terra onde podíamos viver com tranquilidade, mas ao pensar no futuro dos dainisei... Com esse preambulo solicitaram os bons ofícios do Consulado Geral que apresentava a seguinte petição, manifestando o desejo de reemigrar para o norte da

¹⁰⁴ Para estatísticas sobre uniões entre japoneses e não japoneses e nascimento de crianças mistas, ver *Anexo C – Recenseamento da Colônia Japonesa, 1964. Tabelas Selecionadas*.

¹⁰⁵ Essas medidas incluem: a) Lei de Educação do Estado de São Paulo (1920) que proibia o ensino de língua estrangeira para menores de 10 anos; b) Emenda Constitucional (1924) que restringia a entrada de novos imigrantes para apenas 2% do total que já se estabeleceu no país; c) Decreto-Lei n. 18.482 (12 de dezembro de 1930) que estabelecia a restrição à entrada de imigrantes e direcionamento para o campo, proibindo a imigração para as cidades. Contexto era de agravamento das crises sociais provocadas pelas crises cafeeira e cambial; d) Decreto-Lei n.19.382 (12 de dezembro de 1930), ou Lei dos Dois Terços, que estabelecia dois terços das vagas nas indústrias para brasileiros natos; e) Decreto Lei N.406 (4 de maio de 1938), que fortaleceu a nativização das escolas pela proibição de língua estrangeira para menores de 14 anos e obrigatoriedade de nacionalidade brasileira para o trabalho de professor; f) Decreto-Lei n.431 (18 de maio de 1938): criação do Conselho de Imigração e Colonização com a função de administrar a tarefa de nacionalização e formular política imigratória e colonizadora a partir das conclusões fornecidas pela Antropologia Social, Biologia Racial e Eugenia; g) Decreto-Lei n.868 (18 de novembro de 1938), que concedeu ao Conselho de Ensino Primário o poder de nacionalizar instituições estrangeiras de ensino; h) Decreto-Lei 282, de 18 de abril de 1938, que proibiu o desenvolvimento de atividades políticas por estrangeiros, a não ser de cunho cultural, cívico ou beneficente (BASSANEZI et al., 2008; TAKEUCHI, 2002b; ARATA, 2011; MOTOYAMA, 2016).

¹⁰⁶ As leis existiam desde os anos 1920, mas não havia rigor em sua aplicação.

China: '(...) As pressões amedrontadoras exercidas pelas autoridades deste país, sobretudo na questão da educação dos filhos, acabam quebrando os fundamentos que devem formar as bases do Yamato damashii (espírito de Yamato) do povo japonês. Havendo finalmente encontrado a terra onde se pode viver em paz, estamos satisfeitos com esse país, no entanto, ao pensar no futuro dos dainisei, não podemos permanecer indiferentes, pois isso seria uma irresponsabilidade. Contudo, por mais que sintamos extrema indignação e revolta, nada podemos fazer contra dispositivos da Constituição deste país. Por essa razão, estamos procurando outra solução. E consideramos o mais desejável trabalhar no desbravamento da Manchúria e do norte da China. No momento atual somos mais de trinta famílias com a mesma aspiração. Que facilidades poderia o governo nos proporcionar? Solicitamos pois uma especial atenção de Vossa Excelência. Com a assinatura de uma parte dos interessados nos dirigimos a Vossa Excelência”.

O Consulado, aparentemente, não atendeu a solicitação, porém o debate sobre a reemigração para a Manchúria prosseguiu na imprensa. Em junho de 1939, Shungoro Wako, realizou uma pesquisa sobre a situação dos japoneses sob a jurisdição do Consulado em Bauru e publicou os resultados e suas interpretações no relatório “Compatriotas da região de Bauru”. Disse:

[...] o problema de regressar à pátria ou permanecer definitivamente no Brasil, antes assunto de conversa descompromissada, se transformou em problema sério e confuso pesando sobre notas cabeças. [...] Do total de 12 mil consultas, 85 por cento responderam ‘regresso’ e apenas 10 por cento ‘permanência definitiva’. A resposta dos restantes 5 por cento era ‘não sei’. [...] Entre os 85 por cento que desejam regressar, figuram pessoas fracassadas em seus empreendimentos e outras que podem ser consideradas vitoriosas. E às vezes temos dainisei (nisei) que nada sabem sobre o Japão. [...] A maioria dos que responderam pela ‘permanência definitiva’ é imigrante chegado há poucos anos, sendo poucos os economicamente independentes. [...] São pessoas que sofreram os efeitos da crise econômica no Japão. [...] E há aqueles que sendo imigrantes antigos vivem sem preocupação de ordem financeira [...] Os que responderam “não saber”, em sua maioria o fizeram com muita seriedade. [...] Cerca de 90 por cento de residentes na jurisdição consular de Bauru aspiram “retornar ao Japão”. Entre eles incluem-se 60 por cento de nascidos no Brasil e elementos que vieram para cá ainda crianças [...]. (COMISSÃO, 1992, p.248-249)

A interpretação de Wako tem sido contestada pelo viés da pesquisa em ter sido realizada em um período de recrudescimento do antiniponismo, que pode ter afetado significativamente as respostas¹⁰⁷. Observa-se, por sua vez, que o retorno à terra natal não necessariamente corresponde às vilas ou cidades de origem, mas sim à uma esfera de influência do Governo Japonês ainda compreendida no âmbito do desenvolvimento ultramarino (*kaigai*

¹⁰⁷ Tendência semelhante foi apontada em relatório sobre a Cooperativa Agrícola de Bastos para a Sociedade Colonizadora do Brasil (BRATAC): “No presente momento, cerca de 80% estão dominados pela ideia de voltar à pátria, mas estima-se que, no caso de se efetivar o regresso, na realidade não passarão de 15% ou, no máximo, 20%” (COMISSÃO, 1992, p.260).

hatten). A maneira como a pesquisa não distingue a realocação para a Manchúria de um possível retorno para os locais de nascimento dos imigrantes demonstra que, pelo menos na concepção de uma liderança como Wako, essa distinção não era importante para formular a insatisfação dos “compatriotas” com o Brasil. De qualquer forma, a aumento no retorno de imigrantes, a proliferação de anúncios nos jornais falando do retorno de famílias e a emergência de um mercado ilegal de venda de ienes levou o Cônsul-geral de São Paulo Junji Sakane a fazer uma pronúncia oficial:

O estímulo à emigração para a Manchúria e a exploração econômica do continente chinês e da ilha de Hainan, constituem importantíssimos empreendimentos da política nacional de nossa pátria. Todavia, a Manchúria por exemplo, como é de conhecimento geral, apresenta profundas diferenças no tocante ao clima, condições naturais, ambiente, etc., em comparação com a América do Sul. Portanto, os que retornam desta região são considerados inadequados para as atividades agrícolas na Manchúria. [...] Aqueles que viveram muitos anos na América do Sul e pouco familiarizados com a recente situação do Japão, procurarem neste momento reemigrar com ideias vagas, sem capital nem mesmo preparo ou técnica especial, estarão longe de poder contribuir ao desenvolvimento daquelas regiões” (COMISSÃO, 1992, p.253)

No ano seguinte, Wako e outras lideranças como Ikutaro Aoyagi vão ao Japão para participar dos festejos do aniversário de 2600 anos do Império Japonês, uma comemoração massiva que reuniu delegações de diversas “comunidades” japoneses no exterior no *Kaigai Dōhō Tokyo Taikai* (Conferência de Tóquio dos Japoneses no Exterior), realizadas pelo Ministério das Relações Exteriores e Assuntos Coloniais entre 4 e 8 de novembro. A participação de imigrantes radicados no Brasil nesse evento é pouco mencionada na historiografia. Na cronologia elaborada por Tomoo Handa, por exemplo, a ocasião do aniversário do Império é mencionada com uma festa que reuniu 300 representantes da “colônia japonesa” na residência oficial do Cônsul-Geral, mas nada se diz acerca da delegação brasileira e sua participação entre 193 representantes dos japoneses na América Latina no evento.

Eiichiro Azuma (2008) afirma que a Conferência consistiu em uma exaltação dos “laços sanguíneos” que uniam japoneses de diferentes classes, gênero, e local de residência. O autor se interessa pelas maneiras como a história de imigração japonesa para os Estados Unidos informou os discursos internacionalistas mobilizados nesse evento. Segundo ele, as bases para a ideia dos nipo-americanos como parte de uma vocação expansionista nipônica foram sistematizados no livro *Nihonjin Kaigai Hattenshi* (História do Desenvolvimento dos Japoneses no Ultramar), publicado em 1936 por Toraji Iriye, empregado do Ministro das Relações Exteriores e defensor do “expansionismo pacífico” japonês. A republicação do texto por seu

caráter “educativo” no âmbito da emigração em massa para a Manchúria, segundo Azuma, visava a transposição desses discursos para as narrativas coloniais. Ao mesmo tempo, a história de Okei, a “primeira mulher issei” nos Estados Unidos (mencionada na *Introdução*), era reproduzida em romances nacionalistas que a estabeleciam como uma pioneira do “desenvolvimento dos japoneses no exterior” e chegou a ser transformada em filme.

[...] the coming together of overseas ethnic comrades gave the Japanese public an opportunity to learn of the "heroic" struggles of the emigrants firsthand, as well as to understand from their deeds the national mission to extend Japanese influence to "every corner of the world." The government invited nearly 1,500 delegates from Japanese settlements in China and "Manchukuo," Southeast Asia and Micronesia [...], Latin America, and North America.

O livro *Burajiru ni Okeru Nihonjin Hattenshi* (A História do Desenvolvimento do Nipônico no Brasil¹⁰⁸) foi publicado como parte desses eventos em dois volumes: um em 1940-1941, pouco antes à ruptura das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo, e o segundo apenas surgiu em 1953. A Comissão de Publicação foi presidida por Ikutaro Aoyagi, um dos fundadores do Sindicato de Toquio. Grande parte da redação ficou a cargo do jornalista Shungoro Wako e do Ryoji Noda.

2.6. Em território japonês

Durante os anos 1930, antes do chamado incidente da Manchúria em 1931, diversas associações femininas foram fundadas no Japão sob a supervisão de diferentes ministérios. O Ministério da Educação cuidava da *Dai Nippon Rengo Fujinkai* (Federação das Mulheres do Grande Japão), fundado em 1930, e a Federação dos Grupos de Meninas do Grande Japão. O *Aikoku Fujinkai* (Associação Patriótica Feminina) de Ioko Okumura, fundado em 1901 sob a supervisão do Ministro do Interior e o Ministro da Saúde e Bem Estar. Em 1932 é fundado o *Dai Nippon Kokubo Fujinkai* (Associação Feminina do Grande Japão) sob a supervisão do Ministério do Exército e da Marinha.

Em 1941, a federação de meninas é unificada com outros grupos de jovens e crianças, inclusive de meninos, e se torna o Grupo de Jovens do Grande Japão. As associações femininas

¹⁰⁸ Tradução de Shozo Motoyama (2010).

manteram formas de competição até junho de 1941, quando o governo pressiona por maior coesão entre as organizações para organizar a defesa nacional. Em fevereiro de 1942 os três grupos se fundiram e se tornaram o *Dai Nippon Fujinkai* (Associação Feminina do Grande Japão). Entre suas atribuições, estava a doutrinação de virtudes femininas, a purificação da vida familiar, disciplina dos mais jovens, promoção de educação doméstica, encorajamento de soldados, treinamento para a defesa e serviço nacional. Essa associação abrangia todas as mulheres adultas do país através de redes nas vizinhanças e associações de vilas.

Um retrato interessante da atuação dessas entidades é oferecido pelo *Suye Mura* (1939)¹⁰⁹, de John Embree. O casal Embree e sua filha, ainda bebê, chegaram ao Japão em 1935 e, após pesquisas preliminares, selecionaram Suye, então um aglomerado de aldeias agrícolas e comerciais, como o ambiente ideal para o estudo de uma “comunidade agrícola japonesa”. Em um ano vivendo no local, o casal coletou uma variedade de documentos, produziu fotografias e redigiu mais de duas mil páginas em notas datilografadas.

Embree define “associações” como grupos de pessoas com interesses comuns sendo que em Suye, os mais importantes são aqueles formados por pessoas da mesma faixa etária (*dōnen*).

“The women all belong to one of two Buddhist women’s societies, based on membership in either the Zen or the Shinshū temple. [...] A Buddhist women’s society meets twice a year at the temple, makes some contribution to it, listens to a lecture by the priest and then has a drinking party. Occasionally, money is sent to a main temple in Kyoro. When one of the members dies, a delegate of the group calls on the family of the deceased with a gift” (p.122).

Os *kō* seriam associações de sociabilidade formadas em interesses sólidos. As mulheres seriam em torno de dez ou doze mulheres do mesmo *buraku*, todas esposas de lavradores da mesma classe social. São grupo amigáveis. Além das associações “autênticas”, haveriam associações governamentais e escolares como a associação de reservistas.

All women of the *mura* nominally belong to the Women’s Patriotic Association. This is also a government-sponsored organization with a *mura* head and *buraku* subheads. It welcomes men upon their return from the barracks and the army. The women serve food at the annual reservists’ meetings, at the firemen’s competition meetings, and at any other village affairs when high officials from towns are present. Recently it has been ruled that all women on such occasions should wear white apron and shoulder

¹⁰⁹ Em 1982, o antropólogo Robert J. Smith (Universidade Cornell) e Ella Wiswell publicaram o livro *The Women of Suye-Mura*, uma espécie de continuação do clássico *Suye Mura, A Japanese Village*, de John Embree, de 1939. *Suye Mura* constituiu o resultado da pesquisa de campo realizada por Embree na vila homônima localizada em Kyūshū, no Japão, à aproximadamente cem quilômetros de Kumamoto. À época, sua esposa Ella Wiswell, então Embree, o acompanhou e assistiu nos trabalhos de campo.

band with the name of the association witten on it. [...] Once in a while *buraku* divisions of the association meet, contribute money, and prepare consolation bags (*imonbukuro*) which they send to soldiers in Manchukuo. They send similar bags to afflicted regions of Japan in case of some big calamity, such as an earthquake or fire. When certain parts of the *mura* suffer from floods, the women's association of each *buraku* gathers to prepare food which is sent to unfortunate *buraku*. Now and again the women are summoned to school where a talk is given by some visiting lecturer or a local school-teacher on the duties of the Women's Patriotic Associations.

[...] to try to unite *mura* women into an active group of showing initiative and uplift spirit in civic affairs is rather a hopeless job [...] They never meet on their own initiative, but only when told to do so by the school or the village office. Even when such matters as improving kitchens or economizing on food or preparing pickles in some special way are discussed by the schoolmaster, women listen passively, never raising any question, and then go home and soon forget about it. (In some progressive *mura* much influenced by the government economic reconstruction movement, men have taken matters in their hands and have actually made women co-operate in various move of economy and in improving the kitchen for their own benefit.)” (p.125).

A fala de Embree revela a linguagem visual das atividades patrióticas femininas que transformaram os aventais em uma espécie de uniforme em público, mascarando as diferenças entre mulheres ao esconder a qualidade das roupas por debaixo delas. Era uma forma de, metaforicamente, levar a casa para fora.

Figura 2.8. Imagem de *Suye Mura* (1932-1933)



THE WOMEN'S PATRIOTIC SOCIETY

These women of Yunoharu Buraku are dressed in the aprons of the Women's Patriotic Society on the occasion of the annual military review (*tenks*)

CAPÍTULO 3

Nacionalismos em Movimento

Prece de Outono

*Em São Paulo
O céu no início outonal
É um azul que até faz doer os olhos.*

*De manhã,
Contemplando este céu e
Tomando o café
Surge à mente
A poesia waka com dizeres
“Como surgimento de doença,
o sentimento de lembrança do meu torrão natal
mina em meu coração”,
que o poeta Takuboku¹¹⁰ citou.*

*Bem longe, noutro lado do mar
Vivem minha mãe e minha mana,
Há mais de dois anos
As notícias delas ficaram interrompidas.*

*Se a paz restabelecer
Felicitaremos uma às outras*

Poesia de Satsue Handa, escrita em seu diário pessoal no dia 29 de janeiro de 1944
Tradução por Tomoko Ueno

3.1. Imagens cotidianas por Satsue Handa

Satsue Handa, neé Kano, nasceu na cidade de Tóquio em 1918. Ela veio para o Brasil com uma família conhecida em 1935, logo após terminar o ensino secundário na Escola Comercial Feminina Kaetsu. Em 1938, casou-se com Tomoo Handa, um homem doze anos mais velho que, mais tarde, se tornaria um dos artistas nipo-brasileiros mais importantes de sua geração. Além das consagradas pinturas sobre o cotidiano dos imigrantes japoneses, suas memórias *Imin no Seikatsu no Rekishi* (1970), traduzidas para o português como *O Imigrante*

¹¹⁰ Takuboku Ishikawa (1886-1912) foi um poeta japonês famoso pelo estilo *tanka* e também por formas livres.

Japonês: História de Sua Vida no Brasil (1987), tem sido uma das mais importantes referências sobre imigração japonesa. Embora Tomoo Handa já tivesse alguma projeção pública como membro-fundador do Grupo Seibi¹¹¹ (1935) à época do casamento, jamais pôde sustentar a família completamente com sua arte, de forma que Satsue controlava o orçamento doméstico com rigidez ao mesmo tempo em que complementava a renda dos quadros com aulas de japonês e venda de peças de tricô ou bolsas pintadas à mão¹¹². Ela foi uma grande apoiadora do ofício do marido, garantindo que ele tivesse à disposição os melhores materiais e o tempo necessário para a imersão na experimentação artística. Tiveram três filhos: Michiko (1939), Namiko (1942) e Pedro (1946).

Os diários de Satsue Handa são os únicos do tipo no arquivo do Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, que conta com uma quantidade considerável de registros pessoais de indivíduos do sexo masculino. A preservação dos cadernos se deve, provavelmente, aos esforços de seu marido que, após sua morte súbita em 1982, leu seus registros e escreveu o livro *Ai wa itsu made mo: tsuma no nikki to watashi no tsuisō* (*O Amor é para Sempre: o diário de minha esposa e minhas reminiscências*, 1985, tradução nossa). Os diários foram preservados principalmente por serem a matéria-prima desse livro e por revelarem aspectos da vida privada de Tomoo Handa, tema de pesquisas no Brasil e no exterior (OLIVEIRA, 2014; MOTTA, 2017). Ainda não existem trabalhos que se interessem pela vida de Satsue em sua individualidade, não como esposa de um homem notável na história da imigração japonesa para o Brasil.

Seus diários revelam uma mulher profundamente intelectual, com aspirações literárias, para quem uma vida interior rica de inspirações e reflexões era tão vital quanto ar ou água. Um medo recorrente nas páginas é o de ser completamente absorvida pela rotina de cuidado das crianças e da casa a ponto de perder o “senso da realidade”: não sentir a passagem do tempo, perder a noção dos acontecimentos sociais e políticos, não conseguir cultivar pensamentos e imagens literárias sobre si e o mundo onde vivia. Os diários consistiam não apenas no registro de seu cotidiano, mas uma tentativa de manter sua mente engajada e autoconsciente. O mundo

¹¹¹ Grupo de artistas plásticos nipo-brasileiros em São Paulo. Formado em 1935, contou inicialmente com a participação de Tomoo Handa (1906-1996), Hajime Higaki (1908-1998), Shigeto Tanaka (1910-1970), Kiyoji Tomioka (1894-1985), Takahashi (1908-1977), Yuji Tamaki (1916-1979), Yoshiya Takaoka (1909-1978) e o poeta e jornalista, Kikuo Furuno. Em 1938, aderem ao grupo Masato Aki e o escultor Iwakichi Yamamoto.

¹¹² Essas informações foram obtidas em entrevista com seu filho, Pedro Handa, em março de 2018.

doméstico, ora doce pelos afetos familiares e imagens bucólicas de seu quintal e da garoa paulistana, era percebido também como um ladrão do tempo e dos sonhos.

Figura 3.1: Satsue e Tomoo Handa (sem data)



Fonte: Arquivo Pessoal – Pedro Handa

Tomoko Ueno, professora e tradutora de língua japonesa que auxiliou a leitura e análise desse material, bem como elaborou as traduções, afirma que existem certas particularidades estilísticas e erros típicos da escrita íntima, em que se faz abreviaturas, cortes e associações que, muitas vezes, não formam um corpo textual coeso para o leitor externo. A preocupação rigorosa com a construção narrativa lógica inexistente na escrita pessoal, uma vez que seu fim é a autorreflexão e não a interlocução. A abundância de referências do pensamento budista, filosofia, provérbios, além de citações de poetas e escritores da época, revelam que Satsue não apenas se tratava de uma mulher estudada, mas também muito sofisticada na elaboração de seu pensamento.

Satsue descreve a figura de “Leo” (como chamava Tomoo Handa, carinhosamente, nos diários) como simultaneamente próximo e ausente. Uma parte fundamental de seu

relacionamento parecia ser o senso de igualdade que mantinha em relação a ele, seu parceiro também nas variações intelectuais e artísticas. Ela não poupava ironias quando o marido, de alguma forma, parecia esperar algum tipo de subserviência. Ao mesmo tempo, Satsue deixava transparecer um certo incômodo em relação às suas constantes saídas e compromissos, muitas vezes dias afora, em que ele se engajava em projetos profissionais, artísticos, políticos e intelectuais diversos. As saudades pareciam conter também um tom sutil de ressentimento, talvez porque ela, presa às tarefas da casa, não tinha a mesma mobilidade.

Por uma falha de comunicação com a secretaria do Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, tive acesso, até o momento da elaboração da tese, apenas aos registros correspondentes ao ano de 1943. A descoberta de numerosos volumes atravessando décadas torna necessário considerar os registros de Satsue em sua totalidade, o que está reservado para desenvolvimentos futuros. As imagens e reflexões trazidas por ela, por sua vez, permitem um vislumbre dos tempos da Segunda Guerra Mundial a partir de seu olhar particular.

22 de fevereiro de 1943

Acabou-se um dia extenuante. Passei o dia perseguida pelas tarefas sem pensar em nada. Eu sinto que perdi o senso da realidade. Estou me acostumando com esse estado de espírito. Tem horas que penso se estou me tornando insensível porque me acostumei [com a rotina] enquanto pondero sobre minha própria indiferença.

A gripe das crianças cedeu, e me sinto feliz por elas brincarem e dormirem bem. De vez em quando elas brigam porque são saudáveis demais. Minako empilhava os blocos de madeira e Namiko os derrubava. Foi uma bagunça total, brincaram de lama, rasgaram papéis, sujaram dentro e fora de casa. Brincam relativamente bem e isso me ajuda quando estou muito ocupada.

Leo foi para Itaquera depois do trabalho.

Dois, três dias atrás, houve a seguinte discussão. Começou com Leo argumentando que uma dieta a base de proteína animal é melhor para o metabolismo.

- Os japoneses são pequenos porque não comem carne. Os estrangeiros [caucasianos] comem muita carne e por isso tem boa estrutura corporal e são fortes.

- Então, você sabe por que os japoneses são fortes na guerra?

- Porque o espírito japonês é forte.

A partir daí, eu explico que os japoneses vivem de arroz e vegetais para que os soldados sejam fortes ainda que percam suas rações, não comam nem bebam. No entanto, Leo não cedeu em relação a sua teoria sobre a alimentação à base de carne.

- Alguns nativos americanos comem apenas carne e por isso tem o dobro do tamanho dos japoneses, ele declarou.

- Você conhece a frase: “A inteligência não circula em homens muito grandes”?, e ele ficou sem resposta.

Para a criança em crescimento, a alimentação a base de carne pode ser necessária. Mas na nossa idade, a alimentação a base de vegetais é mais saudável.

Estranhamente, sempre ficamos sem o que fazer no domingo. Deveríamos nos dedicar ao trabalho como sempre, mas acabamos ficando com preguiça. O domingo foi estabelecido como dia de lazer –quando a turma do tênis não vem, apenas ler um livro não basta. E sempre penso que seria bom ter alguém para conversar

Ultimamente, me interessei pelo trabalho no quintal e enquanto Namiko dorme eu limpo o terreno removendo as ervas daninhas e arando a terra.

A acelga que Leo plantou brotou bem, como *moyashi*, mas de uma variedade não muito boa. Brotou nabo *nerima*. Eu movi e replantei os brócolis.

Nós dois somos agricultores novatos, de modo que fazemos tudo com muitos erros.

Devido ao tédio, eu li meus diários antigos e me dei conta que antigamente usava linguagem extremamente pomposo.

O registro, abarcando momentos diversos do cotidiano, sobrepõe imagens da guerra e da vida doméstica. A conversa sobre o papel da alimentação na constituição física dos povos, uma vertente da eugenia e engenharia social, se desdobra em reflexões sobre a superioridade militar do Japão, a alimentação oferecida em sua própria casa e a qualidade dos vegetais de sua horta. A menção à guerra, mais do que marcar o tempo e o pano de fundo dos acontecimentos cotidianos, revela um campo de inter-relações imagéticas entre o *corpo* e o *espírito* nacional, a saúde de suas crianças, a horta, e a alimentação de casa.

No mês daquele registro, já fazia seis meses que o Brasil havia declarado guerra à Alemanha e Itália. Em janeiro de 1942, um ano antes, o ataque japonês à base americana de *Pearl Harbor*, no Havaí, levara o Brasil a romper relações diplomáticas com o Japão. Mesmo sem declaração de guerra oficial contra o Império do Sol Nascente, os japoneses no Brasil viviam em um estado de exceção, proibidos de usar o idioma japonês publicamente, de formar associações, manter órgãos de imprensa, ou mesmo viajar sem autorização. A saída das representações diplomáticas acompanhou também gestores ligados às companhias de emigração, deixando os imigrantes, principalmente aqueles radicados nos núcleos coloniais, sem seus representantes e sem canais de comunicação com o Japão. As notícias da Guerra eram captadas por rádios de ondas curtas clandestinos, sintonizados nas emissoras de Tóquio. A vida, por sua vez, seguiu.

Os tempos da Segunda Guerra Mundial, muitas vezes referida apenas como “a guerra”, constituem um ponto doloroso nas historiografias e memórias nativas. Entre as experiências de sobreviventes que viram e sentiram os horrores de perto e as lembranças daqueles que sofreram perseguição e exclusão étnico-racial no Brasil, o período é significado, principalmente, como um tempo de sofrimentos prolongados. O relato de Satsue, por sua vez, permite vislumbrar o cotidiano que acontecia nos intervalos das notícias, perseguições e desilusões. As menções ao conflito são entrecortadas por tarefas cotidianas, lembranças e sequências de eventos aleatórias.

3 de junho de 1943

[...] a situação da Guerra numa região dos mares do Sul: diz-se que o Almirante Yamamoto¹¹³ faleceu num avião em um ponto da região sul¹¹⁴ faleceu num avião e que o funeral foi oficial. Deve ser verdade pois houve a notificação oficial por parte do Japão.

Além disso, numa batalha travada num lugar denominado Ilha Attu, a baixa da tropa japonesa foi de 2.000 mortos, perda total.

Nestes dias, a situação não é favorável para o Japão. Os jornais brasileiros falam fartamente a derrota do Eixo.

Para mim, estes fatos fazem com que eu leve a vida pensando na pior situação que o destino pode trazer. Há provérbio que diz: “o tempo voa como flecha”, que realmente, nem daria para dimensionar. O tempo flui rapidinho. Se me distrair, parece que me sinto perseguida pelo calendário. Por outro lado, este modo de vida é agradável, também.

Ao terminar os trabalhos domésticos do dia, entro na cama e o momento que posso me mergulhar na leitura de um livro é de puro prazer, nada pode substituir. Estar com saúde é outro fator para eu viver bem...

09 de maio de 1943

É bastante quente estes dias por continuar dias sem chuva. Depois de sequência deste tipo de dias quentes, de repente vem ondas frias e, acabam derrubando todos com o resfriado.

Ultimamente, sinto uma preguiça muito forte em pegar a caneta. Ao abrir a mesma data do ano passado há o registro minucioso dos acontecimentos no diário, é possível que comecei a ficar preguiçosa.

Todavia, pode ser que devido à minha vida ser simples demais, falta o estímulo fazendo com que eu nem tenho a vontade de pegar nem a caneta.

[...] Não há ainda alteração na batalha. Já ninguém se interessa em abrir uma discussão alegre sobre a guerra. Todos estão fartos da guerra.

No jardim nasceu a brássica (couve-verde) mostrando que o outono chegou. As flores brancas de crisântemo estão em plena floração. Às vezes, faço o tempura delas.

Fala-se não somente das batalhas, mas da escassez: de gasolina, de produtos japoneses, de cadernos.

12 de julho de 1944

Na cidade:

Ao passar a loja Nakamura, observei que está à venda o agar-agar.

- Olha só. Ainda estão disponíveis os produtos japoneses?, perguntei.

¹¹³ Comandante-Chefe da Marinha Imperial Japonesa

¹¹⁴ Tratava-se da Selva de Bougainville, no Arquipélago das Ilhas Salomão, em 18 de abril de 1943. O informe oficial ocorreu em 21 de maio de 1943.

- É produto nacional, a resposta. - Os peixes “bonito” secos que estão enfileirados um ao lado do outro, surume [lula esticada e seca], raiz de lótus secas, todos são produtos nacionais.

Como é que os japoneses conseguem produzir tantos produtos nacionais... Recentemente, vejo o shichirin¹¹⁵ em venda de lojas. Será que aquilo, também, é a ideia de japoneses? Qualquer item está sendo produzido aqui.

Assim, nem consigo pensar que estamos vivendo a época de guerra ou estamos vivendo no país inimigo.

A guerra marca também as temporalidades e mudam o senso de passado, da terra idealizada.

18 de agosto de 1943

[...] Hoje, fiquei folheando um livro de Kafu¹¹⁶ intitulado *Omokage [Imagem]*, no qual havia uma explicação sobre o Hosuiro¹¹⁷. Neste ensaio, o nome “Komatsugawa” chamou imediatamente a minha atenção, tal ponto que parecia que o nome se lançou no meu campo de visão. Por isso li o conteúdo. Nele, havia a citação de um monumento com a incrustação do Haiku (*4) abaixo:

“Seguindo o outono chega no final o encontro com o rio Komatsu”

Kafu explica que a poesia acima se encontra incrustada num monumento, junto ao este Hosuiro, num ponto entre a ponte Ougibashi e Kamayahori.

Isso porque após me estabelecer aqui, frequentemente as pessoas me questionam de onde eu sou, de que parte do Japão eu vim. A dificuldade é a falta de conhecimento do povo [japonês] sobre o local onde nasci e cresci. Mesmo que eu respondesse que sou de Komatsugawa, nasci lá, ninguém conhece este lugar, deixando-me frustrada, sem meio para conduzir a conversa.

No entanto, ao ler este ensaio, percebi que o autor conhecia bem a região. O autor andava por esses lados e teve bom conhecimento daquele riacho, aparecendo no ensaio com o título “Hosuiro”, que deixou fortalecida.

Lembrei-me daquela Ōhashi (Ponte Grande), bem comprida, e ao passar pela Kohashi (Ponte Pequena), assim como aquela ilha fluvial que ainda me lembro bem na memória, tudo conspira para eu sentir saudades.

Na ocasião que eu estava partindo para o Brasil, a ponte estava em obras para revestir com concreto armado. Para tanto, os guindastes estavam se movimentando ativamente. Entretanto, segundo as correspondências que recebi depois, a obra foi suspensa devido à guerra.

Para mim, aquelas pontes de madeira aparentando baratas parecem criar um ambiente próprio para nos familiarizarmos com a paisagem.

¹¹⁵ Espécie de churrasqueira portátil de cerâmica. Agradeço a Tomoko Ueno pela explicação.

¹¹⁶ Kafu Nagai (1879-1959) foi um escritor, poeta e dramaturgo japonês.

¹¹⁷ “Hosuiro” é a denominação genérica para canais artificiais com funções como irrigação, desvio de águas ou transporte de mercadorias. O canal ao qual Satsue Handa e o poeta Kafu Nagai se referem é Onagigawa, construído em 1590 para o transporte de sal e outras mercadorias, além do controle de inundações. Agradeço a Tomoko Ishikawa pela explicação.

Ao me lembrar da paisagem de Komatsugawa, a nostalgia me aperta sem limites. Meu segundo torrão natal, Komatsugawa.

3.2. Movimentos ultranacionalistas

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e nos anos subsequentes, o antiniponismo foi institucionalizado em leis e práticas cotidianas dos agentes do Estado brasileiro e coexistiu com movimentos ultranacionalistas, emergentes a partir do final da década de 1930, que buscaram cultivar ideais patrióticos e apoio ao projeto de expansão do Império do Sol Nascente entre os imigrantes. A mais conhecida dessas organizações, chamada *Shindō Renmei* (ou Liga do Caminho dos Súditos), foi responsável por uma série de ataques após o fim da Segunda Guerra que culminou na morte de mais de 20 japoneses identificados como *makegumi* (“derrotistas”, ou aqueles que aceitava a derrota e rendição japonesas) e feriram outros 147. Para identificar e prender os *kachigumi* radicalizados (“vitoristas”, ou aqueles que defendiam a vitória do Japão como o resultado autêntico da Guerra), os policiais dos Estados de São Paulo e Paraná interrogaram mais de 30 mil japoneses, prenderam cerca de 300 e enviaram 172 homens para a prisão da Ilha de Anchieta, em Ubatuba, litoral norte de São Paulo (DEZEM, 2000; MORAIS, 2000).

Este capítulo pretende discorrer sobre as formas de mobilização feminina que se deram no âmbito da coletividade japonesa durante e imediatamente após o fim da Segunda Guerra Mundial. A partir de um levantamento feito em prontuários policiais¹¹⁸, imprensa nipo-brasileira¹¹⁹ e nas produções historiográficas sobre o período; foi possível fazer um mapeamento de um conjunto diverso de atividades coletivas femininas que tinham como objetivo tanto contribuições à causa vitorista como ações de socorro mútuo e levantamento de fundos para os sobreviventes da Guerra no Japão.

A análise dessas atividades e dos discursos que circulavam sobre mulheres japonesas dentro e fora da coletividade imigrante revela como elas foram distanciadas do epicentro dos eventos e das representações sobre nacionalidade e honra étnica que estavam em disputa. Essa

¹¹⁸ Disponibilizados pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo.

¹¹⁹ Disponibilizados pelo Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil (mantido pela Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e Assistência Social – *Bunkyo*) e pela base de dados digital do International Research Center for Japanese Studies (*Nichibunken*): <http://rakusai.nichibun.ac.jp/hoji/top.php?title=Brasil>.

posição marginal lhes permitiu maior capacidade de ação em meio ao ambiente repressivo, ao mesmo tempo em que abriu caminho para a produção de novos sentidos sobre cultura e comunidade japonesas descoladas das representações masculinizantes de nação, império e militarismo.

Estudiosos tem argumentado que os movimentos ultranacionalistas japoneses surgiram em função de uma combinação de diversos fatores em voga durante a década de 1940 que teriam acarretado em um senso de alteridade exacerbado em relação aos países de imigração: a) educação nacionalista recebida em escolas de língua japonesa, que pregavam valores como a invencibilidade do Japão, lealdade ao Imperador e cultivo do “espírito japonês” (*Yamato damashii*); b) isolamento social e linguístico causado pela proibição de meios de comunicação e reuniões de patrícios; c) acúmulo de situações de perseguição e repressão arbitrária por parte da polícia e cidadãos comuns (WILLEMS; SAITO, 1947; MOTOYAMA, 2011; TAKEUCHI, 2002; 2016).

Estudos sobre imigração japonesa no Peru, Argentina, Havaí, Estados Unidos e Canadá, reconhecem a Segunda Guerra Mundial como um período de em que essas populações foram alvo de perseguição, violência e encarceramento em massa aplicados de maneira arbitrária pelo Estado em nome da segurança nacional. Com o fim do conflito, a notícia da derrota do Império Japonês foi recebida com incredulidade por comunidades imigrantes em diversas partes do mundo. Movimentos que distribuía propaganda imperial e notícias falsas sobre a vitória japonesa surgiram em todas as regiões com significativa presença japonesa, mas foi apenas no Brasil que essas organizações tomaram a forma de milícias que conduziram atos de violência extrema (KIMURA, 1988; LESSER, 2001; NAKAMURA, 2015)

Nesse período, surgiu entre os imigrantes japoneses movimentos de militância clandestina que tinham como objetivo mobilizar a coletividade japonesa em torno da lealdade ao Imperador e o esforço de guerra. Parte da historiografia interpreta esse fenômeno como uma reação ao “cordão de isolamento” (WILLEMS & SAITO, 1947) formado pela crescente hostilidade por parte dos brasileiros e pelas proibições de uso da língua, locomoção e associativismo. Existem evidências, por sua vez, que desde o final da década de 1930 muitas organizações nipo-brasileiras, particularmente os clubes femininos e de juventude, estiveram mobilizados em diversas atividades de apoio à Guerra Sino-Japonesa (1937-1945). Além da extensa cobertura das ações militares na imprensa em língua japonesa, filmes patrióticos e documentários sobre o Japão foram distribuídos desde Tóquio visando a promoção de uma

imagem positiva do país na comunidade internacional (em decadência após a Invasão da Manchúria e expulsão do país da Liga das Nações) (LONE, 2001).

Em 18 de novembro 1937, a Associação de Mulheres Patrióticas do Japão (*Aikoku Fujinkai*¹²⁰) enviou uma carta aberta para as mulheres japonesas no Brasil pelo jornal *Nambei Shimpō*, convocando-as para ajudar no levantamento de fundos para famílias de soldados enviados para os campos de batalha. Além da organização de eventos culturais e bazares para a arrecadação de doações¹²¹, muitas mulheres também faziam kits de conforto (*imon bukuro*) com cartas, alimentos e pequenos itens feitos à mão para elevar o ânimo dos soldados nos fronts. É possível que a vida associativa residual que a polícia encontrou no início da década de 1940 se refira, em parte, aos grupos que foram mobilizados no contexto da Guerra-Sino Japonesa que tinham o propósito específico de apoio à causa militar do Império do Sol Nascente. Embora as ações policiais tenham sido orientadas pelo imaginário do perigo amarelo, a preocupação de historiadores em não reproduzir o ideário equivocado da imprensa e autoridades da época tem ignorado as maneiras como os japoneses estavam, de fato, inseridos em uma rede de circulação de imagens, notícias e artefatos mobilizados, também, em função dos interesses ideológicos do Império Japonês.

A situação foi agravada pela proibição de jornais em língua estrangeira em 1941. O perfil do público leitor nipo-brasileiro, em sua maioria imigrantes do interior que mal falavam português, tornou inevitável o encerramento das tiragens dos jornais da coletividade; deixando a maior parte da população em questão virtualmente sem veículos de comunicação e informação. Em 1942, o Presidente Getúlio Vargas anunciou o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos e Aliados na Segunda Guerra Mundial, rompendo relações diplomáticas com os países do Eixo. Os bens de imigrantes japoneses, italianos e alemães foram congelados e suas propriedades confiscadas para compensação de danos de guerra. É proibida a livre circulação, qualquer forma de reunião, associação e uso público de idiomas do Eixo. Em 1942 e 1943, foram expedidas ordens de evacuação para a região da Rua Conde de Sarzedas, em São Paulo, e da cidade de Santos, no litoral; o que desabrigou milhares de famílias repentinamente.

¹²⁰ A Associação de Mulheres Patrióticas (*Aikoku Fujinkai*) surgiu em 1901 e foi uma das muitas formas de mobilização feminina no Japão pela defesa nacional. Essas organizações estiveram na linha de frente de uma série de ações em prol dos militares, como levantamento de doações, envio de presentes e itens para animar os soldados no campo de batalha, saudação de tropas em seus diversos pontos de parada, e cuidado das famílias de combatentes (GERMER, MACKIE & WÖHR, 2014).

¹²¹ Lone (2001) cita o jornal *Burajiru Jihō* de 27 de outubro de 1939, que divulgou valores de doações por parte de coletividades imigrantes em todo o mundo. O Japão teria recebido cerca de 225.000 ienes do Estado de São Paulo, o maior volume de doações oriundo da América Latina. Os japoneses em Honolulu teriam doado 284.000 ienes e os de São Francisco, 948.000 ienes. Vide Figura 1.

Proibidos de falar a língua, de se reunirem e sem representação diplomática, o clima predominante entre os japoneses no Brasil era de abandono (Cytrynowicz, 2000).



Figura 3.2: Artigo publicado no jornal *Burajiru Jihō* de 27 de outubro de 1939: “Doações de compatriotas no exterior para a defesa nacional”. Fonte: International Research Center for Japanese Studies (*Nichibunken*), <http://rakusai.nichibun.ac.jp/hoji/top.php?title=Brasil>.

Com o desmantelamento das organizações japonesas no Brasil em 1942, as atividades clandestinas de teor patriótico tinham como propósito, à princípio, a divulgação de informes sobre a Guerra e propaganda nacionalista. As notícias chegavam através de aparelhos de rádio de ondas curtas sintonizados em emissoras de Tóquio que anunciavam vitórias e glórias militares japonesas. Essas informações eram transmitidas boca-a-boca ou através de folhetos mimeografados que, muitas vezes, continham exageros e notícias fabricadas. A percepção de que o Japão estaria diante de uma vitória eminente alimentou boatos e favoreceu a atuação de estelionatários que vendiam ienes desvalorizados, passagens para navios de resgate que não estavam a caminho e terrenos fictícios no Sudeste Asiático (COMISSÃO, 1992; MORAIS, 2000). A historiografia não reconhece vínculos concretos entre os grupos vitoristas e as quadrilhas de estelionato, embora ambos fizessem uso da indústria de boatos e desinformação e arrecadassem dinheiro pela venda de memorabilia da “vitória”.

Entre 1943 e 1944, surgiram grupos como o *Tenchugumi* (Esquadrão da Punição Divina) e o *Seinen Aikoku Undō* (Movimento da Juventude Patriótica) que atacaram balcões de bicho-

da-seda e plantações de hortelã de agricultores nipo-brasileiros sob a alegação de que esses produtos estariam sendo exportados aos Estados Unidos para a fabricação de paraquedas e nitroglicerina, respectivamente¹²² (COMISSÃO, 1992; LESSER, 2001). Em 1944, surgiu uma organização denominada *Kodosha*, liderada pelo ex-coronel do Exército Japonês Junji Kikawa, considerado o autor de muitos panfletos patrióticos e de uma carta de princípios que exortava a “mobilização espiritual” da “colônia japonesa” para se manterem firmes e leais ao Império Japonês.



Figura 3.3. Panfleto que circulou em São Paulo sobre as aplicações militares da menta.

Fonte: National Diet Library of Japan, <http://www.ndl.go.jp/brasil/>.

Ações como essa repercutiam na imprensa brasileira como exemplos das atividades secretas da “quinta coluna” que prejudicavam os esforços do Brasil e seus aliados na Guerra. Além do aumento de hostilidades por parte de cidadãos comuns, o aparato policial do Estado de São Paulo, especialmente nas cidades interioranas com alta concentração de japoneses, desenvolveu um esquema de vigilância ostensiva para identificar e impedir atividades de súditos do Eixo que colocassem em risco a segurança nacional. A análise de prontuários policiais¹²³ do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP)¹²⁴, incluindo denúncias, inquéritos e correspondência entre delegacias locais, regionais e a

¹²² Os casos não foram investigados com afincos pela polícia. Diz-se que os próprios agricultores evitavam denunciar ataques pelo sentimento de vergonha em se dedicar a atividades que estariam prejudicando, ainda que indiretamente, o Exército Japonês (DEZEM, 2011)

¹²³ Os documentos consultados se encontram no Prontuário 8342 “Niponismo – Alta Paulista” e estão sob a tutela do Arquivo Público do Estado de São Paulo, que concedeu gentilmente acesso para esta pesquisa.

¹²⁴ O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foi criado em 1924 para “assegurar e disciplinar a ordem no país”. A organização passou por diversas transformações em seu organograma ao longo dos anos. A partir de 1938, o DOPS passa a ser supervisionado pela Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. Suas funções incluíam: “[...]fiscalizar o fabrico, a importação, a exportação, o comércio, o emprego ou o uso de matérias explosivas; fiscalizar a entrada e permanência de estrangeiros; instaurar, avocar, prosseguir e ultimar

Superintendência do DEOPS, demonstram o viés preconceituoso do trabalho policial, muitas vezes conduzido de modo arbitrário, reconhecendo qualquer manifestação “japonesa” como intrinsecamente perigosa. Os materiais apreendidos ou destruídos pela Polícia incluíram livros, revistas, material de caligrafia, cadernos de anotações, fotografias e objetos de valor pessoal, armas de fogo, relíquias familiares, entre outros. As denúncias chegavam por brasileiros ou mesmo outros japoneses.

Em março de 1944, por exemplo, a Delegacia de Agudos, interior de São Paulo, encaminhou à Delegacia Regional de Bauru uma denúncia advinda de um cidadão da cidade identificado apenas como “Waldemiro” sobre a existência de caracteres japoneses ocultos em material publicitário de um tônico denominado “Poly-vitamina”, produzido por um laboratório local liderado pelo farmacêutico T. Okochi, de nacionalidade japonesa. O material foi encaminhado para a Superintendência do DEOPS em São Paulo e enviado para perícia ao Laboratório de Análises Técnicas da Polícia; onde um tradutor juramentado brasileiro (sem ascendência japonesa) verificou a olho nu e através de macro-fotografias os supostos ideogramas. O resultado da perícia, atestando que se tratavam apenas de “meros borrões”, foi devolvido dois meses depois juntamente com uma repreensão da parte do Delegado Adjunto da Superintendência sobre a mobilização desnecessária de recursos policiais em função de “casos infundados e imaginários como o presente”.

inquéritos relativos a fatos de sua competência; proceder ao registro de jornais, revistas e empresas de publicidade em geral; inspecionar hotéis, pensões e semelhantes; fiscalizar aeroportos, estações ferroviárias e rodovias; proceder investigações sobre pessoas suspeitas, lugares onde se presume qualquer alteração ou atentado contra a ordem política e social; organizar, diariamente, boletins de informações de todos os serviços executados nas últimas 24 horas; e finalmente, identificar e prontuar os indivíduos suspeitos por crimes e contravenções atentatórias à ordem política e social, organizados em fichário apropriado, de modo a facilitar os trabalhos estatísticos de seu movimento e toda e qualquer investigação” (Corrêa, 2008). As atividades do DEOPS foram encerradas em 04 de março de 1983, e a documentação manteve-se sob custódia da Polícia Federal no Estado de São Paulo até ser transferida para a Secretaria de Cultura em 1991 e posta sob tutela do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Tal medida foi resultado do direito ao *habeas data* garantido pela Constituição Brasileira de 1998 que transferiu a administração dos acervos policiais para as instituições arquivistas públicas. A Lei n.8.159 (8 de janeiro de 1991), sobre a Política Nacional de Arquivos, garantiu o direito de acesso pleno a documentos públicos, mas atribuindo prazos de restrição e categorias de sigilo para o acesso aos documentos. A resolução n.38 de 27 de dezembro de 1994 da Secretaria de Estado da Cultura permitiu o livre acesso à documentação mediante a assinatura de um termo de responsabilidade.

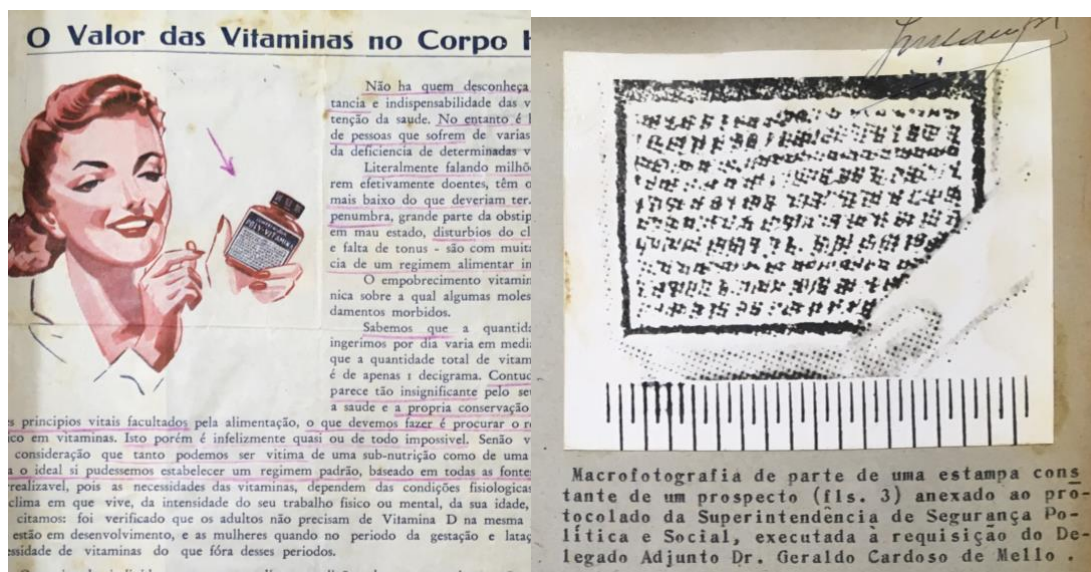


Figura 3.4. Panfleto da “Poly-vitamina” e macro-fotografia usada na perícia. Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo

Outro exemplo curioso de procedimento policial é o relatório do escriturário José Candido da Silva ao Delegado de Penápolis, Carlos E. Bittencourt da Fonseca, sobre suas atividades de monitoramento na cidade. O policial, que não compreende o idioma japonês, parece tirar conclusões a partir de sua própria imaginação.

“Procurei na cidade onde [os japoneses] pudessem estar reunidos, nada conseguindo, na segunda noite também não estavam em casa, no terceiro dia observei que seguiram de caminhão rumo à Bela Floresta, e a noite tomei um automóvel que me conduziu até este lugar, ali chegando foi fácil descobrir uma casa onde se achavam reunidos de 20 a 30 japoneses, estava no fim da reunião, mesmo assim ouvi o termo – Singapura – várias vezes, suas palestras versavam sobre a guerra. Ouvi-os também dizer que os brasileiros são uns bobos, os nipões possuem uma longa linha telefônica, e quando as nossas autoridades se dirigem para determinado lugar já se encontra prevenidos”¹²⁵.

Os relatórios policiais contém muitas observações sobre mulheres e as relações de gênero na coletividade japonesa. Essas falas, além de ressaltar o senso de alteridade entre brasileiros e japoneses, demonstram uma tendência a interpretar o tratamento destinado às mulheres como evidências do caráter “incivilizado” do grupo. Nas palavras do já citado Delegado Regional de Penápolis, Carlos E. Bittencourt da Fonseca:

“Com exceção da indumentária, não se deixam possuí de hábitos e costumes brasileiros; alimentação, casamentos, métodos de lavoura, etc. Não consentem

¹²⁵ Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Foi mantida a grafia original do documento.

também casamentos de japoneses com brasileiros, chegando ao ponto até de deixarem, aos paes [pais], de solicitar a intervenção da Polícia quando uma filha é deflorada (cisa alias pouco comum por não permitirem sequer o simples namoro de suas filhas com brasileiros). Quando, porém, acontece o rapto de japonesa por parte de um brasileiro, é solicitada à Polícia somente a apreensão da menor que é simplesmente recolhida para o lar, não consentindo, os paes [pais], o casamento. Usam também, à moda de sua terra, casarem suas filhas por contrato, com seus patrícios, isto é, se decorrido um certo prazo dessa espécie de casamento, o marido não se dá bem com a sua esposa, paga-lhe uma indenização restituindo-a ao seu progenitor”¹²⁶

A percepção de que as mulheres japonesas eram doutrinadas para a endogamia e a segregação étnica era abordada, nesses relatórios, não somente como sinais de exotismo e barbarismo, mas também sob a ótica do desejo e de fantasias amorosas-sexuais. Conforme escreveu o Delegado Eduardo Lousada Rocha, do DEOPS de São Paulo, em 17 de abril de 1942:

“As Associações de Moças [...]doutrinavam a juventude feminina. Ao par das mesmas atividades culturais nipônicas, estabeleceram-se cursos de uma arte ritual nipônica, a arte floral, e um perigoso curso de educação feminina, onde se procurava instilar no coração das jovens o monstruoso sentimento de aversão sexual ao homem branco, quer apresentando-se como incapaz das delicadezas de alma e da finura do marido japonês, quer fazendo-as compreender ser ele portador de um instrumento sexual excessivo para a mulher japonesa, sabido como é ser o japonês um micropênico. Graças a Deus, a finalidade visada por essa doutrinação perversa só tem produzido resultados dada a vigilância severa e feroz do pai japonês. Assim mesmo, ao marido ou só companheiro brasileiro, porque sabe que com ele a mulher terá um lugar dentro do lar, onde será a companheira e a esposa e não um ente subalterno, feito para o trabalho mais rude e para a procreação mais grosseira, numa promiscuidade que nunca poderíamos compreender. Ninguém ignora que a mulher, no lar japonês das classes baixas, representa apenas um misto de incubadeira e instrumento de trabalho, escravizada aos poderes ditatoriais do chefe de família”¹²⁷

A construção das mulheres japonesas como vítimas dos homens japoneses – seja pela opressão patriarcal, imposição de práticas sexuais perversas ou obrigatoriedade da endogamia – pode ser compreendida no âmbito do imaginário orientalista que representa as relações afetivas-sexuais entre mulheres orientais e homens ocidentais como sendo simultaneamente atos de conquista e libertação. A fala do Delegado Lousada Rocha, saturada de sexualidade, revela um desejo pelas mulheres japonesas que se realizaria também como um ato de emasculação do homem japonês – que além de designado como “micropênico”, teria o acesso exclusivo às mulheres somente na medida em que elas desconhecessem os prazeres e afetos

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ Idem.

“superiores” oferecidos por homens brasileiros. Considerando ainda a arquitetura discursiva do imaginário orientalista que elabora o Oriente como o avesso do Ocidente (SAID, 1990), é possível interpretar a construção da alteridade absoluta dos brasileiros em relação aos japoneses, bem como a designação dos homens brasileiros como “brancos” na fala de Lousada Rocha, como uma estratégia de distinção que reflete as aspirações nacionais pelo progresso, modernização e inserção no mundo ocidental à partir do branqueamento racial¹²⁸.

3.3. Os movimentos vitoristas

Com o anúncio do fim da Segunda Guerra Mundial, as organizações ultranacionalistas tomaram a forma de campanhas pela divulgação da vitória do Japão entre os imigrantes e descendentes. A *Kodosha*, de Junji Kikawa, foi renomeada como *Shindō Renmei* (Liga do Caminho dos Súditos) e absorveu um número considerável de pequenas associações locais vitoristas. A liderança carismática de Kikawa prescreveu não apenas a contrapropaganda da versão “mentirosa” dos Aliados, mas também um processo de “purificação” através da reafirmação dos valores nacionalistas japoneses e crença em um projeto de progresso e desenvolvimento humano sob a tutela do Império do Sol Nascente.

Líderes e membros da “elite intelectual” (HANDA, 1987) da coletividade japonesa (profissionais liberais, intelectuais e empresários) se organizaram uma campanha de esclarecimento que tinha como objetivo não apenas silenciar os movimentos vitoristas – que inspiravam chacota e temor na sociedade brasileira – mas rediscutir os rumos dos japoneses no Brasil no contexto da derrota do Japão. Em 3 de outubro de 1945, Chibata Miyakoshi, ex-embaixador substituto na Argentina e ex-gerente da K.K.K.K. no Brasil, recebeu através da sucursal brasileira da Cruz Vermelha uma cópia do Rescrito Imperial do Término da Guerra e de uma mensagem do Ministro das Relações Exteriores Shigenori Tōgō. Os documentos foram distribuídos para diversas lideranças japonesas no interior juntamente com uma lista de assinaturas de membros proeminentes da coletividade, incluindo o próprio Miyakoshi, que avalizaram seu conteúdo. Essa medida, e outras subsequentes, foram recebidas como atos de

¹²⁸ Sobre as articulações entre gênero, etnicidade e cultura, mobilizadas enquanto evidências de “civilização” ou “barbárie”, ver Yuval-Davis (1997). Sobre o “branqueamento” como política de modernização para o Brasil, ver Schwarcz (1993) e Takeuchi (2002a; 2002b).

traição e oportunismo pelos vitoristas (Comissão de Elaboração da História dos 80 Anos da Imigração Japonesa no Brasil, 1992).

A “purificação” prometida pela *Shindō Renmei* se tornou sinônimo de eliminar a vida dos “derrotistas”. O primeiro assassinato ocorreu em 7 de março de 1946 e teve como alvo Ikuta Mizobe, diretor da Cooperativa Agrícola de Bastos. Em seguida foram assassinados Chūzaburō Nomura (diretor-chefe da Sociedade para Difusão da Cultura Japonesa no Brasil) em 1 de abril; e Jinsaku Wakiyama (coronel reformado e diretor-chefe da Cooperativa Agrícola de Bastos) em 2 de junho. Os ataques envolviam grupos de imigrantes jovens do sexo masculino que se auto-denominavam *tokkotai* (Unidade Especial de Ataque, uma referência aos soldados suicidas que lutaram durante a Guerra do Pacífico) e seguiam um ritual característico: os alvos eram avisados previamente da sentença de morte, recebendo poesias ou objetos fúnebres e cartas convocando-os a “limpar a honra” através do *seppuku* (ou *harakiri*)¹²⁹. Os *tokkotai* da *Shindō Renmei* eram instruídos a enrolar a bandeira militar japonesa ao redor do próprio ventre e executar os “traidores” que se recusassem ao *seppuku*. Ao final, eles deveriam se entregar para a polícia e enfrentar as consequências por terem violado as leis brasileiras.

Parte considerável da literatura sobre a *Shindō Renmei* tem se dedicado à explicar a ampla adesão da coletividade à causa vitorista, estimada em torno de 90% dos japoneses no Brasil, principalmente no interior e entre àqueles que praticavam a agricultura (Handa, 1987). O fato do Brasil se situar geograficamente distante do centro de poder imperial e da idealizada Esfera da Co-Prosperidade da Ásia Oriental fez com que o ultranacionalismo japonês fosse entendido como uma ideia deslocada que tomou força a partir de um senso de coesão e comunidade forjado durante o processo migratório (MAEYAMA, 1979) e os anos de exclusão e perseguição pelo Estado brasileiro (MOTOYAMA; OKUBARO, 2016; TAKEUCHI, 2002a; 2002b). Essas explicações, embora sofisticadas, parecem conceber o nacionalismo como um fenômeno meramente ideológico que adquiriu centralidade para expressar conflitos de outras naturezas como entre aculturação e nativismo ou entre imigrantes rurais pobres e elite urbana.

O imaginário nacionalista adquire outros significados se considerarmos a identidade nacional japonesa não como um dado *a priori*, mas sim como uma categoria construída no âmbito de relações de poder e distinção em voga no período em questão. Mais do que constituir alteridades binárias, a etnicidade enquanto expressão do nacional situava coletividades em um

¹²⁹ Trata-se de uma prática samurai de suicídio ritual por evisceração (e posterior decapitação) extinta em sua forma judicial no início da Era Meiji (1868-1912).

espectro mais amplo de hierarquias e dinâmicas geopolíticas, mediando um conjunto variado de aspirações, pertencimentos e relações.

A emigração para o Brasil, embora não implicasse em um projeto de soberania política nas Américas conforme defendiam os deputados antinipônicos da Assembleia Constituinte dos anos 1930, é um processo que não pode ser compreendido fora da rede de práticas transnacionais e das aspirações internacionalizantes do Império do Sol Nascente. A presença japonesa no Brasil, embora tenha implicado na formação de modos de vida híbridos e únicos através dos contatos e trocas entre imigrantes e populações locais, não esteve completamente separada das redes trans-territoriais em que circulavam artefatos e saberes imperiais: literatura, jornais, revistas, pessoas, produtos, livros didáticos, performances artísticas, técnicas agrícola-industriais, conhecimentos médicos e mesmo formas de mobilização como o apoio para a Guerra Sino-Japonesa, mencionado anteriormente neste artigo. A ideia de que os japoneses no exterior deveriam personificar os valores do Império e projetar uma imagem positiva (inclusive através de diferentes formas de participação nas sociedades de imigração) era exortada em comunicados consulares e artigos publicados em jornais chapa-branca como o *Burajiru Jihō*.

A *Shindō Renmei*, longe de expressar uma ética arcaica, buscava através da performance¹³⁰ de mitologias nacionais se inscrever nas fronteiras simbólicas do Império e na grande narrativa nacional militar do Japão¹³¹. A designação de jovens radicalizados como *tokkotai*, símbolos da masculinidade nacional martirizada¹³², é uma das estratégias discursivas pelas quais suas ações foram representadas, entre seus correligionários, como atos patrióticos.

¹³⁰ A ideia de *performance*, ou *atos performativos*, possui um acúmulo considerável nas ciências sociais. Neste artigo, o sentido empregado se refere tanto à teatralidade/dramaticidade das ações da *Shindō Renmei* como à identidade étnica-nacional como um “fazer”, ou ato comunicativo.

¹³¹ A vida militar e participação em situações de combate tem sido uma das estratégias pelas quais minorias e/ou sujeitos colonizados pleiteiam cidadania e/ou um status de igualdade em relação à grupos hegemônicos (Yuval-Davis, 1997). Nos Estados Unidos, por exemplo, o alistamento de filhos de imigrantes japoneses no Exército Americano foi considerada uma das maneiras como buscaram “demonstrar” sua americanidade (Yamada, 1980). A adesão de sujeitos colonizados à *Shindō Renmei*, como no caso dos okinawanos Seiichi Tomari e Massateru Hokubaru (protagonista de *O súdito*, de Jorge Okubaro), remete à identidade nacional japonesa não apenas como uma expressão orgânica de um senso de origem, mas principalmente uma aspiração. Ansiedades quanto ao pertencimento ou “perda” do caráter japonês em função da migração e vida no Brasil permite que essa formulação seja estendida, também, aos imigrantes japoneses de outras províncias. Sobre Okinawa como uma região colonizada, ver Christy (1993). Sobre os okinawanos no Brasil, ver Higa (2015) e Pires (2016).

¹³² A mobilização do suicídio como representação do “espírito japonês” tem sentido em um processo de formação da ideologia nacional em que a ética samurai é reinventada como tradição nacional (sobre “tradições inventadas”, ver Hobsbawn e Ranger, 1984). No contexto do Império, essa prática foi instrumentalizada como arma de guerra, como no caso dos pilotos *kamikaze* e das ordens recebidas por soldados de lutarem até a morte, sem possibilidade de rendição. Reflexão semelhante sobre o suicídio no Japão moderno é feita por Victor Uehara Kanashiro em sua tese *Cantos da memória diaspórica: representações, (des)identificações e performances de Mishima a Okinawa* (2015).

Se nessa construção cabia aos homens matar ou morrer pela honra nacional, às mulheres eram prescritas outras formas de mobilização e manifestação do sentimento nacional.

Existem evidências de mulheres que se posicionaram publicamente pela facção vitorista. É o caso de Sachiko Omasa, que representou a coletividade japonesa de Agudos em uma reunião com o interventor do Estado de São Paulo Macedo Soares em 19 de julho de 1946. Na ocasião, 600 representantes regionais vitoristas responderam ao convite das autoridades paulistas de se reunir no Palácio do Governo para discutir saídas para o fim do conflito. A “única representante do belo sexo” teria afirmado em português: “Senhor Presidente do Estado. Excelência: nós japoneses não acreditamos, em absoluto, na derrota do Japão. Se Vossa Excelência desejar sustar as disputas e atos terroristas entre japoneses, comece por comunicar a vitória do Japão e mande suspender imediatamente a propaganda falsa da derrota. Sem essa suspensão, os atos terroristas jamais cessarão” (COMISSÃO, 1992, p. 303).

Trata-se, por sua vez, de uma situação incomum. Tanto a militância vitorista como a polícia do Estado de São Paulo compartilhavam a percepção de que as mulheres japonesas não eram protagonistas do conflito, mas participavam através de sua associação com homens – maridos, pais ou filhos. A carta de Tadashi Ono e Kiosaku Watanabe para Maria Iwata na ocasião do assassinato de seu marido revela esse imaginário:

“Olhando nos olhos de seu marido e esposo, eu tenho grande sentimento por ter que matá-lo. É um nipônico, mas ele erra ao acreditar que o Japão está derrotado. Mais cedo ou mais tarde chegaria a hora de seu marido morrer. É verdade que seu marido auxilia a esposa e a esposa auxilia o marido. As mulheres japonesas devem respeitar e obedecer a seus maridos - portanto elas não são culpadas do que está acontecendo; por isso, não faremos nada à senhora. [...] Mesmo que sejam amigos, sendo inimigos da pátria devem ser mortos. Seu marido já morreu. [...] O acontecimento de hoje trouxe um grande sentimento para a senhora, filhos e netos. É verdade que a mãe japonesa não tem mais o que pensar; o que era para acontecer já aconteceu. (...) Nós estamos na terra do inimigo, pensando naqueles que morreram por amor à pátria. Nós, formigas brancas, não podemos ficar quietos”. (Morais, 2000: 212-213)

Nos arquivos do DEOPS/SP, as mulheres raramente são nomeadas, mas aparecem através de seus vínculos familiares e afetivos com homens, em geral designadas como “esposa” (e, em um caso, “amante”) de um homem identificado com seu nome completo e outros dados pessoais. A descrição da organização feminina *Aikoku Seika Fujinkai* (Associação Purificadora das Senhoras Japonesas), listada em um rol de associações ultranacionalistas, exemplifica essa tendência.

“[...]trata-se de uma congregação feminina, liderada pela mulher de Seigui Sato, professor e ultra-nacionalista como é dita senhora. Em vista dos acontecimentos atuais foi fundada para arregimentar o elemento feminino da Colônia, e, em especial, as senhoras casadas, distribuindo panfletos, promovendo reuniões, onde se discute política numa entrosagem com as demais sociedades formadas pelos japoneses. Sendo mulher de um professor e de grande cultura, a senhora Sato é elemento aliciador de propugnadores da “vitória” do Japão, conforme documentos apreendidos em sua residência, como sejam notícias de guerra, panfletos de sociedades secretas, etc. A senhora Sato, ao que parece, foi líder nacionalista no Japão,, sendo parente e conhecida de políticos japoneses de renome no Japão”¹³³.

A percepção das mulheres como genericamente incapazes de mobilização autônoma possibilitou a continuidade de algumas atividades femininas durante a Guerra, como foi o caso das escolas de corte e costura, que segundo relatos de ex-alunas chegam a manter aulas de língua japonesa clandestinamente (AKAMA, 2008). Contraditoriamente, foram também através dos papéis domésticos femininos que as mulheres se tornaram alvo do escrutínio policial. Houve casos, como relatado no diário de Satsue Handa, de inspeções e controles sobre o uso da língua japonesa.

12 de maio de 1943

Anteontem, enquanto nós estávamos na aula de corte e costura, uma aluna veio avisando que chegou o inspetor. A professora disse apressadamente:

- As alunas que não sabem falar a língua brasileira devem se deslocar para aquela sala.

Nós carregamos nossos pertences e refugiamos para sala ao lado. A professora que nos orientava fugiu junto conosco, pois ela também não é boa em articular o português.

A explicação da escola é que tudo isso é devido ao regulamento de que as pessoas que não concluíram o curso básico “Grupo Escolar” são impedidas de cursar este curso de corte e costura. É possível que a fiscalização se apertou devido à conjuntura social nessa época...

Assim, ao me dirigir à professora e lhe proferi a palavra:

- É ruim, professora, mas não é sempre que topamos com a situação como esta, não é? É uma excelente experiência.

- Ah é? Como é dramática, disse a professora.

Passadas aproximadamente duas horas, uma das alunas foi verificar e nos informou que o fiscal não veio inspecionar a nossa sala, de modo que retornei às pressas. No entanto, como havia perdido uma boa fatia de tempo, consegui concluir apenas a metade do trabalho planejado. Para somar à perda de desempenho que sofri, ao retornar para casa descobri que acabei deixando na escola a própria blusa que estive costurando.

Vou pedir para papai ir buscá-la amanhã.

¹³³ Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Foi mantida a grafia original do documento.

O caso das cinco mulheres que foram presas entre agosto de 1946 e meados de 1949 foi emblemático nesse sentido. As mulheres e os crimes pelos quais foram acusadas, eram as seguintes: a) Sako Fujii, esposa do farmacêutico Fusakiti Fujii, em cuja casa os militantes teriam se reuniram antes de cometer um dos assassinatos; b) Iso Hirama, teria feito rosários budistas para as missões *tokkotai* de seus filhos Toshio e Shigeo Hirama; c) Sadako Hirama, filha de Iso Hirama, teria confeccionado uma bandeira japonesa para as missões dos *tokkotai*; d) Toshiko Goto e e) Teru Shinnai, acusadas de esconderem armas clandestinamente em suas casas.

Em todos os casos, a suposta colaboração com a causa vitorista se deu em um contexto doméstico e confunde dever familiar com lealdade nacional. Tendo em vista que as esposas de homens “derrotistas” eram consideradas inocentes da “traição” de seus maridos, é possível inferir que nessa construção a dedicação ao marido e ao núcleo familiar (independente da orientação ideológica do chefe de família, imaginado como um homem) é concebida como o dever patriótico da mulher por excelência.

Nira Yuval-Davis (1993) afirma que, de modo geral, as noções de masculinidade e feminilidade construídas no âmbito do discurso nacionalista prescrevem aos homens a função agir pela Nação, e às mulheres, de representá-la simbolicamente, ou incorporá-la (*embody*). Esse imaginário se manifesta de modo pungente em um artigo publicado em 1948 na revista vitorista *Shisei* (Devoção), pela repórter anônima S-ko Yamamoto, relatando a experiência de visitar e acompanhar a rotina das cinco mulheres presas.

S, levando frutas como presente, entrou em um enorme prédio, parou diante do monstruoso portão de ferro e, timidamente, tocou a campainha. De repente, uma enorme campainha elétrica ressoou, fez-se um barulho violento de cadeado se abrindo e surgiu o rosto de um homem. Após anunciar o motivo da visita, chamaram um jovem japonês que passou a guiá-la a partir desse ponto. Levada pelo jovem, S passou pelo segundo portão de ferro e, após abrir o terceiro portão de ferro, chegou a um lugar com uma estátua da Santa Maria segurando uma criança nos braços. Ali havia um jardim e gatos brincavam inocentemente. Depois de ver a detenção masculina, a detenção feminina era muito diferente. [...] Após levantar da cama às cinco horas, lavar o rosto e fazer os cuidados pessoais, às seis faziam a reunião matinal. Após limpar o quanto possível os cômodos de quatro por seis metros, elas se viram para o leste em fila e solenemente começam a rotina diária. Primeiramente, elas reverenciam à distância o Santuário Ise, desejam vida longa às Suas Majestades o Imperador e a Imperatriz, agradecem a todo o povo japonês e os conterrâneos em outras terras e oram para um bom ano novo para os súditos do Império. Depois cantam em uníssono marchas patrióticas, como se pudessem estremecer o cômodo com suas rezas, lembrando com profunda emoção a razão de ser dos japoneses. (*apud* Nakada e Takayama, 2010: 433-434, tradução nossa).

O relato constrói a passagem pelo espaço da detenção a partir da feminilidade da repórter – descrita como tímida e assustada diante da presença masculinizada dos muros, portões de ferro, guardas e ruídos ensurdecedores. O espaço das detentas, por sua vez, é saturado de pureza: uma Santa guarda a entrada, animais brincam, as selas são impecavelmente limpas e a disciplina das mulheres, longe de qualquer conotação militar, é carregada de delicadeza e complacência. Ali, contidas em um espaço de ferro, elas são a encarnação da Nação japonesa¹³⁴.

3.4. O outro lado

Em 1942, pouco antes do repatriamento das representações consulares japonesas, Tomi Vatanabe, conhecida como Dona Margarida, foi contatada por Chibata Miyakoshi (futuro líder “esclarecido”, já mencionado no texto), amigo pessoal de seu marido, para se responsabilizar por uma quantia de dinheiro que estava sob sua (dele) custódia e utilizá-lo para “ajudar os japoneses”. Esses acontecimentos foram narrados por Margarida em entrevista com o antropólogo Takashi Maeyama em 1982 (2004).

Católica fervorosa, Margarida Vanatabe já era conhecida no âmbito da coletividade nipo-brasileira por seu trabalho de catequese entre imigrantes japoneses e crianças *nissei*¹³⁵ juntamente com o Padre Guido da Igreja de São Gonçalo, em São Paulo. O pedido de Miyakoshi “em tom pessoal” provavelmente se justifica por suas ligações com a Igreja Católica e membros da elite paulistana, como a família Bourroul, que a acolhera como governanta durante sua infância e adolescência. O bom trânsito social de Margarida também se deve ao círculo de amigos de seu marido, ex-contador da K.K.K.K., que lhe deu acesso à membros proeminentes da coletividade japonesa na cidade de São Paulo.

Foram os bons contatos de Margarida que lhe renderam uma reunião com o Arcebispo de São Paulo, Dom José Gaspar de Affonseca e Silva, na qual obteve apoio para a realização de atividades de socorro aos japoneses presos e suas famílias como incumbência da Igreja Católica. O dinheiro de Miyakoshi (que soube, anos depois, ser uma doação da Casa Imperial

¹³⁴ Não está claro se elas realmente violaram as leis brasileiras. Nakada e Takayama (2010) afirmam que eram inocentes – uma hipótese plausível, considerando o *modus operandi* arbitrário da polícia paulista. No texto da *Shisei*, por sua vez, sua inocência emana da “pureza” dos sentimentos nacionalistas, e não de suas ações.

¹³⁵ Filhos de imigrantes nascidos no Brasil.

Japonesa) foi depositado na Caixa Pia da Arquidiocese de São Paulo e tratado como parte das finanças da Igreja. O Arcebispo, ainda, providenciou credenciais junto ao DEOPS/SP para que Margarida e um grupo de colaboradores pudessem movimentar o dinheiro, visitar centros de detenção e realizar trabalhos de assistência social.

A Comissão Católica foi conhecida pelo atendimento às famílias expulsas de Santos em 1943, provendo alimentação, roupas ou moradia para aqueles que não tinham referências no interior. Graças à proteção da Igreja Católica e domínio da língua portuguesa, Margarida Vatanabe foi uma das poucas pessoas que teve acesso à Hospedaria dos Imigrantes e às pessoas detidas no centro de detenção improvisado.

Seu trabalho é descrito como uma mistura de amorismo, boa vontade e caridade cristã; embora muitos considerassem que houvesse agendas políticas por trás de suas atividades. Além de ser interrogada e seguida pela polícia por diversas vezes, os próprios presos que atendia, segundo seu relato, a consideravam uma representante do Consulado ou da K.K.K.K., e nessa condição a repreendiam pela qualidade das roupas e comidas providenciadas. Junji Kikawa, antes de se tornar líder da *Shindō Renmei*, teria tentado se infiltrar no grupo e, segundo Margarida, foi responsável por denúncias e tentativas de sabotagem das atividades beneficentes.

Apesar da insistência de Margarida no caráter apolítico da Comissão Católica, suas atividades, ainda que indiretamente, beneficiaram o grupo “derrotista”. Em 1947, quando a operação da *Shindō Renmei* já se encontrava desmantelada, Chibata Miyakoshi organiza, com o aval da Cruz Vermelha, o Comitê de Socorro ao Japão. O grupo tinha como objetivo enviar doações para as vítimas da Guerra através de entidades filantrópicas nos Estados Unidos¹³⁶ que, então, se encarregariam de encaminhá-las para o Licensed Agencies for Relief in Asia (LARA), uma aliança do setor privado formada por associações humanitárias (em sua maioria cristãs) que coordenavam, em um único ponto, as doações para o Japão. Esse formato de colaborações já existia nos Estados Unidos e Canadá e tinha ampla adesão dos japoneses e descendentes radicados nos países. A sede da Comissão foi estabelecida no Rio de Janeiro (longe do epicentro das ações dos vitoristas), mas suas atividades estiveram concentradas em São Paulo e tinham na figura de Margarida Vatanabe e de associações femininas (recém-criadas para este fim) colaboradoras fundamentais para a realização do trabalho de base.

¹³⁶ Segundo Handa (1987), essas entidades eram a *Nihon Nanmin Kyūsaikai* (Associação de Socorro aos Flagelados Japoneses) e à *Yū-ai Hōshidan* (Beneficência Amor e Amizade).



Figura 3.5: Recibo de doação para o Japão, enviada de São Paulo via São Francisco. Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil.

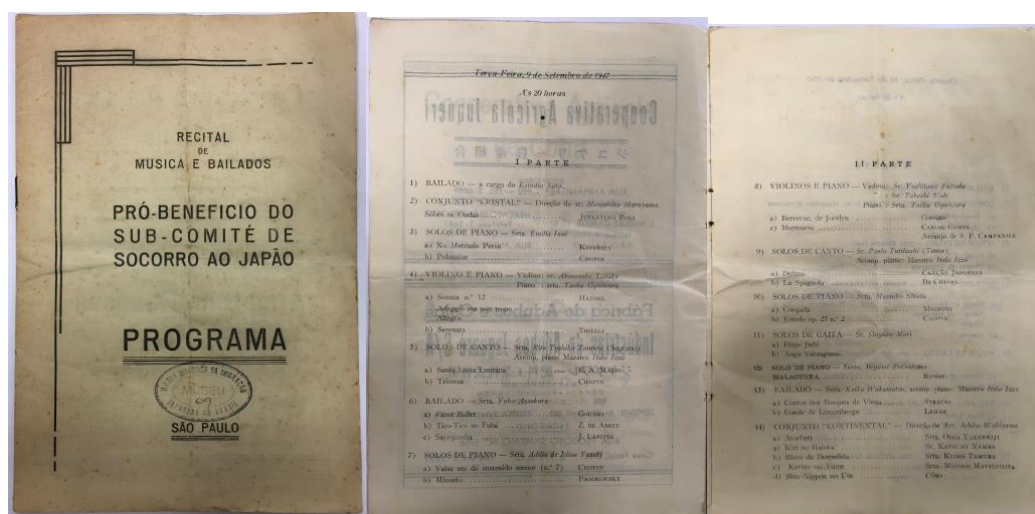


Figura 3.6. Programa de Recital de Música para angariar fundos para as vítimas da Guerra no Japão. Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil.

O levantamento de fundos se dava tanto através de doações avulsas como por atividades culturais e esportivas (muitas vezes financiadas por empresas nipo-brasileiras como a Cooperativa Agrícola de Cotia). Com o objetivo organizar localmente as doações para a Comissão, associações nipo-brasileiras ressurgiram em diversas partes do Estado, sob a liderança de “esclarecidos”. Grupos amadores de dança, música e outras artes performáticas com forte presença feminina foram criados também como formas de contribuir com os trabalhos de socorro, como é o caso do *Shojo Kageki Dan* (Grupo de Dança Juvenil) de Lins, composto exclusivamente por dançarinas jovens embora dirigido e coordenado por homens proeminentes da comunidade okinawana de Lins¹³⁷ (ASSOCIAÇÃO OKINAWA KENJIN DO BRASIL, 2008, p.153).

Com a prisão de boa parte do quadro de militantes da *Shindō Renmei*, os “esclarecidos”, através da figura de Miyakoshi, recorreram ao Consulado dos Estados Unidos no Brasil e

¹³⁷ Eisho Gushiken, Shogo Senaha, Fujimatsu Kohama e Mankichi Miyazato.

forneceram uma lista de nomes e endereços de parentes e amigos de vitoristas presos, requisitando que estes enviassem cartas e mensagens do Japão para convencê-los da situação calamitosa do país. O Consulado concordou, a lista foi enviada ao Ministério de Assuntos Internos e, no mesmo ano, chegaram os cartões postais. Esse episódio, embora possa ser apreendido como uma tentativa isolada de erradicar a confusão sobre o resultado da Guerra, reflete a disposição por parte da liderança “esclarecida” em se engajar, ainda que transitoriamente, em alianças com um quadro de autoridades brasileiras e o Governo dos Estados Unidos (através das Forças de Ocupação) para a realização de fins determinados. Anos mais tarde, esses atores colaborariam mutuamente mais uma vez quando o envio de pessoas para América do Sul em projetos de migração subsidiada se torna uma estratégia para o alívio de pressões demográficas e políticas nas zonas de ocupação, principalmente em Okinawa onde ainda se localizam o maior número de bases militares americanas.

3.5. Repercussões

Segundo o memorialista Tomoo Handa (1987), entre os japoneses que apresentavam tendências vitoristas, os trabalhos do Comitê de Socorro eram vistos com desconfiança não apenas em função do quadro dirigente “derrotista”, mas por duvidarem que o Japão estaria devastado e em urgente necessidade de assistência humanitária após a Guerra. As contribuições teriam vindo, segundo sua estimativa, de apenas 10% das famílias japonesas radicadas no Brasil¹³⁸. Para Jeffrey Lesser (2001), uma vez que o Comitê não fez declarações oficiais sobre o resultado da Guerra, a recusa em colaborar por parte dos vitoristas foi também significada como falta de simpatia, intransigência e, mesmo, anti-patriotismo¹³⁹.

¹³⁸ Segundo Handa, alguns vitoristas contribuíram anonimamente à campanha. O memorialista também discorre sobre as motivações nacionalistas implícitas por parte de alguns contribuintes: “Toda essa mobilização evidentemente se fundamentava no sentimento de piedade e na solidariedade às vítimas da guerra. No entanto, havia também na base disso tudo um sentimento que dizia: ‘Agora sim, vamos poder servir à pátria, uma vez que durante a guerra nada pudemos fazer por estarmos longe’ (1987:743).

¹³⁹ Um artigo da revista *Dan* (Ruptura), escrito em 1948 e reproduzido por Handa, expressa os sentimentos contraditórios: “De que adianta discorrermos sobre o espírito japonês e promovermos campanhas de ajuda à nossa pátria, se nós, aqui, estamos divididos?! Se nossos compatriotas lá no Japão soubessem da situação em que nos encontramos, que impressão teriam eles? Por mais que se queira demonstrar nosso patriotismo através de donativos, se tal ato for algo só de ‘fachada’, encerrando na realidade tão-só vaidade, com certeza, cedo ou tarde, toda a sua mesquinhez virá à tona, desmascarada. Por mais que se exalte em altos brados o amor fraterno e o patriotismo, e se tente salvar materialmente nossos compatriotas, enviando objetos e gêneros alimentícios, se, por detrás disso, existir uma ideologia anti-imperador, isso de fato irá satisfazer e salvar os nossos irmãos?” (Handa, 1987:745).

O movimento vitorista ainda demonstraria algum sinal de força depois da queda da *Shindō Renmei*, mas com a retomada da imigração em 1953 e a vinda de celebridades, caravanas de músicos e atletas¹⁴⁰ a partir de 1950, sustentar que o Japão era vitorioso se tornou menos uma expressão de lealdade nacional e mais sinais de ignorância e fanatismo. Neste contexto, o núcleo de liderança “derrotista” que se organizou para arrecadar doações acabou por fundar o quadro associativo nipo-brasileiro hegemônico no pós-Guerra¹⁴¹ (Maeyama, 1979), incluindo a Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social – Bunkyo (1955). As mulheres que estiveram na linha de frente do angariamento de fundos também formalizam suas atividades em associações femininas católicas, *fujinkai* (associações de senhoras) e entidades beneficentes, entre as quais o *Esperança Fujinkai* (1949) e a Assistência Social Dom José Garpar (1953), de Margarida Vatanabe.

Nos anos 1960 e 1970, no contexto da gênese de um novo imaginário sobre os japoneses no Brasil associado à ascensão econômica e social, a memória sobre os primeiros anos do pós-Guerra passa, também, a operar enquanto uma narrativa fundacional. A assistência humanitária ao Japão é concebida como o projeto coletivo que permitiu aos nipo-brasileiros se reerguerem enquanto comunidade após anos de ostracismo e “embates fratricidas”. É também em termos de solidariedade, reciprocidade e gratidão que as redes transnacionais entre o Japão e seus nacionais radicados no exterior são reconstituídas; desdobrando-se em grupos de cooperação empresarial, intercâmbios educacionais e culturais e formação de centros de treinamento voltados para as relações internacionais.

Os Comitês de Socorro, de certa forma, permitiram ao grupo étnico construir uma noção de filiação nacional desvinculada do referencial imperial-militarista característico do período anterior à Guerra Mundial. Nessa construção, a mobilização dos japoneses no exterior é pautada por sentimentos puros como solidariedade, altruísmo e ajuda ao próximo; e destituídos de agendas políticas ou interesses monetários. Se de fato as ações humanitárias salvaram vidas no Japão e foram motivadas por sentimentos desinteressados dos contribuintes, do ponto de vista discursivo elas atribuem à mobilização um caráter despolitizado, tanto ao se apresentar como uma “terceira via” ao conflito vitorista/derrotista (e não uma iniciativa de “esclarecidos”) como ocultando as conexões políticas que tornaram possível e efetiva as ações do Comitê, em

¹⁴⁰ Destaque para a vinda da equipe de natação *Peixes voadores* em 1950; ocasião em que a bandeira japonesa foi hasteada no Brasil pela primeira vez depois da Guerra.

¹⁴¹ Maeyama encontrou líderes da *Shindō Renmei*, após o encerramento do conflito, em religiões japoneses de inspiração nacionalista como a *Seicho-no-ie*.

particular a inserção em um circuito transnacional de colaborações entre o Japão e comunidades japonesas no exterior sob a tutela dos Estados Unidos da América.

Do ponto de vista das associações femininas, seu destaque no trabalho de base dos Comitês, amplamente celebrado por essa nova narrativa, foi elaborado como a maneira como as mulheres responderam coletivamente ao conflito vitorista/derrotista, apaziguando os ânimos e buscando o bem comum – tanto da coletividade radicada no Brasil como dos compatriotas em situação calamitosa no Japão. Esse imaginário, favorecido pela própria construção das mulheres como marginais nos movimentos ultranacionalistas, contribuiu ainda mais para que as atividades de Socorro deixassem de reter qualquer conotação política.

A ideia de mobilização feminina como expressão de qualidades e sentimentos associados à família, a comunidade étnica e ao trabalho voluntário, teve um papel importante nas maneiras como a cultura japonesa passou a ser re-imaginada no Brasil. Como minoria exemplar, os japoneses passaram a personificar a harmonia entre disciplina industrial e tradição, integração social (pensada em termos de inserção na classe média paulistana) e coletivismo étnico. Embora essas representações tenham sido mediadas por fatores diversos, a construção da descontinuidade em relação ao ultranacionalismo (ou de um nacionalismo pensado a partir de noções masculinizantes de império e militarismo) se apoiou, do ponto de vista discursivo, na despolitização e feminização das formas de mobilização coletivas.

CAPÍTULO 4

As voluntárias: filantropia e diferença na “colônia japonesa”

Este capítulo tem como objetivo analisar as atividades do Esperança Fujinkai, fundado em 1949 após o encerramento das atividades do Comitê de Socorro às Vítimas do Japão. A partir deste ponto, a narrativa dos processos históricos que envolveram a presença japonesa no Brasil será considerada em paralelo com a trajetória dessa entidade.

Nos capítulos anteriores, foi analisado como a mobilização de mulheres imigrantes japonesas no Brasil esteve vinculada à valorização das famílias como unidades econômicas e morais para o desenvolvimento dos japoneses no país. Foi apresentada a hipótese de que os primeiros *fujinkai* teriam surgido nos núcleos coloniais e que poderiam estar articulados às narrativas imperiais sobre o caráter modernizador do “povo japonês” e à ideia de “desenvolvimento ultramarino” (*kaigai hatten*) a partir das comunidades japonesas no exterior. Com o agravamento da Guerra do Pacífico, algumas associações femininas japonesas se mobilizam em apoio às campanhas militares através da confecção de kits de conforto (*imon buruko*), em consonância com outros *fujinkai* dentro e fora do Japão, nas colônias ou países de emigração. A derrota do Japão marca, também, o encerramento de um ciclo do nacionalismo japonês. A deflagração do conflito vitorista/derrotista, para além de uma reação à repressão e exclusão étnico-racial experimentada desde os anos 1930, demonstrou como a ideia de identidade e pertencimento nacional estava articulada à narrativa do Império entre os japoneses, que responderam com performances violentas que remetiam à simbologia nacionalista do Japão militar.

A Comissão de Socorro às Vítimas da Guerra no Japão (*Nihon Senka Doho Kyuenkai*) pode ser considerada uma estratégia generizada que buscou produzir a unidade e rearticular uma liderança entre os japoneses no Brasil a partir da solidariedade compreendida em uma conotação sentimental e apolítica. Posicionando as mulheres à frente do trabalho de arrecadação de doações, a Comissão pôde produzir uma narrativa feminizada centrada no esforço comum, nos pequenos gestos e em um desejo puro e desinteressado de “ajudar o próximo”, distanciando o cotidiano das atividades da figura de líderes “esclarecidos” associados ao núcleo duro da K.K.K.K. como Chibata Miyakoshi. A baixa adesão de doadores em relação a proporção de imigrantes no país pode ser um indicativo de que a tentativa de separar a imagem da Comissão

dos “esclarecidos” falhou; embora no registro histórico nativo esse movimento tenha sido significado como o embrião do ressurgimento das associações japonesas contemporâneas.

Com o encerramento das atividades da Comissão, o grupo de mulheres que havia se reunido na cidade de São Paulo se viu diante de um impasse: encerrar as reuniões ou continuá-las em outras bases. Segundo o livro comemorativo do 55º aniversário do Esperança Fujinkai (2004), as reuniões continuaram graças à insistência do Frei Bonifácio Dux, conhecido pela sua atuação na catequese de imigrantes japoneses no Estado de São Paulo e pela assistência prestada aos imigrantes durante a Segunda Guerra Mundial (MAEYAMA, 2004). O bom trânsito do clérigo no círculo de lideranças japonesas paulistanas e o fato de parte dessas mulheres terem atuado no âmbito de uma “Sociedade de Senhoras Católicas” desde o início da década de 1940 indica que seu aval, teria, de fato, um peso significativo. O efeito narrativo desse ato fundador, por sua vez, é situar o Fujinkai no universo da caridade católica, reforçada pela dramatização da “relutância” do grupo em manter um protagonismo coletivo.

[...] a entidade teve sua origem remota nas reuniões realizadas por um grupo de mais ou menos quinze senhoras de destaque na colônia japonesa que visavam, através dessa associação, desenvolver atividades de caráter sócio-cultural, atividades essas que tiveram de ser encerradas por imposição legal quando se iniciou a Segunda Guerra Mundial.

Com o fim da guerra, apesar do clima de hostilidade ainda reinante em nosso país, essas senhoras, por influencia do frei Bonifácio da Ordem dos Franciscanos, voltaram a se reunir, dando início a um movimento de ajuda à distante e carente população japonesa. Angariando gêneros de primeira necessidade como arroz, sal, açúcar, remédios e roupas e, confeccionando cobertores com retalhos, recebidos em doação por alguns alfaiates da cidade, esse movimento acabou atingindo proporções gigantescas. Apesar da hostilidade dos denominados “Katigumi” (os que acreditavam na vitória do Japão), o grupo deu continuidade ao trabalho até o momento em que o Japão tivesse superado a fase mais crítica e dolorosa do pós-guerra.

Cumprida a meta, essas senhoras haviam decidido pelo encerramento de suas atividades, quando novamente, por sugestão do frei Bonifácio, resolveram continuar nesse trabalho filantrópico, passando, então, a prestar serviços de ajuda aos carentes existentes na comunidade japonesa do país. Surgiu assim a nossa entidade que, até hoje luta em prol dos menos favorecidos (2014, p.14-15).

A associação entre a Sociedade Beneficente Feminina “Esperança” e o catolicismo, por sua vez, deve ser tomada com cautela. Além da ausência de qualquer atividade de cunho religioso nos registros das reuniões do *fujinkai*, seria significativo o fato de Margarida Vatanabe não ter se tornado uma membra fundadora e eventualmente constituir uma entidade japonesa de assistência social propriamente católica em 1953 – a Assistência Social Dom José Gaspar. Embora a existência de duas entidades filantrópicas possa envolver questões relacionais e não signifique que eram diferentes em termos de orientações e valores, o Fujinkai contou em seus

primeiros anos de existência com palestras e colaborações com templos e lideranças budistas, entre os quais membros do Nishi Hongwanji (1952)¹⁴², o que indica sua orientação secular ou, no mínimo, eclética.

A aproximação com a ideia de caridade católica, por sua vez, alinhou as atividades do Fujinkai à linguagem da filantropia no contexto brasileiro. Desde os anos 1930, a Igreja Católica estabeleceu uma aliança ambígua com setores intelectuais e políticos entusiastas da eugenia e da higiene social. O Governo Vargas e sua prolongação através do Estado Novo, teriam promovido mudanças fundamentais no que se refere às relações entre o Estado e o catolicismo, permitindo que a Igreja recuperasse um protagonismo perdido após a Proclamação da República (1889) e a Constituição de 1891. Na Era Vargas, as reformas educacionais de Gustavo Capanema, bem como as Constituições de 1934 e 1937, abriram espaço para o ensino religioso, indicando as intenções do regime em se valer do moralismo católico como uma maneira de promover os interesses do Estado-Nação. Segundo Jessie Jane Vieira de Souza (1998),

Com Getúlio Vargas, a Igreja retomou alguns dos mais importantes espaços perdidos com o advento da República. [...] Neste período, a Igreja, através de suas lideranças, adotou posições que reforçaram a intervenção estatal através de um governo forte apoiado na ação e na formação de um consenso. Até 1943, a relação entre os dois poderes aqui comentados inseriu-se nesta perspectiva. O clero se posicionou como coadjuvante de uma política que buscava a harmonia social; sua ação entre os assalariados urbanos era centrada na questão da regulamentação das relações trabalhistas e, ao mesmo tempo, em uma organização corporativa e das instâncias hierárquicas necessárias a um trabalho voltado para diferentes intervenções culturais (1998, p.153).

Embora as relações entre Estado e Igreja em um período tão complexo da história brasileira mereça um estudo a parte, o argumento acima pretende estabelecer que a Igreja Católica, a partir de suas organizações de base, tinha um papel importante no que se refere à manutenção da ordem pública e harmonização dos conflitos sociais, tanto pela ênfase na educação moral como pelas entidades beneficentes, filantrópicas e de assistência social. Segundo Susan Besse (1996),

The proliferation of private assistance organizations, followed by the rise of the social work profession, provided another means of social control, perhaps for middle – and

¹⁴² Vide *Anexo D – Esperança Fujinkai: “Resumo da Trajetória de 55 Anos”*. Trata-se da compilação das atividades do Fujinkai tal como consta em seu Boletim Informativo de dezembro de 2004; edição comemorativa do 55º Aniversário.

upper – class female charity and social workers as well as for the poor women and children who were their clients. Philanthropy – the offering of alms as a temporary palliative – was no longer considered adequate. Rather, the modern “technique of charity” sought to defend the family, protect the collective economic well-being, and uphold public order by remedying and preventing misery. Even the term *charity* was gradually discarded in favor of *social assistance*, reflecting a new consensus that duty and the public interest, not magnanimity, were the real issues (1996, p.84).

No âmbito da população de origem japonesa no Brasil, a entidade que cumpriu o papel efetivo de assistência social, nos termos indicados por Besse, foi a Assistência Social Dom José Gaspar, fundada por Margarida Vatanabe em 1953. Não se trata de uma coincidência que as atividades de Margarida, antes centradas no proselitismo católico, tenham tomado um caráter assistencial a partir de 1942, quando as companhias de emigração, que faziam a gestão das necessidades médicas, econômicas e assistenciais dos imigrantes, deixaram o país. Com as evacuações em Santos e na Conde de Sarzedas, em São Paulo, bem como as prisões de membros produtivos de famílias por longos meses e o confisco de bens e negócios de japoneses, a população de origem japonesa passou por uma crise assistencial. A Comissão Católica, além de uma solução possível em tempos de repressão às organizações japonesas, também permitiu a rearticulação de referências em termos de indivíduos e organizações para tratar de um conjunto de problemas econômicos, sociais e familiares como pessoas abandonadas, órfãos, viúvas sem recursos, pessoas com deficiências físicas e cognitivas, moradores de rua, entre outros. De fato, conforme relatado por Margarida em depoimento recolhido por Takashi Maeyama (2004), embora ela não localize as situações em anos ou períodos históricos específicos, ela recebeu pedidos (possivelmente em caráter não oficial) ao longo dos anos para receber e cuidar de mulheres solteiras grávidas, intermediar adoção de crianças ou mesmo lidar com questões envolvendo maus tratos, incesto e abuso.

A Sociedade Beneficente Feminina Esperança, apesar de atuar em parceria com Margarida Vatanabe, não tinha uma vocação exclusivamente filantrópica. O nome fantasia “Fujinkai” estabelecia uma identidade étnica-nacional japonesa para o grupo apesar da legislação brasileira não permitir que estrangeiros formassem associações ou ocupassem posições de direção em qualquer tipo de entidade. Como estratégia, o Fujinkai, além de se registrar como uma Sociedade Beneficente, elegia presidentes *nissei* com alta rotatividade (mudavam a cada ano), enquanto outras mulheres, provavelmente parte de um núcleo duro de gerência e decisão, mantinham o cargo de “Diretora Geral” com maior estabilidade. Do início das atividades como Sociedade Beneficente até 1960, o Fujinkai teve oito presidentes e apenas duas diretoras gerais: Fukiko Hachiya (até 1957) e Kimi Wakamatsu (1958-1960). A partir de

1961, esse cargo desaparece e é mencionado apenas a posição de Presidente: Shizu Miyake (Diretora Geral em 1961 e Presidente de 1962-1968), Mítica Murakami (1969-1970), Etsuko Yamane (1971-1975 e 1979-1982, substituída por Julia Yamanishi até o fim do mandato), Sumiko Mizumoto (1975-1978 e 1984-1995), Sumako Ymanaka (1996-2000) e Missue Kumagai (2001-2004).

Apesar do grupo marcar o início de suas atividades com a Comissão de Socorro, evidências indicam que muitas delas já faziam parte do mesmo círculo de sociabilidade na cidade de São Paulo organizada em torno de grupos de música clássica e do *Nippon Club*, que congregava, segundo Tomoo Handa (1987), a “elite intelectual da colônia japonesa”. Afirmo o memorialista a partir do livro de Rokurō Kōyama (1949):

A distinção entre classes sociais na comunidade japonesa da cidade de São Paulo surgiu após a instalação do Consulado Geral e do escritório da Imin Kumiai (União das Companhias de Emigração para o Brasil). O Consulado instalou-se em setembro de 1914 e a União das Companhias de Emigrações para o Brasil, em 1916, com sede em São Paulo.

Relata a *História dos 40 anos*: “Nesta época foi organizado o Nippon Club (Clube Japonês) pelos chamados intelectuais da parte alta de São Paulo (região alta da Conde de Sarzedas), os quais convidaram a elite intelectual do interior a ingressar na associação”. Mas, conforme relato de Takeo Goto, foi graças à iniciativa do cônsul geral Matsumura que na noite de Natal de 1914 teve lugar a cerimônia de fundação do Nippon Club na residência dos Goto, na rua Frei Caneca. Conforme a mesma *História dos 40 anos*, foram excluídos do evento os imigrantes da parte baixa da cidade. Entretanto, o clube só começa a consolidar-se como local de reuniões sociais depois do surgimento da União das Companhias de Emigração para o Brasil e, ainda, depois que o primeiro navio de imigrantes fretado por ela chegou no porto de Santos, em junho de 1917, trazendo 1.300 emigrantes, ocasião em que também passou a circular o jornal *Brasil Jiho (Notícias do Brasil)*, como veículo de educação da União das Companhias de Emigração para o Brasil.

Compreende-se que a partir de 1913, com a transferência dos serviços de representação consular do Rio de Janeiro para São Paulo e a formação da Companhia Ultramarina de Desenvolvimento (*Kaigai Kogyō Kabushiki Kaisha*, ou K.K.K.K.), tem início em São Paulo um processo de diferenciação social com a entrada de japoneses altamente qualificados destinados às atividades administrativas, jornalísticas, técnico-científicas, médicas e educacionais da empresa. Conforme afirmou Gustavo Taniguti (2015), o Consulado deu início a uma atuação que ia além de suas funções diplomáticas, promovendo e estimulando atividades culturais, desportivas e a construção de infraestrutura médica e educacional na cidade de São Paulo, fora dos núcleos de colonização na zona rural. O autor identifica seis eixos principais de atividades:

[...] as atividades culturais e esportivas realizadas no Nippon Club; a publicação do jornal *Burajiru Jihō*; as atividades assistenciais e médicas promovidas pelo Dojinkai (Sociedade Japonesa de Beneficência no Brasil); as atividades de educação e ensino, promovidas pela Escola Primária Taisho; a criação do órgão administrativo Cooperativa Central Nipo-Brasileira; e os subsídios oferecidos à criação de cooperativas agrícolas (2015, p.102).

Em sua tese de doutorado *Dragão Confabulando: etnicidade, ideologia e herança cultural através da música de koto no Brasil* (2004), Alice Satomi identifica as fundadoras do Esperança Fujinkai como participantes do Grupo Futaba; um grupo de praticantes de música clássica japonesa (*koten*) no Brasil que começou a se reunir a partir de 1920; sendo sua primeira apresentação coletiva no *Nippon Club* em 15 de maio de 1931. Eram: Seiko Takaoka, Mitsue Sugiyama, Fukiko Hachiya, Yasuno Uchihata, Yasuko Naritomi, Ume Murakami e Hamako Hasegawa. Embora Satomi (2004) identifique essas coincidências como uma possível raiz do Esperança Fujinkai nas práticas de música *koten*, é razoável supor que a própria constituição do Grupo Futaba refletia a diferenciação entre “imigrantes comuns” – agricultores e trabalhadores urbanos – e uma “elite” residente na cidade de São Paulo. Em outras palavras, a presença de funcionários da K.K.K.K., profissionais liberais e imigrantes bem-sucedidos levou à formação de núcleos femininos de sociabilidade compostos pelas esposas e filhas desse grupo diferenciado.

Mitica Kato Murakami, presidente do Fujinkai de 1969 a 1970 e filha de Ume Murakami, uma das fundadoras e dona da casa onde se realizavam as reuniões até o início dos anos 1960, quando o Fujinkai se muda para o Edifício Bunkyo, utilizou diversos recursos retóricos comuns na descrição de atividades voluntárias femininas para tratar da atuação do grupo na Comissão de Socorro. Ao descrever as ações das voluntárias como extensão de suas atividades cotidianas, ela delineia um modo de vida incompatível com a rotina de trabalho extenuante da maioria das mulheres imigrantes japonesas no campo e na cidade, documentada extensivamente em depoimentos de histórias de vida (NAKADA; TAKAYAMA, 2010. OCADA, 2014), memórias (HANDA, 1987) e romances (SAKURAI, 1995).

As mulheres, como em todo o lugar e em qualquer época são criativas e fortes e como não havia nenhum interesse outro, a não ser o de ajudar o próximo, a ideia foi florescendo.

Quem tinha o dom para a costura, bordado ou trabalhos de linha usava o material arrecadado e em casa costurava colchas remendando retalhos ou cerzindo e adaptando roupas usadas, tricotando ou crochecendo mantas, casaquinhos para que os japoneses da terra natal pudessem se agasalhar no rigoroso inverno que se aproximava.

Naquela época moça casadora que se prezasse e que seria requisito para ela ser uma boa esposa, era bem aceita se soubesse costurar, manejar as agulhas, cozinhar, servir a mesa, com noções de higiene, saúde e enfermagem, boas maneiras, melhor ainda se soubesse entreter a família tocando um instrumento musical, ou cantar e dançar o bailado japonês.

Pois a maioria dessas senhoras colaboradoras tinha essas habilidades. Na época era raro senhoras exercerem alguma profissão fora de casa (2004, p.6-7).

Ao reivindicar as experiências dessas mulheres como representativas, ela sobrepõe a imagem das mulheres imigrantes japonesas a representações do feminino associadas à classe média, evocando imagens de prendas domésticas, educação para o casamento, boas maneiras, etiqueta, dotes artísticos e domesticidades. O texto de Murakami, embora deva ser compreendido como uma elaboração retroativa de suas memórias e experiências da adolescência, remetem ao processo de construção de uma nova identidade para os japoneses no Brasil associada à ascensão socioeconômica para classe média e uma aliança com setores políticos conservadores. O discurso que desloca o sentido produtivo do trabalho das mulheres para uma noção de “ajuda” ou “complemento” situada no âmbito das relações familiares, que já existia no período anterior à Segunda Guerra Mundial, adquire novas roupagens no contexto de mudanças que se colocam, especialmente, a partir dos anos 1960, mediante ao êxodo rural de japoneses e descendentes em direção às cidades e a busca por formas de incorporação à sociedade brasileira a partir da educação e do mundo empresarial (CARDOSO, 1995).

Por limitações de tempo na análise e estudo do imenso volume de dados coletados pela pesquisa, não foi possível analisar, para o escopo desta tese, as atividades do *fujinkai* até os dias de hoje – de forma que este trabalho continua e está reservado para publicações futuras. Este capítulo, assim, consiste em apontamentos trazidos pelos eventos até o final da década de 1950, com as comemorações dos 50 Anos da Imigração Japonesa.

4.1. Anos 1950

Considerar as diferenças de classe entre mulheres imigrantes japonesas e nipo-descendentes permite observar outras clivagens que permeavam o conflito entre vitoristas e derrotistas após a Segunda Guerra Mundial. Takashi Maeyama (1979) foi o primeiro a apontar essa possibilidade ao descrever o conflito como um problema de “liderança” relacionado à percepção de que o “imigrante médio” (lê-se trabalhador agrícola) havia sido abandonado pelas autoridades consulares e empresas que geriam as atividades dos núcleos coloniais. Embora o

nacionalismo, na leitura de Maeyama, seja considerado apenas o catalisador, ou válvula de escape, de um conjunto complexo de pressões sociais, econômicas e raciais; seu papel nos vínculos sociais entre japoneses no Brasil pode ser demonstrado nas maneiras como as lideranças “esclarecidas” buscaram resgatar sentidos de pertencimento nacional e reposicionar símbolos do Império em um campo simbólico despido de conotações nacional-militaristas e revestido de sentimentalidade. Um exemplo está no excerto abaixo, retirado do Boletim Informativo da entidade.

Foi organizada uma recepção para a Consulesa Geral do Japão em São Paulo, a exma. Sra. Tiba, que participou de um chá na residência da sra. Ume Murakami com a presença de muitas senhoras e das jovens. Esse encontro foi uma forma do Consulado agradecer às senhoras pelo que elas fizeram e fazem dentro da comunidade. Elas se agruparam para recolher e depois enviar ao Japão mantimentos e outros produtos, principalmente açúcar. Muitas famílias se agruparam e enviaram ao Japão, para parentes e conhecidos, muito açúcar para amenizar as agruras do pós-guerra (2014, p.4)

O Esperança Fujinkai, neste sentido, teve um papel nevrálgico na produção dessas representações; seja na composição de imagens através das fotografias onde seus corpos, devidamente vestidos do avental branco que marcou a iconografia das associações femininas patrióticas japonesas, posavam ao lado de pilhas de doações a serem enviadas pela Cruz Vermelha; seja no enquadramento da “ajuda” ao Japão no âmbito da filantropia.

Cabe ressaltar que, além das sociedades de damas católicas supramencionadas, essa forma de associativismo feminino se proliferou no Brasil no início do século XX, com uma ampla participação de associações femininas migrantes como a Sociedade das Damas Israelitas (1915) (CYTRYNOWICZ, 2000; 2005; BLAY, 2013). Essas organizações tiveram, em suas origens, um sentido de ajuda mútua, envolvendo esposas de imigrantes bem-sucedidos que ajudavam na recepção de conterrâneos pobres e sem recursos, angariando fundos entre patricio e contribuindo para a sobrevivência durante os primeiros meses e eventual independência econômica dos novos imigrantes. Somadas a outras ações como a construção de escolas, hospitais, orfanatos e casas de repouso, as associações de grupos estrangeiros contribuíram para preencher um vazio em termos de serviços essenciais não providos pelo Estado, compatível com o modelo privado de assistência social vigente no país até meados de 1950. Fundamentadas em uma noção de solidariedade étnica justificada por valores e preceitos produzidos âmbito da cultura ou da religião, essas atividades protegeram indivíduos da precarização e vulnerabilidade na nova terra.

Esse processo, essencial para a ascensão socioeconômica de grupos migrantes e formação da classe média paulistana, se baseou também em um mecanismo de diferenciação em relação aos brasileiros pobres, em grande parte pessoas negras, que passariam a ser o público-alvo dessas entidades quando o fluxo de novos imigrantes diminuiu. Em outras palavras, é possível sugerir que uma forma como grupos étnicos migrantes passaram a reivindicar um status de “integração” na sociedade brasileira foi através do direcionamento de suas operações de ajuda mútua aos “brasileiros em geral”, que passam a ser alvo de suas intervenções e atos sentimentais. Considerar a caridade dentro da estrutura racial brasileira e de processos de formação de desigualdade econômica permite apreender a filantropia como parte de dinâmicas de poder e diferenciação de classe que operam em conjunto com a exploração do trabalho. Por trás de atos benevolentes e solidários empreendidos principalmente por mulheres, os grandes financiadores dessas assistências sociais foram empresas – e, no caso dos japoneses no Brasil, principalmente empresas japonesas que passaram a ingressar no país em meados de 1960 em grandes acordos binacionais. Essa observação não pretende desvalorizar o investimento emocional das mulheres que se dedicam a essas atividades, ou mesmo negar a importância das doações e outros serviços prestados no contexto do trabalho voluntário para melhorar a qualidade de vida de pessoas concretas em situações de necessidade. Pelo contrário, pretende-se demonstrar as inflexões entre assimetrias de gênero, classe e raça no campo do voluntariado, cuja dimensão afetiva demonstra as maneiras complexas como as relações de poder operam na sociedade.

No âmbito do Esperança Fujinkai, a primeira vez que as atividades de levantamento de fundos se estendem para além da coletividade japonesa é a doação para vítimas da seca no Nordeste em 1953. O ato foi concomitante às preparações para as comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo; ocasião em que associações de estrangeiros e suas representações diplomáticas foram convidadas a participar dos festejos apresentando diversas “contribuições” que fizeram para o “desenvolvimento” de São Paulo. Após dificuldades em reunir lideranças (HANDA, 1987), o Cônsul-Geral do Japão em São Paulo constituiu uma Comissão Colaboradora da Colônia Japonesa Pro-IV Centenário da Cidade de São Paulo, composta por dezenas de delegados, entre os quais Kiyoshi Yamamoto, que tivera uma atuação importante na Comissão de Socorro, e figuras da “velha ordem” como Chibata Miyakoshi (ex-K.K.K.K.), Kunito Miyasaka (ex-Bratac), Yoshiyuki Kato (ex-Bratac). Senichi Hachiya (Câmara de Comércio Brasil-Japão) e Sentaro Takaoka (ex-médico da K.K.K.K. e colunista do *Burajiru Jihō*). Participam também Kenkiti Shimomoto (Cooperativa Agrícola de Cotia),

Guenichiro Nakazawa (Cooperativa Sul-Brasil) e Kumaki Nakao. Pelo menos três homens dessa lista tinham esposas como membras fundadoras do Esperança Fujinkai: Seiko Takaoka, Suma Kato e Fukiko Hachiya. Chamada de primeira entidade global de japoneses no Brasil desde o início da imigração (COMISSÃO, 1992), tratava-se, sobretudo, de um grupo que misturava empresários e “esclarecidos” que se estabeleciam como liderança após a desarticulação do movimento vitorista. A presença dessas mulheres no Fujinkai não indica que elas estariam “obedecendo” seus maridos ou “seguindo” suas em promover sentidos de “comunidade japonesa” articulados com a ideia de progresso da sociedade brasileira. Pelo contrário, argumento que sua atuação fez parte da mesma estratégia. Essa doação, demonstrando empatia e sensibilidade do grupo aos problemas de uma outra região do país e fora do grupo japonês, embora provavelmente fundamentada por intenções sinceras, teve também o efeito narrativo de inserção na brasilidade.

4.1.1. “Peixes voadores”

Segundo o histórico do Esperança Fujinkai, o primeiro evento fora do âmbito da filantropia e relacionado à “colônia japonesa” foi a recepção dos “Peixes Voadores” – a equipe de nadadores japoneses composta por Shuichi Murayama, Hironoshin Furuhashi, Shiro Hashizume, Yoshihiro Hamaguchi e o técnico, Masanori Yusa. A estrela da delegação era Furuhashi, recordista mundial e considerado um herói nacional no Japão.

Furuhashi nasceu em 16 de setembro de 1928 na província de Shizuoka. Ele foi primeiramente reconhecido como nadador em competições domésticas quando atingiu o recorde mundial nos 400 metros livres em 1947. Em 1948, em função de sanções pela derrota na Segunda Guerra Mundial, o Japão não pôde participar das Olimpíadas de Londres. Em resposta, foram realizadas competições amistosas e demonstrações em Tóquio onde Furuhashi não apenas completou provas de 400 e 1.500 metros livres em tempos superiores aos medalhistas olímpicos, mas quebrou novamente recordes mundiais. Em 1949, Furuhashi e o que seria a equipe olímpica de natação masculina participaram do U.S. National Championships of Aquatics em Los Angeles, onde Furuhashi estabeleceu novos recordes mundiais em todas as categorias de estilo livre, recebendo o apelido de “peixe voador de Fujiyama”.

A vinda da equipe ao Brasil repercutiu grandemente na imprensa nacional e nos jornais em língua japonesa. Tomoo Handa descreve o entusiasmo com a vinda da equipe como “[...] *uma das melhores [notícias], senão a melhor, recebida na colônia japonesa no pós-guerra, ou*

talvez em toda a história da imigração japonesa para o Brasil” (1987, p.746). Exageros a parte, a equipe consistia na primeira delegação vinda do Japão desde a ruptura das relações diplomáticas entre os países. Era particularmente simbólico Furuhashi ser considerado o “melhor nadador de todos os tempos” (Correio da Manhã, 05/03/1950) poucos anos após a derrota do país na Segunda Guerra Mundial e em plena ocupação americana. Os esportes no pós-Guerra japonês, segundo Yoshikuni Igarasahi (2011), representavam um campo simbólico de reconstrução de representações sobre o corpo nacional em que o país, submetido na arena política e militar, buscava subverter a dominação através de performances atléticas superiores. Autorizados pelas forças de ocupação a deixar o país, os “peixes voadores” percorreram locais com alta concentração de japoneses no exterior, como o Havaí, Estados Unidos (Califórnia) e o Brasil, fazendo demonstrações junto à atletas locais, entre os quais *nissei*, produzindo uma narrativa de reconciliação e unidade transnacional através de afinidades esportivas.

Como a vinda dos “peixes voadores” para o Brasil foi articulada não se sabe. Na prática, a repercussão foi aproveitada para mobilizar os japoneses e descendentes no Brasil em torno de um propósito comum, além de promover a conscientização dos imigrantes acerca do resultado da Guerra, tendo em vista que a Shindō Renmei ainda estava em atividade (LESSER, 2001). É possível que as lideranças “esclarecidas” tenham feito ou recebido solicitações através das representações diplomáticas americanas, que também demonstravam preocupações com a força do nacionalismo vitorista. O ano de 1950 marca o início da Guerra da Coreia, quando os Estados Unidos passam a se interessar na reconstrução, democratização e desenvolvimento urbano-industrial do Japão como uma forma de conter o avanço do comunismo na Ásia. No contexto da Guerra Fria, o cultivo dos laços transnacionais entre os japoneses do Japão e das comunidades japonesas ultramarinas tiveram papel na elaboração de um senso de paz e integração entre diferentes nações e culturas sob a tutela dos Estados Unidos¹⁴³.

¹⁴³ Esse projeto de hegemonia, em especial no que concerne a formação de redes transacionais de colaboração entre mulheres, foi amplamente estudado por Mire Koikari. Em *Cold War Encounters in US-Occupied Okinawa: Women, Militarized Domesticity and Transnationalism in East Asia* (2015), a socióloga explora as afiliações entre mulheres a partir de diversas localizações (Havaí, Japão, Michigan, e Okinawa) como moldadas pela crença de que as mulheres poderiam exercer um papel essencial em promover a democracia, paz mundial e o empoderamento de mulheres, embora de maneiras não politizadas. Ao se conhecer e formar amizades, as mulheres iriam forjar laços de amizade e melhorar a sociedade através de estratégias domésticas científicas e racionais. Para Koikari, o quadro analítico revelado sugere que as mulheres emergiram “[...] as feminized agentes of Cold War expansionismo and turned their homes into a focal site of imperial politics”. Como atividades que simultaneamente reforçam e subvertem a hegemonia masculina, Koikari conclui que a domesticidade, especialmente como moldada no pós-Guerra okinawano, facilitou o imperialismo e militarismo americano ao mesmo tempo em que abriu acesso para possibilidades positivas às mulheres através do acesso ao conhecimento, viagens e empoderamento.

A recepção dos “peixes voadores” no Estádio do Pacaembu marcou a primeira vez que a bandeira nacional japonesa foi hasteada no Brasil após a Guerra, seguida do hino nacional *Kimi ga yo*. Associada fortemente à simbologia do Império e utilizada para torturar suspeitos durante a caça à Shindō Renmei, a bandeira *Hi no Maru* passou a representar uma catarse coletiva após anos de repressão e exclusão, possibilitada pela dupla presença de Adhemar de Barros e dos “peixes voadores”.

A imprensa em língua japonesa descreveu em detalhes cada reação e cada passo dos atletas. Um comitê de seis moças *nissei* entregaram flores à equipe, e o jornal *Burajiru Jihō* deu especial atenção ao encontro dos atletas com as jovens, sugerindo um possível flerte ou admiração por parte de um deles após, supostamente, um roçar de dedos com uma das moças por baixo do buquê de flores.

Figura 4.1. “Belas jovens” recebem os “peixes voadores” no aeroporto de Congonhas (Jornal Burajiru Jihō, 8 de março de 1950)



ときめく胸を花束で押えながら選手一行の着聖を待ちこ
がれている白衣の可愛らしい七人の娘さん達

Fonte: Internatinal Research Center for Japanese Studies (s/d)

A dramatização de uma possível ligação amorosa ou atração entre as *nissei* brasileiras e os atletas japoneses constituiu um dos diversos momentos de performances públicas de afinidades entre japoneses do Japão e nipo-descendentes no exterior veiculados na visita da equipe. Em meio às demonstrações, foram organizadas campanhas de arrecadação de doações

para ajudar a continuação do treinamento dos atletas. Os japoneses no Brasil poderiam continuar contribuindo com a reconstrução do Japão através do apoio ao esporte, romantizando as dificuldades financeiras dos atletas e a capacidade de vencer sem recursos e apenas com a força “do espírito” – uma forma de reatualizar a ideia do “espírito japonês” produzido no âmbito da expansão militar.

A imprensa também deu especial atenção ao encontro dos “peixes voadores” com o atleta *nissei* brasileiro Tetsuo Okamoto, que treinava no Yara Esporte Clube de Marília e acompanhou a equipe em seu tour por diversas cidades. O encontro foi simbólico também pelo fato do treinamento de Okamoto ter sido possível pela simpatia do prefeito de Marília, que permitiu que os descendentes de japoneses continuassem usando o clube apesar das restrições impostas durante e depois da Segunda Guerra Mundial. Okamoto se tornou recordista sul-americano nos Jogos Pan-Americanos de 1951 e sua vitória foi atribuída ao suposto conselho que Furuhashi lhe dera na ocasião de sua visita ao Brasil: “nadar 10 quilômetros todos os dias”, uma distancia significativamente superior àquela recomendada pelo treinador do Yara.

Figura 4.2. Os três “japoneses” medalhistas olímpicos dos 1.500 metros livres. 1952



Fonte: Discovery Nikkei (2016)

O vínculo de mestre-pupilo entre Furuhashi e Okamoto foi novamente dramatizado em 1952, quando o atleta brasileiro competiu nos Jogos Olímpicos de Helsinque, na Finlândia, e

conquistou a medalha de bronze nos 1.500 metros livres. A mobilização da ideia de “espírito japonês” para falar do *nissei* brasileiro foi narrada pelo jornal *Nikkei Shimbun*, que incluiu a anedota: Okamoto, prestes a desmaiar durante a última volta da prova, teria ouvido a voz de seu pai dizendo “Você é um descendente de samurai, mostre primeiro o espírito japonês e depois morra” – o que o teria motivado a nadar com todas as forças até a vitória (Discovery Nikkei, 14/06/2016). O “peixe voador” Hashizume chegou em segundo lugar e a medalha de ouro ficou com o *nissei* havaiano Ford Konno. A fotografia do pódio também é emblemática em termos de uma iconografia das afinidades transnacionais entre japoneses e nipo-descendentes.

O Esperança Fujinkai teria realizado a “recepção ao nadador Furuhashi” em 1950, mas a natureza do evento não especifica se foi uma participação em um dos diversos eventos em que os nadadores estiveram presentes. A articulação de suas atividades com o círculo de líderes que se consolidava na coletividade japonesa de São Paulo sugere que talvez tenha sido algum tipo de encontro privado com as lideranças, em que elas participaram e/ou cuidaram dos comes e bebes.

4.1.2. Palestras e cursos

Desde o início de suas atividades em 1950, a Sociedade Beneficente Feminina Esperança passou a realizar cursos, aulas livres e palestras para suas associadas. Os temas, de modo geral, giravam em torno de questões consideradas “de interesse da mulher” como culinária, *ikebana* (arranjo floral), artes, cerimônia do chá, entre outros. Essas atividades, além de compor um repertório de práticas que agregou e manteve o interesse das associadas, contribuiu para a retomada das atividades culturais que tinham lugar antes da Segunda Guerra Mundial, reaquecendo o campo cultural e, de certa forma, recompondo um núcleo de alunas e interessadas nas atividades.

As palestras também eram formas de prestigiar visitantes ilustres do Japão e suas esposas, não necessariamente constituindo eventos articulados apenas para o Fujinkai. Depois dos “Peixes voadores”, comitivas de atletas, artistas de teatro, música e dança visitaram o Brasil em diferentes momentos, mobilizando a imprensa e ocasiões coletivas que, também, reaqueceram a vida associativa e estimularam a reorganização de associações japonesas locais e de província. Na medida em que as associações perdiam funções econômicas (CARDOSO,

1995), foram as atividades culturais e recreativas que atraíram associados e passaram a definir o sentido de suas operações.

No âmbito do Esperança Fujinkai, as palestras poderiam ter um caráter de interesse específico para as membras, como foi a visita do ginecologista da Universidade de Kenyu, Kakuichi Ando (1956). Embora a natureza da vinda do médico ao Brasil não pôde ser verificada, é possível verificar a rearticulação de um campo de saberes médicos e nutricionais que vão informar as práticas do Esperança e outros *fujinkai* que serão constituídos no Brasil após os anos 1960. Embora no espaço desta tese esta questão não tenha sido desenvolvida com maiores detalhes, verifica-se a partir dos anos 1960 até os dias atuais a proliferação de métodos de saúde japoneses extremamente populares e difundidos através dos *fujinkai*. A articulação de “japonês” como um atributo que eleva a qualidade de práticas alimentares, de exercícios, remédios e técnicas ecoa certos discursos produzidos no âmbito do Império, porém despolitizados e rearticulados em torno de imagens positivas no pós-Guerra.

As palestras muitas vezes tinham o propósito de prestigiar visitantes com notabilidade pública e suas esposas. Além de diversos chás e confraternizações com a “consulesa” (não se trata de uma Cônsul do sexo feminino, mas da esposa do Cônsul), as membras convidaram, também, Sumiko Yukawa, esposa do prêmio Nobel de Física Hideki Yukawa, que estava no Brasil para as Comemorações do Cinquentenário da Imigração Japonesa no Brasil em 1958. Nesta ocasião, o casal Mikasa, compreendendo o irmão do Imperador e sua esposa, visitaram Suzano, Mogi das Cruzes, Londrina, Lins, Marília, Presidente Prudente, Santos, recebidos por multidões entusiasmadas. Diz-se que do trajeto do aeroporto até a cidade de Londrina havia 50 mil pessoas no trajeto.

A vinda de Yukawa também se inseria no contexto da campanha para o “esclarecimento” dos japoneses no Brasil acerca do resultado da Guerra. Agraciado com o prêmio Nobel de Física em 1949, Yukawa fora convidado para dar testemunho sobre a derrota do Japão em 1952, em uma carta assinada pelo físico Shiguelo Watanabe, professor titular aposentado do Instituto de Física da USP, e pelo engenheiro Ayami Tsukamoto. À semelhança “peixes voadores”, o convite visava pessoas de notabilidade que poderiam “conscientizar” os japoneses no Brasil sobre a situação do Japão ao mesmo tempo em que promovia o prestígio do país natal apresentando seus melhores “profissionais” e “pioneiros”, refazendo a narrativa do Japão como um país moderno, de um estoque nacional de alta qualidade e capaz de contribuir para o progresso da humanidade. Alguns japoneses chegaram a fazer uma campanha para levantar fundos e custear a viagem de Yukawa.

O físico não pôde viajar ao Brasil na época, então o montante foi doado à Universidade de Kyoto, que passava por sérias dificuldades financeiras no pós-Guerra. O dinheiro financiou a compra de peças para um microscópio binocular, além de estimular a formação de um grupo de pesquisas experimentais envolvendo o próprio Yukawa e uma equipe que, posteriormente, também seria premiada e reconhecida internacionalmente. Em 1958, Yukawa visitou o Brasil para as comemorações do Cinquentenário da Imigração Japonesa juntamente com o físico Mitsuo Taketani, famoso pela chamada “teoria dos três estágios” em que aplica princípios da teoria marxista à filosofia da ciência. Em São Bernardo do Campo, eles visitam o grupo responsável pela arrecadação de fundos para a Universidade de Kyoto e, na ocasião do recebimento do cargo de diretor científico do Instituto de Física Teórica em São Paulo, fez um discurso público onde agradeceu aos imigrantes japoneses pelo seu esforço. Em 1962, quando Yukawa e o cientista brasileiro Cesar Lattes estabeleceram a Colaboração Brasil-Japão de Raios Cósmicos, os imigrantes japoneses foram exaltados como a ponte que ligou as melhores mentes científicas em polos opostos do mundo.

O mecanismo de tratar esposas de autoridades também como personalidades notáveis merece considerações mais cuidadosas. Embora os convites para palestras e as recepções organizadas pelo *fujinkai* possam ser consideradas formas de cultivar boas relações com o Consulado e os visitantes oriundos do Japão, cabe levar em conta a etiqueta desses eventos também como uma forma de comunicar status e estabelecer distinções. Embora não existam registros como fotografias ou relatos que permitam uma análise mais minuciosa dessas ocasiões, cabe considerar que o núcleo de direção do Fujinkai Esperança se constituía de mulheres relativamente privilegiadas no conjunto da população de origem japonesa no Brasil, muitas delas com alguma formação em prendas domésticas e etiqueta social.

As preocupações com a etiqueta circularam no Fujinkai através da figura de Michie Akama (neé Ota), educadora e fundadora da Escola de Corte e Costura Akama em 1933. Nascida em 18 de setembro de 1903, na aldeia de Kawasaki, distrito de Shibata, na Província de Miyagi, Michie se formou em uma renomada escola de corte e costura em Tóquio em 1922 e foi diplomada como normalista em 1924¹⁴⁴. Lecionou por aproximadamente cinco anos em

¹⁴⁴ Regina Akama (2008) afirma que Michie se formou na Escola Técnica Feminina Watanabe, atual *Tokyo Kasei Daogaku* (Universidade de Economia Doméstica de Tóquio). O site oficial da universidade, por sua vez, afirma que o nome da escola no período em que Michie Akama teria sido aluna era *Wayo Saihō Denshujo* (em inglês, *School for Japanese and Western Seamstress Techniques*). A escola foi fundada em 1881 e foi notável por seus cursos femininos a nível avançado e a formação de professoras. Em 1922, a escola passou a se chamar *Tokyo Joshi College* e, em 1949, foi elevada ao status de universidade. A missão da Universidade é “Independência e autonomia para mulheres”, e seu motto, “Afeto, diligência e inteligência”.

um curso profissionalizante para mulheres em Tóquio, a Escola Vocacional Feminina Tohoku, administrado pelo Instituto Educacional Mishima Gakuen, em Sendai.

Michie e seu marido Jiuji Akama imigraram para o Brasil em 1930. Jiuji era formado em Oceanografia pela Universidade Imperial de Hokkaido e trabalhava como professor na Escola de Navio Mercante e Produção Marítima da Província de Shimane. Segundo a biografia de Michie (AKAMA, 2008), a decisão de imigrar para o Brasil veio do sonho do marido em se dedicar ao desenvolvimento da pesca marítima a partir de um artigo de jornal que leu no jornal *Kohaku Shimbun*, da cidade de Sendai. Em função das restrições da legislação brasileira em se dedicar à pesca marítima, o casal trabalhou em uma fazenda em Cafelândia por um ano até se mudar para Registro, onde ele foi convidado para lecionar na Escola da Quarta Divisão, atual bairro de Taquarçu. Teria sido as experiências no casal na cafeicultura e a constatação da “situação lamentável” (sic) das moças que levaram Michie a fundar uma escola.

A emergência da Escola de Corte e Costura Akama elaborada em torno da mítica de sua fundadora, não esclarece aspectos que poderiam mostrar os interesses das lideranças da coletividade japonesa antes da Segunda Guerra Mundial em uma escola de formação feminina. O mais importante, talvez, seja o financiamento para o empreendimento, atribuído ao casal Akama, embora no relato biográfico de Michie ela tenha admitido que não tinham recursos próprios. Considerando de onde viria a demanda para uma educação feminina aos moldes “japoneses” – das famílias com maior renda – é possível que tenha recebido algum tipo de recurso ligado ao Consulado ou à K.K.K.K.. Entre as alunas formadas pela Escola de Corte e Costura Akama, que aos poucos se tornou uma escola de formação feminina, estiveram muitas mulheres do interior do Estado de São Paulo e de outras regiões do Brasil que, ao retornar para suas cidades, muitas vezes abriram suas próprias escolas de corte e costura, lecionaram como normalistas nas escolas de núcleos japoneses e se casaram com profissionais liberais. É importante ressaltar que a constituição da educação feminina japonesa no Brasil se deu de modo articulado aos processos de diferenciação socioeconômica entre imigrantes, e a formação de um grupo de “elite” em que a sociabilidade demandava das mulheres, especialmente para as filhas nascidas no Brasil, um manejo linguístico mais sofisticado, além de dotes artísticos e de decoro. Em um contexto em que uma liderança diferenciada estabelecia contatos com altos funcionários do Japão e do Brasil, a sociabilidade feminina envolvia saberes e práticas que qualificavam e promoviam afinidades.

Michie Akama produziu, ao longo de sua vida, artigos e livros sobre etiqueta, relações interpessoais e educação feminina que foram divulgados no *Esperança Fujinkai* e em outros

espaços como colunas de jornais, artigos em revistas e entrevistas de rádio. Embora nessas ocasiões o conjunto de conhecimentos que ela oferecia através do currículo de sua escola fosse compartilhado através de imagens massificadas e sínteses genéricas, é possível apreender a emergência de um campo de trocas de saberes e comunicação de mulheres, para mulheres, em que a harmonia doméstica e o trabalho feminino na promoção de entendimentos e afinidades interculturais é central.

4.2. Imigração no pós-Guerra e Mobilidade Urbana

Segundo Hiroshi Saito (1980), a partir de 1953, a retomada da imigração para o Brasil, marca tendências distintas em relação ao ciclo anterior a Segunda Guerra Mundial. Saito estabelece como principais diferenças o grande número de homens solteiros que se dirigem a núcleos coloniais na Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste, bem como a ausência de “espírito *dekasegi*” – ou vontade/planos de retornar ao Japão. A primeira leva chegou em 18 de janeiro e consistia em um grupo de 51 rapazes solteiros chamados por parentes residentes no Brasil. Antes de sua chegada, imigrantes japoneses interessados em retomar projetos de núcleos coloniais agrícolas negociaram com o Estado a introdução de novas famílias para a Amazônia e Mato Grosso, o que encontrou ressonância com os interesses do governo brasileiro em promover um projeto de interiorização do desenvolvimento, ou “Marcha para o Oeste”, tendo em via a fixação de núcleos populacionais e infraestrutura em terras indígenas categorizadas como “vazios demográficos”.

Após a derrota na Segunda Guerra Mundial, o Japão esteve ocupado pelas tropas americanas sob o comando do General Douglas MacArthur. O Imperador Hiroito foi mantido no trono. Com o Tratado de São Francisco em 8 de setembro de 1951, e efetivado em 28 de abril de 1952, encerra-se a ocupação com exceção de Okinawa, que renomeada como Ryūkyū, permanece sob o domínio americano até a “reversão” ao governo japonês em 1972. Segundo Motoyama e Okubaro (2016), os Estados Unidos tinham pouco interesse na reconstrução do Japão até a irrupção da Guerra da Coreia em 1950. Os Estados Unidos passam a investir não apenas na reconstrução e desenvolvimento industrial, mas na promoção de uma sociedade “democrática” através da proclamação de uma nova Constituição e um novo Código Civil que, inclusive, estabeleceu a igualdade jurídica entre homens e mulheres. A narrativa de que a ocupação americana “libertou” as mulheres japonesas do jugo do patriarcado japonês faz parte

de uma dinâmica discursiva importante para compreender o contexto da dominação imperial e como ela se formula como um ato benevolente ou libertador em relação aos sujeitos colonizados. Cabe lembrar que o Império Japonês, no âmbito de suas práticas coloniais, também se apresentou como um “emancipador de mulheres” e arregimentou apoiadores locais com promessas de “modernidade” e “civilização”. Nesse contexto, a emigração se apresentou como uma saída para o problema populacional colocado pela economia arrasada pela guerra, ainda em recuperação, e a repatriação de milhares de japoneses que estavam estacionados em territórios colonizados. As pressões sociais e resistências quanto a ocupação levantaram temores sobre a adesão popular ao comunismo.

Ao mesmo tempo em que chegavam novos imigrantes, a coletividade japonesa passava por mudanças profundas em função do processo progressivo de saída da agricultura e mudança para as cidades (CARDOSO, 1995). A chegada de novos imigrantes, em grande parte do sexo masculino, e o casamento dos mesmos com mulheres *nissei*, deu vazão a uma série de conflitos que, no âmbito dos *fujinkai*, foram tratados como questões interpessoais e familiares. A constatação da distância efetiva percebida entre “japoneses” no Brasil e os novos imigrantes foi, nesse campo de saberes e discussões femininas, constantemente problematizado e elaborado como uma oportunidade de as mulheres exercerem habilidades como conciliadoras e mediadoras de contatos interculturais. As características desse campo, por sua vez, não puderam ser tratadas no intervalo cronológico de redação desta tese, e deve ser objeto de estudos futuros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese procurou demonstrar como as associações *fujinkai* mediaram formas de agência feminina articuladas em torno de representações de *feminilidade* e *domesticidade* que estiveram no centro de preocupações nativas sobre identidade, pertencimento nacional e mudança cultural.

Antes da Segunda Guerra Mundial, a centralidade da ideia de modernização – não apenas como um processo histórico concreto mas como aspiração – permite-nos conceber os impulsos internacionalizantes do moderno no sentido de apreender a identidade nacional não apenas como uma resposta às demandas internas por trabalhadores e cidadãos disciplinados, mas também como uma estratégia de comunicação, no plano internacional, para projetar imagens de poder, técnica, racionalidade e superioridade. A circulação de pessoas entre países, neste sentido, embora pautada por demandas e forças econômicas, políticas e sociais específicas de cada país, teve como consequência a emergência de zonas de contato que permitiram trocas e fluxos de informações, produtos e materiais que contestam a premissa de que as representações sobre identidade nacional estiveram limitadas a um passado idealizado e interrompido no momento da imigração para o Brasil. Trata-se, antes, de um fenômeno melhor compreendido sob uma perspectiva diaspórica e transnacional.

A atribuição das mulheres imigrantes japonesas à esfera doméstica e funções subalternas é normalmente significadas como um fruto da resiliência do patriarcado japonês. O que este trabalho procurou demonstrar é a importância de uma leitura transversal sobre a domesticidade, que compreende a produção de desigualdades entre homens e mulheres no contexto de outras relações como classe, raça, etnicidade e nacionalidade. O fato de associações *fujinkai* terem emergido simultaneamente no Japão, em suas colônias e nos locais de dispersão de japoneses pela emigração, bem como suas similaridades com outras formas de associativismo feminino, apontam para a possibilidade de considerar o associativismo entre imigrantes japoneses fora de uma chave analítica voltada para a solidariedade étnica constituída no âmbito da cultura.

O discurso hegemônico sobre os imigrantes japoneses e seus descendentes (que mesmo nascidos no Brasil na quarta ou quinta geração ainda são considerados “japoneses”) é que se

tratam de cidadãos trabalhadores, honestos e ordeiros; perfeitamente integrados na sociedade brasileira apesar de um começo difícil como agricultores miseráveis na cafeicultura paulista (COMISSÃO, 1992). A construção dessa narrativa se deu através da sobreposição de imagens de prosperidade e crescimento econômico do Japão entre os anos 1950 e 1980 e a percepção de um processo concreto de ascensão social, econômica e educacional de parte dos descendentes de japoneses no Brasil, especialmente na cidade de São Paulo. O aparente êxito do capitalismo japonês foi atribuído a um conjunto de técnicas de gerenciamento e relações de trabalho pautadas por “valores culturais” (como respeito à hierarquia, à ordem e senso de dever para com o coletivo) que teriam permitido à sociedade japonesa emergir dos escombros da Guerra para uma era de fartura na *pax democrática*. No Brasil, essas imagens foram personificadas tanto nas corporações japonesas que se estabeleceram em setores estratégicos como na construção da imagem dos imigrantes como minoria exemplar.

Os limites de tempo colocados pelo doutorado infelizmente deixaram uma série de questões em aberto, aos quais gostaria de, brevemente, expor nessa conclusão como diretrizes para estudos futuros. Uma delas se refere a como as associações femininas se comportaram durante a ditadura militar. Se parte dos *nissei* fez parte da burocracia do governo e atuou de forma a favorecer a atuação de nipo-brasileiros no campo empresarial (TANIGUTI, 2015; MOTOYAMA; OKUBARO, 2016), houve também aqueles que se rebelaram contra o regime e atuaram em grupos de esquerda, seja na luta armada ou em espaços da contra-cultura (LESSER, 2008). Na ocasião do sequestro do Cônsul Japonês Nobuo Okuchi em março de 1970 pela Vanguarda Popular Revolucionária foi um momento que testou as lealdades das entidades nipo-brasileiras hegemônicas. O cônsul descreveu a declaração da então presidente do Esperança Fujinkai, Mítica Murakami, em suas memórias do evento:

É sufocante pensar que jovens nissei estejam envolvidos no sequestro. Isso já foi tema de conversas em nossa associação. Parece que é bastante comum o fato das mães não saberes se os próprios filhos nesta idade tem participado de alguma atividade contra o governo e não são poucas as mães que lamentam essa falha de comunicação.

Não se pode descartar a possibilidade de que esse isolamento entre as mães e os filhos possa conduzir a alguma ação imprudente. Pode-se dizer que estamos numa época em que é necessário repensar que o lar é a base do convívio social.

Rezamos para que o cônsul geral possa retornar o mais breve possível. (OKUSHI, 1991, 46-47),

A situação dos *fujinkai* após a década de 1980, com a migração em massa de nipo-brasileiros para o Japão, se coloca também como uma questão a ser verificada, principalmente

pelas maneiras como esse processo impactou a própria imagem do grupo como uma minoria de sucesso. A partir desse período, os *fujinkai* vão experimentando um progressivo esvaziamento, e sua incapacidade de atrair novas membras, em particular mulheres jovens, tem constituído um indicativo de que a entidade estaria a caminho da extinção.

A poucas semanas da entrega deste trabalho, por sua vez, soube da articulação de um “Fujinkai feminista” - o que, por si só, aparenta uma contradição. Embora pesquisas com esse grupo não tenham sido realizadas até o momento, é interessante que optaram por manter o nome “fujinkai”, apesar de sua associação com o feminino doméstico e as atividades subalternas nas atividades associativas nipo-brasileiras. É provável que a intenção deste grupo é, justamente, subverter o termo e reorganizá-los em novas bases compatíveis com as demandas e reivindicações dessa nova geração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABADA, Teresa; TENKORANG, Eric. Pursuit of University education among the children of immigrants in Canada: the roles of parental human capital and social capital. **Journal of Youth Studies**, v.12, n.2, p.185-207, abril 2009.

AKAMA, Regina. **A formação da identidade feminina**: reconstruindo a memória e a história de vida de ex-alunas do internato São Paulo Saihou Jogakuin. 2008. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

ALBA, Richard; NEE, Victor. **Remaking the American mainstream**: assimilation and contemporary immigration. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau. **República: da belle époque à era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.215-287 (História da vida privada no Brasil, 3).

AMORÓS, Celia; MIGUEL, Ana de (Eds.). **Teoría feminista**: de la ilustración a la globalización. De la ilustración al segundo sexo. Madrid: Minerva, 2007

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**: reflections on the origin and spread of nationalism. London: Verso Books, 2006.

ANTMAN, Francisca. The impact of migration on family left behind. In: CONSTANT, Amelie; ZIMMERMANN, Klaus (Eds.) **International Handbook on the Economics of Migration**, Cheltenham, UK, and Northampton, USA: Edward Elgar, 2014, p. 293-308.

APPADURAI, Arjun. **Modernity at large**: cultural dimensions of globalization. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

ARATA, S. **O martírio do Imigrante Japonês durante a Guerra do Pacífico**. São Paulo: Topan-Press, 2011.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Revista Estudos Feministas**. v.3, n.15, p.645-772, setembro/dezembro 2007.

ASSOCIAÇÃO OKINAWA KENJIN DO BRASIL. **1 Século de História**: A comunidade okinawana no Brasil desde o navio Kasato Maru, 1908-2008. São Paulo: Paulo's Comunicações, 2012.

AYUSAWA, Shintarō. Geography and Japanese Knowledge of World Geography. **Monumenta Nipponica**, v.19, n. 3/4, p. 275-294, 1964.

AZUMA, Eiichiro. The Politics of Transnational History Making: Japanese Immigrants on the Western “Frontier”, 1927-1941. **The Journal of American History**, v.89, n.4, p. 1401-1430, 2003.

BHAMBRA, Gurinder K.. **Rethinking modernity**: postcolonialism and the Sociological Imagination. London: Palgrave Macmillan, 2007.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P Philippe; STREIFF-FENERD, Jocelyne. **Teorias da etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: UNESP, 1998, p.187-227.

BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo; SCOTT, Ana Silvia Volpi; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; TRUZZI, Oswaldo Mario Serra. **Atlas da imigração internacional em São Paulo, 1850-1950**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

_____.; _____.; _____.; _____. **Roteiro de fontes sobre a imigração em São Paulo 1850-1950**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

_____.; _____.; _____.; _____.; GOUVÊA, Marina Machado de Magalhães. **Repertório de legislação brasileira e paulista referente à imigração**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

BATTISTELLA, Graziano; CONACO, Maria Cecília. The impact of labour migration on the children left behind: a study of elementary school children in the Philippines. **Sojourn: Journal of Social Issues in Southeast Asia**, vol.13, n.2. pp.220-142, oct.1998.

BEFU, Harumi. **Hegemony of Homogeneity**: an Anthropological Analysis of Nihonjinron. Melbourne: Trans Pacific Press, 2001.

BENCHIMOL, Jaime Larry; SÁ, Magali Romero; KODAMA, Kaori. **Cerejeiras e cafezais**: as relações médico-científicas entre Brasil e Japão e a saga de Hideyo Noguchi. Rio de Janeiro: Bom Texto. 2009.

BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1997.

BESSE, Susan. **Restructuring Patriarchy**: the modernization of gender inequality in Brazil, 1914-1940. Chapel Hill, London: University of North Carolina Press, 1996.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BLAY, Eva Alterman. Gênero, resistência e identidade: imigrantes judeus no Brasil. **Tempo Social**, v.21, n.2, p.235-258, 2009.

_____. **O Brasil como destino**: raízes da imigração judaica contemporânea para São Paulo. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

_____. **Trabalho domesticado**: a mulher na indústria paulista. São Paulo: Ed. Ática, 1978.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo, preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. The forms of capital. In J. Richardson (ed.) **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. New York: Greenwood, 1986, pp. 241-258.

_____; WACQUANT, Louis. **An Invitation to Reflexive Sociology**. London: Routledge, 2007.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. Ruth C. L. O Papel das Associações Juvenis na Acluturação dos Japoneses. **Revista de Antropologia**, v. 7, p. 101-122, 1949.

_____. **Estrutura familiar e mobilidade social**: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo. São Paulo: Primus Comunicação, 1995.

CASTAÑEDA, Ernesto; BUCK, Lesley. Remittances, Transnational Parenting, and the Children Left Behind: Economic and Psychological Implications. **The Latin Americanist**. vol.55, p.85-110, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAIB, Sabah. Rapports sociaux de sexe au sein des familles immigrées: l'exemple des retours dans les pays d'origine et leur impact sur les trajectoires scolaires. **Cahiers du CEDREF** [Online], n.8-9, 2000, p. 217-239. Disponível em: <<http://cedref.revues.org/201>>. Acesso em: jan. 2012.

Christy, I. S. (1993). The Making of Imperial Subjects in Okinawa. **Positions**, 1 (3): 607–639.

COMISSÃO de Elaboração da História dos 80 Anos da Imigração Japonesa no Brasil. **Uma Epopéia Moderna: 80 Anos da Imigração Japonesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

CORRÊA, L.R. O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo: as atividades da polícia política e a intrincada organização de seu acervo. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, v.33, 2008.

COSER, Lewis A. Tendências Americanas. In: BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert (Org.). **História da Análise Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

COSTA, Albertina de Oliveira et.al (Org.). **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

CURRAN, Sara R.; SAGUY, Abigail. Migration and cultural change: a role for gender and social networks? **Journal of International Women's Studies**, v.2, n.3, p.54–77, jun. 2001.

CUTLER, David; GLEASER, D.E.; VIGDOR, J. “Ghettos and the Transmission of Ethnic Capital”. LOURY, G.; MODOOD, T.L TELES, S. (eds.) **Ethnicity, Social Mobility, and Public Policy. Comparing the US and the UK**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, pp. 204–21.

CYTRYNOWICZ, Roney. Instituições de assistência social e imigração judaica. **História Ciência Saúde -Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.169-184, abril 2005.

_____. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial.** São Paulo: Geração Editorial, 2000.

_____. **Unibes 85 anos: uma história do trabalho social da comunidade judaica em São Paulo.** São Paulo, Narrativa Um, 2000.

DeBIAGGI, Sylvia Dantas. Famílias brasileiras em um novo contexto cultural. In MARTES, Ana Cristina Braga; FLEISCHER, Soraya. (Org.). **Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais.** São Paulo: Paz e Terra, 2003, p.175-197.

DENIS, Ann. Intersectional Analysis: a contribution of feminism to sociology. **International Sociology.** v.23, n.5, p.677-694, set. 2008.

DEZEM, Rogério. Hi no maru manchado de sangue: A Shindo Renmei e o DOPS/SP. In: TAKEUCHI, Márcia Yumi; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Coord.) **Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário, memória.** São Paulo: Edusp, 2000.

_____. **Shindô Renmei: terrorismo e repressão.** São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2011.

DOUGLASS, Mike; ROBERTS, Glenda S. “Japan in a global age of migration”. In: DOUGLASS, M.; ROBERTS, G.S. *Japan and the global migration: foreign workers and the advent of a multicultural society.* London/ New York: Routledge, 2000.

DOWER, John. “Black Ships and Samurai: Commodore Perry and the Opening of Japan (1853-1854)”. *MIT Visualizing Cultures*, 2018. Disponível em: <https://ocw.mit.edu/as7870/21f/21f.027/black_ships_and_samurai/bss_essay01.html>. Acessado em: dezembro 2018.

DUUS, Peter (ed.). **The Cambridge History of Japan: The Twentieth Century.** Vol.6. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

EHRENREICH, Barbara; HOCHSCHILD, Arlie Russell (Ed.). **Global Woman: nannies, maids, and sex workers in the new economy.** New York: Metropolitan Books, 2004.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. Ukiyo-e. **Encyclopædia Britannica.** 2013. Disponível em: <<https://www.britannica.com/art/ukiyo-e>>. Acessado em: junho 2019.

ENDO, Toake. **Exporting Japan: Politics of Emigration toward Latin America.** Champaign: University of Illinois Press, 2009.

FALQUET, Jules et. al. **Le sexe de la mondialisation: genre, classe, race et nouvelle division du travail.** Paris, Presses de Sciences Po, 2010.

FAUSTO, Boris. Imigração: cortes e continuidades. In: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea.** Vol. 4. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

FONER, Nancy. **From Ellis Island to JFK: New York's Two Waves of Immigration.** New York: Russell Sage Foundation, 2000.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. **Social Text**, n. 25/26, p. 56-80, 1990.

FUKASAWA, Masayuki. **Se o grão de arroz não morre: colônias de imigrantes japoneses.** São Paulo: Jornal Nikkey Shimbun, 2008.

FUJITANI, Takashi. **Splendid Monarchy: Power and Pageantry in Modern Japan.** Berkeley, Los Angeles: University of California. Press, 1996.

GARON, Sheldon. Rethinking Modernization and Modernity in Japanese History: A Focus on State-Society Relations. **The Journal of Asian Studies**, v.53, n.2, p.346-366, 1994.

GERMER, Andrea; MACKIE, Vera; WÖHR, Ulrike (eds.). **Gender, Nation and State in Modern Japan.** London, New York: Routledge, 2014.

GORDON, Andrew. **A Modern History of Japan: from Tokugawa times to the present.** Oxford, New York: Oxford University Press, 2009.

GLUCK, Carol. **Japan's Modern Myths: Ideology in the Late Meiji Period.** Princeton: Princeton University Press, 1985.

GREEN, Nancy. Time and study of assimilation. **Rethinking History**. v.10, n.2, p.239-258, jun.2006.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigações sobre uma Categoria da Sociedade Burguesa.** São Paulo: Editora UNESP, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice/ Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro. DP&A, 2006.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Humanitas, 2009.

HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil.** São Paulo: T.A. Queiroz Editor/ Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

HATANAKA, M. L. E. **O Processo Judicial da Shindo-Remmei: um fragmento da história dos imigrantes japoneses no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2002.

HAYASHI, Brian Masaru. **Democratizing the Enemy: the Japanese-American Internment.** Princeton, Oxford: Princeton University Press, 2004.

HASHIMOTO, Shirlei Lica Ichisato. **As representações dos japoneses nos textos modernistas brasileiros: Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Juó Benanére.** 2012. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

HIGA, Laís Miwa. *Umi nu kanata – Do outro lado do mar: história e diferença na “comunidade okinawana-brasileira”*. 2015. 255f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

HIRABAYASHI, Lane Ryo; KIKUMURA-YANO, Akemi; HIRABAYASHI, James A. (eds.). **New Worlds, New Lives: Globalization and People of Japanese Descent in the Americas and from Latin America in Japan**. Stanford: Stanford University Press, 2002.

HIRATSUKA, Raichō. **In the Beginning, Woman Was the Sun: the Autobiography of a Japanese Feminist**. New York: Columbia University Press, 2006.

HOANG, Lan Anh; YEOH, Brenda. Breadwinning Wives and “Left-Behind” Husbands: Men and Masculinities in the Vietnamese Transnational Family. **Gender & Society**, v.25, n.6, pp.717-739, December 2011.

HOBSBAWN, ERIC; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOSOKAWA, Bill. **Nisei: the Quiet Americans**. Portland: University Press of Colorado, 1969.

HOSOKAWA, Shūhei. Burajiru Jihō, a Japanese newspaper in Brazil. **Nichibunken Newsletter**, n.92, p.1-3, December 2015.

IACOBELLI, Pedro. **Postwar Emigration to South America from Japan and the Ryukyu Islands**. London: Bloomsbury Academic, 2017.

ICHIOKA, Yuji. Ameyuki-san: Japanese Prostitutes in Nineteenth-Century America. **Amerasia Journal**, v.4, n. 1, p.1-21, 1977.

IGARASHI, Yoshikuni. **Corpos da Memória: Narrativas do pós-guerra na cultura japonesa (1945-1970)**. São Paulo: Annablume, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

JUSTO, Carolina Raquel. Fundos para conter conflitos do pós-guerra na colônia japonesa beneficiaram física. **Ciência e Cultura**, v.60, n.2, p.14-15, 2008.

KANASHIRO, Vitor Uehara. **Cantos da memória diaspórica: representações, (des)identificações e performances de Mishima a Okinawa**. 2015. 272f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

KAWAMURA, Lili. **Para onde vão os brasileiros?** Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

KIMURA, Yukiko. **Issei: Japanese Immigrants in Hawaii**. Honolulu: University of Hawaii Press, 1988.

KITAHARA, Michio. Commodore Perry and the Japanese: A Study in the Dramaturgy of Power. **Symbolic Interaction**, p. 53-65, 1986.

KOIKARI, Mire. **Cold War Encounters in US-Occupied Okinawa**: Women, Militarized Domesticity, and Transnationalism in East Asia. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

KONIGAME, Maria Juliana. **O local e o global na comunidade nipo-brasileira**: um exercício sociológico sob o prisma dos jovens na cidade de São Paulo. 2011. Dissertação (Mestrando em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

KONNO, Samara. **Retornando à casa**: o culto aos antepassados okinawanos. 2015. 139f. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

KOSMINSKI, Ethel. Por uma etnografia feminista das migrações internacionais: dos estudos de aculturação para os estudos de gênero. **Revista Estudos Feministas**, v.3, n.15, p.773-804, setembro/dezembro 2007.

KOYAMA, Shizuko. **Ryosai Kenbo**: The Educational Ideal of “Good Wife, Wise Mother” in Modern Japan. Boston: BRILL, 2013.

KUMASAKA, Y; SAITO, Hiroshi. Kachigumi: a collective delusion among the Japanese and their descendants in Brazil. **Canadian Psychiatric Association Journal**, v.15, n. 2, p.167-175, 1970.

LEE, Caroline Ricca; SHIMABUKURO, Gabriela Akemi; HIGA, Laís Miwa. Feminismo Asiático. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Explosão Femiasta**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2001.

_____. **Uma diáspora descontente**: os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica. 1960-1980. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LEVITT, Peggy; JAWORSKY, Nadya. Transnational migration studies: past developments and future trends. *Annual Review of Sociology*, v.33, p.129-156, 2007.

LEVITT, Peggy; GLICK-SCHILLER, Nina. Transnational perspectives on migration: conceptualizing simultaneity. **International Migration Review**, v.145, n.38, p.595-629, fall 2004.

LONE, Stuart. **The Japanese community in Brazil, 1908–1940**: between samurai and carnival. New York: Palgrave, 2001.

LOWE, Lisa. **Immigrant Acts**: On Asian American Cultural Politics. Durham: Duke University Press, 1996.

LOWY, Dina. **The Japanese “New Woman”**: Images of Gender and Modernity. New Brunswick, New Jersey, London: Rutgers University Press, 2007.

MACKIE, Vera. **Feminism in Modern Japan**: citizenship, embodiment and sexuality. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MAEYAMA, Takashi. Ethnicity, Secret Societies, and Associations: The Japanese in Brazil. **Comparative Studies in Society and History**, v.21, n. 4, p.589-610, 1979.

_____. **Margarida Vatanabe**: 53 anos de assistência a imigrantes e idosos. São Paulo: Zipango, 2004.

MAIO, Marcelo. Kasato Maru: navio que levou japoneses ao Brasil será resgatado. **IPC Digital**, 29 fevereiro 2019. Disponível em: <<http://www.ipcdigital.com/internacional/navio-que-levou-japoneses-ao-brasil-sera-resgatado/>>. Acessado em: janeiro 2019.

MARTES, Ana Cristina Braga; FLEISCHER, Soraya. (Org.). **Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MIASATO, Doris Moromisato. In: HIRABAYASHI, Lane Ryo; KIKUMURA-YANO, Akemi; HIRABAYASHI, James A. (eds.). **New Worlds, New Lives: Globalization and People of Japanese Descent in the Americas and from Latin America in Japan**. Stanford: Stanford University Press, 2002.

MICHAELIS. **Dicionário Prático Japonês-Português**. 2ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

MOLONY, Barbara. Gender, Citizenship and Dress in Modernizing Japan. In: ROCES, Mina; EDWARDS, Louise. **The Politics of Dress in Asia and the Americas**. London: Sussex Academic Press, 2007, pp. 81-100.

MORAIS, Fernando. **Corações sujos**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

MORI, Koichi. Identity transformations among their Descendants in Brazil. In: LESSER, Jeffrey (org.). **Seaching for Home Abroad**: Japanese-Brazilians and the Transnational Moment. New York: Duke University Press, 2003, pp. 47-65.

MOROKVASIK, Mirjana. Birds of passage are also women. **International Migration Review**, v.18, n.4, p.886-905, 1984.

_____. Le genre est au coeur des migrations. FALQUET, Jules et. al. **Le sexe de la mondialisation**: genre, classe, race et nouvelle division du travail. Paris, Presses de Sciences Po, 2010, p. 105-119.

_____. Gendering Migration. **Migracijske i etničke teme**, v.30, n.2, p.355-378, 2014.

_____. Migration, gender, empowerment. In: LENZ, Ilse; ULRICH, Charlotte; FERSCH, Barbara (Org.). **Gender orders unbound**: globalization, restructuring and reciprocity. Opladen, Germany; Farmington Hills, MI: Barbara Budrich Publishers, 2007, p.69-97.

MOTOYAMA, Shozo. **Sob o signo do sol levante**: uma história da imigração japonesa no Brasil (1908-1941). Vol. 1. São Paulo: Paulos Comunicações, 2011.

_____.; OKUBARO, Jorge. **Do conflito á integração**: uma história da imigração japonesa no Brasil (1941-2008). Vol. 2. São Paulo: Paulos Comunicações, 2016.

MOZÈRE, Liane. La mondialization comme arène de «trouvailles accumulées»? Des domestiques philippines à Paris. In: FALQUET, Jules et. al. **Le sexe de la mondialisation**: genre, classe, race et nouvelle division du travail. Paris, Presses de Sciences Po, 2010, p. 151-164.

NAKADA, M; TAKAYAMA, Noriko. Burajiru Nihon Imin no Jōsei Shi. In: BURAJIRU NIHON IMIN HYAKUSHŪNEN KINEN KYŌKAI; NIHON GOHAN; BURAJIRU NIHON IMIN HYAKUNENSHI HENSAN; KANKŌ IINKAI. **Burajiru Nihon Imin Hyaku Nen Shi**. Dai 3 Kan: Seikatsu to Bunka Hen. Tóquio: Fūkyōsha, 2010.

NAKAMOTO, Ana Luisa Campanha. **De volta para casa**: um estudo sobre brasileiras e brasileiros retornados do Japão. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. **Trajetórias femininas, memória e imigração**: judias e japonesas em São Paulo no início do século XX. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009. Relatório Final de Atividades Bolsa PIBIC/USP/CNPq.

NAKAMURA, Hiroko. **Fujinkai no Brasil**: um Estudo de Caso. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1992. Monografia.

NAKAMURA, Kelli. Fujinkai. **Densho Encyclopedia**. 2016. Disponível em: <<https://encyclopedia.densho.org/Fujinkai/>>. Acesso em: 2018.

_____. Kachigumi. **Densho Encyclopedia**. 2015. Disponível em: <<https://encyclopedia.densho.org/Kachigumi/>>. Acesso em: 2018.

_____. The Power Behind the Scenes [*enno shitano chikaramochi*]: The Activism of Buddhist Women in Hawai'i. **Hawaiian Journal of History**, v.62, p.89-115, 2018.

NEGAWA, Sachio. Um comerciante japonês: história de vida no bairro oriental de São Paulo. **Revista de Estudos Japoneses**, n.21, p.101-114, 2001.

NINOMIYA, Masato (org). **Dekassegui**: palestras e exposições do simpósio sobre o fenômeno chamado dekassegui. São Paulo: Estação Liberdade, Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

NISBET, Robert. **The sociological tradition**. London: Heinemann, 1967.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **A Imigração Japonesa para a Lavoura Cafeeira Paulista (1908-1922)**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1973.

NUCCI, Priscila. **Os intelectuais diante do racismo antinipônico no Brasil: textos e silêncios**. São Paulo: Annablume, 2010.

OCADA, Fabio. **A tecelagem da vida com fios partidos**: as motivações invisíveis da emigração de kassegui ao Japão em quatro estações. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2006.

_____. Recordações de um fragmento da história da imigração japonesa no Brasil. **Ruris**, v.6, n.1, p.75-106, março 2012.

ODA, Ernani. Interpretações da “cultura japonesa” e seus reflexos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.26, p. 103-117, 2011.

OKAMOTO, Monica Setuyo; NAGAMURA, Yukako. Burajiru Jihō (Notícias do Brasil) e Nippak Shimbun (Jornal Nipo-Brasileiro): os primeiros tempos dos jornais japoneses no Brasil (1916-1941). **Revista Escritos**, v.9, p.147-179, 2015.

OKUBARO, Jorge. **O súdito**: Banzai, Massateru! São Paulo: Terceiro Nome, 2006.

OLIVEIRA, Ricardo Cardoso de. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ORTIZ, Renato. **O próximo e o distante: Japão e Modernidade-Mundo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PARK, Robert. **A Migração Humana e o Homem Marginal** [1948]. Organização, tradução e adaptação: Mário A. Eufrásio (edição apostilada), s/a.

PARREÑAS, Rhacel Salazar. **Children of Global Migration**: Transnational Families and Gendered Woes. Stanford: Stanford University Press, 2005.

_____. The care crisis in Philippines: children and transnational families in the new global economy. In: EHRENREICH, Barbara; HOCHSCHILD, Arlie Russell (Ed.). **Global Woman**: nannies, maids, and sex workers in the new economy. New York: Metropolitan Books, 2004, p.39-54.

PATESSIO, Mara. **Women and Public Life in Early Meiji Japan**: The Development of the Feminist Movement. Ann Arbor: Center for Japanese Studies, University of Michigan, 2011.

_____. Women's Participation in the Popular Rights Movement (Jiyū Minken Undō) during the Early Meiji Period. **U.S.-Japan Women's Journal**, n.27, p.3-26, 2004.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

_____. Práticas da memória feminina: a mulher e o espaço público. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.9, n.18, p. 9-18, agosto/setembro 1989.

PETERSEN, William. Success Story, Japanese American Style. **New York Times Magazine**, p.20-21, 1966.

PIRES, Ricardo Sorgon. **Os “outros japoneses”**: festivais e afirmação identitária na comunidade okinawana da cidade de São Paulo. 2016. (Tese de Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

PISCITELLI, Adriana. “Entre a praia de Iracema e a União Européia: turismo sexual internacional e migração feminina”. In: PISCITELLI, A.; GREGORI, M. F.; CARRARA, S. (org). **Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras**, Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

POHL, Nicole; SCHELLENBERG, Betty A. Introduction: A Bluestocking Historiography. **Huntington Library Quarterly**, v.65, n.1/2, p.1-19, 2002.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.

PORTES, Alejandro. Social capital: its origins and applications in modern sociology. **Annual Review Sociology**.n.25, p.1-24, 1998a.

PORTES, Alejandro (Org.). **The economic sociology of immigration**: essays on networks, ethnicity, and entrepreneurship. New York: Russell Sage Foundation, 1998b.

PRATT, Marie Louise. Arts of the Contact Zone. **Profession**. p.33-40, 1991.

QUIMINAL, Catherine. Migrações. In: HIRATA, Helena et. al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

RAVENSTEIN, Ernst. As leis da migração. In MOURA, Helio Augusto (Coord.) **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza, BNB, 1980, p.19-88.

REIS, Rosana; SALES, Teresa (Org.). **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ROBERTS, Bryan R. Socially expected durations and the economic adjustment of immigrants. In: PORTES, Alejandro (Ed.). **The economic sociology of immigration**: essays on networks, ethnicity, and entrepreneurship. New York: Russell Sage Foundation, 1998, p.42-86.

ROBINSON, Greg. Ina Sugihara. **Densho Encyclopedia**. 2014. Disponível em: <<https://encyclopedia.densho.org/Ina%20Sugihara/>>. Acesso em: 2019.

RODRIGUES, Arakcy Martins. **Operário, operária**: estudo exploratório sobre o operariado industrial da Grande São Paulo. São Paulo: Ed. Símbolo, 1978.

ROSSINI, Rosa Ester. A memória congelada do imigrante: a solidariedade intergeracional dos japoneses e dos nikkeis no Brasil e no Japão atual. **São Paulo em Perspectiva**, v.3, n.19, p.34-43, jul./set.2005.

ROTH, Joshua H. **Brokered homeland**: Japanese Brazilian migrants in Japan. New York: Cornell University Press, 2002

ROULLEAU-BERGER, Laurence. **Migrer au féminin**. Paris: PUF, 2010.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SAITO, Hiroshi. **O Japonês no Brasil**: Estudo de Mobilidade e Fixação. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política, 1961.

_____.; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1973

SAKURAI, Celia. **Os japoneses**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

_____. **Romanceiro da imigração japonesa**. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1993.

SANTOS, Yumi Garcia dos. Les familles étrangères au Japon : une étude comparative sous le prisme du genre. **Cahiers du Brésil Contemporain** n.71-72, p. 257-281, 2008.

SASAKI, Elisa Massae. Dekasseguis: trabalhadores migrantes nipo-brasileiros no Japão. **Textos Nepo**, n. 39. Campinas, 2001

_____. **O jogo da diferença**: a experiência identitária no movimento de kassegui. 1998. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da Globalização**. São Paulo: Artmed, 2010.

SATOMI, Alice. **As gotas de chuva do telhado**: música de Ryûkyû em São Paulo. 1998. Dissertação (Mestrado em Música) – Escola de Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

SATOMI, Alice. **Dragão confabulando**: etnicidade, ideologia e herança cultural através da música para koto no Brasil. 2004. Tese (Doutorado em Etnomusicologia) – Escola de Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SIMELL, G. O estrangeiro. In: MORAIS FILHO, Evaristo de (Org.). **Georg Simmel: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p. 182-188.

SCHILLER, Nina Glick; BASCH, Linda; SZANTON-BLANC, Cristina. From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration. *Anthropological quarterly*, v. 68, n. 1, p. 48-63, Jan. 1995.

Schwarz, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIEVERS, Sharon L. **Flowers in Salt**: The Beginnings of Feminist Consciousness in Modern Japan. Stanford: Stanford University Press, 1983.

SMITH, Robert J. Japanese Village Women: Suye-Mura 1935-1936. **The Journal of Japanese Studies**, p.259-284, summer 1981.

SOUZA, Andrea Luiza Fontes Resende de. A Diplomacia das Canhoneiras e o século XXI: uma revisão conceitual. **Hoplos**, v.2, n.2, p.85-81, 2008.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. Os círculos operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil: uma discussão historiográfica. **Dimensões**, n.7, p.149-172, 1998.

SOUZA, Yoko Nitahara. **A comunidade uchinanchu na era da globalização**: contrastando “okinawanos” e “japoneses”. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia) –Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SUZUKI, Teiiti. **The Japanese Immigration in Brazil**: Narrative part. Tóquio: University of Tokyo Press, 1969.

TAKEUCHI, Márcia Yumi. **Entre gueixas e samurais: a imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945)**. São Paulo: Edusp, 2016.

_____. **O perigo amarelo em tempos de guerra**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.

_____.; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Coord.) **Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário, memória**. São Paulo: Edusp, 2000.

TANIGUTI, Gustavo. **Cotia**: imigração, história e política. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

THOMAS, J. E. **Modern Japan**: a social history since 1868. London, New York: Longman, 1996.

THOMAS, William I.; ZNANIECKI, Florian. **The Polish Peasant in Europe and America** [1918]. Organização, tradução e adaptação: Mário A. Eufrásio (edição apostilada).

THOMSON, Alistair. Histórias (co)movedoras: história oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, v.22, n.44, p.341-364, 2002.

TILLY, Charles. Trust networks in transnational migration. **Sociological Forum**, v.22, n.1, p.3-25, mar. 2007.

TRINH, T. Minh-Ha. **Woman, native, other**: writing postcoloniality and feminism. Bloomington, Indianapolis: Indiana University Press, 1989.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Assimilação ressignificada: novas interpretações de um velho conceito. **Dados**, v.55, n.2, p.517-553, 2012.

_____. Redes em processos migratórios. *Tempo social*, v.20, n.1, p. 199-218, 2008.

_____. Sociabilidades e valores: um olhar sobre a família árabe muçulmana em São Paulo. **Dados**, v.51, n.1, p.37-74, 2008.

TSURUMI, Patricia. **Factory Girls: Women in the Thread Mills of Meiji Japan**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha; TANIGUTI, Gustavo. Entrevista com Sedi Hirano. **Plural**, v.18, n.1, p.185-202, 8 jun.2011.

WATTLES, Miriam. Meiji Daughters: Their Stuff and Fancy in Brocade Pictures, 1870s-1880s. **The Meiji at 150 Digital Resource**. University of British Columbia. s/d. Disponível em: <<https://meijiat150dr.arts.ubc.ca/essays/wattles/>>. Acessado em: junho 2019.

WEINBAUM, Alys Eve; THOMAS, Lynn M., RAMAMURTHY, Priti; POIGER, Uta G.; DONG, Madeleine Yue; BARLOW, Tani E. (orgs.). **The Modern Girls Around the World: Consumption, Modernity and Globalization**. Durham, London: Duke University Press, 2008.

WILLEMS, Emilio; SAITO, Hiroshi. Shindô-Renmei: Um Problema de Acluturação. **Sociologia**, v.IX, n. 2, 132-152, 1947.

WU, Ellen. **The Color of Success: Asian Americans and the Origins of the Model Minority**. Princeton, Oxford: Princeton University Press, 2014.

YAMADA, Mitsue. Invisibility in an unnatural disaster: reflections of an Asian-American woman. **Bridge, An Asian American Perspective**, v.7, n.1, p. 11-13., 1979.

YAMAMOTO, Lúcia. Famílias brasileiras no contexto transnacional: famílias reconstituídas. **REMHU**, ano XVI, n.30, 2008.

YAMANAKA, Keiko; PIPER, Nicola. **Feminized migration in East and Southeast Asia: policies, actions and empowerment**. Unpublished Background Paper, Geneva: UNRISD, 2004.

YASUTAKE, Rumi. **Transnational Women's Activism: The United States, Japan, and Japanese Immigrant Communities in California, 1859-1920**. New York, London: New York University Press, 2004.

YOUNG, Pauline. **A comunidade moloscana russa de Los Angeles [1929]**. Organização, tradução e adaptação: Mário A. Eufrásio (edição apostilada).

Yuval-Davis, Nira. **Gender and Nation**. London: Sage Publications, 1997.

ZHOU, Min. "Ethnicity as Social Capital: Community-based Institutions and Embedded Networks of Social Relations". LOURY, G.; MODOOD, T.L TELES, S. (eds.) **Ethnicity, Social Mobility, and Public Policy. Comparing the US and the UK**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, pp. 204–21.

Material audiovisual

WIKIMEDIA COMMONS. File: Better version greater east asia japanese influence.png. 2015. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=File:Better_version_greater_east_asia_japanese_influence.png&oldid=149724428>. Acessado em: junho 2019.

_____. File: Empress Consort Haruko.jpg. 2017. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=File:Empress_Consort_Haruko.jpg&oldid=242658171>. Acessado em: fevereiro 2019.

_____. File: Empress Shoken2.jpg. 2019. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=File:Empress_Shoken2.jpg&oldid=336790147>. Acessado em: fevereiro 2019.

Websites

BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/>>. Acessado em: junho 2019.

BOSTON PUBLIC LIBRARY (Flickr Page). Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/boston_public_library/13980254432/>. Acessado em: junho 2019.

CONSULADO GERAL DO JAPÃO EM SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.sp.br.emb-japan.go.jp>>. Acessado em: 2016.

DENSHO ENCYCLOPEDIA. Disponível em: <<https://encyclopedia.densho.org/>>. Acessado em: 2016-2019.

DISCOVERY NIKKEI. Disponível em: <<http://www.discovernikkei.org/en/>> Acessado em: 2017.

INTERNATIONAL RESEARCH CENTER FOR JAPANESE STUDIES (*Nichibunken*). Disponível em: <<http://rakusai.nichibun.ac.jp/hoji/top.php?title=Brasil>> (Base de Dados Online). Acessado em: 2017-2019.

JAPANESE AMERICAN NATIONAL MUSEUM. International Nikkei Research Project. Disponível em: <<http://www.janm.org/projects/inrp/index.htm>>. Acessado em: 2015.

<https://www.kcpinternational.com/2018/06/tomioka-silk-mill/>

NATIONAL DIET LIBRARY OF JAPAN. Disponível em: <<http://www.ndl.go.jp/brasil/>>. Acessado em: 2018.

Acervos consultados em Instituições de Arquivo

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (São Paulo, Brasil)

CENTRO DE ESTUDOS NIPO-BRASILEIROS (São Paulo, Brasil)

MUSEU HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA EM SÃO PAULO (São Paulo, Brasil)

GLOSSÁRIO

Atarashii Onna	Nova(s) mulher(es)
Bakufu	Governo das tendas, termo utilizado para designar o xogunato
Fūfu	Casal
Fujin	Mulher; dama
Fujinkai	Associação feminina; associação de senhoras
Harakiri	Suicídio ritual por evisceração, seguido por decapitação por auxiliar. Termo alternativo: <i>seppuku</i>
Hikimayu	Retirada de sobancelhas
Imon buruko	Kit de conforto para soldados japoneses
Issei	Primeira geração, ou imigrante japonês(a)
Joseikai	Associação feminina
Jun-nissei	Geração 1.5, crianças imigrantes
Kaigai hatten	Desenvolvimento ultramarino
Kaikan	Clube
Kazoku kokka	Estado-familiar
Kenjinkai	Associação de pessoas da mesma província
Kōmin	Cidadão
Kōgō	Imperatriz, esposa imperial
Koten	Música clássica japonesa
Nikkei	Japonês(a) e/ou descendente de japonês(a) residente fora do Japão
Nissei	Segunda geração, ou filho(a) de imigrante japonês(a)
Ohaguro	Técnica de escurecimento de dentes
Ryōsai kenbo	Boa esposa, mãe sábia
Sansei	Terceira geração, ou neto(a) de imigrante japonês(a)
Seinenkai	Associação de jovens
Seisonenkai	Associação de jovens e veterano
Seppuku	Suicídio ritual por evisceração, seguido por decapitação por auxiliar. Termo alternativo: <i>haraquiri</i>
Shinpu	Noiva
Shōjokai	Associação de meninas

Wafuku	Roupas orientais
Yōfuku	Roupas ocidentais
Yonsei	Quarta geração, ou bisneto(a) de imigrante japonês(a)

Nomes de Grupos, Organizações e Instituições

Jiyū Minken Undō	Movimento pela Liberdade e Direitos do Povo
Kaigai Kogyō Kabushiki Kaisha	Companhia Ultramarina de Desenvolvimento
Meiokusha	Sociedade Meiji Seis
Nihon Joshi Daigaku	Universidade Feminina do Japão
Nihon Kirisutokyō Fujin Kyōfūkai	União das Mulheres Japonesas Cristãs pela Temperança
Nihon Senka Doho Kyuenkai	Comissão de Socorro às Vítimas da Guerra no Japão
Sangiin	Câmara dos Conselheiros
Shidō Renmei	Liga do Caminho dos Súditos
Tokyo Joshi Shihan Gakkō	Escola Normal Feminina de Tóquio

Nomes de Publicações

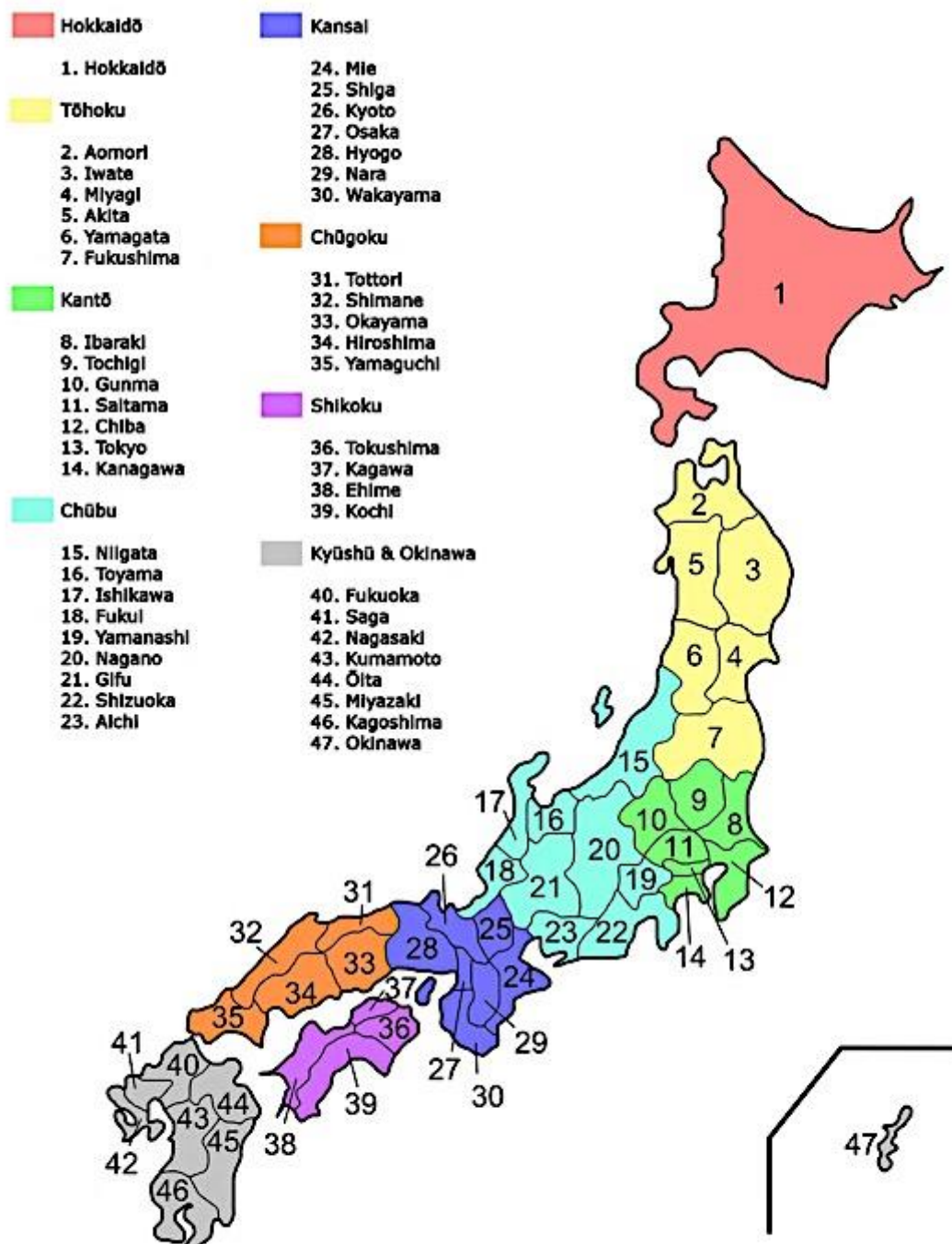
Burajiru Jihō	Notícias do Brasil
Meioku Zasshi	Revista do Meiji Seis
Onna Daigaku Takarabako	Grande Tesouro do Aprendizado para Mulheres
Seitō	Meias Azuis
Sekai Kunizukushi	Países do Mundo

ANEXOS

ANEXO A

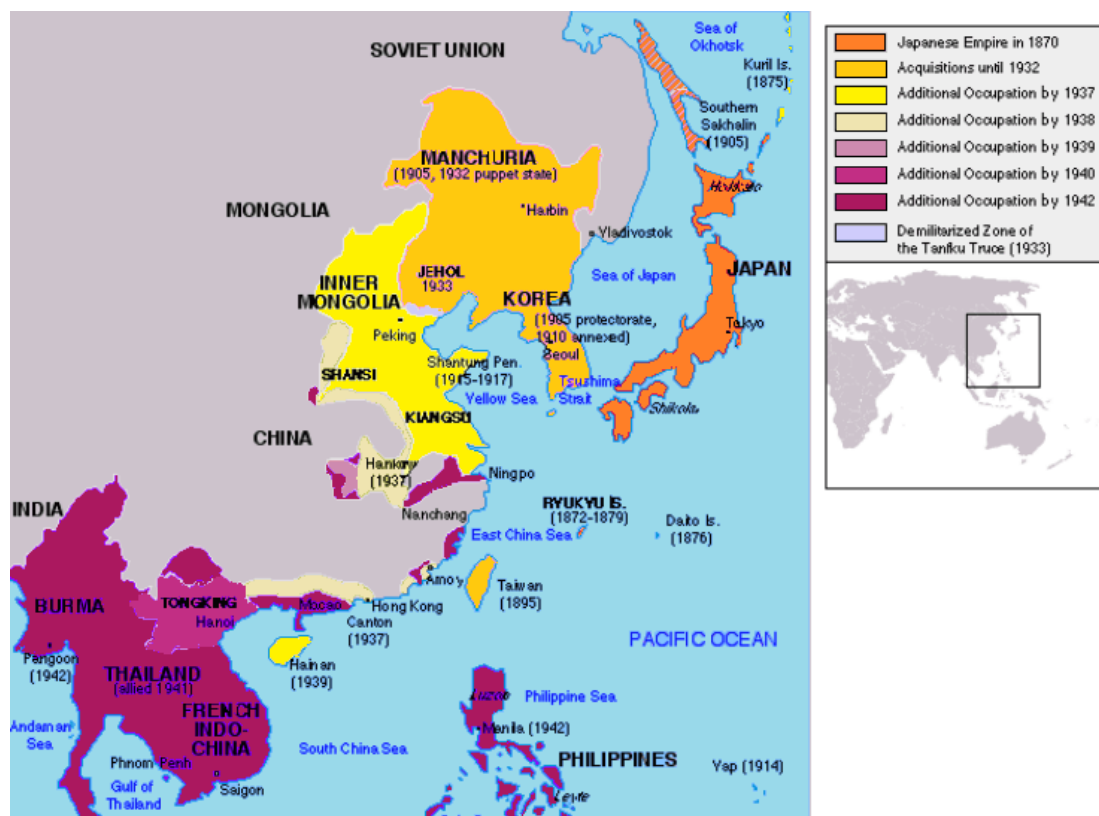
Mapas

Mapa 1. Províncias e Regiões do Japão



Fonte: Wikimedia Commons (2009)

Mapa 2. Expansão Imperial Japonesa (1874-1945)



Fonte: Wikimedia Commons (2015)

Mapa 3. Distribuição dos Imigrantes Japoneses em São Paulo (1908-1940)



Fonte: Handa (1987, p.207)

ANEXO B

70 Anos da Imigração Japonesa para o Brasil – Material Publicitário

O presente material foi coletado no livro *Álbum Comemorativo do 70o Aniversário da Imigração Japonesa* produzido pela Editora Cultura Brasileira em 1978.

Figura B.1. Banco Banespa



Figura B.2. Varig



Figura B.3. Banco do Brasil



O brasileiro que veio de longe.

Há sete décadas os primeiros imigrantes japoneses chegaram ao nosso país. Trazendo como bagagem fé e esperança, que se traduziram em grande contribuição para o nosso desenvolvimento. Um povo irmão que veio de longe acreditando no Brasil. E que não mede esforços para ajudar a construí-lo. Uma homenagem do Banco do Brasil aos 70 anos da imigração japonesa.

 BANCO DO BRASIL

Figura B.4. Banco América do Sul



**Para o Japão,
o Brasil deixou de ser
uma terra do outro
lado do mundo em 1908.
E vice-versa.**

Homenagem do Banco América do Sul aos 70 anos de imigração japonesa.

 BANCO AMÉRICA DO SUL S.A.

Figura B.5. Banco Bradesco e Sanwa Bank



Figura B.6. Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP)

A vinda dos japoneses para o Brasil deu grandes frutos.

Há 70 anos, os primeiros imigrantes japoneses desembarcaram no País. Eles vieram cheios de disposição, fé e esperança à nova terra. Com muito trabalho, dedicação, simpatia e amizade, em pouco tempo esses imigrantes se destacaram em todos os campos de atividades sócio-econômicas. E um bom exemplo da importância da vinda dos japoneses para o Brasil são os filhos dos imigrantes que hoje trabalham nos setores de gêneros hortifrutigranjeiros e abastecem um dos maiores mercados de todo o mundo: o da CEAGESP.

E todas as madrugadas, em todos os dias do ano, os japoneses chegam à Ceagesp trazendo frutas, flores, legumes e verduras frescas que irão para a mesa de milhões de pessoas em todo o País. Fazendo um trabalho difícil e importante, que também deve ser lembrado.

Visão parcial do mercado livre do produtor.

CEAGESP
Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo

Figura B.7. SAAB-SCANIA do Brasil



Figura B.8. Ford do Brasil

Antes de vir
para o Brasil,
os imigrantes japoneses
tinham
uma pátria.
Agora eles têm duas.

Homenagem da
Ford aos 70 anos da
imigração japonesa.

Ford Brasil S.A. 
Um passo à frente

Figura B.9. VASP

ありがとう

**Faz 70 anos
que eles chegaram
para semear
o futuro
ao nosso lado.**

*A Vasp
saúda o 70º aniversário
da chegada
dos imigrantes japoneses
ao Brasil
com um muito obrigado
e um abraço.*

VASP
Onde você voa com quem gosta.

Figura B.10. Desenvolvimento Rodoviário S.A, Secretaria dos Transportes de São Paulo

**Muitas das nossas
estradas
foram construídas
para atender aos
imigrantes japoneses.**

Homenagem da DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A. aos 70 anos de imigração japonesa no Brasil que, com o seu trabalho e persistência, ajudou a levar o progresso às mais longínquas regiões deste país.

DERSA
Desenvolvimento
Rodoviário S.A.
SECRETARIA DOS TRANSPORTES
Governo do Estado de São Paulo
Desenvolvimento para Todos.

Figura B.11. CASP Equipamentos

過去にあふたは夢を抱いて
 かつ信じ新地にとどまつた
 今日私達と共に我々の
 未来を作り上げている



ONTEM
 você sonhou, acreditou e ficou.
 HOJE
 estamos juntos, construindo
 o nosso futuro.

CASP
 EQUIPAMENTOS DE CONFIANÇA
 Rua 25 de Janeiro, 209 - Tel.: 227-4911 - São Paulo

Figura B.12. Manufatureira de Embalagens de Polpa (MAPOL) e Iharabrás S.A. Indústrias Químicas

MULTIVENTILADA



**EMBALAGENS PARA
 OVOS E FRUTAS
 DE POLPA MOLDADA**

Maiores competências em cores e colagens (apenas para Tintas de 10" americano) de sua Imagem (L) e alto espírito laborioso que impulsiona o progresso do desenvolvimento nacional.

農産および果実の包装用
 ビロ・パック

ブラジル国開発のため大きく革新した日本人移住者の高度な勤労性。その日系コロニアの功を賞に当り Mapol 社から心よりお祝い申し上げます。



MAPOL - MANUFATUREIRA
 DE EMBALAGENS DE POLPA LTDA.
 Rua Nelson-de-Vilgas, 24 - Tel.: 011-543-0071
 04670 - São Paulo

AO ENSEJO DAS FESTIVIDADES COMEMORATIVAS DO
 70º ANIVERSÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL
 DESEJAMOS HOMENAGEAR ESSA LABORIOSA COLÔNIA
 QUE TANTO COLABORA PARA O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO




DEFENSIVOS PARA A LAVOURA

Herbicidas: SATANIL, SATURN G-10
 Inseticidas: SUMTHON, CARTAP
 Fungicidas: KITAZIN P, CERDONIL, DAGONIL, CERCOBIN M
 Fertilizante foliar: SUMIKAFOL

MELHOR PROTEÇÃO - MAIORES COLHEITAS

IHARA IHARABRAS S.A. IND. QUÍMICAS

MATRIZ: Avenida Henry Ford nº 673 - Osasco - Est. São Paulo - CEP 06000 - Tel.: PEX 418-6006 (São Paulo) - End. Tokyo "Osasco" - Os. Postal nº 206
 ESCRITÓRIO EM SÃO PAULO: Avenida Engenheiro Faria Lima nº 1.818 - 29 and. - Cind. 21 - CEP 04403 - Tel.: PEX 710-2344 - Cx. Postal nº 9037 - Capão
 FILIAIS: Av. Brasil nº 6.818 - Tel.: 08402 32 3403 - Maringá - Est. Paraná e Av. João Vignolo nº 568 - Tel.: 0512 42 2418 - Ponta Alegre - Est. R. Grande do Sul

祝
 移民七十周年記念
 輝やかき祭典と衷心より
 お祝ひ申上げ奉る
 海谷一利測量会社

NOSSA FÉTERNA GRATIDÃO AOS FUNDADORES
 QUE AMAM BRASILEIRÃO
 O ESPÍRITO DE TRABALHAR E PROGRESSAR

KAZUTOSHI SHIBUYA
 SERVIÇOS TÉCNICOS DE ADMINISTRAÇÃO
 Rua Carolina, 58
 São Paulo - CEP 05010-000
 São Paulo, Brasil

Figura B.13. A Lusitana

ありがとうございます
 (OBRIGADO)

Progredimos continuamente nestes
 56 anos de proficuas atividades, graças também
 aos eficientes e dedicados colaboradores
 japoneses e seus dignos descendentes.
 À valorosa colônia nipônica, as nossas
 respeitosas homenagens pelo transcurso
 do 70º ano da Imigração Japonesa em
 nossa terra.

本報（A LUSITANA）は、この56年間に、様々な困難を乗り越え、今日まで
 成長を遂げることができたのは、在留日本人の協力のおかげです。
 貴国に日本移民の歴史を伝えるに、あたらしく、本報は、この70周年を
 記念して、お祝いいたします。

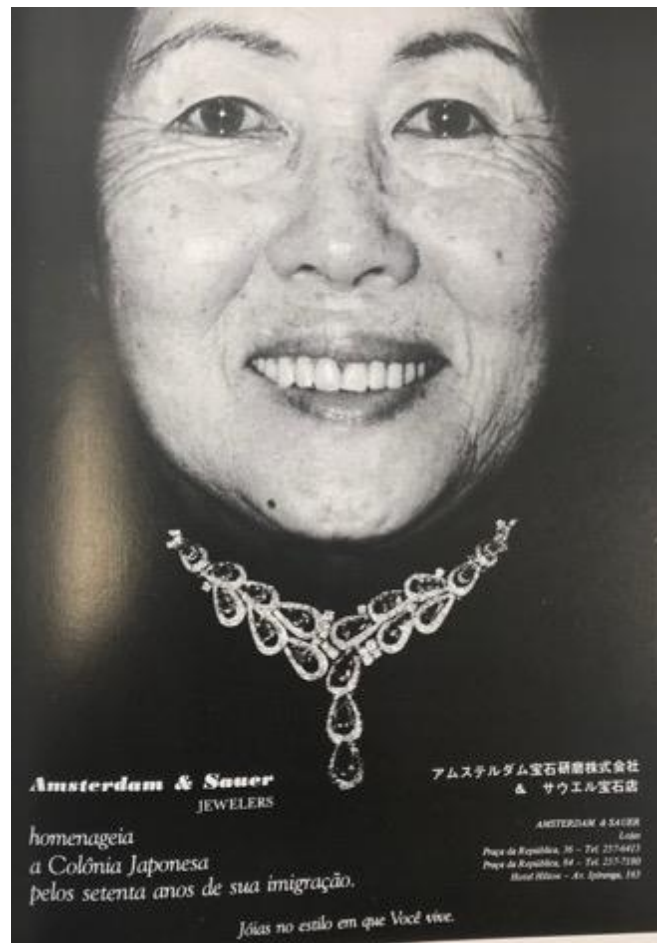

A LUSITANA
 Malagens e Transportes Nacionais e Internacionais

Figura B.14. Sérgio Dourado Empreendimentos Imobiliários

O culto místico da terra.
 O ritual da semeadura.
 A bênção da colheita.
 Esse amor ao solo, ao chão,
 gerações nos ensinaram 70 anos.
 Mas não nos deram só lições
 de sementes, de amanho e glebas.
 Mas também de minério,
 de ferro e aço e de construção.
 A esse espírito empreendedor
 de também semear cidades
 rendemos a nossa homenagem.


**SERGIO
 DOURADO**
 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Figura B.15. Amsterdam & Sauer Jewelers



Amsterdam & Sauer
JEWELERS

*homenageia
a Colônia Japonesa
pelos setenta anos de sua imigração.*

Jóias no estilo em que Você vive.

阿姆斯特丹寶石研鑽株式会社
& サウエル宝石店

AMSTERDAM & SAUER
Lodon
Praça da República, 30 - Tel. 237-6423
Praça da República, 84 - Tel. 233-7180
Barral Milano - Av. Ipiranga, 143

Figura B.16. Kodak



**Um Click bem apertado
ao povo que mais
fotografa
neste mundo.**

世界でいちばん
写真好きの日本人に
焦点を合せて、コダックが
強く押すシャッター

Homenagem da Kodak ao 70.º Aniversário da Imigração Japonesa ao Brasil.
コダックは、日本移民70年を、皆様とともに心よりお祝い申し上げます。

Kodak

Figura B.17. NEC do Brasil Eletrônica e Comunicações

Hoje, qualquer imigrante japonês pode falar com seu país de origem em apenas 30".

祝
ブラジル日本移民七十年

Homagem da NEC do Brasil ao 70º Aniversário da Imigração Japonesa para o Brasil.

NEC
NEC do Brasil, Celulares e Comunicação, S.A.

NEC DO BRASIL はブラジルの通信の発展に
尚一層貢献できる事を願っております



Figura B.18. Klabin, A Nakata, Terraço Itália

KLABIN DO PARANÁ DE CELULOSE S.A.
KLABIN IRMÃOS E CIA.
PAPELÃO ONDULADO DO NORDESTE S.A. — PONSA

**SENTEM-SE HONRADAS AO SAUDAR
A COLÔNIA JAPONESA
POR ESTES 70 ANOS DE REALIZAÇÕES
AMIZADE E TRABALHO EM COMUM**



**Essa turma que vem chegando
há setenta anos
não brinca em serviço.
A NAKATA
é uma prova disso.
Arigatô, Brasil!**

NAKATA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Av. Paragominas, 300-320 - Fca. IFAIXO 480-3800 - Curitiba - São Paulo

ブラジル 日本



O Terraço Itália congratula-se nesta festiva data, com o Príncipe Herdeiro e toda a Colônia Japonesa, renovando seus votos de profundo respeito e consideração pela passagem dos 70 anos de Imigração Japonesa no Brasil.

Figura B.19. Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

QUEM É PERSEVERANTE, ORGANIZADO E PREVIDENTE MERECE GANHAR MAIS DA CADERNETA DE POUPANÇA E VAI GANHAR.

Estagem apresentada a Caderneta de Poupança Programada. É uma Caderneta que dá mais rendimento para quem é mais perseverante. Funciona assim:

Você programa depositar a mesma quantia todos os meses, durante 1 ano, 1 ano e meio, ou 2 anos. Se depositar por 1 ano, você ganha a 4% de juros no dividendo. Se por 1 ano e meio, ganha a 6%. Se por 2 anos, ganha 7,2%.

Logo depois, 4 meses, além da comissão monetária automática. Certo a vantagem de poder abrir sua Caderneta com uma importância grande para aumentar seus rendimentos.

Se você é perseverante e planejado, você merece ganhar mais. É assim a Caderneta de Poupança Programada, vai ganhar mesmo.

Figura B.20. Suntory

Aqui reside uma sólida família nipo-brasileira.

Tudo começou em 1960, quando as Organizações Safta, grupo brasileiro com larga experiência no campo sócio-financeiro, associou-se à Teijin Limited, sediada no Japão, e à Marubeni Corporation, "trading company" japonesa.

Desse feliz união, e com o decisivo apoio da Sudene, nasceu a Safton-Teijin, em Aratu, Bahia, uma empresa que se destaca pela participação no mercado têxtil brasileiro. Desde 1972, quando foi iniciada a produção de fibras e filamentos de poliéster, a Safton-Teijin vem elaborando e realizando inúmeros projetos de melhorias internas, resultando num aperfeiçoamento contínuo da técnica utilizada. Assim de gerar mais empregos, colaborando assim com o desenvolvimento econômico do país.

Hoje, a Safton-Teijin cresce e se desenvolve com o Brasil, tornando-se uma das mais sólidas famílias que nele reside.



A Suntory apresenta três maneiras diferentes para comemorar com muita alegria os 70 anos de imigração japonesa no Brasil.

SUNTORY DO BRASIL

70



Figura B.21. Anglo



A
anglo

ciências - humanas - biomédicas
Rua Tamandaré, nº 596
telefone • 279-7022

Fama de inteligente
essa turma já tem.
o ANGLO ajuda a conferir.

Figura B.22. Ishibrás



Eles acreditam
de olhos fechados
no Brasil.

70 anos de imigração japonesa.

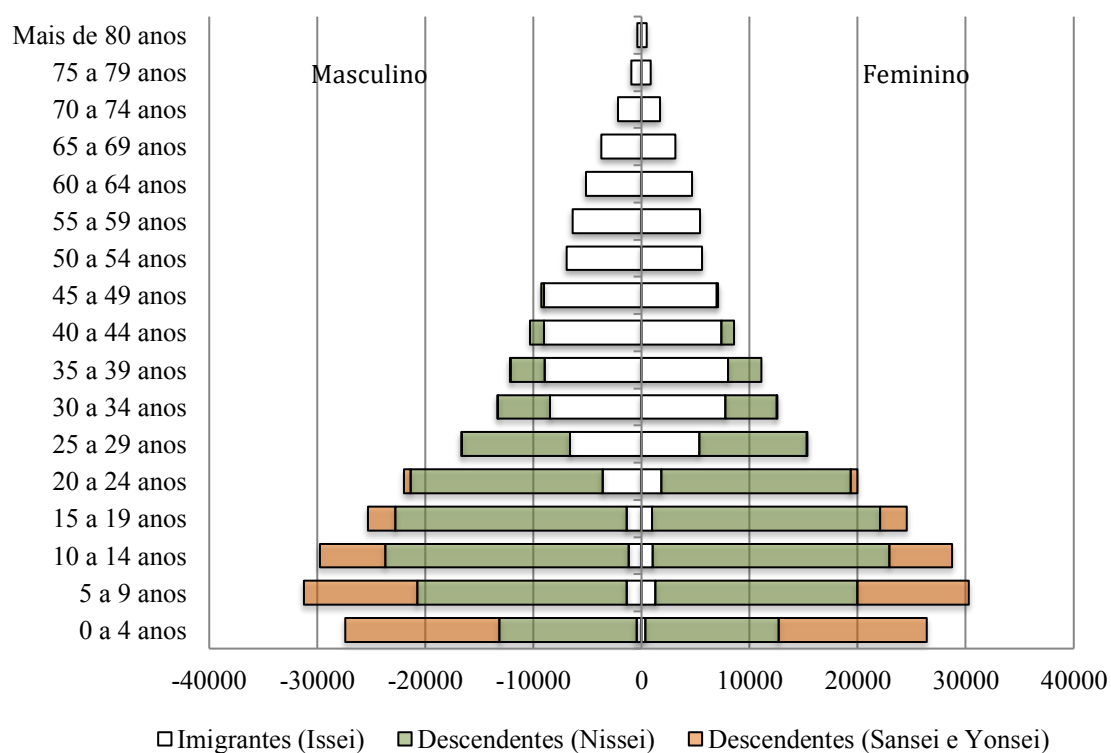
 **Ishibrás**

Ishikawajima do Brasil - Estaleiras S.A.
Sede: Av. Ganga Acaribá, 203 - Tel. (011) 244-3222
Telex (011) 21-336 - ISIBR BR - Rio de Janeiro - RJ

ANEXO C

Recenseamento da Colônia Japonesa. 1964. Tabelas Seleccionadas

Gráfico C.1 - Pirâmide Populacional dos Japoneses no Brasil por Geração (1958)

(Fonte: SUZUKI, 1969¹⁴⁵)

¹⁴⁵ O termo “*issei*” se refere a imigrantes japoneses, incluindo os chamados “*jun-nissei*”: imigrantes que vieram para o Brasil ainda crianças (às vezes referidos, nos estudos migratórios, como geração 1,5). “*Nissei*”, “*sansei*” e “*yonsei*” significam respectivamente segunda, terceira e quarta geração; ou filhos, netos e bisnetos de imigrantes. A metodologia empregada por Teiichi Suzuki desconsiderou os filhos de uniões de japoneses ou descendentes com pessoas sem ascendência japonesa (1969).

Tabela C.1: Estado Civil

Table 8 Marital Status for the Population 15 Years Old and Over by Sex and Age

	N	Total	Unmarried			Married	Separated	Widowed
			Sub-total	Immi-grants	De-scendants			
Male								
15-19 years	25 285	100.0%	99.9	99.6	99.9	0.1	0.0	—
20-24	21 987	100.0	95.1	92.1	95.7	4.8	0.1	0.0
25-29	16 657	100.0	59.6	55.8	62.0	40.1	0.2	0.1
30-34	13 252	100.0	17.7	16.1	20.5	81.5	0.5	0.3
35-44	22 393	100.0	4.6	4.0	7.1	93.9	0.6	1.0
45-54	16 149	100.0	1.7	1.7	2.5	93.6	0.7	4.1
55-64	11 532	100.0	0.8	0.8	—	88.0	0.8	10.4
65 and over	7 171	100.0	0.3	0.3	—	75.7	0.8	23.2
Female								
15-19	24 536	100.0	98.5	96.0	98.6	1.5	—	—
20-24	19 935	100.0	73.2	53.9	75.2	26.6	0.2	0.0
25-29	15 356	100.0	22.4	16.6	25.6	76.4	0.7	0.5
30-34	12 539	100.0	6.5	4.9	9.2	91.4	1.0	1.1
35-44	19 625	100.0	2.0	1.6	3.4	93.5	1.1	3.4
45-54	12 718	100.0	0.3	0.3	1.2	88.0	0.9	10.8
55-64	10 125	100.0	0.3	0.3	—	72.5	0.7	26.5
65 and over	6 140	100.0	0.1	0.1	—	44.4	0.9	54.5

Tabela C.2: Educação

Table 14 Level of Education for the Population 15 Years Old and Over by Sex, Generation and Urban-Rural Residence

	N	Total	Primary	Secondary and above	Nitigo Gakko	Never attended school	
						Able to read & write	Unable to read & write
Total	255 341	100.0%	73.5	23.2	0.8	1.6	0.9
Male	134 395	100.0	68.8	28.8	0.7	1.3	0.4
Female	120 946	100.0	78.7	16.9	1.0	1.9	1.5
Immigrants	132 657	100.0	78.4	17.8	0.9	1.7	1.2
Descendants	122 684	100.0	68.3	29.0	0.8	1.4	0.6
Urban	120 362	100.0	64.5	32.8	0.7	1.3	0.7
(Descendants resid- ing in urban area)	(62 115)	(100.0)	(54.5)	(43.6)	(0.6)	(1.0)	(0.4)
Rural	134 979	100.0	81.6	14.6	0.9	1.8	1.1

Tabela C.3: Vida Associativa

Table 135 Association Affiliation for the Population 15 Years and Over by Selected Characteristics

	N	Total	Brazilian associations	Brazilian & Japanese associations	Japanese associations	Not affiliated
Total	198 528	100.0%	3.6	1.5	27.6	67.3
Sex						
Male	101 805	100.0	5.5	2.4	38.6	53.3
Female	96 723	100.0	1.6	0.5	16.0	81.9
Urban-rural residence						
Urban	106 029	100.0	5.3	2.4	24.6	67.7
Rural	92 499	100.0	1.7	0.4	31.0	66.9
Place and level of education						
In Japan	64 878	100.0	1.0	0.9	40.2	57.9
In Japan and Brazil	4 686	100.0	4.9	2.1	22.5	70.5
In Brazil	123 915	100.0	5.1	1.8	21.9	71.2
Primary education	134 871	100.0	1.6	0.7	29.8	67.8
Secondary and above	56 694	100.0	8.7	3.4	23.9	64.0
Never attended school	5 049	100.0	—	—	15.7	84.3
In Japan: Primary education	54 846	100.0	1.0	0.7	37.3	61.0
Secondary & above	10 032	100.0	1.0	2.0	55.9	41.1
In Japan & Brazil:						
Primary	3 267	100.0	—	—	29.3	70.7
Secondary & above	1 419	100.0	16.3	7.0	7.0	69.8
In Brazil: Primary	76 758	100.0	2.2	0.8	24.5	72.5
Secondary & above	45 243	100.0	10.1	3.6	17.4	68.9
Gross income of farm family* (unit: Cr\$ 1 000)						
Under 1 000	11 319	100.0	—	—	15.5	84.5
1 000-2 000	28 578	100.0	1.6	—	26.4	72.0
2 000-5 000	27 687	100.0	2.6	0.4	38.6	58.4
5 000 and above	16 632	100.0	1.6	0.4	36.4	61.6
Employment status**						
Employers with more than 5 employees	2 805	100.0	5.9	14.1	56.5	23.5
Employers with less than 5 employees	6 308	100.0	6.3	5.2	42.4	46.1
Workers on own account	13 431	100.0	4.2	2.4	46.8	46.6
Managers and Employees	21 120	100.0	9.4	3.4	20.0	67.2
Religion						
Brazilian religions	84 315	100.0	5.2	1.8	18.6	74.4
Protestants	4 719	100.0	11.6	11.4	21.0	56.0
Non-religious	17 886	100.0	3.5	0.6	26.9	69.0
Japanese religions	91 608	100.0	1.7	0.8	36.4	61.1
Spoken Language						
Portuguese	11 484	100.0	7.2	1.6	24.7	66.5
Portuguese & Japanese	49 236	100.0	6.2	1.8	29.5	62.5
Japanese	85 272	100.0	1.7	0.8	34.0	63.5

* Farm family heads and members residing in rural areas.

** Non-farmers residing in urban areas.

ANEXO D

Esperança Fujinkai: "Resumo da Trajetória de 55 Anos"

RESUMO DA TRAJETÓRIA DE 55 ANOS

Março de 1948

Um grupo de pouco mais de 10 pessoas com os mesmos objetivos se reuniu e contribuiu com uma mensalidade inicial de Cr\$ 5,00, valor que, no mês seguinte passou para Cr\$ 10,00. Isso foi após o envio de mantimentos ao Japão.

No fim do ano foi feita uma doação de Cr\$ 1.000,00 para asilos e orfanatos, por intermédio da sra. Margarida Watanabe.

Março de 1949

Por insistência do Frei Bonifácio, após várias reuniões foi fundada a Sociedade Beneficente Feminina "Esperança".

Fundadoras: Seiko Takaoka, Kussue Kinjo, Fukiko Hatiya, Suma Kato, Hatsue Sato, Toyoka Okochi, Mitsu Fujita, Yassuno Utihata, Yassoko Naitomi, Fumi Furuhashi, Hamako Hasegawa e Ume Murakami.

Após 4 meses do primeiro passo, a Sociedade foi registrada. A sra. Tsuya Ono foi indicada para ser a presidente e Cr\$ 17.200,00 foram doados para entidades beneficentes.

Houve palestras dos srs. Miyakoshi e Ishu, bem como aulas de arte culinária. As fundadoras ajudaram como conselheiras consultivas.

1950

Presidente: Tsuya Ono

Diretora Geral: Fumi Furuhashi

- Recepção ao nadador Furuhashi
- Participação no Bazar da Cruz Vermelha, cujo lucro foi doado para várias entidades beneficentes num total de Cr\$ 4.400,00.
- Comemoração do aniversário de 1 ano, com a realização de um pic-nic com jogos esportivos (undokai).

1952

Presidente: Tsuya Ono

Diretora Geral: Fukiko Hatiya

- Nessa época, aumentaram as sócias das imediações de Pinheiros e as reuniões mensais eram realizadas na residência da sra. Murakami, na Vila Mariana e na sede do Club Piratininga, em Pinheiros.

- Início das aulas de Ikebana.

- Recepção à sra. Otani, pertencente ao "Nishihongandi".

- Promoção de chás dançantes e bazares para arrecadar fundos.

1953

Presidente: Etsuko Murakami

Diretora Geral: Fukiko Hatiya

- Nesse ano, já havia 350 sócias que trabalhavam ativamente.
- Promoção de chá dançante, para arrecadar fundos para socorrer nordestinos da seca e ajudar as vítimas das enchentes no Japão.
- Realização de aulas de culinária na sede, conforme a vontade das sócias, e também em núcleos da colônia japonesa.
- Doação de 30.000 yens para os feridos de pós-guerra do Sanatório Hakone.

1954

Presidente: Kiyomi Kimura

Diretora Geral: Fukiko Hatiya

- Em comemoração aos 400 anos da fundação de São Paulo, a Associação de Colaboradores da Colônia Japonesa arrecadou Cr\$ 50.000,00, com o lucro da rifa do quadro do pintor Arai e doou para a festa do IV Centenário de São Paulo.
- Doação de 6.000 yens para o Japão.
- Foram realizados 5 cursos de Ikebana pela sra. Koba Nakamura. Palestra da sra. Miki Sawada e do chefe da cerimônia de chá "uransenki", para conhecer a situação reinante na época do Japão.
- Aulas de culinária em Vila Mariana e Pinheiros.

1955

Presidente: Alice Seto

Diretora Geral: Fukiko Hatiya

- Iniciada a realização da Festa de Confraternização do Ano Novo.

- Conferências do reitor Prof. Ohara, Sra. Setsuko Takahashi, da Secretaria do Trabalho do Japão e Sra. Shizuko Oguino, da Associação das Leitoras do Tomonokai.
- Início do Bazar Beneficente, a partir deste ano.
- Publicação do 5º, 6º e 7º Boletins Informativos.
- Total de donativos Cr\$ 10.000,00.

1956

Presidente: Sanko Kawano

Diretora Geral: Fukiko Hattiya

- Conferência do catedrático Sr. Kakuiti Ando da Universidade de Kenyo.
- Palestra informal do casal Saburo.
- Doação de Cr\$ 3.000,00 para vítimas do deslizamento de morro em Santos.
- Bazar Beneficente no aniversário da fundação.
- Aulas de culinária para a Associação de Ibiúna e Lapa.

1957

Presidente: Sanko Sakai

Diretora Geral: Fukiko Hattiya

- Realização da Festa de Confraternização de Ano Novo no Centro Cultural Esportivo Piratininga.
- Palestras dos Srs. Imaida, Ebizawa, pintor Takaoka, Ota e Fujiwara sobre "A vida da mulher moderna, pintura e política da época".
- Realização da festa do dia das Mães, em conjunto com o Centro Cultural Esportivo Piratininga.
- Realização do Bazar em agosto.
- Elaboração do 8º e 9º Boletins Informativos juntamente com o livro de endereços das associadas.
- Doação de Cr\$ 2.800,00 e de 5000 yens para as vítimas da enchente na região de Kyushu.

1958

Presidente: Etsuko Kubo

Diretora Geral: Kimi Wakamatsu

- A partir deste ano foi iniciada a eleição da Diretoria Geral.
- Colaboração no recenseamento da colônia japonesa.
- Aulas de Culinária na Escola de Corte e Costura Mitsui, da região do mercado e em Itaquera.
- Arrecadação de uma renda para o Sanatório de Campos de Jordão.
- Oferecimento de chá para 5 monges budistas.
- Palestra da consulesa Toshiko Utiyama.
- Palestra informal da sra. Sumiko, esposa do sr. Hiócki Yúgawa.
- Recepção para o Príncipe Mikasa, irmão do Imperador.
- Realização do Bazar Beneficente.
- Publicação do 10º boletim.

1959

Presidente: Ritsuko Ohara

Diretora Geral: Kimi Wakamatsu

- Cerimônia de entrega de donativos para o Sanatório de Campos de Jordão no valor de Cr\$ 296.312,00.
- Conferência do sr. Querubim Camargo.
- Aulas de culinária das professoras Tomi e Eiko Egami.
- Abertura dos cursos de: arte culinária, ikebana, cerimônia de chá, trabalhos manuais, Português e Japonês, como comemoração do 10º aniversário.
- Visitas culturais à Fazenda Tozan, Tecelagem Kanebo, Escola de Aeronáutica ITA, Hospital da Cruz Vermelha, Rio de Janeiro e navios japoneses.
- Chá dançante para arrecadar fundos para as vítimas do furacão no Japão - valor arrecadado: Cr\$ 100.000,00.

1960

Presidente: Ritsuko Ohara

Diretora Geral: Kimi Wakamatsu

- Doação de Cr\$ 20.000,00 para as vítimas da enchente do nordeste e Cr\$ 260.000,00 para várias entidades beneficentes.
- Palestras dos srs. Toba Honda e Mitsumasa Assoba do Jornal Mainichi.

- 1961**
Presidente: Ritsuko Ohara
Diretora Geral: Shizu Miyake
- 1962**
Presidente: Shizu Miyake
- Conferências dos srs. Yoshinori Shindu, Yutaka Ishido e Mitiko Fujiwara.
 - Realização de 25 aulas de culinária.
 - Total de donativos: Cr\$ 95.000,00
- 1963**
Presidente: Shizu Miyake
- Mudança da sede para o prédio do Bunkyo, em abril.
 - Agradecimentos à Família Murakami.
 - O Bazar Beneficente com duração de 2 dias a partir desse ano.
 - Total de donativos: Cr\$ 800.300,00.
- 1964**
Presidente: Shizu Miyake
- Conferência dos srs. Tsunatoshi Furuya, Tsunezo Sato, Hiroko Inamura e Hiroshi Saito.
 - Preparação de um coquetel para 1000 convidados na inauguração do Prédio do Bunka Center.
 - Aulas de Culinária no Banco América do Sul.
 - Recebimento de uma verba de Cr\$ 6.500,00.
 - Realização de 38 aulas de culinária.
- 1965**
Presidente: Shizu Miyake
- Conferências do deputado federal Sussumu Hirata, sr. Kunito Miyasaka e sra. Akako Ishigaki.
 - Realização de uma festa para idosos no Dia da Mulher.
 - Doação: Cr\$ 1.800,00.
- 1966**
Presidente: Shizu Miyake
- Conferências da senadora Tomi Takara, M. Suzuki, Junko Sakaguti e profª. Akiko Nishimura.
 - Participação no 1º Festival de Arte de Grupos de Dança Japonesa.
 - Recebimento de um terreno em Caraguatuba – doadora: sra. Kiyoko Nishi.
 - Realização de 40 aulas de culinária.
 - Total de doações: Cr\$ 14.150,00.
- 1967**
Presidente: Shizu Miyake
- Recepção do casal de príncipes imperiais em nossa entidade.
 - Conferências do deputado federal Sussumu Hirata e sr. Takudi.
 - Aulas de culinária, batik, cerâmica e confecção de bonecas.
 - Participação em dois festivais de arte: coral e dança.
 - Festa para idosos com exibição de filmes no Dia da Mulher.
 - Realização de 43 aulas de culinária.
 - Doação: Cr\$ 10.120,00.
- 1968**
Presidente: Shizu Miyake
- Conferências de S. Sekiguti, K. Honda e S. Kitamura.
 - Inscrição e seleção para 3 bolsas de estudo.
 - 41 aulas de culinária.
 - Total de doações: Cr\$ 13.000,00.
- 1969**
Presidente: Mitica Murakami
- Comemoração dos 20 anos da entidade com a realização simultânea de uma festa em homenagem aos idosos e sócias que se destacaram nos últimos anos.
 - Conferência de Y. Kubo, I. Maeda e K. Kusamura.
 - Curso de férias de inverno para as mães, por um período de 10 dias.

- Concessão de bolsas de estudo para 3 pessoas.
- Participação nos festivais de arte e coral.
- Realização de 42 aulas de culinária.
- Doação de Cr\$ 1.300,00.

1970

Presidente: Miteca Murakami

- Fixação do mandato da presidente para dois anos.
- Aulas de culinária em Piedade, Guataparã e Atibaia.
- Curso de férias de inverno com duração de 10 dias.
- Participação em festivais de arte, coral e dança.
- Excursão para Brasília e arredores.
- Bolsas de estudo para 3 pessoas.
- Conferências de Y. Endo e K. Kussamura.
- Realização de 38 aulas de culinária.
- Doação de Cr\$ 14.000,00.

1971

Presidente: Etsuko Yamane

- Conferências sobre "Economia do Brasil e História da Colônia" pelo srs. I. Maeda, K. Wakamatsu e T. Honda.
- Curso de férias de inverno.
- Participação no curso de culinária do Bunkyo, realizado para cidades do interior.
- Participação em festivais de arte e coral.
- Realização de um "premier" de filme para arrecadar fundos de doação para várias entidades.
- Ukeoiyori para o 10º aniversário de "Ikebana" e inauguração de Exposição de Arte.
- Concessão de 3 bolsas de estudo.
- Excursão a uma fazenda em Cornélio Procopio, Estado do Paraná a convite do sr. K. Miyamoto.
- 40 aulas de culinária.
- Doação de Cr\$ 17.500,00.

1972

Presidente: Etsuko Yamane

- Recebimento do Prêmio Anchieta da Prefeitura como reconhecimento por longos anos de trabalho em prol da comunidade.
- Palestra sobre saúde mental, moral, destino e modos de pensar, sentir e agir dos nikkeis do Canadá.
- Conferências do Dr. Kihara, Sr. Adachi e Sr. T. Okimassu.
- Reunião informal com as sras. F. Suguita e S. Daikiti.
- Aulas de culinária para Osasco e Vila Maria.
- Encomenda para recepção de grupos de segurança (dicitai).
- Excursão de 4 dias e 3 noites para Santa Catarina.
- Curso de férias de inverno.
- Concessão de 3 bolsas de estudo.
- Doação de Cr\$ 20.060,00

1973

Presidente: Etsuko Yamane

- Homenagem a sra. Okada pelos 88 anos.
- Homenagem a sra. Hatsue Sato pela condecoração recebida pelo governo do Japão.
- Concessão de bolsas de estudo para 3 pessoas.
- Realização do Bazar juntamente com Festival de Dança Japonesa, Baié e Coral.
- Curso de férias de inverno para 250 alunas.
- Conferência sobre o "problema dos idosos da Colônia", pelo sr. H. Obata.
- 42 aulas de culinária na entidade e 6 aulas no interior.
- Ukeoiyori para o coquetel de bolsistas.
- Início dos trabalhos de Kishô-tsukuri (confeção de crachás).
- Doação de Cr\$ 19.950,00.

1974

Presidente: Etsuko Yamane

- Curso de Corte e Costura da modista de estilo francês Eiko Ishikura, com a participação de 58 alunas.

- Condecoração da sócia Mitie Akama pelo governo japonês.
 - Comemoração do 25º Aniversário da entidade com coquetel no hall do Bunka e comparecimento de 500 pessoas.
 - Bazar Beneficente realizado nos dias 4 e 5 de maio.
 - Curso de bonecas japonesas com vestes regionais pela prof. Y. Anada
 - Ukeoiryori: 3
 - 10 aulas de arte culinária na sede e mais 2 em outros locais.
 - Doação de Cr\$ 27.700,00.
- 1975**
Presidente: Sumiko Mizumoto
- Conferência do Prof. antropólogo T. Mayama sobre cultura e antropologia.
 - Solicitação de aula de trabalhos manuais para a Associação Feminina Juvenil de Vila Maria.
 - Aula de boneca de papel especial (washi).
 - Conferência de Diogo Nomura sobre política atual.
 - Palestra sobre a Europa pelo sr. Oguikubo.
 - Recepção à consulesa do Japão em São Paulo, sra. Hirano.
 - Início do curso de Tricô e Crochê e Bonecas Francesas.
 - Ukeoiryori: 2
 - 12 aulas de culinária na sede e 3 aulas em outros locais.
 - Doação de Cr\$ 34.000,00.
- 1976**
Presidente: Sumiko Mizumoto
- Recepção à embaixatriz do Governo Japonês, sra. Yoshida.
 - Conferência de Y. Miwa sobre "Como tornar a vida familiar mais iluminada e esperançosa"; palestra da Prof. Akamo Hideko: "Como eu vi o Japão".
 - Cursos de Férias: Culinária, Cerâmica, Dança Social, Tricô e Crochê e Trabalhos Manuais.
 - Participação no jantar dos órfãos das vítimas do trânsito.
 - Participação da diretoria no jantar do Ministro de Transporte sr. S. Kawamoto.
 - Excursões para Foz de Iguaçu e Termas de S. Lorencço.
- Início da doação mensal para aquisição da sede própria da entidade.
 - Ukeoiryori: 5
 - 12 aulas de culinária.
- 1977**
Presidente: Sumiko Mizumoto
- Conferências do sr. Hiroshi Saito sobre o Museu Histórico de Imigração e do sr. F. Motosugue sobre a Divulgação da Língua Japonesa no Brasil.
 - Mesa redonda com o locutor K. Suzuki.
 - Ukeoiryori: 8
 - Inauguração da nova sede, em outubro, com o comparecimento de 400 pessoas.
 - 1º Chá Beneficente.
 - Excursões para Termas de São Pedro e Praia de Ubatuba e pic-nics.
 - 2 aulas de culinária.
- 1978**
Presidente: Sumiko Mizumoto
- Reunião de confraternização com a Diretoria da Associação de Vila Carrão.
 - Confeção de 800 tipos de chapéus com flores (hanagaça) para a festa de 70 anos da Imigração.
 - Bazar Beneficente nos dias 5 e 7 de maio, com simultânea Exposição de Fotografia e trabalhos dos alunos de cursos.
 - Conferência do sr. H. Saito sobre a Comunidade Nipo-brasileira.
 - Participação das sras. Mizumoto, Yamanishi, Kuguiya e Yamazaki numa reunião promovida pela Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA).
 - Condecoração de sras. Seiko Takaoka, H. Hasegawa, H. Haruno e Itikawa pelo governo japonês.
 - Festa de despedida da consulesa sra. Hirano.
 - Festa de recepção da consulesa sra. Ito.
 - Ukeoiryori: 8
 - 12 aulas de culinária.
 - Kishô-tsukuri: 7

- Chá Beneficente em novembro.
 - Total de doações: Cr\$ 210.000,00.
- 1979**
Presidente: Etsuko Yamane
- Confraternização com o sr. Okamoto, redator do Jornal Tóquio, sobre a situação e atividade da mulher com o comparecimento de 13 membros da diretoria.
 - Palestra do sr. T. Kanebo sobre o Método Nishi para a Saúde.
 - Comemoração dos 30 anos da entidade com o oferecimento de diploma para vários setores de trabalho das voluntárias e comparecimento de 320 pessoas.
 - Passeios para praia de São Lourenço, Parque do Carmo e Festival de Cerejeiras de Campos de Jordão.
 - Concessão de 2 bolsas de estudo.
 - Aula de confecção e exposição de enfeites de flores (tanabata).
 - Participação dos membros da diretoria na recepção a ministros vindos do Japão.
 - Bazar Beneficente nos dias 7 e 8 de maio.
 - Chá Beneficente em novembro.
 - Colaboração em bazares de 3 entidades.
 - Ukeoiryori: 6
 - 10 aulas de culinária.
 - Kishô-tsukuri: 4
- 1980**
Presidente: Etsuko Yamane
- Recepção para a embaixatriz do Japão, sra. Oguchi.
 - Conferência do sr. Y. Ebizawa sobre a "História da Cerimônia do Chá e Pensamento dos Jovens".
 - Bazar Beneficente nos dias 3 e 4 de maio.
 - Recebimento do prêmio de 5º lugar do enfeite de Tanabata.
 - Excursão para Termas do Rio Quente.
 - Chá Beneficente.
 - Kishô-tsukuri: 3
 - Ukeoiryori: 3
- 8 aulas de culinária.
 - Total de doações: Cr\$ 690.000,00.
- 1981**
Presidente: Etsuko Yamane
- Conferência da sra. H. Akamo sobre "O Japão que eu vi".
 - Passeio para a Chácara Enomoto.
 - Festa de despedida da consulesa sra. Ito e recepção para a consulesa sra. Yabu.
 - Kishô-tsukuri: 2
 - Ukeoiryori: 6
 - 6 aulas de culinária.
 - Doação para o menino Ricardo: Cr\$ 10.000,00
 - Total de doações: Cr\$ 1.210.000,00
- 1982**
Presidente: Etsuko Yamane (hospitalizada)
Presidente substituta: Júlia Yamanishi
- Conferência do sr. Z. Kato sobre a "Importância da Alegria de Viver".
 - Kishô-tsukuri: 2
 - Falecimento da presidente sra. Yamane no dia 27 de abril.
 - Bazar Beneficente: 1 e 2 de maio.
 - Visita ao Reservatório de Cantareira.
 - Prêmio de 1º lugar e prêmio de honra ao mérito no Tanabata.
 - Aula de culinária da profª K. Okamassa do Japão sobre como usar a panela de pressão.
 - Excursões para Rio de Janeiro e Angra dos Reis.
 - Participação das associadas na festa de recepção ao Príncipe Hirotonomiya, realizado no Bunkyo.
 - Curso de férias de inverno, com aulas de trabalhos manuais, tricô e crochê e corte e costura.
 - Colaboração em outros 3 bazares beneficentes.
 - Aulas de culinária: 5
 - Ukeoiryori: 11
 - Total de doações: Cr\$ 2.500.000,00

1983**Presidente: Sumiko Mizumoto**

- Participação de 4 membros da diretoria na recepção à embaixatriz sra. Date.
- Conferências de W. Tamura, sobre a "Situação Atual do Brasil", de T. Wakamatsu sobre "Como Aceitar a Inflação" e participação na palestra sobre as condições da mulher, promovida pelo Centro de Estudos Nipo-brasileiros.
- Confraternização com o grupo da Associação de "Como Conhecer o Brasil".
- Bazar Beneficente nos dias 30 de abril e 1º de maio.
- Visita à Fábrica de Lâmpadas Sadokin, passeios para o Country Club e Colônia Japonesa de Pinhal.
- Recebimento do prêmio especial de enfeites no Tanabata, pelo 4º ano consecutivo.
- Curso de férias de inverno: culinária, corte e costura, pintura, trabalhos manuais, tricô e crochê.
- Palestra de A. Shibuya, diretor da Escola Nobiru Gakuen de Tóquio.
- Kishô-tsukuri: 5
- Doação para as vítimas da enchente em Santa Catarina.
- Excursão para Ouro Preto.
- Início do Curso de Haiku pelo prof. H. Hoshino.
- Hospedagem dos bolsistas estagiários de Órfãos de Trânsito do Japão.

1984**Presidente: Sumiko Mizumoto**

- Recepção à consulesa sra. Shikima.
- Conferências do sr. I. Hashimoto sobre "Herança para os descendentes"; do presidente da Kanebo sobre "Movimento financeiro do Brasil" e I. Yamashita sobre o "Trabalho da assistente social".
- Kishô-tsukuri: 2
- Passeios para Kodomo-no-sono, de Itaquera, Asilo de Ipelândia, plantação de uvas da Família Narimatsu, Simba Safári e excursão de 3 dias e 2 noites para São Joaquim.
- Visitas para a Fiação Kanebo e fábrica de aparelhos elétricos da Matsushita.

- Curso de férias: trabalhos manuais, corte e costura, tricô e crochê e culinária.
- Bazar Beneficente: 6 e 7 de maio.
- Comparcimento da sra. Mizumoto na Convenção dos Deficientes físicos.
- Aulas de língua japonesa, escrita japonesa e poema japonês com a prof. M. Kiyotani.
- Comemoração dos 35 anos da entidade com a condecoração de membros de vários setores e idosos – comparecimento de 350 pessoas.
- Excursão para Termas de Quilombo.
- Participação do Coral na recepção aos marinheiros japoneses.
- Total de doações: Cr\$ 10.400.000,00.

1985**Presidente: Sumiko Mizumoto**

- Conferência do sr. Y. Mizuho sobre "A Felicidade".
- Conferência do sr. Walter Tamura sobre "Economia e Política do Brasil".
- Conferência dos médicos drs. Toma e Tomishigue sobre "Gerontologia e Prevenção de Câncer".
- Palestra do sr. Tachibana, presidente do Banco América do Sul sobre viagens e diversos assuntos.
- Palestra de N. Ochiro sobre "A Verdadeira Felicidade".
- Chá Beneficente.
- Kishô-tsukuri: 5
- Ukeiryori: 5
- 19 aulas de culinária.
- Total de doações: Cr\$ 34.000.000,00

1986**Presidente: Sumiko Mizumoto**

- Recepção à consulesa do Japão sra. Ono.
- Participação e comparecimento das diretoras nissais no jantar da sra. do prefeito.
- Conferência sobre o "Papel da mãe e avó no lar", por N. Hashimoto do JICA (Japan International Cooperation Agency).

- Conferência do sr. Kiyoshi Hariguchi sobre "A divergência da felicidade e infelicidade na vida".
 - Mesa redonda do sr. K. Yamamoto sobre a política social.
 - Mesa redonda e confraternização de membros da Associação de Educação Feminina Internacional.
 - Participação da sra. Mizumoto na recepção ao príncipe Hitachi Nomiya e à princesa.
 - Confeção de flores de cerejeira a pedido da Associação de Lojistas da Liberdade.
 - Curso de férias de verão: corte e costura, trabalhos manuais, pintura e arte culinária.
 - Comparcimento de 3 membros da diretoria à recepção de cônsul sr. Kobayashi.
 - Passeios: cata de castanhas na Fazenda Massuda, Festa de Flores de Holambra e Barra Bonita.
 - Excursões às Termas de Araçatuba, Granja Yuba e Hidroelétrica de Ilha Solteira.
 - Bazar Beneficente: 3 e 4 de maio.
 - Colaboração em 2 bazares beneficentes.
 - Chá Beneficente.
 - Ukeoiyori: 3
 - 10 aulas de culinária.
 - Kishô-tsukuri: 4
 - Total de doações: Cr\$ 160.000.000,00
- 1987**
Presidente: Sumiko Mizumoto
- Conferências: "Tratamento da saúde através da musicoterapia", pela sra. Y. Koda; "Nova Constituição" pelo deputado federal Diogo Nomura; "O que seria arte", pelo sr. Mizuho da JICA e "Como escolher alimentos que influenciam na saúde" por M. Furusc.
 - Confraternização e mesa redonda, com membros da Associação Feminina vinda do Japão.
 - Doação de Cr\$ 10.000,00 para as vítimas da enchente em Mairiporã.
 - Chá Beneficente no mês de novembro.
 - Colaboração em 3 bazares beneficentes.
-
- Excursão de 3 dias para Serra Negra.
 - Passeios para Atibaia (Festa das Flores), Jardim Pedroso e cata de castanhas (curi hiroi).
 - Ukeoiyori: 6
 - 16 aulas de culinária.
 - Kishô-tsukuri: 9
 - Total das doações: Cr\$ 500.000.000,00.
- 1988**
Presidente: Sumiko Mizumoto
- Conferências sobre a "Atual Sociedade Nipo-brasileira" pelo sr. Susumu Miyao do Centro de Estudos Nipo-brasileiros e a "Atual Economia e Política" pelo sr. Akamine.
 - Colaboração nos trabalhos de reportagem do Asahi Jornal, sobre os costumes e alimentação dos nipo-brasileiros.
 - Bazar Beneficente nos dias 30 de abril e 1º de maio.
 - Ukeoiyori: 3
 - 17 aulas de culinária.
 - Colaboração em 3 bazares beneficentes.
 - Kishô-tsukuri: 23
 - Passeios para o "Kinkakuji", Campos de Jordão, Festa de Morango e Flores de Atibaia.
 - Participação de 3 membros da diretoria na recepção de despedida da consulesa sra. Ono.
 - Aula de culinária especial ministrada pelos professores Akiho, Noguchi e Namba.
 - Total de doações: Cr\$ 3.475.000,00.
- 1989**
Presidente: Sumiko Mizumoto
- Comemoração do 40º aniversário da entidade no Salão Nobre do Bunkyo, com comparecimento de 320 pessoas.
 - Conferências sobre a "Literatura Clássica de Guendi Monogatari", pelo sr. Eguti e "Como a América Latina viu o japonês", pelo sr. Ito.
 - Exposição e venda de pinturas e trabalhos de tricô e crochê.
 - Confraternização com membros de diversas associações vindas de Tóquio.

- Bazar Beneficente nos dias 6 e 7 de maio.
- Ukeiryori: 3
- 16 aulas de culinária.
- Kishô-tsukurî: 19
- Passeios para Praia de Bertoga, Termas de Jurema e Fazenda da Yakult
- Chá Beneficente em novembro.
- Total de doações: NCY\$ 65.000,00

1990

Presidente: Sumiko Mizumoto

- Conferência do sr. W. Tamura sobre o "Atual Brasil".
- Recepção à consulesa sra. Ishigaki.
- Bazar Beneficente realizado, excepcionalmente, nos dias 22 e 23 de setembro em razão do congelamento da poupança pelo governo.
- Chá Beneficente em novembro.
- Ukeiryori: 7
- 13 aulas de culinária.
- Kishô-tsukurî: 17
- Passeios para Fazenda Massuda, Praia de Itanhaem e Festival de Cerejeira Anhanguera.
- Visita à Fábrica de Papel Penha.
- Colaboração em 3 bazares beneficentes
- Total de doações: NCY\$ 2.300.000,00

1991

Presidente: Sumiko Mizumoto

- Conferências sobre os "Problemas dos idosos" pelo sr. H. Obata e o "Atual Brasil", pelo sr. H. Shimonoto.
- Passeios de trem a Santos com visita ao Aquário local e Casa de Idosos "Kosei Home" e Termas de Taubaté
- Participação numa reportagem do Canal 13 sobre a cultura japonesa.
- Participação no evento "Um dia no Japão", realizado no SESC e organizado pela Prefeitura de São Paulo.
- Bazar Beneficente no dia 2 de junho.
- Introdução do Festival de Canção Popular Japonesa, paralelamente ao Bazar Beneficente.

- Visita da sra. Miriam, assistente social federal
- Ukeiryori: 5
- 14 aulas de culinária.
- Kishô-tsukurî: 10
- Chá Beneficente em novembro
- Total de doações: NCY\$ 6.400.000,00

1992

Presidente: Sumiko Mizumoto

- Conferências sobre o "Cérebro" pelo catedrático da Faculdade de Teologia e do sr. N. Akanime sobre "Como pensar na situação atual do Brasil".
- Participação de 4 membros da diretoria na recepção ao embaixador sr. Murazumi.
- Colaboração em 4 bazares beneficentes.
- Bazar Beneficente em 3 de maio
- Ukeiryori: 4
- 14 aulas de culinária.
- Kishô-tsukurî: 6
- Passeios para Country Club e Termas de Taubaté
- Colaboração numa pesquisa sobre a vida da colônia realizada por 30 membros de associação do Japão.
- Excursões para Escola Agrícola Nishimura de Pompéia, Termas Paraguaçu Paulista e visita ao sítio do sr. Marubayashi.
- Excursão para o Japão, com a participação de 22 pessoas
- Chá Beneficente em novembro.
- Total de doações: CY\$ 45.000.000,00

1993

Presidente: Sumiko Mizumoto

- Conferências de A. Nakae sobre "Futuro do Brasil" e E. Kimura sobre "Pesquisas sobre o sentimento dos idosos".
- Participação das sras. Mizumoto e Okubo na recepção ao cônsul geral sr. K. Tanaka.
- Criação do Mukorikai beneficiando sócias com idade superior a 70 anos e com serviços prestados ativamente há mais de 10 anos, totalizando, nesse ato 40 voluntárias.

- Participação de algumas sócias na viagem para a região de Araraquara, dando seqüência ao programa de "Imin Furusato Meguri", organizado pelo Kenrenkai.
- Comemoração do 45º aniversário da entidade no Buffet Yano.
- Comemoração do Dia dos Anciões.
- Curso de confecção de bonecas pela profª Nakajima.
- Aulas de Culinária.
- Colaboração em 3 bazares beneficentes.
- Chá Beneficente em novembro com bingo e desfile modas da Boutique Camille Labelle.
- Preparativos para a publicação do livro comemorativo dos 45 anos da entidade.
- Honenkai no Restaurante Tendai.
- Total de doações: R\$ 23.000,00

1995

Presidente: Sumiko Mizumoto

- Shinnenkai.
- Assembléia Geral Ordinária (Teiki Sokai).
- Doação de US\$ 3.000,00 para vítima do terremoto da cidade de Kobe, no Japão.
- Aulas de Culinária com as professoras Ana Takeda, Satomi Seiko, Kiyoko Kobayashi, Cleusa Adachi e Tomiko Suzuki.
- Preparação e venda de salgadinhos.
- Colaboração nos bazares da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, preparando "Tirashi Sushii" e "Tyuka Soba" e do Kodomo-no-sono, Ikoi-no-sono e Kibô-no-tê, preparando sakuramoti.
- Kishô-tsukuri para o São Paulo Shimbun e Assoc. Ishikawa Ken.
- Passeios para Cidades Novas, Fazenda Tozan, Fábrica de Porcelanas (Pedreira) e Exposição de Flores (Anujá).
- Recebimento da doação de objetos artesanais para o Bazar Beneficente pela consulesa sra. Yoko Tanaka.
- Bazar Beneficente e Festival Feminino da Canção Popular Japonesa, com a presença da consulesa sra. Yoko Tanaka, na cerimônia de abertura.
- Participação no 87º Aniversário da Imigração Japonesa no Brasil e apresentação do Coral na Missa.

- Visita ao Hospital Santa Cruz.
- Excursão a Registro e arredores de Juquiá, dentro da programação de "Visita à terra onde começaram os imigrantes", com a participação de 22 pessoas.
- Participação das sras. Mizumoto e Yoshima na recepção ao embaixador de Ugawa.
- Visita ao Club Nikkei de Maringá, Asilo de Idosos Wajum e Termas de Maringá, no Estado do Paraná.
- Bazar Beneficente e Festival da Canção Popular Japonesa no dia 2 de maio.
- Chá Beneficente em novembro.
- Passeios a Termas de Taubaté e Parque do Carmo.
- Ukeoyori: 9
- 10 aulas de culinária.
- Kishô-tsukuri: 9
- Total de doações: Cr\$ 570.000,00.

1994

Presidente: Sumiko Mizumoto

- Festa de confraternização do Ano Novo (Shinnenkai).
- Assembléia Geral Ordinária com palestra do Dr. Katayama Kozo do "New Moral" do Japão, sobre "Valores Morais".
- Aulas das Línguas Portuguesa e Japonesa e Caligrafia Japonesa.
- Bazar Beneficente e Festival da Canção Popular Japonesa.
- Colaboração no bazar da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa.
- Visita dos representantes do Hospital Santa Cruz para esclarecimentos sobre o convênio médico, que foi concluído com o atendimento a 80 sócias.
- Excursões a Águas de São Pedro e Águas Termas de Pataguanu Paulista.
- Contribuição de Cr\$ 50.000,00 em dinheiro e comestíveis, pratos e copos no valor de Cr\$ 30.000,00 para a Terceira Festa da Favela Monte Azul.
- Ukeoyori para 70 pessoas da Assistência Social Dom José Gaspar.
- Kishô-tsukuri: 3
- Participação do Coral no 35º evento de "Charity show".

- Ukeoiryori para a sra. Wakamatsu.
 - Feijoadá – supervisão da sra. Filomena Ogura – participação de 138 pessoas.
 - Participação do Coral no 2º Festival de Coral da Aliança Cultural Brasil-Japão.
 - Chá Beneficente.
 - Recebimento de medalhas de condecoração do Consulado Geral do Japão, pelas sras. Sumiko Mizumoto e Yukino Suzuki, pelos serviços prestados à nossa sociedade.
 - Bonenkai.
 - Doação total de R\$ 27.500,00 e US\$ 3.000,00.
- 1996**
Presidente: Sumako T. Ymanaka
- Shinnenkai.
 - Assembléia Geral Ordinária (Teiki Sokai).
 - Aulas de Culinária com as professoras Ana Takeda, Kiyoko Nagaoka e pela Agronippo.
 - Preparação e venda de salgadinhos e fukushinzukê.
 - Kishô-tsukuri.
 - Colaboração nos bazares da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, preparando "Tirashi sushi" e "Tyuka Hiyashi-soba", do Hospital Santa Cruz, preparando dorayaki e do Kodomo-no-sono, Yassuragui Home, Ikoi-no-sono e Kibo-no-iê, preparando sakuramoti.
 - Passeios para Santa Catarina, Casa Cor, Estância de Socorro, São Lourenço, Caxambu e Itamonte.
 - Ukeoiryori para o Ikoi-no-sono.
 - Recebimento da doação de objetos artesanais para o Bazar Beneficente pela consulesa sra. Yoko Tanaka.
 - Bazar Beneficente e 6º Kayo Matsuri, com a presença da consulesa sra. Yoko Tanaka, na cerimônia de abertura.
 - Distribuição de 1600 "dorayaki" em comemoração da "Semana do Idoso", do Enkyo – Discursos das sras. Sumiko Mizumoto e Sumako T. Ymanaka enfatizando as atividades do Fujinkai – apresentação de Ginástica, Karakô, Folk Dance, Coral, Shodo e Culinária.
 - Chá Beneficente.

- Bonenkai.
 - Doação total de R\$ 40.000,00.
- 1997**
Presidente: Sumako T. Ymanaka
- Shinnenkai.
 - Assembléia Geral Ordinária (Teiki Sokai).
 - Aulas de Culinária com as professoras Ana Takeda, Cleusa Adachi e Kiyoko Nagaoka.
 - Colaboração nos bazares da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, preparando "Hiyashi-tyuka" e "Tirashi-sushi" e do Kodomo-no-sono, Yassuragui Home, Kibô-no-iê e Hospital Santa Cruz preparando sakuramoti.
 - Ukeoiryori para o Ikoi-no-sono.
 - Kishô-tsukuri para Chiba Kenjinkai, Assoc. Grupo de Shogui e Kibô-no-iê.
 - Preparação e venda de salgadinhos e fukushinzukê.
 - Passeios para o Rio de Janeiro, MASP, Exposição de tricô, Igreja Messiânica (Guarapiranga), Morretes e Curitiba.
 - Bazar Beneficente e 7º Kayo Matsuri, com a presença da consulesa sra. Setsuko Maki, na cerimônia de abertura.
 - Apresentação do Coral na Missa Comemorativa da Imigração Japonesa e em memória aos imigrantes falecidos.
 - Participação das senhoras da entidade na cerimônia em homenagem ao casal imperial, no Parque do Ibirapuera.
 - Feijoadá de confraternização entre as sócias.
 - Mini-bazar de roupas usadas.
 - Chá Beneficente.
 - Bonenkai.
 - Doação total de R\$ 32.000,00.
- 1998**
Presidente: Sumako T. Ymanaka
- Shinnenkai.
 - Assembléia Geral Ordinária (Teiki Sokai).
 - Aulas de Culinária com as professoras Ana Takeda e Tiyo Ogikubo.

- Preparação e venda de salgadinhos.
 - Kishô-tsukuri para o Paulista Shimbun, Gifu Kenjinkai, sra. Kyoko Yamaoka, Miyagi Kenjinkai, sra. Nakagawa, Kagoshima Kenjinkai e Chojukai.
 - Ukeoyori para o Ikoi-no-sono e família Takeji.
 - Colaboração nos bazares da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, preparando "Tirashi-sushi" e "Hiyashi Tyuka" e do Kodomo-no-sono, Yassuragui Home e Kibô-no-iê, preparando "sakuramoti".
 - Participação do Coral na festa budista "Oshakasama Hanamatsuri" e da Missa da Imigração Japonesa ao Brasil em memória aos imigrantes falecidos.
 - Aquisição da máquina copadora "Xerox".
 - Bazar Beneficente e 8º Kayo Matsuri, com a presença da consulesa sra. Setsuko Maki, na cerimônia de abertura.
 - Passeios para Termas de Taubaté, Campos de Jordão, Termas de Piratininga.
 - Participação da cerimônia dos 90 anos da Imigração Japonesa ao Brasil, no Anhembi e da inauguração da estátua em homenagem aos imigrantes na Praia do Boqueirão em Santos.
 - Sushi Matsuri sob a coordenação das sras. Matsue Kawabata e Yoshika Matsuda.
 - Kinen-Taikai – Festa de comemoração de 10 anos do Curso de Karakê.
 - Participação dos alunos do Curso de Shodo na exposição realizada na Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa.
 - Participação do Coral no 32º Festival de Coral da Aliança Cultural Brasil-Japão.
 - Chá Beneficente.
 - Bonenkai.
 - Doação total de R\$ 30.500,00.
- 1999**
- Presidente: Sumako T. Ymanaka**
- Shinnenkai.
 - Assembléia Geral Ordinária (Teiki Sokai).
 - Preparação e venda de salgadinhos.
 - Aquisição de um imóvel na rua Pandiá Calógeras.
-
- Passeio para as Termas de Taubaté e Igreja Messiânica (Guarapiranga).
 - Ukeoyori para o Ikoi-no-sono.
 - Kishô-tsukuri para o Jornal União Nikkei, Bunkyo, Minhô Kyokai, NGK do Brasil, Hokkaido Kyokai e Yakult S/A.
 - Recebimento da doação de objetos artesanais para o Bazar pela consulesa sra. Setsuko Maki.
 - Bazar Beneficente e 9º Kayo Matsuri, com a presença da consulesa sra. Setsuko Maki, na cerimônia de abertura.
 - Participação do Coral na Missa Comemorativa da Imigração Japonesa no Brasil.
 - Colaboração nos bazares do Kodomo-no-sono e Kibô-no-iê, preparando sakuramoti e Yassuragui Home, preparando dorayaki.
 - 50º Aniversário do Fujinkai, com homenagens às ex-presidentes, sócias mais idosas, sócias em atividade ininterrupta há mais de 30 anos.
 - Sushi Matsuri.
 - Chá Beneficente.
 - Bonenkai.
 - Doação total de R\$ 24.000,00.
- 2000**
- Presidente: Sumako T. Ymanaka**
- Shinnenkai.
 - Assembléia Geral Ordinária (Teiki Sokai).
 - Preparação e venda de salgadinhos.
 - Aulas de Culinária com as professoras Kiyoko Nagaoka e Tiyo Ogikubo.
 - Ukeoyori para o Ikoi-no-sono.
 - Participação do Coral na comemoração de "Hana Matsuri" e na Missa em homenagem aos Imigrantes Japoneses no Brasil.
 - Kishô-tsukuri para o Karakê Halley, Yamaha, São Paulo Shimbun, Gunma Kenjinkai e Fukui Centro de Estudo da Língua Japonesa.
 - Bazar Beneficente e 10º Kayo Matsuri, com a presença da consulesa sra. Tomoko Kojima, na cerimônia de abertura.
 - Colaboração nos bazares do Yassuragui Home e Kibô-no-iê, preparando sakuramoti.
 - Festival de Tirashisushi e Udom.

- Passeio para São Lourenço da Serra.
 - Festival de Sushi sob a coordenação das sras. Sumiko Mizumoto e Matsue Kawabata.
 - Feijoadas sob a coordenação da sra. Teresa Yamada.
 - Chá Beneficente.
 - Bonenkai.
 - Doação total de R\$ 23.000,00.
- 2001**
Presidente: Missue Kumagai
- Shinnenkai.
 - Assembléia Geral Ordinária (Teiki Sokai).
 - Preparação e venda de salgadinhos e fukushinzukê.
 - Aulas de Culinária com as professoras Tiyo Ogikubo, Matsue Kawabata, Fumika Soma, Maria Tomasini e Etsuko Uejima.
 - Festival de Comida Caseira sob a coordenação das sras. Kiyoko Nagaoka e Matsue Kawabata.
 - Visita a Panco S/A – Ind. Alimentícias, Yakult S/A, Campos de Jordão, Holambra, Pesqueiro Maeda.
 - Ukeoiryori para o Ikoi-no-sono.
 - Kishô-tsukuri para o São Paulo Shimbun, Hiroshima Kenjinkai, Liberdade Sumo-kai, sra. Lilia Yamamoto e Colégio Brasileiro de Acupuntura e Terapias Tradicionais.
 - Bazar Beneficente e 11º Kayo Matsuri, com a presença da consulesa sra. Noriko Ishikawa, na cerimônia de abertura.
 - Participação do Coral no culto comemorativo aos 93º aniversário da Imigração Japonesa no Brasil e no 35º Festival de Coral da Aliança Cultural Brasil-Japão.
 - Colaboração nos bazares do Kodomo-no-sono, Yassuragui Home e Kibô-no-iê, preparando sakuramoti.
 - Festival de Sushi e Udon sob a coordenação das sras. Matsue Kawabata e Kiyoko Nagaoka.
 - Chá Beneficente.
 - Bonenkai.
 - Doação total de R\$ 23.500,00.
-
- 2002**
Presidente: Missue Kumagai
- Shinnenkai.
 - Assembléia Geral Ordinária (Teiki Sokai).
 - Participação no programa "Mãe de Gravata" na Rede TV Mulher.
 - Kishô-tsukuri para o Nippak Shimbun, Gunma Kenjinkai, Yassuragui Home, Associação Cultural Esportiva Colônia Pinhal de S. Miguel Arcanjo, Minhô Kyokai, Fukushima Kenjinkai, Chiba Kenjinkai, Associação Nipo-Brasileira de Cultura Musical, Liberdade Taissô-kai, prof. Akihisa Kitagawa e Câmara de Com. da Liberdade.
 - Montagem de móveis de grous para os publicitários Luis Marcos e Regiane.
 - Ukeoiryori para o Ikoi-no-sono.
 - Aulas de Culinária com as professoras Miyoko Ohta, Kazue Araki, Fumika Soma, Matsue Kawabata e Etsuko Uejima.
 - Preparação e venda de salgadinhos e fukushinzukê.
 - Chá da tarde para a sra. Shigemi Akasaka, consulesa do Japão em São Paulo.
 - Bazar Beneficente e 12º Kayo Matsuri, com a presença da consulesa sra. Shigemi Akasaka, na cerimônia de abertura.
 - Apresentação do Coral no culto em homenagem ao 94º Aniversário da Imigração Japonesa no Brasil e do Festival de Coral da Aliança Cultural Brasil-Japão.
 - Participação no programa do Olivier Anquier do GNT.
 - Passeio a Fazenda Guirra, Atibaia Resort Hotel.
 - Colaboração nos bazares do Kodomo-no-sono, Yassuragui Home e Kibô-no-iê, preparando sakuramoti.
 - Feijoadas sob a coordenação da sra. Teresa Yamada.
 - Chá Beneficente.
 - Bonenkai.
 - Doação total de R\$ 24.500,00.
- 2003**
Presidente: Missue Kumagai
- Shinnenkai.
 - Assembléia Geral Ordinária (Teiki Sokai).

- Aulas de Culinária com a professora Etsuko Uejima.
- Kishō-tsukuri para Liberdade Shokokan, Nikkei Shimbun, Grupo Beneficente Yassuragui, Liberdade Sumo-kai, Miyagui Kenjinkai, Cinquentenário da Retomada da Imigração Japonesa no Brasil, Hyogo Kenjinkai, Aichi Ken, Fundação Instituto Educacional Michie Akama, Tatuí Nihonjinkai, Gifu Kenjinkai, prof. Akihisa Kitagawa e ACAL - Associação Cultural e Assistencial da Liberdade.
- Preparação e venda de salgadinhos.
- Festival de Sushi e Hiyashi Tyuka sob a coordenação das sras. Matsue Kawabata e Kiyoko Nagaoka.
- Ukeoiryori para o Ikoi-no-sono.
- Passeio a Águas de São Pedro, Paradise Resort Golf Village e a Pousada Vale dos Pássaros (Ibiúna).
- Bazar Beneficente e 13º Kayo Matsuri, com a presença da consulesa sra. Shigemi Akasaka, na cerimônia de abertura.
- Participação do programa Dia a Dia da TV Bandeirantes.
- Participação do Coral na Festa do 95º Aniversário da Imigração Japonesa no Brasil e no Ikoi-no-sono.
- Colaboração nos bazares do Kodomo-no-sono e Kibō-no-iê, preparando sakuramoti e do Yassuragui Home, preparando dorayaki.
- Participação no 50º Aniversário da Retomada da Imigração Japonesa no Brasil.
- Feijoada sob a coordenação da sra. Teresa Yamada.
- Preparação de receitas de soja.
- Chá da tarde para a sra. Keiko Ishida, consulesa do Japão em São Paulo.
- Chá Beneficente.
- Assembléia Geral Extraordinária (Jindi Sokai).
- Keirokai e Bonenkai
- Doação total de R\$ 25.500,00.

Observação:

Desde 1986, aconteceram 6 mudanças na denominação da moeda: Cruzado (Cz\$), Cruzado Novo (Ncz\$), Cruzeiro (Cr\$), Cruzeiro Novo (Ncr\$), Cruzeiro (Cr\$) e Real (R\$).

Trabalho elaborado por Makiko Nishikawa, Yoshiko M. Nishio e Fumiko Oishi, baseado nos boletins informativos 1995 a 2003 e no livro comemorativo do 45º aniversário da entidade.